

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)

ADRIELMA SILVEIRA FORTUNA DOS SANTOS

**MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO DE SERGIPE: MODELOS DE
ORGANIZAÇÃO, REDES SOCIAIS E ENGAJAMENTO INDIVIDUAL (2000-2015)**

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2016

ADRIELMA SILVEIRA FORTUNA DOS SANTOS

**MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO DE SERGIPE: MODELOS DE
ORGANIZAÇÃO, REDES SOCIAIS E ENGAJAMENTO INDIVIDUAL (2000-2015)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe como um dos requisitos para a obtenção do título de mestra em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Wilson José F. de Oliveira

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237m Santos, Adrielma Silveira Fortuna dos
Movimento estudantil universitário de Sergipe : modelos de
organização, redes sociais e engajamento individual (2000-2015) /
Adrielma Silveira Fortuna dos Santos ; orientador Wilson José F.
de Oliveira. – São Cristóvão, 2016.
232 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade
Federal de Sergipe, 2016.

1. Sociologia educacional. 2. Movimentos estudantis –
Atividades políticas. 3. Associações estudantis - Organização. 4.
Ensino superior - Estudantes. 5. Socialização. I. Oliveira, Wilson
José F. de, orient. II. Título.

CDU 316.74:378.091.8

ADRIELMA SILVEIRA FORTUNA DOS SANTOS

**MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO DE SERGIPE: MODELOS DE
ORGANIZAÇÃO, REDES SOCIAIS E ENGAJAMENTO INDIVIDUAL (2000-2015)**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a.Dra. Eliana Tavares dos Reis
(UFM/PPGSOC)

Prof. Dr. Júlio César Cossio Rodriguez
(PPGS/UFS)

Prof. Dr. Wilson José F. de Oliveira
(PPGS/UFS)

Aprovada em ____/____/____

Dedicatória

Dedico aos meus pais por sempre acreditarem nos meus sonhos e pelos reforços investidos na minha educação. E a Adysson Fortuna pelo carinho, paciência e o companheirismo de todos os dias.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Sergipe e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela oportunidade de realização do curso de mestrado e por todas as experiências acadêmicas proporcionadas. A dedicação integral à realização deste trabalho não seria possível sem a bolsa de estudo concedida pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, para a manutenção do curso.

Ao Prof. Dr. Wilson J. F. de Oliveira pela orientação durante os dois anos de curso, que foram fundamentais para o resultado final da dissertação.

À Prof^a Dr^a Fernanda Rios Petrarca pela orientação e pelas proveitosas discussões durante as disciplinas de Metodologias Quantitativas e Qualitativas, e Seminário de Dissertação.

Aos militantes dos movimentos estudantis universitários que se disponibilizaram a conversar comigo e me permitiram participar dos seus espaços de vivência. Agradeço imensamente a todos os entrevistados que colaboraram com a narração de suas experiências, com o fornecimento de material e indicação de nomes e outras fontes de pesquisa. Além disso, contribuíram para o meu crescimento como pesquisadora e como cidadã.

Agradeço aos meus colegas de Laboratório de Estudo do Poder e da Política (LEPP), especialmente à Francilaine Lemos pelo carinho e pela amizade durante todo o curso, à Jonatha Vasconcelhos e Pâmella Santos pelos debates e as contribuições à dissertação, e pela amizade.

Às minhas irmãs, que sempre me apoiaram e contribuíram em alguma medida para a realização deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação analisa os modelos de organização dos movimentos estudantis da UFS durante o período de 2000 a 2015. Trata-se de investigar mais particularmente como os modelos e repertórios organizacionais utilizados por lideranças estudantis e pelos ex-presidentes do Diretório Central dos Estudantes estão relacionados com mudanças no contexto político, as redes sociais desses atores e as lógicas de engajamento individual. Dialogando com um referencial teórico que investiga as dinâmicas organizacionais, o presente trabalho teve como principal objetivo compreender a relação entre o engajamento individual, as redes sociais e a escolha de determinados modelos e repertórios organizacionais utilizados por 13 diferentes gestões do DCE/UFS, durante o período investigado. Rompendo com abordagens que analisam o engajamento individual como um processo racionalizado e de cooptação, lançamos mão de teorias e conceitos que compreendem de forma processual e relacional o engajamento individual dos atores em múltiplos espaços de militância política. Desse modo, investigamos as redes de relações prévias, os diferentes espaços de socialização, as experiências de vida e também as transformações no contexto político, como elementos que influenciaram na construção dos modelos de organização utilizados pelas gestões investigadas. O universo empírico considerado são os movimentos estudantis que se organizam na Universidade Federal de Sergipe. Para dar conta das questões suscitadas, esse trabalho divide-se em quatro partes: a primeira trata de analisar, a partir da pesquisa documental, as condições de emergência do Movimento Estudantil Universitário em Sergipe, as causas defendidas, os repertórios organizacionais utilizados e os movimentos estudantis entre o período de 1950 e 1999, focando principalmente nas décadas de 1980 e 1990; a segunda parte examina, com base na aplicação de questionários e do método anteriormente citado, o perfil dos estudantes que militam, tendo como foco principal o itinerário militante e político. Além disso, investiga três espaços significativos: os CAs, as Assembleias Estudantis e os CEBs; a terceira parte aborda o processo de formação e atuação de uma gestão do DCE, e como tal processo mobiliza as redes interpessoais das lideranças e uma disputa política em torno desse espaço que extrapola os muros da Universidade; a quarta parte problematiza as carreiras militantes dos ex-presidentes do DCE nos últimos 15 anos, considerando que a origem social, os múltiplos engajamentos e os processos de socialização e de identificação com a militância influenciaram na transformação dos modelos de organização utilizados por eles. Esta dissertação permitiu mostrar que os modelos de organização utilizados está diretamente ligado a mudanças no contexto político, ao múltiplo engajamento e a construção de redes sociais densas e processos de socialização que promovem a continuidade na militância. Revela ainda que as relações entre movimentos estudantis e partidos políticos é, ao mesmo tempo, conflituosa e conciliadora diante dos interesses financeiros, eleitorais e representativos de ambas as partes. Além disso, este trabalho afirma que o engajamento dos militantes e lideranças estudantis em partidos políticos resulta de um processo de identificação pessoal e profissional dos próprios atores, em que estes tornam a militância associativa e partidária um projeto de vida.

Palavras-chave: movimento estudantil; modelos de organização; redes sociais; lógicas de engajamento individual; carreiras militantes.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the forms of organization of the student movements of the UFS during the period 2000 to 2015. This is more particularly investigate how organizational models and repertoires used by student leaders and the Central Directory of Students former presidents are related changes in political, social networks these actors and individual engagement logic. Dialoguing with a theoretical framework that investigates the organizational dynamics, this study aimed to understand the relationship between the individual engagement, social networks and the choice of certain organizational models and repertoires used by different 13 managements DCE / UFS during the investigated period. Breaking with approaches that analyze the individual engagement as a streamlined and co-option process, we used theories and concepts that comprise procedural and relational forms the engagement of individual actors in multiple spaces of political activism. Thus, we investigated the previous relationship networks, the different spaces of socialization, life experiences and also the changes in the political context that factors which influenced the construction of the organizational models used by managements investigated. The empirical universe considered are the student movements that are organized at the Federal University of Sergipe. To account of the issues raised, this work is divided into four parts: the first is to analyze, from the desk research, the emergency conditions of the University Student Movement in Sergipe, the causes defended, organizational repertoires used and the student movements, between the period 1950 and 1999, focusing mainly in the 1980s and 1990s; the second part examines based on questionnaires and the method previously mentioned, the profile of students who are active, focusing mainly on the militant and political itinerary. Also, investigates three significant areas: the CAs, the Student Assemblies and the CEB's; the third part deals with the process of formation and performance of a DCE management, and how this process mobilizes interpersonal networks of leaders and a political dispute over this space that goes beyond the walls of the University; the fourth part discusses the militants careers of DCE former presidents in the last 15 years, whereas the social origin, the multiple engagements and socialization processes and identification with militancy influenced the transformation of the organizational models used by them. This thesis has allowed to show that the organizational models used is directly linked to changes in the political context, the multiple engagement and the construction of dense social networks and socialization processes that promote continuity in militancy. It also shows that the relationship between student movements and political parties, is both confrontational and conciliatory in the face of financial interests, electoral and representative of both parties. In addition, this paper argues that the engagement of activists and student leaders in political parties stems from a personal and professional identification process of the actors themselves, as they make the associative militancy and partisan a life project.

Key-words: Student Movement; organizational model; social networks; individual engagement logic; militants careers.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Área de curso.....	81
Tabela 2: Participação em movimentos sociais.....	89
Tabela 3: Participação em Centros Acadêmicos.....	93
Tabela 4: Participação em CAs e DAs.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pautas locais e nacionais do Movimento Estudantil (1980-1989).....	61
Quadro 2: Análise de Atas.....	103
Quadro 3: Perfil Acadêmico.....	165
Quadro 4: Perfil Militante.....	166
Quadro 5: Perfil Social.....	166
Quadro 6: Engajamento e relação dos pais com a militância, e participação dos amigos.....	170

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Ingresso na UFS.....	74
Gráfico 2: Ingresso no Movimento Estudantil.....	75
Gráfico 3: Sexo e idade.....	78
Gráfico 4: Tempo de dedicação ao movimento.....	82
Gráfico 5: Formas de atuação no Movimento Estudantil.....	83
Gráfico 6: Participação em coletivos.....	86
Gráfico 7: Participação em sindicatos.....	87
Gráfico 8: Participação em ONG.....	87
Gráfico 9: Participação em partidos políticos.....	88
Gráfico 10: Participação em Movimentos Sociais.....	89

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma 1: Gestão 1999/2000.....	129
--------------------------------------	-----

Organograma 2: Gestão 2002/2003.....	135
Organograma 3: Gestão 2004/2005.....	138
Organograma 4: Gestão 2005/2006.....	139
Organograma 5: Gestão 2006/2007.....	141
Organograma 6: Gestão 2007/2008.....	144
Organograma 7: Gestão 2008/2009.....	145
Organograma 8: Gestão 2009/2010.....	147
Organograma 9: Gestão 2010/2011.....	148
Organograma 10: Gestão 2013/2014.....	154
Organograma 11: Gestão 2014/2015.....	155

LISTA DE SIGLAS

AE – Articulação de Esquerda
AI – Ato Institucional
ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes Livres
CA – Centro Acadêmico
CEB – Conselhos de Entidades de Base
CPC – Centro Popular de Cultura
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central dos Estudantes
FUFSE – Fundação da Universidade Federal de Sergipe
JUC – Juventude Universitária Católica
MESS – Movimento Estudantil de Serviço Social
ONG – Organização Não Governamental
PROUNI – Programa Universidade Para Todos
REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UNE – União Nacional dos Estudantes
UEES – União Estadual dos Estudantes de Sergipe
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UJC – União da Juventude Comunista
UJS – União da Juventude Socialista

LISTA DE PARTIDOS

ASD – Aliança Social Democrática
DEM – Democratas
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Social Democrático

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSD – Partido Social Democrático

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
O objeto de estudo e o problema de pesquisa.....	15
Considerações teóricas	22
Considerações metodológicas.....	26
Estrutura geral da dissertação.....	29
CAPÍTULO 1 - CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM SERGIPE	34
1.1 Surgimento do movimento estudantil universitário em Sergipe.....	36
1.2 Juventude, geração e participação política dos jovens em Sergipe e no Brasil	42
1.3 Pautas, modelos de organização e abertura política a partir da análise de registros históricos (1979-1999).....	60
1.4 Diversificando os espaços políticos e culturais	65
CAPÍTULO 2 - QUEM SÃO ESSES ATORES? PERFIL DOS MILITANTES E ESPAÇOS DELIBERATIVOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO	71
2.1 Conhecendo o perfil dos estudantes que militam	73
2.2 Múltiplas militâncias: conhecendo outros espaços que os estudantes militam	85
2.3 Movimento Estudantil de base: uma análise sobre o papel dos centros acadêmicos.....	90
2.4 Representação política, “pauta pronta” e “trampolim político”: analisando as assembleias estudantis e os CEBs.....	98
2.4.1 Assembleias estudantis.....	101
CAPÍTULO 3 - ENTRANDO NO MUNDO DAS GESTÕES: PROCESSO ELEITORAL, REPERTÓRIOS ORGANIZACIONAIS E “ACESSO À POLÍTICA ESTUDANTIL ”	111
3.1 “Deixando falar o objeto”: formas de significados do apartidarismo no movimento estudantil	117
3.1.1 Da união à rejeição: relatos sobre os partidos políticos no movimento estudantil	122
3.2 DCE: processo eleitoral, repertórios organizacionais e “acesso à política” estudantil	128
CAPÍTULO 4 - CARREIRAS MILITANTES: O MILITANTISMO UNIVERSITÁRIO COMO UM PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, DE SOCIALIZAÇÃO E DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	160
4.1 Os primeiros espaços de participação política e a militância	164
4.2 Origem social e esferas de socialização	166

4.2.1 Dirigentes militantes	173
4.2.2 Dirigentes partidários	181
4.2.3 Dirigentes estudantes.....	187
CONCLUSÃO.....	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203
APÊNDICES.....	210
APÊNDICE 1: Entrevistas Com Dirigentes E Militantes Do Dce-Data/Local.....	211
APÊNDICE 2: Observações Participantes - Evento/Local/Organizadores/Data.....	212
APÊNDICE 3:Fotografias.....	214
APÊNDICE 4:Questionário.....	217
APÊNDICE 5:Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	219
APÊNDICE 6: Termo de Consentimento Livre E Esclarecido.....	221
ANEXOS	223
ANEXO 1: DECRETO-LEI Nº 228, de 28 de fevereiro de 1967.....	224
ANEXO 2: DECRETO-LEI Nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.....	230

INTRODUÇÃO

O movimento estudantil universitário no Brasil desde seu surgimento passou por diversas transformações relacionadas ao perfil dos estudantes que se engajam no movimento, aos modelos de organização, aos repertórios de ação utilizados em defesa de causas cada vez mais diversificadas, bem como aos posicionamentos político-ideológicos dos grupos. Acreditamos que alguns fatores tiveram implicações para isso, como mudanças nas formas de acesso ao ensino superior e também mudanças no contexto político, que ocasionaram momentos de repressão e de abertura para a participação política e para engajamento militante dos estudantes em diferentes espaços políticos. Outro fator diz respeito às entidades representativas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), que, observamos, até o final da década de 1990, teve um papel hegemônico em organizar os movimentos estudantis e grande parte dos DCE's das universidades e faculdades do País; delimitando, portanto, os modelos de organização, os repertórios de ação e as causas que o movimento estudantil de base e o movimento estudantil geral, que eram ligados à entidade, deveriam utilizar e defender.

A partir do final da década de 1990 já é possível observar que houve uma transformação no papel da UNE, como também uma diversificação das entidades de representação dos estudantes, um exemplo disso é o surgimento das executivas de curso e as empresas juniores (MISCHE, 2008). Nos anos 2000, movimentos de juventudes formados principalmente por estudantes universitários e secundaristas também passam a desempenhar um papel fundamental na organização dos estudantes, como é o caso do Movimento Passe Livre (MPL), que defende causas ligadas ao transporte público. Em 2009 tem o surgimento também da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL), que foi fundada por estudantes que não se sentiam representados pela UNE. Além disso, tiveram as manifestações de junho de 2013, que revelaram uma juventude de direita que, após a ditadura militar, se organizou de forma esporádica com relação à disputa pelos espaços de representação estudantil.

Outro acontecimento que foi observado como um evento que influenciou de forma direta a organização do movimento estudantil universitário brasileiro, e de forma particular o movimento estudantil de Sergipe, foram as eleições para presidência da República de 2014.

No caso de Sergipe, o que foi observado é que antes das manifestações de junho de 2013 e da referida eleição os movimentos estudantis organizados na Universidade Federal de Sergipe (UFS) eram formados por militantes de esquerda, que se dividiam entre aqueles mais radicais e aqueles menos radicais. Após esse período, passam a se organizar juventudes que se autoidentificam como conservadoras, liberais e de direita; ou seja, após esses dois acontecimentos houve uma diversificação ideológica dos movimentos estudantis da UFS, bem como a emergência de uma juventude que tradicionalmente não disputava espaços de representação estudantil.

O estudo sobre movimento estudantil universitário em Sergipe implicou considerar todos esses fatores citados anteriormente, pois a investigação sobre esse movimento envolveu não somente analisar as mudanças no contexto político e social, e a diversificação das entidades representativas – e suas implicações nas formas de organização dos movimentos estudantis ligados a elas –, mas também quem são os estudantes que militam no movimento estudantil e como alguns deles se tornaram dirigentes e lideranças de outros espaços políticos. No caso de Sergipe, até o fim da década de 1990, o DCE da UFS tinha um prestígio e um reconhecimento político que se tornava evidente a partir do discurso de ex-dirigentes da entidade que se tornaram, posteriormente, lideranças políticas do estado (COSTA, 2009). Vimos que isso se transforma, a partir dos anos 2000, tanto por conta de mudanças no contexto político quanto por conflitos internos, pelas relações interpessoais das lideranças e por diferentes interesses e motivações dos dirigentes da entidade.

O objeto de estudo e o problema de pesquisa

O objetivo desta dissertação é investigar as formas de organização dos movimentos estudantis da UFS durante o período de 2000 a 2015. Trata-se de investigar mais particularmente como os modelos e repertórios organizacionais utilizados por lideranças estudantis e pelos ex-presidentes do Diretório Central dos Estudantes estão relacionados a mudanças no contexto político, às redes sociais desses atores e às lógicas individuais de engajamento político.

Tal investigação se insere em uma problemática mais geral sobre as condições e as formas de militância no movimento estudantil. No que é tocante às Ciências Sociais, tal problemática é abordada por meio de diferentes perspectivas nos estudos sobre os chamados

“movimentos sociais” e mobilizações estudantis em particular. Algumas dessas perspectivas tomam os processos políticos, os conflitos entre Estado e sociedade civil e as mudanças nas estruturas de oportunidades políticas como centro da análise para explicar a emergência de movimentos sociais, de novos atores, de causas, de repertórios de ação e de protestos públicos. Por outro lado, alguns estudos tomam as redes sociais como o foco da investigação para compreender os processos de entrada dos atores em espaços políticos, a influência que elas têm na mobilização de recursos e dos múltiplos engajamentos presentes na carreira militante dos atores. Já em outra perspectiva a análise das condições de origem e as lógicas de engajamento individual são tomadas como objeto de análise para compreender os recursos mobilizados, as relações estabelecidas entre os atores, a influência da origem social para a entrada na militância e como isso influencia na organização do movimento (BOURDIEU, 2011b; REIS, 2003; 2009). Todas essas perspectivas foram importantes para o presente estudo, porém, precisaram ser consideradas de forma relacional.

Neste sentido, partimos de uma perspectiva diferente: lançamos mão da análise dos modelos e repertórios organizacionais que ofereceu instrumentos analíticos para investigar como os atores se apropriam de modelos de organização disponíveis no mundo social e de como são feitas relativas reconvenções de quem pode utilizá-los e para quais propósitos serão utilizados. Tal perspectiva foi importante também, na medida em que permitiu conhecer os diferentes modelos de organização a partir dos termos, atributos e ações peculiares a cada movimento estudantil analisado.

É de acordo com essas orientações que o presente trabalho examina os modelos e repertórios organizacionais utilizados por um conjunto de movimentos estudantis, e como eles estão relacionados com o contexto político, com as redes sociais e com as lógicas de engajamento individual. Para isso, parte-se da ideia de que as transformações e a diversificação nos modelos de organização e nos repertórios organizacionais do movimento estudantil universitário estão ligadas diretamente a mudanças no contexto político, às redes sociais prévias dos atores e às diferentes formas de engajamentos individual dos atores. Trata-se de mostrar que a investigação dos modelos de organização e repertórios organizacionais revela como os atores mobilizam recursos humanos, financeiros, escolares, etc.; articulam suas redes de relações prévias e estabelecem novas estruturas de relações; como ainda as rupturas políticas partidárias e eleições federais, estaduais e municipais influenciam a organização do movimento estudantil. Além disso, procura-se evidenciar que as condições

sociais de origem, a inserção prévia em diferentes espaços de socialização política e as motivações individuais e coletivas que influenciaram o engajamento individual dos atores implicam na forma que esses atores se organizam no movimento estudantil universitário.

Para alcançar tais objetivos focalizam-se os modelos e repertórios de organização de 13 gestões do DCE da UFS, entre o período de 2000 a 2015. O recorte das gestões se fez necessário na medida em que a formação de uma gestão envolve um conjunto de diferentes movimentos estudantis e de organizações políticas apoiadoras, que permite por um lado analisar como os atores se apropriam e reinterpretam os modelos e repertórios de organização disponíveis; por outro, como uma série de elementos da dinâmica cotidiana e de bastidores que caracterizam cada gestão e as redes de apoiadores que estavam ligadas a elas.

A escolha do marco temporal se dá por dois fatores: o primeiro, porque se observou que é a partir, principalmente, dos anos 2000 que houve uma transformação na organização dos estudantes em defesa de diversas causas, utilizando tanto repertórios organizacionais tradicionalmente reconhecidos, como a emergência ou a reinterpretação de repertórios; é ao longo desse período também que houve uma mudança nas formas de acesso ao ensino superior, que consequentemente modificou o perfil dos estudantes universitários e dos militantes do movimento estudantil. O segundo fator está relacionado à ausência de trabalhos acadêmicos nas Ciências Sociais sobre o movimento estudantil de Sergipe, a grande parte da produção sobre o tema no estado está reservada à História, e tanto nessa disciplina quanto nos poucos trabalhos produzidos nas Ciências Sociais o marco temporal se restringe dos anos de 1950 até o final da década de 1990. Neste sentido, acreditou-se que estudar esse período contribuiria para a sociologia da militância e para compreender o movimento nesse período mais recente.

Os objetivos desta dissertação consistiram em examinar como as transformações nos modelos de organização e a utilização de determinados repertórios organizacionais estão relacionados a uma variação do perfil econômico, social, político, acadêmico e profissional dos dirigentes do DCE; bem como se relacionam a suas carreiras militantes e as suas redes sociais. Objetivou-se também investigar como determinadas mudanças no contexto político geram estruturas de oportunidades políticas que configuram a emergência ou o desaparecimento de determinados atores políticos no movimento estudantil. Tratou-se de investigar como essas oportunidades políticas permitiram que o movimento estudantil se

“metamorfoseasse”¹ nas suas formas de organização, possibilitando novos espaços de socialização política e modificação das relações entre os movimentos estudantis e outras organizações políticas, principalmente os partidos políticos.

As mudanças no contexto político, como as de regime, promoveram momentos de repressão e de abertura política para a participação política dos atores sociais. De acordo com isso, o período do regime militar no Brasil e o processo de redemocratização do País configuraram diferentes modelos e repertórios de organização no movimento estudantil universitário brasileiro e em Sergipe, particularmente. A entrada do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal em 2003 também foi um acontecimento político que possibilitou novas dinâmicas de organização do movimento estudado e dos movimentos sociais como um todo.

Como alguns autores demonstram (OLIVEIRA; SILVA, 2011; SILVA, 2006), no período de gestão do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e na primeira gestão de Dilma Rousseff houve uma maior participação e diálogo entre Estado e sociedade civil, além disso, os autores demonstraram que houve uma inserção de atores contestadores ocupando cargos institucionais em órgãos públicos e mobilizando ações em defesa de determinadas causas. O múltiplo engajamento dos atores, deste modo, se tornou um aspecto interessante uma vez que percebemos que tanto esses acontecimentos como o surgimento do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2005, influenciaram a organização e as alianças dos movimentos estudantis existentes na UFS durante esse período; bem como vimos que as lideranças de tais movimentos também ocuparam cargos de dirigentes ou militam nesses partidos políticos, e em alguns casos ocuparam cargos em órgão públicos.

A organização dos movimentos sociais em rede, como algumas autoras colocam (MISCHE, 1996; 2008; SCHERER-WARREN, 1996), é algo que começa a ser característico da dinâmica de organização dos movimentos sociais, principalmente a partir da década de 1990. A inserção dos militantes em diversos espaços políticos, participando seja como lideranças militantes ou como apoiadores, tem um efeito direto na atuação e organização deles nos movimentos dos quais fazem parte. Em consenso com isso, notamos que os militantes e lideranças dos movimentos estudantis analisados neste trabalho ocuparam mais de um espaço de militância e atuaram como apoiadores de vários movimentos sociais e partidos políticos.

¹Termo utilizado por uma militante, em entrevista, para indicar como o movimento estudantil muda rapidamente e é dinâmico nas suas formas de atuação. Utilizado pela autora com o mesmo sentido.

Além disso, verificamos que esses atores mobilizavam suas redes interpessoais prévias como, principalmente, recurso humano, político e financeiro para disputar espaços representativos, como o DCE. A análise dos espaços de socialização política e das redes sociais se mostrou fundamental para explicar por que determinados movimentos estudantis se organizaram e atuaram utilizando determinados modelos e repertórios organizacionais que caracterizaram os processos de transformação na organização do movimento estudantil universitário de Sergipe.

Por outro lado, algo que se tornou muito importante para a presente análise foram as condições sociais de origem dos ex-presidentes do DCE e os seus diferentes processos de engajamento individual que envolveu uma análise sobre as motivações e interesses individuais e coletivos com relação ao movimento, a relação de suas família com a militância, as amizades constituídas antes, durante e depois, o engajamento no movimento estudantil e uma análise dos eventos que foram significativos para a entrada desses atores na militância estudantil. Sendo assim, foi considerada a análise de carreira militante utilizada por alguns autores (OLIVEIRA, 2010; REIS, 2003;2009) para compreender de forma processual e relacional as lógicas de engajamento individual. A partir de tal abordagem, vimos que determinados eventos ocorridos durante as carreiras militantes desses atores, bem como os diferentes espaços de socialização política e a origem social tiveram um peso nas decisões e no investimento pessoal que cada um fez com relação à militância antes, durante e depois da sua participação no movimento estudantil universitário. Isso orientou a forma que eles conduziram o DCE durante o período que ficaram gestando, de modo que as implicações foram principalmente nas causas reivindicadas, nos projetos desenvolvidos voltados para formação acadêmica e cultural dos estudantes; nas alianças estabelecidas com organizações políticas externas à UFS; na relação com a Reitoria; no perfil dos militantes; e nos modelos e repertórios organizacionais utilizados.

O movimento estudantil universitário em Sergipe emerge em meados de 1948, com as primeiras faculdades de nível superior (CRUZ, 2012), diferentemente do contexto nacional no qual desde 1901 já existia a Casa do Estudante do Brasil e a Federação Nacional dos Estudantes Brasileiros², que tinha como função organizar nacionalmente os jovens estudantes que já se mobilizavam em torno das causas estudantis, políticas, econômicas e culturais do País. Em Sergipe, existiam quatro faculdades inicialmente: Faculdade de Ciências

² CRUZ. **Da autonomia à resistência democrática**: Movimento Estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985. (Tese de doutorado em História).UFBA, 2012.

Econômicas (FCE) e a Escola Superior de Química (ESQ), em 1948; a Faculdade de Direito, que surgiu em 1951, com o Centro Acadêmico denominado “Sílvia Romero”, existente até os dias atuais; e a Faculdade de Medicina, fundada em 1961³.

Além da criação dessas instituições, em 1969 a Faculdade Católica de Filosofia é integrada à Universidade Federal de Sergipe, como também ainda nesse período surge o Colégio de Aplicação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e o Instituto de Letras e Comunicação; é implementado também o Instituto de Matemática e Física⁴. Sendo considerado um processo tardio em relação aos outros estados do Brasil, a implementação desses cursos superiores nesse período em Sergipe significou uma mudança política, cultural e socioeconômica de suma importância para o desenvolvimento do estado, bem como para os jovens estudantes que não precisavam se deslocar mais para outros estados ou para fora do País para cursar o ensino superior. Sobre isso Cruz (2012, p.75) salienta:

A existência, o funcionamento e a expansão de cursos superiores em cidades como Aracaju, a partir da segunda metade do século XX, significaram, sobretudo para os que tinham condição socioeconômica menos abastada, uma maior possibilidade de acesso a esse nível de ensino. Outro ponto a ser destacado sobre implantação desses cursos gira em torno da diminuição das limitações encontradas pelas mulheres que desejavam completar seus estudos, na medida em que, geralmente, a dificuldade do deslocamento acrescentava-se à lista de valores culturais de uma sociedade que limitava os espaços e os papéis a elas destinados.

Esse processo tardio de surgimento e posteriormente de federalização das faculdades de ensino superior – a Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) é efetivada em 1968⁵ – pode ser explicado pelas configurações políticas e socioeconômicas desse período no estado: dominação oligárquica tendo como figuras grandes senhores de engenho que dominavam a política e a economia local; os grupos políticos locais se alternavam entre o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN); entre debates e configurações políticas nacionais, a implementação de novos cursos de ensino superior é efetivada (CRUZ, 2012; DANTAS, 1997; 2002; 2004). Além do papel do Estado na efetivação da Fundação da Universidade Federal de Sergipe, a participação da Igreja Católica, bem como do movimento estudantil universitário, foi de suma importância para a expansão e

³ *Ibidem*.

⁴ Fonte: Jornal Visconde de Cairú, 1974, capa.

⁵ Ver mais em <<http://divulgacoes.ufs.br/pagina/hist-ria-2518.html>>, acesso em: 20 ago. 2015.

posteriormente para a criação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), instalada na cidade de São Cristóvão - SE, no início da década de 1980 (CRUZ, 2012).

O movimento estudantil universitário entre 1950 e 1961 já contava com os Diretórios Acadêmicos da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe, fundado em 17 de janeiro de 1950; o da Faculdade de Química de Sergipe, 1950; o Centro Acadêmico Sílvia Romero, vinculado à Faculdade de Direito de Sergipe, fundado em 1951; o Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, ligado à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, fundado em 2 de junho de 1951; do Diretório Acadêmico Maria Kiehl, associado à Escola de Serviço Social, tendo sua primeira gestão representativa em 1954; e o Diretório Acadêmico Augusto César Leite, vinculado à Faculdade de Medicina de Sergipe, fundado em 5 de abril de 1961 (CRUZ, 2012, p. 93).

Além desses centros e diretórios representativos, os universitários também se organizaram em torno da estruturação e criação da União dos Estudantes de Sergipe, que tinha como função representar os interesses dos estudantes universitários do estado (CRUZ, 2012). O movimento estudantil universitário de Sergipe, portanto, começa a construir suas entidades representativas, seus centros acadêmicos, mobilizando os recursos e os repertórios organizacionais disponíveis naquele período. Além de considerarmos que o movimento estudado emergiu e se desenvolveu quando já havia um movimento estudantil universitário organizado no País – o que permitiu a configuração de particularidades –, percebemos que as mudanças de acesso ao ensino superior e determinados decretos-lei impostos durante o regime militar foram significativos para compreendermos o objeto de estudo deste trabalho.

Durante o regime militar, várias formas de repressão à participação política dos jovens foram impostas. O movimento estudantil se organizava principalmente com os sindicatos e com os partidos políticos que atuavam na clandestinidade. Desse período, algo que interferiu de forma direta na organização do movimento estudantil universitário e secundarista do Brasil e de forma mais geral na liberdade de expressão dos jovens foi a implementação do Ato Institucional de nº 5 (AI-5), baixado em 13 de dezembro de 1968, (AZEVEDO, 2010; CORDEIRO, 2009; SOUSA, 1999). O ano de 1968 foi marcado no imaginário social como um período de grandes manifestações estudantis e de defesa dos direitos humanos e das liberdades. O radicalismo durante as manifestações promovidas pelos jovens estudantes marcou a forma de organização e de contestação utilizada pelo movimento estudantil desse período. Em consenso com isso, dois decretos-lei implementados durante esse período também influenciaram a organização do movimento estudantil: o primeiro, o

Decreto-Lei nº228 imposto em 28 de fevereiro de 1967; o segundo, o Decreto-Lei nº477, implementado em 26 de fevereiro de 1969 (ver os dois decretos na íntegra em ANEXOS 1 e 2). Tais decretos repercutiram de forma agressiva e coercitiva nas formas de mobilização dos jovens estudantes brasileiros (CRUZ, 2012), esses decretos tiveram implicações regionais diferentes com relação a sua aplicabilidade aos movimentos estudantis.

Considerações teóricas

Para dar conta de responder à ideia central deste trabalho, tomamos, em primeiro lugar, a análise de modelos de organização e de repertórios organizacionais. Essa análise permitiu compreender como os ex-presidentes do DCE adaptaram modelos de organização aos propósitos políticos que queriam e como, a partir de novos arranjos, de apropriações e de resistência a modelos de organização existentes na política estudantil da UFS, emergiram modelos alternativos e, também, o compartilhamento e reinterpretações de modelos tradicionalmente conhecidos. O movimento estudantil da UFS historicamente foi marcado pela presença de partidos políticos disputando os espaços de representação estudantil na universidade, apesar de muitos movimentos estudantis terem um modelo de organização semelhante aos dos partidos políticos que estão vinculados, notamos que a defesa por uma “gestão apartidária” ou por um “movimento estudantil apartidário” tomou fôlego principalmente a partir dos anos 2000. O fato é que essa “defesa por um movimento estudantil sem partido político” faz parte de uma dinâmica mais recente de organização dos movimentos estudantis: mascarar as vinculações partidárias foi uma das estratégias percebidas utilizadas pelos movimentos estudantis para recrutar os calouros, ou mesmo veteranos, para participarem do movimento estudantil.

A adaptação dos modelos de organização e dos repertórios organizacionais pode acontecer por diversos fatores, seja quando mudanças no contexto político alteram a forma de organização existente e limitam os recursos organizacionais, financeiros e humanos disponíveis ao movimento estudantil, e esse por sua vez reage utilizando outras formas de organização; seja quando surgem novos grupos de oposição interessados em disputar os espaços de representação estudantil e, por consequência, impõem modelos de organização contrários aos existentes, como sendo uma das formas de marcar uma identidade política-ideológica naquele espaço.

Tais considerações têm base nos estudos de Clemens (2010) e Sawicki e Siméant (2011). Esses autores demonstraram como a análise dos modelos de organização e dos repertórios organizacionais foram importantes para compreender os atores que constroem a organização de um movimento social. Segundo Clemens:

Os modelos de organização compreendem tanto padrões para os arranjos de relações no interior de uma organização como conjuntos de roteiros para a ação culturalmente associados com esse tipo de organização. Dessa forma, os modelos podem ser pensados como sendo intermediários entre dimensões abstratas de uma forma de organização (por exemplo, grau de hierarquia) e exemplos de organizações específicas. Modelos podem referir-se a “organizações de um determinado tipo” ou a “organizações que fazem determinado tipo de coisa”. A menção, quer a um atributo quer a uma ação, pode evocar um modelo compartilhado ou uma forma de organizar⁶.

Esse conceito foi pertinente para analisar as transformações dos modelos e repertórios de organização do movimento estudantil universitário porque leva em consideração que os modelos e repertórios podem variar no tempo a partir das mudanças no contexto político, socioeconômico e cultural, e porque considera o perfil social, econômico e político dos atores que mobilizam os repertórios e modelos que estão disponíveis. Assim, Clemens não foca nas formas institucionalizadas de organização, mas nas estratégias de organização que mobilizam múltiplos modelos de organização, que não são necessariamente institucionalizados (CLEMENS, 2010).

Desta feita, a autora toma a noção de repertório de ação de Charles Tilly (ALONSO, 2009; TARROW, 2009) para analisar o “movimento da mulher” do final do século XIX e início do século XX nos Estados Unidos, porém, utiliza de forma específica o conceito de repertórios organizacionais para compreender como esse movimento se organizava. Clemens (2010, p.165) entende por repertórios organizacionais, “o conjunto de modelos organizacionais e empiricamente disponíveis que podem ser mobilizados pelos atores políticos”.

Para compreendermos como o movimento estudantil em discussão se organizava, mobilizamos três níveis de análise destacados por Sawicki e Siméant (2011): o micrológico, que observa os indivíduos e suas interações mútuas; o mesológico, que considera os grupos e

⁶ CLEMENS, Elisabeth S. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1890-1920. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, p.164.

as organizações mais ou menos institucionalizadas; e, por fim, o macrológico, que analisa as transformações socioeconômicas, culturais e políticas. A mobilização desses três níveis possibilitou analisar de forma relacional o múltiplo engajamento em diferentes espaços associativos e políticos, as “oportunidades” políticas e militantes disponíveis e a influência das instituições intermediárias no processo de construção, renovação e continuidade de modelos e repertórios de organização no movimento estudantil investigado. Em consenso com isso, observamos também como as gestões do DCE eram influenciadas pelo grau de institucionalização dos seus dirigentes em partidos políticos ou em movimentos sociais. Assim, seguindo as orientações de Sawicki e Siméant (2011) entendemos que o engajamento deve ser compreendido de forma relacional, emergindo a partir da intersecção das expectativas organizacionais e das experiências pessoais dos militantes, por isso se fez tão importante analisar a carreira militante de cada um dos ex-presidentes do DCE. Da mesma forma foi necessário observar como transformações no contexto político nacional e local deram condições para determinados grupos se organizarem e manterem seus modelos de organização, neste sentido, verificamos que as eleições municipais e determinados protestos públicos influenciaram tanto a emergências de formas de organização estudantil dentro da UFS quanto a permanência delas.

O conceito de redes sociais ofereceu instrumentos analíticos importantes para a construção do presente trabalho. Tal conceito é utilizado para compreender os processos de “micromobilizações”, ou seja, como ao longo de suas vidas os indivíduos são socializados em determinadas culturas associativas e são mobilizados a partir de suas intersecções cotidianas (SILVA, 2010). Desse modo, utilizamos a análise de redes sociais para entender como os espaços de socialização associativos e políticos prévios, ou a ausência deles, caracterizaram tipos de dirigentes do DCE, bem como os modelos de organização e os repertórios organizacionais escolhidos por eles. Além disso, notamos que a socialização dos atores nesses espaços permite a eles apreender técnicas e práticas de organização, como ainda uma percepção sobre a participação política, sobre a militância e sobre a relação movimento estudantil e partido político (MESQUITA, 2003; OLIVEIRA, 2005; 2010; SANTOS; SANTOS; OLIVEIRA, 2015; MORENO; ALMEIDA, 2009).

Em consenso com isso, um conjunto de estudos recentes nas ciências sociais brasileiras tem demonstrado como a análise de redes sociais permite investigar como a socialização anterior em determinados espaços permitem a construção de laços e alianças

políticas, afetivas, profissionais, etc. entre os atores sociais, que são mobilizadas posteriormente para a militância religiosa, estudantil, partidária, para o ativismo ou mesmo para um projeto profissional (BEZERRA, 2007; COMERFORD, 1999; COSTA, 2009; MISCHÉ, 2008; OLIVEIRA, 2005; 2010; PALMEIRA; GOLDMAN, 1996; ROCHA, 2007). Neste sentido, entendemos que os espaços de socialização prévios dos militantes do movimento estudantil universitário constituíram um aspecto importante a ser analisado, já que temos como interesse compreender as mudanças nas formas de organização e de utilização dos repertórios organizacionais não só por meio das condições estruturais, mas também por meio das interações e das experiências de vida dos militantes do movimento.

Para compreendermos as mudanças no contexto político lançamos mão da análise dos processos político, três conceitos constroem o modelo analítico dessa abordagem: Estrutura de Oportunidade Política (EOP), os Repertórios de Ação e os Ciclos de Protestos (ALONSO, 2009; OLIVEIRA, 2013; SILVA, 2010; TARROW, 2009). No presente trabalho, mobilizamos principalmente a análise da EOP: ela acontece quando há mudanças nas dimensões formais e informais do ambiente político, isso possibilitaria um aumento nas chances para grupos sociais se mobilizarem, abrindo, renovando ou criando novos canais para expressão de reivindicações (ALONSO, 2009; ALONSO, COSTA; MACIEL, 2007; SILVA, 2006; TARROW, 2009). Por um lado, tal abordagem ofereceu instrumentos analíticos para questionar como movimentos estudantis considerados de direita e liberais se organizaram na UFS após dois acontecimentos: as manifestações de junho de 2013 e as eleições de 2014; por outro lado, permitiu questionar como determinados movimentos estudantis permaneceram na direção do DCE por mais de um ano e como isso se relacionava com o fato de que candidatos de partidos políticos aliados ocupavam cargos políticos, como os de deputados, de prefeito e de vereadores de Aracaju.

Para dar conta de entender as lógicas de engajamento individual utilizamos o conceito de carreira; esse conceito permite analisar o processo pelo qual os atores passam até se engajarem em um determinado movimento social (FILLIEULE, 2001; OLIVEIRA, 2005). Tal conceito possibilitou investigar de forma relacional a influência que determinados acontecimentos, as interações, os engajamentos prévios, as condições de origem e as motivações dos atores tiveram no engajamento deles no movimento estudantil. Nesse sentido, o centro da análise são os atores e os espaços em que eles se inseriram ao longo da sua vida e como essas inserções contribuem ou não para o seu engajamento em movimentos sociais,

partidos políticos ou em outras organizações políticas e sociais. Além disso, como esses processos de socialização permite aos indivíduos uma apreensão de práticas militantes, um “estilo” militante em que eles possam reconhecer códigos, gramáticas, formas de mobilização, etc., além da construção de relações de amizades, afetivas, políticas, profissionais, que podem ser mobilizadas futuramente em outros espaços sociais e políticos. Por isso, foi considerado nesse presente trabalho não só a origem social dos atores, a militância múltipla, os dilemas entre ser militante e ser estudante e mudanças no contexto político local, mas também os cursos de formação política e os congressos, encontros e seminários estudantis que os militantes fizeram, pois acreditamos que são nesses espaços que os atores apreendem ou reforçam uma cultura militante; para alguns estudantes é o primeiro despertar para a militância, além de ser um espaço importante para a construção de diversos tipos de relações sociais.

Considerações metodológicas

Para dar conta dos objetivos propostos, os procedimentos metodológicos utilizados foram tanto qualitativos quanto quantitativos, pois compreendemos que o trabalho de campo é um trabalho diário e que as técnicas e métodos de pesquisas são instrumentos e ferramentas que nos permite conhecer e compreender o universo estudado. Portanto, foram considerados os ensinamentos de Mills sobre o artesanato intelectual (MARTINS, 2013); tentamos escolher as ferramentas e instrumentos mais adequados para compreender as transformações nas formas de organização do movimento estudantil universitário.

Assim, o trabalho de campo foi dividido em quatro etapas: na primeira foi feita uma revisão da literatura, fazendo um levantamento dos trabalhos produzidos sobre o movimento estudantil universitário no Brasil e em Sergipe. Essa revisão da literatura foi importante para suscitar algumas questões sobre o campo: em primeiro lugar, foi verificada uma ausência de estudos na área das ciências sociais que analise movimentos estudantis de direita, tanto no âmbito nacional quanto local; em segundo, notamos que a relação entre partidos políticos e movimento estudantil é histórica e que ao mesmo tempo em que ela tem sido reafirmada como algo importante para organização do movimento estudantil universitário, ela tem sido rejeitada por novos movimentos estudantis que são contrários à atuação dos partidos políticos no movimento estudantil.

Na segunda parte deste trabalho, foram realizadas entrevista exploratória, observação participante e pesquisa documental. A entrevista exploratória ofereceu um panorama de como estava organizado, principalmente, o movimento estudantil entre os anos de 2008 e 2013. Foi importante para conhecer os movimentos estudantis que se organizavam nesse período, os partidos políticos e movimentos sociais que através de suas juventudes disputavam espaços de representação estudantil. Além disso, foi importante para coletar alguns nomes de lideranças e movimentos estudantis que foram analisados com maior aprofundamento posteriormente.

Já a observação participante realizada no DCE e em eventos promovidos pelos movimentos estudantis foram fundamentais para a construção desse trabalho, pois foi possível conhecer os bastidores e o cotidiano do movimento estudantil e perceber como a formação, por exemplo, de uma gestão envolve mais do que as motivações coletivas e políticas dos estudantes. A presença constante no DCE e em outros espaços de convivência dos estudantes, observando as conversas e, em alguns casos, participando de suas ações foi importante para apreender como as relações entre as lideranças estudantis e partidos políticos se constroem, como ocorre o processo de recrutamento de calouros, como os estudantes são socializados nos espaços de militância e se tornam militantes, e em alguns casos lideranças estudantis. Nesse sentido, esse método permite ao pesquisador conhecer seu universo estudado a partir das situações observadas que os atores se deparam normalmente e como se comportam diante delas. É possível conversar com todos os participantes ou com alguns destas situações e descobrir as interpretações que eles tiveram sobre os acontecimentos que observaram (BECKER, 1999). As observações foram importantes também para conseguir se inserir no campo e estabelecer contatos que possibilitaram a aplicação dos questionários e entrevistas semiestruturadas posteriormente.

Em um primeiro momento da pesquisa documental feita principalmente nos arquivos do DCE e de forma esporádica nos centros acadêmicos de Direito, de Ciências Sociais e História buscamos coletar todos os documentos que pudessem conter informações sobre o movimento estudantil de Sergipe entre o período de 1950 até 2015. Esse conjunto de documentos envolveu a coleta de notícias em jornais impressos de circulação local, panfletos, projetos, relatórios, ofícios, atas de CEBs, de assembleias estudantis, de posse de gestões do DCE e de centros acadêmicos, entre outros. Em um segundo momento, focamos em coletar material sobre os anos de 1980, 1990 e 2000, coletamos e xerocamos, especialmente, notícias de jornais de circulação local, jornais estudantis, panfletos, informativos estudantis, todo o

Livro de Posse que continha as atas de CEBs, assembleias estudantis e gestões do DCE de 1983 até 2008, e jornais da UNE. Nosso principal objetivo com esse método foi coletar informações sobre as causas que eram defendidas, quais eram os movimentos estudantis que as defendiam, qual era o conteúdo das assembleias estudantis e dos CEBs, quem foram os presidentes do DCE durante esse período e a quais grupos estavam vinculados. Para isso, foi utilizado como fonte de pesquisa, também, a análise de notícias na página no *facebook* do DCE e de movimentos e lideranças estudantis, blog das gestões e sites de jornais eletrônicos.

Na terceira etapa foi elaborado um questionário que foi aplicado a 64 militantes de diferentes movimentos estudantis que se organizam na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, o campus central da UFS localizado na cidade de São Cristóvão-SE. Os questionários foram formados por variáveis que permitiam apreender informações sobre os itinerários militantes e políticos, sobre perfil escolar e acadêmico, situação social e sobre as expectativas futuras que os militantes tinham sobre a sua participação política na militância. Esse procedimento foi demasiadamente importante para o conjunto do trabalho porque mostrou quantitativamente e qualitativamente o múltiplo engajamento dos militantes, suas expectativas com relação a sua militância, o tempo que eles investem para tal e como as mulheres vêm ocupando espaços de liderança na militância estudantil. Os questionários também serviram como um instrumento para estabelecer conversas informais, principalmente com militantes do grupo Liberte-se, e posteriormente para marcar entrevistas semiestruturadas com eles.

Por fim, na quarta etapa foi elaborado o roteiro de entrevista semiestruturada, que foram realizadas com seis militantes, sendo que quatro faziam parte do movimento Liberte-se, um da ANEL e uma do Movimento Rua: Juventude Anticapitalista; e com 12 ex-presidentes do DCE que atuaram entre o período de 2000 a 2015. A realização de tais entrevistas foi significativa para apreender, com base em um roteiro aberto, o sentido que os atores dão às suas próprias experiências, às suas práticas e acontecimentos em que eles se veem confrontados; assim nas entrevistas foram exploradas situações de conflitos, sistemas de valores familiares e religiosos, de práticas de organização e de mobilização (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998).

Além disso, foram apreendidas informações sobre as condições de origem, o perfil profissional e acadêmico, as expectativas dos atores com relação ao movimento estudantil e sua carreira militante; assim foram feitas perguntas em que os ex-dirigentes precisaram

reconstituir acontecimentos do passado e indicar as redes de relações que eles faziam parte, quais as rupturas e as alianças que foram feitas antes, durante e depois da militância. O principal objetivo desse procedimento foi averiguar como as experiências pessoais, as redes interpessoais, os eventos que ocorrem durante a vida dos atores e as suas condições de origem afetam diretamente nas lógicas de engajamento individual, nos modelos de organização e nos repertórios organizacionais que os atores mobilizam para determinados propósitos no movimento estudantil da UFS.

Desse modo, notamos que as redes sociais, principalmente de amizade, influenciam de forma significativa a entrada de estudantes no movimento estudantil, como também as redes de militância e política prévia; percebemos também que os espaços de socialização e as expectativas e interesses individuais que os estudantes tiveram com relação à sua militância implicaram diretamente nos modelos de organização que eles construíram e na convenção que eles fizeram dessa experiência para sua vida profissional, para a militância e para política partidária.

Estrutura geral da dissertação

O objetivo principal desse trabalho é, portanto, demonstrar que a transformação nos modelos de organização e nos repertórios organizacionais utilizados pelos movimentos estudantis da UFS envolve, por um lado, a análise das diferentes formas de apropriação e utilização que os atores fazem dos modelos e repertórios de organização disponíveis; por outro lado, que essa apropriação e utilização se relacionam com mudanças no contexto político, nas redes sociais e com as lógicas individuais de engajamento.

O primeiro capítulo intitulado a *Construção do Movimento Estudantil universitário em Sergipe* teve como objetivo principal fazer uma análise histórica do objeto de estudo. Para tanto, foram analisadas as condições de emergência do movimento estudantil universitário em Sergipe, focalizando por um lado as principais transformações políticas, econômicas, culturais e sociais em âmbito local e nacional; por outro lado, como essas transformações afetaram os modelos de organização e os repertórios organizacionais utilizados pelos movimentos estudantis, com foco especialmente para o período de 1950 até 1999. Além disso, foi feita uma análise de como a literatura tratou a participação política dos jovens nas últimas três

décadas e de como essa participação tem se transformado a partir de mudanças objetivas, simbólicas e inerentes aos próprios processos de socialização dos jovens na sociedade. A análise histórica do objeto foi significativa para mostrar que a transformação nos modelos de organização e do uso que determinadas lideranças estudantis fazem dos repertórios organizacionais está relacionada diretamente a mudanças no contexto político, às experiências de vida, às suas condições de origem, às redes sociais e aos interesses que as lideranças estudantis têm com relação a sua militância. É sabido que chegamos a esse resultado a partir da análise e da comparação dos dados coletados durante toda pesquisa. Nesse primeiro capítulo utilizamos como principal procedimento metodológico a pesquisa documental e também a revisão da literatura, focando principalmente, em alguns trabalhos produzidos sobre o movimento estudantil em Sergipe (COSTA, 2009; CRUZ, 2012; DANTAS, 1997).

Nos capítulos seguintes a investigação focou o período propriamente investigado nessa dissertação, de 2000 a 2015. O segundo capítulo intitulado *Quem são esses atores? Perfil dos militantes e espaços deliberativos do movimento estudantil universitário* teve como objetivo central analisar os múltiplos engajamentos dos militantes e conhecer os movimentos estudantis que atuavam na UFS, para isso foram levantadas informações sobre o perfil dos estudantes que militavam, quais eram os movimentos estudantis dos quais faziam parte, os espaços políticos e militantes que eles estavam inseridos, bem como outras informações como sexo, idade, curso, ano de entrada no movimento estudantil, etc. Para isso, utilizamos os 64 questionários aplicados, algumas observações participantes e as seis entrevistas realizadas com militantes de diferentes movimentos estudantis. O capítulo também faz uma análise sobre os espaços de deliberação, como as assembleias estudantis e reuniões do Conselho de Entidade de Base (CEB), bem como uma análise sobre a atuação dos Centros Acadêmicos (CAs) para a organização do movimento estudantil universitário de base e geral. O interesse em analisar esses espaços de deliberação e organização se deu por conta de alguns relatos de militantes, nos quais eles relataram que nesses espaços havia muita manipulação dos pontos de pauta e também que eram espaços de recrutamento, nos quais ficava claro como as lideranças estudantis mascaravam as ligações que tinham com partidos políticos.

O terceiro capítulo, de título *Entrando no mundo das gestões: processo eleitoral, repertórios organizacionais e acesso a política estudantil*, teve como objetivo central investigar, por um lado, os modelos de organização e repertórios organizacionais utilizados pelas gestões do DCE; por outro, como eles se relacionavam com os múltiplos engajamentos

dos dirigentes da entidade, com o contexto político local e com as redes sociais. Outra questão suscitada nesse capítulo é como um militante se torna um dirigente do DCE, o que isso representa e de que forma interfere na organização do movimento estudantil. Para tanto, procuramos analisar de forma etnográfica os processos de construção e formação das gestões, observando desde o processo de inscrição de chapas até os resultados das eleições; foram analisadas atas de posse das gestões, panfletos, jornais estudantis, bem como outras fontes, para compreender como os movimentos estudantis se organizavam para disputar a entidade estudantil e o que isso significava para eles e para os movimentos sociais e partidos políticos que os apoiavam.

Assim, partindo de um princípio em que o pesquisador “deixa falar o objeto” (OLIVEIRA, 2013), nossa análise foi construída a partir dos relatos e das entrevistas com militantes e dirigentes do movimento estudantil de base e geral, bem como a partir de recortes de jornais impressos, de notícias em blogs, jornais eletrônicos e redes sociais on-line. Procuramos focar nos termos e em repertórios de ação específicos utilizados por cada gestão para identificar quais as práticas e modelos organizacionais utilizados pelas gestões analisadas, e perceber como determinados símbolos e gramáticas configuravam a identidade de cada gestão e, com efeito, seu modelo de organização.

O quarto capítulo intitulado *Carreiras militantes: o militantismo universitário como um processo de identificação, de socialização e de participação política* foca na análise das carreiras militantes de 12 dirigentes que ocuparam o cargo de presidentes do DCE da UFS durante o período de 2000 a 2015. O objetivo principal desse capítulo foi mostrar as diferentes lógicas de engajamento individual e como isso implica em tipos de lideranças estudantis; em um segundo plano, buscamos apresentar como as condições de origem, a construção de redes sociais densas e a socialização em espaços associativos e políticos influenciaram, por um lado, na forma que esses dirigentes atuaram e organizaram o movimento estudantil e, por outro, como isso influenciou nos processos de converter a militância estudantil para um projeto profissional, partidário, mas também para um desengajamento de algumas dessas lideranças. Foram utilizadas principalmente as entrevistas semiestruturadas e as conversas informais realizadas com esses atores.

Segundo Fillieule (2001) além de consideradas as mudanças no contexto políticos e as carreiras militantes dos indivíduos engajados para compreender as modalidades de engajamento individual, é preciso também considerar as organizações onde eles

desenvolveram suas atividades e onde apreenderam práticas e estratégias de militância, bem como uma percepção sobre a participação política (OLIVEIRA, 2005; REIS, 2009). Assim, foi questionado às lideranças se os engajamentos que elas tiveram ou a ausência delas em outros espaços de militância foram importantes para o seu engajamento na militância estudantil e para continuidade ou em outros espaços políticos. Notamos que os engajamentos prévios, os eventos ocorridos durante a militância estudantil e o vínculo com partidos políticos são significativos para um investimento maior na militância ou para o desengajamento militante.

Por fim, a conclusão apresenta considerações finais sobre cada capítulo, mostrando como cada objetivo proposto neles foi importante para alcançar os resultados que mostram como os modelos de organização e repertórios organizacionais mobilizados pelos movimentos estudantis, e mais especificamente pelas lideranças estudantis que ocupam o cargo de presidente do DCE, estão diretamente relacionados com mudanças no contexto político nacional e local, com a carreira militante dessas lideranças e com a penetração e interferência dos partidos políticos nas dinâmicas de organização e nas disputas por espaço de representação na UFS, onde os grupos disputantes transmitem seu projeto político-ideológico e sua forma de organização.

Neste sentido, este trabalho mostra por um lado que os modelos e repertórios de organização dos movimentos estudantis se constroem a partir de processos de conciliação e de resistência à ação de partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos; por outro lado, mostra que as estratégias de recrutamento de militantes têm se transformado, principalmente em relação às formas de manipular a vinculação que eles têm com os partidos políticos; por fim, este trabalho demonstra também nos relatos dos militantes e lideranças a fragilidade do movimento estudantil universitário, na medida em que ele depende principalmente de recursos financeiros e humanos para se manter ativo. A falta de recursos financeiros, por exemplo, é um dos aspectos que promovem a construção de alianças com partidos políticos e outras organizações, e que por consequência promove uma dependência dos movimentos estudantis com relação a eles; já a falta de recursos humanos é um dos aspectos que influenciam a força de um movimento estudantil na UFS, em alguns momentos determinados movimentos estudantis se mostraram fortes e ativos, em outros eles não conseguiam nem disputar as eleições do DCE porque não havia militante suficiente para preencher a formação

de uma chapa. Isso demonstra que a organização de um movimento estudantil envolve diversos elementos, em que alguns deles serão explorados nos capítulos a seguir.

Em Anexo e nos Apêndices , se encontram alguns decretos, tabelas produzidas pelo movimento estudantil, fotografias produzidas por nós em espaços de observação participante durante a pesquisa e quadros que apresentam quais foram os eventos observados e as datas de observação; ainda, é apresentado outros quadros com as datas em que foram feitas as entrevistas com militantes e dirigentes.

É importante ressaltar que todos os nomes de militantes e dos ex-presidentes do DCE/UFS que aparecem no decorrer da dissertação são pseudônimos.

CAPÍTULO 1 - CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM SERGIPE

O objetivo deste capítulo é investigar as diversificações nas bases de organização e nas redes de sociabilidades que envolvem o movimento estudantil universitário de Sergipe desde sua emergência no estado. Para tanto, foi preciso levar em consideração determinados eventos e mudanças que ocorreram no contexto político, cultural e socioeconômico do Brasil e que de modo particular teve implicações específicas no contexto sergipano e na participação política dos jovens no contexto nacional e local. Para a compreensão disso, foi utilizada uma literatura que permite entender as oportunidades políticas geradas por meio de determinadas mudanças no sistema político (ALONSO, 2009; TARROW, 2009), como ainda foi problematizado o papel social e político do movimento estudantil universitário nas últimas décadas e a participação política dos jovens, principalmente no movimento estudantil, nos contextos local e nacional, a partir de alguns estudos clássicos e recentes que buscam analisar entre estes temas já citados a categoria juventude (ABRAMO, 1997; BRENNER, 2011; CORDEIRO, 2009; FORACCHI, 1972; 1977; MANNHEIM, 1982; SOFIATI, 2008; SOUSA, 1999).

Além disso, foi feita uma revisão da literatura sobre a política sergipana, sobre ensino superior em Sergipe e sobre a emergência do movimento estudantil universitário no estado. Entre os trabalhos fichados, lançamos mão daqueles produzidos pelo cientista social e historiador José Vieira da Cruz, o cientista político Ibarê Dantas, e a cientista social Joana D'Arc Costa; tais autores contribuíram, principalmente, para compreender as dinâmicas de organização política e de socialização dos militantes do movimento em outros espaços políticos, como os partidos políticos e a Igreja Católica, entre o período de 1950-2000.

Foi analisada uma série de matérias de jornais de circulação local e de materiais produzidos pelos próprios atores dos movimentos estudantis que atuaram no período de 1980-2000. A partir desse material buscamos demonstrar os enquadramentos e as concepções sobre os movimentos estudantis, tanto a partir da visão daqueles que os constroem diariamente, quanto de outras organizações que se articulam com eles e/ou que criam concepções sobre o que é e/ou o que deveria ser o movimento estudantil. Para tanto, foram fotocopiados diversos documentos, notícias de jornais, folhetos, informativos, jornais de gestões do DCE e de CAs,

que se encontravam no DCE, no Centro Acadêmico Silvio Romero (do curso de Direito) e no Centro Acadêmico Caio Amado (do curso de Ciências Sociais).

Neste sentido, a elaboração deste capítulo foi pensada a partir da necessidade de compreender como determinadas mudanças no sistema político e/ou de mudança de governo têm implicações nas dinâmicas de organização e nas redes de sociabilidades que conformam o movimento estudantil universitário da UFS desde sua criação. De acordo com isso, este capítulo também tenta dialogar com uma discussão que está presente em outros trabalhos que analisaram a participação política dos jovens, com um olhar específico para os jovens que atuaram no movimento estudantil universitário durante as “Diretas Já” em 1984, as manifestações do “Fora Collor” em 1992 e as manifestações de junho em 2013. Com relação a isso, outros eventos políticos, que são mais específicos da história do movimento estudantil brasileiro, foram analisados, como, por exemplo, o surgimento da Federação dos Estudantes do Brasil em 1901, a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), o golpe militar de 1964, a passeata dos “Cem Mil”, entre outros, que são fundamentais para a compreensão das transformações nos modelos de organização, de atuação, e de representação e socialização dos jovens nos espaços de militância estudantil universitária.

Defendemos três argumentos ao longo deste capítulo: o primeiro argumento é de que as mudanças no sistema político brasileiro possibilitaram configurações particulares no movimento estudantil universitário da UFS, em virtude do contexto político, cultural e socioeconômico local. Já o segundo argumento defendido é de que as redes sociais das lideranças dos movimentos estudantis que atuam na UFS são compostas majoritariamente por dirigentes ou militantes de partidos políticos, que historicamente fez com que essa relação – partido político e movimento estudantil – limitasse a emergência de formas alternativas de atuação no espaço universitário. No terceiro, argumento defendemos que o período de redemocratização política, bem como a entrada do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo Federal, e todas as políticas públicas voltadas para o ensino superior durante os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, promoveram um diálogo maior entre o Estado e os movimentos sociais, mas especificamente entre esse e o movimento estudantil universitário, e com entidades representativas como a UNE. Além disso, mostramos como houve uma diversificação dos espaços nos quais os estudantes passaram a militar, uma relativa autonomia desses estudantes frente a outras organizações políticas e sociais, novas formas de sociabilidade entre movimento estudantil e partidos políticos.

1.1. Surgimento do movimento estudantil universitário em Sergipe

Para analisar o surgimento do movimento estudantil da UFS tomamos como base o trabalho de José Vieira da Cruz (2012). O estudo de Cruz analisou a conjuntura política, socioeconômica e cultural em Sergipe no período em que as primeiras instituições de ensino superior foram implementadas no estado, investigou ainda qual era o perfil dos estudantes que frequentavam e tinham acesso ao ensino superior, o surgimento dos primeiros centros e diretórios acadêmicos, bem como as transformações que a sociedade sergipana viveu a partir da criação das faculdades e posteriormente da UFS. As questões suscitadas nesse trabalho como a desigualdade no acesso às instituições de nível superior, as crises econômicas e políticas que o estado enfrentou durante o período de 1950 a 1985, bem como as transformações pelas quais o movimento estudantil universitário passou nesse período, foram significativas para conhecer a origem de determinadas formas de organização e repertórios organizacionais, que são mobilizadas atualmente pelos movimentos estudantis.

Diferentemente de outros estados do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, as primeiras faculdades criadas em Sergipe, segundo Cruz (2012), surgiram no final da década de 1940. Esse processo tardio vivenciado pelo estado com relação ao ensino superior já nos permite pensar que as configurações locais também implicaram nas formas de organização e nas redes de sociabilidade do movimento estudantil universitário em níveis local e nacional. Mas para compreender isso é preciso salientar que a emergência do movimento ocorre em um momento político chave da história do movimento estudantil brasileiro e da política no Brasil, ou seja, o movimento surge em um período desenvolvimentista, em meio às campanhas do “petróleo é nosso”, em meio às manifestações da UNE e UBES antes e depois do Golpe Militar, ou seja, entre 1950-1985 (CRUZ, 2012). Além disso, as configurações políticas que se deram no governo de Getúlio Vargas, com uma forte presença da direita no movimento estudantil, apoiando a UNE e a UBES em suas manifestações, também retrata o que ocorria no movimento estudantil universitário de Sergipe nesse período. A presença de partidos políticos de direita e também da participação da Igreja Católica teve um papel importante na emergência do movimento estudantil e para o seu desenvolvimento no estado.

Falar do surgimento do movimento estudantil universitário em Sergipe é falar também das articulações e interesses políticos, como ainda, do processo de desenvolvimento político, cultural e socioeconômico do País no que concerne à implementação das instituições de ensino superior. Além dos trabalhos de Cruz, os estudos de Ibarê Dantas (1997; 2004)

demonstram a ligação do empresariado sergipano, principalmente os ligados à produção do açúcar durante o período provincial, como também, da articulação da Igreja Católica e dos intelectuais com o processo de criação das faculdades e posteriormente da UFS. Além disso, situa a atuação do movimento estudantil nesse período. A política no período ainda era marcada por um sistema de oligarquias que dominavam não só a política, mas também a economia, a cultura e os meios de comunicação (CRUZ, 2012; DANTAS, 1997; 2004).

Neste sentido, particularmente na cidade de Aracaju, o cenário político nesse período que antecede o golpe militar tinha se caracterizado pelas disputas udenistas, que tiveram dois mandatos consecutivos e por uma coalizão de forças políticas que envolvia o PSD, PR, PRT, PTR, PSB, PDC e uma dissidência da UDN que formou a Aliança Social Democrática – ASD (DANTAS, 1997; 2002; 2004). A partir dessa união foi eleito o governador João Seixas Dória, que iniciaria seu mandato em 1963 e que tinha uma simpatia pelo movimento estudantil (CRUZ, 2012), fato que contribuiu para o desenvolvimento do movimento e para a criação da UFS.

Antes da existência de instituições de ensino superior no estado, era preciso que os estudantes fossem para outros estados ou para outros países com o fim de concluir os estudos, contudo, nem todos tinham a possibilidade de fazer isso; aqueles que conseguiam, ou eram oriundos das oligarquias, isto é, das famílias abastadas, ou eram estudantes que tinham sido apadrinhados por alguma figura política ou econômica da região. Tinha ainda outra possibilidade para aqueles estudantes de famílias menos abastadas, o seminário. A Igreja Católica, que foi uma figura importante tanto nas tentativas de implementação e efetivação das faculdades quanto da organização e apoio ao movimento estudantil universitário, era uma “porta aberta” para alguns estudantes completar os estudos e em muitos casos seguir a vida religiosa como padres ou freiras.

Como os trabalhos de Cruz (2012) e Dantas (1989; 2002; 2004) analisaram as iniciativas para incluir o estado no processo desenvolvimentista e de industrialização do País, perpassa também pelo desenvolvimento e a formação de um quadro de profissionais especializados, bem como de intelectuais, etc., essa questão segundo Cruz (2012) está ligada também a um processo de decadência econômica da maior fonte econômica de Sergipe durante o período provincial, o açúcar, que estava em crise desde meados do século XIX (CRUZ, 2012; DANTAS, 2004) e que em certa medida poderia provocar o enfraquecimento

das elites locais com relação à dominação dos espaços políticos, econômicos e culturais da região. Nesse sentido vale ressaltar que, segundo Cruz (2012, p.74), a crise no açúcar:

Pode ter influenciado as elites locais a investirem na formação de alguns de seus filhos como forma de manutenção dos seus status, inclusive recorrendo ao erário de provincial, inicialmente, e ao erário estadual durante a Primeira República, posteriormente, para obtenção de auxílio financeiro com objetivo de garantir formação em cursos que lhes assegurassem uma carreira de bacharéis e de ocupantes de cargos públicos de comando.

Com base nisso, podemos perceber que a formação do primeiro quadro de estudantes das primeiras faculdades de Sergipe contava principalmente com os filhos das elites formais, com o interesse delas de reproduzir e manter o seus *status* na política e na economia do estado. Assim, as primeiras tentativas de implementação de ensino superior laico ocorreu durante o governo de Maurício Graccho Cardoso durante a década de 1920, que foram a instituição da Faculdade de Farmácia e Odontologia Anibal Freire e a Faculdade de Direito “Tobias Barreto”⁷, contudo, foram tentativas que não tiveram sucesso (CRUZ, 2012). Segundo Cruz, um dos motivos possíveis para o insucesso dessas tentativas se relaciona à falta de estrutura e infraestrutura do estado nesse período. Diante disso, nos próximos anos foram feitos investimentos e colocadas em prática algumas estratégias, entre essas as criações da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) e da Escola Superior de Química (ESO), em 1948. A criação dessas duas instituições marca o início de implementação de ensino superior no estado, que é concluída em 1968 (CRUZ, 2012; Jornal Visconde de Cairú, 1974).

Nos anos que se seguiram, sugeriram outras faculdades até o ano de 1968, quando foi fundada a Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFS). A da Faculdade de Direito em 1951, por exemplo, foi fundada por juristas ligados ao PSD (CRUZ, 2012; DANTAS, 1989), ação de iniciativa estadual e posteriormente se torna federalizada; em 1951, surge a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS), e a Escola de Serviço Social (ESS) em 1954, ambas mantidas pela Igreja Católica; e a Faculdade de Medicina, fundada em 1961 e mantida por uma sociedade civil com financiamento do estado (CRUZ, 2012). Todas essas instituições, em 1968, formam a Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFS). Surgem em 1969 o instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Letras e Comunicação, e o Instituto de Matemática e Física (Jornal Visconde de Cairú, 1974, p.1).

⁷Ver mais em NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de educação e cultura do estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

A emergência do movimento estudantil da UFS acontece também nesse processo de implementação dessas instituições de ensino superior. A criação do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe, fundado em 17 de janeiro de 1950, foi o marco da primeira iniciativa organizada dos estudantes universitários de Sergipe. Como demonstrado no trabalho de Cruz (2012, pp.92-93), surge nesse período outros centros acadêmicos, como o Centro Acadêmico Sílvia Romero em 1951, vinculado à Faculdade de Direito; o Diretório Acadêmico da Escola Superior, datada de 30 de março de 1950; o Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, relacionado à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, fundado em 2 de junho de 1951; o Diretório Acadêmico Maria Kiehl, associado à Escola de Serviço Social, em 1954, e o Diretório Acadêmico Augusto César Leite, vinculado à Faculdade de Medicina de Sergipe, fundado em 5 de abril de 1961 (CRUZ, 2012, p.93). Nesse período de início do movimento estudantil universitário, as pautas dos estudantes estavam vinculadas principalmente à construção e implementação de novos cursos de ensino superior no estado, bem como à liberdade política e a busca pela democracia.

Nesse período a UNE, que surgiu em 1937 como entidade que tinha como função representar todos os estudantes do País, já tinha em suas pautas a defesa da democracia, a democratização do espaço universitário, a liberdade política etc., e por meio das União Estadual dos Estudantes (UEEs) se organizava e se articulava com os movimentos estudantis de vários estados. No caso de Sergipe não foi diferente, logo que surgiram as representações de base dos estudantes – CA e DA –, surgiu também a União dos Estudantes de Sergipe (UES)⁸, segundo Cruz (2012), tudo indica que entre 1950 e 1951.

A UEES teve um papel fundamental para o desenvolvimento e consolidação do movimento estudantil universitário em Sergipe, uma vez que fazia a ponte entre o movimento estudantil local e o nacional, essa ponte, como aparece no trabalho de Cruz (2012), era constituída nos congressos da própria entidade e naqueles organizados pela UNE. Entretanto, ao longo da história do movimento estudantil notamos que algumas entidades foram desarticuladas, como é o caso da própria UEES⁹, enquanto que outras foram surgindo ao passo da diversificação que o movimento estudantil universitário nacional sofreu a partir de

⁸ Segundo Cruz (2012), em 1953, no II Congresso dos Estudantes de Sergipe, a sigla UES é modificada para União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES).

⁹ É importante salientar que este trabalho não teve como foco compreender o processo de construção e de participação das entidades representativas como a UEES, AJUC, UNE e ANEL, no processo de compreensão da diversificação das formas de organização e das redes de sociabilidades dos estudantes. Contudo, se faz necessário situar essas entidades e a importância delas na compreensão desse processo.

mudanças políticas ocorridas nas últimas décadas (CRUZ, 2012; MISCHE, 1997; 2008; MESQUITA, 2003; 2008). Além disso, essa diversificação é possível ser notada quando observamos durante as falas de alguns militantes e ex-dirigentes do DCE/UFS a relação que se estabelece entre a UNE, os partidos políticos, os CAs e DAs, no que concerne à representação dos interesses dos estudantes.

Nesse sentido, tentamos entender o papel das entidades representativas e como elas modelam formas de organização, bem como a utilização de determinados repertórios de ação e de recursos para controlar e disputar a representação do movimento estudantil geral da UFS. Desse modo, entidades como a UEES, que foi importante para colocar o movimento estudantil da UFS em contato com outros movimentos estudantis do País e aumentar as redes de articulação e representação local, é desarticulada por um período; e a Juventude Universitária Católica (JUC), que surge e cresce com o início do movimento estudantil no estado e perde força justamente em um processo de autoritarismo político e depois de diversificação e abertura dos espaços políticos no período de redemocratização, são exemplo de como transformações no contexto político de uma mudança da realidade social, cultural e econômica tanto no âmbito local quanto nacional interfere nas formas de representação do movimento estudantil universitário e nas disputas de representação desse movimento.

A representação da UNE no estado foi mais importante para o desenvolvimento do movimento do que para seu surgimento, foi atuante principalmente durante o período da ditadura militar através das campanhas contra tal regime político. Contudo, principalmente a partir do período de abertura política, essa entidade perde espaço político nas disputas de representação dos estudantes, e passa a concorrer tal representação com outras entidades como as Executivas de Curso e Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL). O surgimento de novas entidades de representação estudantil no País marca também o início de um processo de diversificação e das redes de relacionamentos dos movimentos estudantis de todo o País e particularmente daqueles que atuaram na UFS entre o início e o final da década de 1970 e a partir dos anos 2000. Dentro desse processo surge, como colocaram Ann Mische (2008) e Mesquita (2003), as Executivas de Curso na década de 1990, e como coloca o trabalho de Santos (2015), a Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL) em 2009.

Segundo dirigentes da ANEL em Sergipe, o surgimento da entidade se deu a partir do descontentamento de estudantes universitários e secundaristas que já não conseguiam reconhecer a UNE como uma entidade que os representava. Contudo, a forte imbricação entre

os militantes e dirigentes da entidade e o PSTU desde a emergência da entidade revela que o seu surgimento está ligado a interesses políticos partidários e à disputa pela representação de uma categoria. A proposta da ANEL é da construção de uma entidade livre da presença de partidos políticos e vínculos políticos com a reitoria, uma vez que isso levaria a entidade à dependência e à falta de liberdade para se manifestar frente a qualquer problema relacionado aos estudantes.

A ANEL se caracteriza e se posiciona da seguinte forma:

A ANEL é uma entidade LIVRE de amarras com o governo e com reitorias. Somos uma nova entidade estudantil símbolo do novo momento mobilizações [sic] que a juventude trava no mundo inteiro. Uma nova geração que está nas ruas, impulsionada pelos seus sonhos, lutando por seus direitos. Se o presente é de luta, o futuro nos pertence (ANEL, 2013).

Na última Assembleia Nacional da ANEL aprovou [sic] as campanhas nacionais “Lutar Não é Crime” e “ A Juventude Negra Tem Direito ao Futuro”. Chamamos todos a se incorporar nessas campanhas. É preciso dizer um basta a criminalização dos movimentos sociais e ao genocídio da juventude. Não aceitaremos calados que Dilma, ex-guerrilheira, seja hoje responsável pelo A-5 DA FIFA. Desde Junho já foram centenas de jovens presos. Queremos o fim dos indiciamentos, processos e inquéritos. Lutar é preciso! (ANEL, 2014).

A ANEL atua na UFS desde seu surgimento, em 2009. Seu surgimento está diretamente relacionado à ruptura do PSTU com a UNE, tal partido deixa de disputar a entidade em 2009, e a sua juventude começa a “construir” a ANEL. No caso da UFS, a ANEL é “construída”, em sua maioria, por militantes do partido, mas também por militantes independentes e coletivos de gênero. Os militantes dessa entidade estabelecem uma postura mais de confronto direto com a reitoria do que de diálogo. Tem como aliado na Universidade o PSOL, bem como o seu movimento de juventude chamado Rua: Juventude Anticapitalista; atuam na UFS por meio de repertórios de confronto: ocupação da reitoria, fechamento de ruas próximas à UFS, passeatas em praças e avenidas conhecidas de Aracaju. Além disso, tanto a ANEL quanto o Rua: Juventude Anticapitalista¹⁰ apoiam as greves dos docentes e técnicos

¹⁰O movimento nacional surgiu em janeiro de 2014 como sendo um movimento que surgiu após as manifestações de junho de 2013, no manifesto de fundação do movimento é descrito o seguinte: “Em 2013 uma nova geração da juventude brasileira saiu às ruas, junho nos permitiu sonhar! Em sintonia com todo um movimento de indignação sentido por jovens de todo o mundo, o Brasil foi sacudido pelos milhões que foram às ruas não mais dispostos a aceitar passivamente as regras do jogo: elas/os acreditavam que outra sociedade é necessária. Em meio a essa nova conjuntura, onde um número maior de pessoas passa a revoltar-se contra a ordem, é que devemos, como jovens, anticapitalistas e libertárias/os, disputar os rumos desta indignação com a construção de um novo movimento de juventude, que crie uma nova cultura política, combativa e democrática, para conquistar uma nova hegemonia na sociedade”.

administrativos da UFS e dessa forma se mobilizam com os sindicatos que representam essas duas categorias.

A união desses dois movimentos, bem como dos partidos políticos que os orienta, é sustentada pela oposição direta à política econômica e ideológica do PT quando tal partido entra no governo. No capítulo 3 veremos que até meados dos anos 2000 os militantes dos movimentos estudantis que militavam no PSTU ou era simpatizantes com política do partido atuavam de forma articulada com o PT. Quando o PSOL é criado em 2005, passa a se articular com esses dois outros partidos políticos, contudo, ocorre uma ruptura entre o PT, PSTU e PSOL, tanto em âmbito local quanto nacional. No movimento estudantil o que marca essa ruptura em nível nacional é o surgimento da ANEL em oposição à UNE, que é dirigida majoritariamente pelo PCdoB e por tendências ligadas ao PT. Em nível local, é a oposição que se constrói entre os movimentos estudantis ligados ao PT e aqueles ligados ao PSTU e PSOL.

1.2 Juventude, geração e participação política dos jovens em Sergipe e no Brasil

Nesse tópico apresentaremos e problematizaremos a participação política da juventude sergipana a partir de alguns estudos que analisam tal tema no Brasil. Bem como a partir de uma discussão histórica sobre o conceito de juventude, que nos dá elementos para pensar as transformações da participação política da juventude, não apenas por meio das mudanças nas estruturas objetivas, mas também por meio das experiências de vida e da própria condição dos jovens na sociedade brasileira. Nesse sentido, compreender a participação política da juventude implica em considerar a dimensão histórica que envolve o processo de constituição de uma subjetividade própria do jovem contemporâneo, assim, considerando que essa subjetividade, bem como as concepções e a participação política dos jovens nos diferentes períodos históricos, não podem ser tomadas como algo natural, mas é preciso que se interprete e problematize a partir da própria dinâmica histórica da sociedade na qual os jovens estão situados (FORACCHI, 1972; MANNHEIM, 1982; SOUSA, 1999; SOFIATI, 2008; REIS, 2003).

Os estudos analisados fazem uma problematização importante para o presente estudo, qual seja, enquadrar a juventude em um conceito é um problema para a análise da

mesma, pois segundo esses estudos que serão apresentados adiante o enquadramento da juventude em um conceito que tem pretensões de universalização deixa de lado a influência dos contextos histórico e social de origem em que está situada a juventude. Neste sentido, o caráter dinâmico e transitório demarcados por questões sociais ligadas principalmente à faixa etária e aos papéis sociais, como ainda a partir das próprias transformações que ocorrem na sociedade, caracterizam juventudes que devem ser compreendidas a partir de suas próprias especificidades.

Segundo Sousa (1999, p.16),

Na verdade, o jovem foi visto de diversos modos, mas nem sempre fica evidente, nas interpretações, que apesar de algumas noções serem consideradas como próprias da juventude, elas não são generalizáveis a ponto de se tornarem conceitos. O que parece interferir de modo determinante em sua definição são o *lugar* e o *tempo* onde se encontra, e, conseqüentemente, as *condições* em que vive.

A partir da análise do lugar, do tempo e das condições em que vive a juventude é que se pode constituir uma definição sobre ela, que não se torna generalizável. Por exemplo, se tomarmos as definições do que era a juventude do movimento estudantil universitário dos anos 1960 para compreender a juventude desse mesmo movimento só que nos anos 1990, ou do ano de 2013, veremos que a compreensão é limitada uma vez em que não permite compreender a juventude dos anos 1990 ou dos anos 2000 a partir dos próprios acontecimentos históricos e das próprias subjetividades que conformam tais períodos e que são determinantes na constituição de um tipo de juventude específico. Bem como, não se pode compreender a juventude do movimento estudantil da UFS desde seu surgimento a partir da compreensão e das definições sobre a juventude paulistana ou carioca, pois, como veremos, a emergência desse ator político em Sergipe emerge de forma organizada a partir do ano de 1950.

Mais do que procurar conceituar a juventude e sua participação política no movimento investigado neste trabalho, nos propomos investigá-la a partir dela mesma, ou seja, a partir do que os jovens do movimento estudantil universitário da UFS entendem sobre juventude, e partindo disso e de uma reflexividade constante sobre tal questão, procuramos comparar as juventudes dos anos 2000 que atuam na UFS, com outras juventudes que atuaram nesse espaço em décadas e em contextos políticos, socioeconômicos e culturais anteriores, a fim de identificar continuidades e mudanças, principalmente, nas formas de organização, nas

redes sociais e nos repertórios organizacionais. Contudo, refletir sobre o processo de reconhecimento e de percepção que os próprios jovens têm sobre eles mesmos e sobre sua participação política exige a compreensão de como eles foram e são tematizados na sociedade brasileira, nas classificações para elaboração de políticas públicas, etc. Na literatura sociológica, destacam-se os trabalhos produzidos entre as décadas de 1960 e 1970, destacamos os trabalhos particularmente de Manheinn, Foracchi e Ianni. Tais autores se preocuparam em compreender qual o papel que os jovens desempenhavam e ocupavam na estrutura social, pensando a condição de jovens a partir de olhares diferentes, que são interessantes para discussão presente.

Por outro lado, Ianni (1968) compreende a atuação política dos jovens a partir do advento do capitalismo; tal autor defende que nas sociedades capitalistas há uma impotência crescente dos jovens com relação ao campo político. Algo interessante que o trabalho de Ianni oferece é quando o mesmo examina como estudantes de diferentes camadas sociais defendem determinadas ações políticas que em determinados contextos contradizem a posição de classe social a qual pertencem. Diferentemente dos trabalhos de Manheinn e Foracchi, Ianni problematiza o inconformismo dos estudantes, a partir de um fenômeno que está associado à situação socioeconômica do indivíduo.

Já Foracchi (1972) deixa de lado a visão de gerações como centro da discussão, que possibilita a compreensão dos jovens contemporâneos. Ela, portanto, analisa os jovens como um tipo singular em que se constitui a partir das relações estabelecidas com as estruturas da sociedade, com a universidade, com a família e com o seu grupo político de referência (SOUSA, 1999). Na discussão feita pela autora, se coloca as ambivalências vivenciadas pelos jovens, em que consistem que seu papel social é atribuído a partir de uma faixa etária e pelo direito, bem como por uma fase em que as experiências e as relações os preparam para a vida adulta. Algo, importante do trabalho da autora para análise que nos propusemos fazer sobre o movimento estudado, diz respeito aos motivos ou impulsos que levam os jovens a contestarem, ou seja, desenvolverem ações coletivas de contestação contra algo que é normativo, que está estabelecido socialmente. Segundo a autora, a prática da contestação está vinculada às dificuldades de viver o presente, não apenas vivenciadas pelos jovens, mas também pelos adultos, que assim como jovens são “regulamentados” e “enquadrados” em papéis sociais convencionais, assim, a autora descreve da seguinte forma:

A prática nova da contestação está embasada nesta forma de relacionamento, possibilitando a proposição geral de que as manifestações contestatórias não se explicam pelo debilitamento das estruturas institucionais intermediárias e pela consequente dificuldades de concretização das aspirações de *integração* ao sistema, mas, sim, pela *persistência de um modo de articulação dessas estruturas que radicaliza um comportamento de rejeição*. A recusa em aceitar a condição de adulto refere-se, pois, ao modo de ser adulto, concretizado no arranjo convencional das estruturas institucionais (FORACCHI, 1972, p.13).

Os modos de recusa aos comportamentos que são convencionais, seja quando jovem ou na fase adulta, é algo que caracteriza algumas formas de organização presentes no movimento estudantil e no perfil de alguns militantes, como por exemplo a recusa a se adequar a um trabalho formal e a terminar o curso superior no tempo exigido em prol de investir mais tempo na militância estudantil, ou a possibilidade de trocar de curso durante a vivência na universidade. É importante frisar que Foracchi (1972) considera a importância em compreender a sociabilidade que envolve cada fase da vida, neste sentido, a importância de compreender os processos de sociabilidades que envolvem a juventude do movimento estudantil universitário, pois, segundo a autora, é através desses movimentos que os jovens extravasam todas as suas inquietações e contradições sociais, e mediados pela política conduzem e propõem conteúdos de uma nova sociabilidade (FORACCHI, 1972; SOUSA, 1999).

Já Karl Mannheim (1982), apesar de ser reconhecido, principalmente na sociologia do conhecimento, por meio do seu conceito de geração deu enormes contribuições para as investigações sobre juventude. O conceito de geração trabalhado por esse autor nos deu elementos importantes para compreender o movimento estudantil universitário, uma vez que para ele a questão da geração não está ligada meramente a uma questão biológica e às estruturas objetivas que circunscrevem o ritmo natural da vida, mas a uma subjetividade que é inerente aos indivíduos e que pode ser compreendida através das “situações” em que esses indivíduos compartilham de sentimentos e interesses comuns. Com relação a isso, o problema da geração, segundo o autor, não pode ser deduzível da delimitação biológica como faziam as teorias naturalistas, mas a partir das similaridades dos indivíduos compartilhadas em uma situação social.

O autor salienta que o problema sociológico das gerações começa quando se observa a relevância sociológica dos fatores biológicos, ou seja, quando se observa que cada fase da vida é demarcada e associada a determinados comportamentos, situações, relações, etc. O

autor defende que se “não fosse pela existência de interação social definida entre os seres humanos, pela estrutura social definida, e pela história estar baseada em um tipo particular de continuidade, a geração não existiria como um fenômeno de localização social; existiria apenas nascimento, envelhecimento e morte” (MANNHEIM, 1982, p. 72). Desse modo, a perspectiva de Mannheim reafirma a importância de compreender a juventude a partir do processo histórico-social em que ela está situada, não apenas da delimitação etária, mas a partir do processo de identificação que é compartilhado por indivíduos que se encontram em uma mesma situação social, “o fenômeno social da ‘geração’ não representa nada mais que um tipo particular de identidade de situação, abrangendo ‘grupos etários’ relacionados, incrustados em um processo histórico-social¹¹”.

Pensar a participação política da juventude, seja a partir do inconformismo com as condições sociais e econômicas, seja através das ambivalências que envolvem a condição de jovem na sociedade brasileira ou a partir do conceito de geração como um fenômeno social, implica compreender como essa participação foi sendo transformada e diversificada nas últimas décadas, bem como exige compreender como a história dessa participação excluiu determinadas formas de uma juventude específica, que em contrapartida produziu uma memória e identidade positiva de uma juventude revolucionária, radical e contestadora da ordem, que ainda permanece no imaginário social e em algumas formas de organização e de socialização dos estudantes universitários.

Voltado mais especificamente para o movimento estudantil, Marcos Ribeiro Mesquita (2003) investiga novas práticas militantes e identifica uma nova sociabilidade militante dentro do movimento estudantil brasileiro. Para tanto, o autor analisou as relações entre diversos grupos organizados do movimento estudantil, desde os mais institucionalizados até aqueles que apreenderam outras formas de fazer política. Segundo o autor, nas últimas décadas os militantes dispõem de novos canais de participação política, sendo que o movimento estudantil é um desses canais, mas não é o principal. Mesquita classifica alguns tipos de movimento estudantil que ele conseguiu identificar durante sua pesquisa: o movimento estudantil do tipo orgânico, normalmente ligado a algum partido político; o que tem expressão e interesse temático, como os movimentos negros e as executivas de curso; e por fim, o que tem organização de grupo, mas não tem vínculo partidário, como o caso dos

¹¹ MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. [tradução: Cláudio Marcondes], In: Marialice M. Foracchi (org), **Karl Mannheim**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1982. p.73.

independentes e os anarquistas. Segundo Mesquita, um dos motivos que têm levado a crise de representatividade das entidades do movimento estudantil está ligado diretamente à influência dos partidos políticos no interior do movimento.

Analisando também a participação dos jovens no movimento estudantil, focando principalmente na análise de redes e nos múltiplos engajamentos Ann Mische (1997) examinou as manifestações vinculadas ao *impeachment* de Fernando Collor de Melo em 1992 por meio de uma perspectiva histórica, analisando as três últimas décadas e destacando as mudanças políticas, sociais e culturais com ênfase no engajamento através das redes, dos jovens brasileiros nas manifestações. Segundo a autora, houve transformações nas redes sociais e de militância dos jovens nas últimas décadas, e para compreender essa mudança e como os jovens se organizam é preciso analisar as suas redes interpessoais e suas experiências de vida. Assim como Mesquita (2003), Mische (2008) identificou que um dos motivos da crise das entidades representativas é a penetração de outras organizações, como os partidos políticos, no interior das entidades. Notamos que a interpenetração entre partido político e movimento estudantil universitário é uma realidade histórica do movimento estudantil da UFS e que influencia na organização do mesmo, o ponto que questionamos e tomamos como foco durante a pesquisa foi sobre as diferentes relações de interpenetração e de resistência aos partidos políticos no período analisado.

Em outra perspectiva analítica a historiadora Janaína Martins Cordeiro (2009), analisando uma campanha durante a ditadura militar, mostra como determinadas formas de ação, tanto de grupos de mulheres que defendiam o Golpe Militar de 1964 e a permanência da ditadura quanto de uma juventude que apoiava as ações da “Campanha da Mulher pela Democracia” e o regime político ditatorial, foram “apagadas” e esquecidas no processo de construção em prol de uma memória positiva dos grupos que se manifestaram, entre eles os estudantes esquerdistas, contra a ditadura militar. Destacando uma fala de Martins Filho (2002) em que diz que “uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se por vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu nos embates das armas”, neste sentido, a tentativa dos grupos e intelectuais de esquerda em criar uma memória de resistência à ditadura militar era confrontada, por outro lado, a uma tentativa dos militares, ainda durante o governo de Geisel, em criar uma memória que em vez de promover o esquecimento da população, lembrá-la que o projeto político civil-militar instaurado em 1964, não foi apenas pensado e implementado

através de esforços militares, mas também a partir de uma sociedade que estivera comprometida com tal projeto (CORDEIRO, 2009).

O trabalho historiográfico de Cordeiro possibilita uma discussão acerca da produção literária nas ciências sociais sobre os movimentos de juventude de direita, e particularmente sobre a ação estudantil de movimentos considerados conservadores atualmente. Fazendo a leitura desse trabalho, percebemos que quando fizemos a revisão bibliográfica sobre o tema estudado nessa dissertação não nos preocupamos em observar os trabalhos produzidos sobre juventudes que se assumiam como conservadoras e “antiesquerdistas” em Sergipe, por acreditarmos que esses grupos não existiam de forma organizada na UFS, pois historicamente os trabalhos científicos demonstraram que não houve um grupo organizado, por exemplo, disputando a direção do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Essa mesma concepção é apresentada também nos discursos de intelectuais tanto de direita quanto de esquerda que lecionam e militam na universidade. Nossa preocupação com relação a essa juventude se deu no segundo semestre de 2014, quando surgiu no espaço universitário uma juventude que se organiza e se reconhece como de direita e liberal. A partir do acompanhamento desse grupo fizemos novamente uma revisão da literatura, e observamos a carência que há nos estudos sobre movimentos estudantis que assumem um posicionamento ideológico de direita ou liberal. No caso de Sergipe, por exemplo, não foi encontrado nenhum trabalho na área das ciências sociais que analisou a participação e organização de juventudes com esse perfil nas últimas décadas.

Uma produção que valorizava e contribuiu para uma visão positiva e revolucionária do movimento estudantil foi o livro *O poder jovem* (2004) do jornalista Artur José Poerner, que assumiu o discurso progressista partilhado por parte dos estudantes latino-americanos em reação aos desmandos e conservadorismo dos governos e a favor dos operários e dos camponeses, como coloca Cruz (2012). Com relação a isso, um dos autores que fez crítica a esse tipo de produção foi Martins Filho (2002), ele criticou a produção historiográfica que procurou criar uma imagem positiva e revolucionária do movimento estudantil, principalmente na década de 1960. Nesse sentido, Martins Filho ¹²¹³avança na discussão sobre a diversificação e a transformação nas formas de organização do movimento estudantil brasileiro, bem como avança metodologicamente propondo novos recortes e objetos de

¹² MARTINS FILHO, João Roberto. **1968 faz 30 anos**. Mercado das Letras: São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

¹³ *Idem*, 2002.

investigação que permitem uma análise do movimento estudantil a partir de olhar de diferentes temporalidades e de desdobramentos regionais.

É nessa perspectiva que o referido autor dialoga com Sousa (1999) quando considera importante uma análise do tempo e do lugar para analisar a participação política e o engajamento dos jovens. Muito se sabe que é a partir dos últimos anos da década de 1990 que se observa na literatura brasileira uma produção mais sistemática no âmbito das ciências sociais, uma produção que critica e tenta problematizar a construção de uma relação de memória e identidade positiva dos estudantes, principalmente que são apresentadas no citado anteriormente, quando valoriza, por exemplo, o papel da UNE, a trajetória política dos seus participantes etc. sem fazer um questionamento mais neutro sobre as diferentes juventudes e formas de organização que foram mobilizadas durante o período da ditadura militar (CORDEIRO, 2009; CRUZ, 2012; SOUSA, 1999; MARTINS FILHO, 1998; 2002).

A partir da discussão acima, procuramos compreender a participação política da juventude sergipana e brasileira no movimento estudantil a partir de uma análise que leva em consideração o tempo, o lugar e as condições de engajamento dos jovens em uma determinada sociedade. Sendo assim, podemos dizer que a participação política organizada dos estudantes se inicia a partir do ano de 1901 com a criação da Federação dos Estudantes Brasileiros. Contudo, a literatura revisada (CRUZ, 2012; SOFIATI, 2008) não analisa a criação da Federação como marco da atuação organizada dos estudantes no Brasil. Nos esquemas cronológicos¹⁴ e na história da UNE¹⁵ não está claro quem foram os fundadores da entidade, só se destaca a curta atuação de tal entidade. Mas apesar da sua curta atuação, a Federação dos Estudantes Brasileiros foi importante no processo de luta e de organização nacional dos estudantes, pois tinha como objetivo aglutinar os interesses de todos os estudantes do País, o que configurava um modelo de organização coletivo entre os jovens. Nesse período inicial da luta dos jovens no Brasil, três movimentos se destacaram: o Movimento de Arte Moderna, o Movimento Tenentista e o Movimento Político-Partidário que possibilitou o surgimento do PCB (CRUZ, 2012; SOFIATI, 2008, SOUSA, 1999). Tais eventos modificaram também as concepções que os jovens tinham sobre sua participação política, sobre a nação e o Estado,

¹⁴ Disponível em <<http://dce.unifesp.br/historiame>> Acessado em: 23 set. 2015.

¹⁵ Disponível em <<http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>> Acessado em: 23 set. 2015.

uma vez que passavam a ter um papel social e político, bem como se tornavam também um ator que produzia novas formas de ação, de sociabilidades, de organização¹⁶.

As principais lutas da juventude entre o período de 1901-1910 estavam associadas ao apoio às campanhas do jovem Rui Barbosa, candidato à presidência da República em 1909/1910, ou ligadas às reivindicações pelo voto secreto e pelo serviço militar, que eram mobilizadas por Olavo Bilac por intermédio da Liga Nacionalista (SOUSA, 1999). Entre o período de 1920 e 1950, segundo Sofiati¹⁷ e Sousa (1999), os jovens protagonizaram e se destacaram em dois movimentos: a Juventude Integralista, que daria início ao movimento estudantil com a fundação da UNE em 1937 e o movimento religioso em torno da ação católica. Nesse período a ação dos jovens, segundo o autor, tinha como principal característica a solidariedade ao movimento classista e se destacava também em projetos unificadores da nacionalidade¹⁸. É importante salientar também que o quadro de estudantes universitários nesse período era formado pela alta aristocracia, isso, portanto, configurava um tipo de movimento estudantil universitário em que era organizado principalmente por jovens de classe média, como poderemos ver na formação do movimento estudantil em Sergipe.

Particularmente a década de 1950 nos interessa, pois é nesse período em que os estudantes universitários começaram a se organizar em Sergipe. Segundo Sousa (1999, p.33):

No final dos anos 50, a história da participação política dos jovens brasileiros através do movimento estudantil é dirigida para a transformação da sociedade brasileira e o fortalecimento de tendências ligadas à igreja e aos partidos de esquerda, socialistas ou comunistas, nos quais os estudantes atuavam.

Sousa ressalta, por outro lado, que a sociedade industrial trazia novas formas de consumo e criava uma subjetividade do jovem. Podemos ver que o trabalho da autora também toma a participação política da juventude desse período a partir dos escritos do livro *O poder jovem*, sem fazer uma crítica principalmente a um tipo de juventude que era, sobretudo, orientada por ideologias comunistas e socialistas.

Já na década de 1960 os estudantes protagonizaram novas lutas e foram influenciados pela força da ação católica e pela UNE. Organizados principalmente por meio dos partidos políticos, sindicatos e da ação católica por meio da Juventude Universitária Católica (JUC), a juventude do movimento estudantil se formava também a partir da

¹⁶ SOFIATI, Flávio M. **A juventude no Brasil: história e organização**. Passages de Paris (APEBFR), p. 1-14, v. 2008.

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ *Ibid.*; SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: Hacker/Fapesp, 1999.

juventude desses outros movimentos (SOFIATI, 2008; CRUZ, 2012). O trabalho de Cruz (2012) mostra a influência que a juventude católica teve, principalmente na década de 1960, na formação do movimento estudantil universitário de Sergipe, e na formação das primeiras entidades de representação nacional dos estudantes, como a UNE e a UBES.

O regime militar trouxe modificações profundas nas formas de participação política e de organização dos jovens no movimento estudantil, com poucos espaços de atuação e de recursos disponíveis para se organizarem e reivindicarem suas demandas, os jovens que eram contra o regime se organizavam através da Igreja Católica por meio do “Movimento de Encontro” ou se organizavam de forma clandestina, nos movimentos de luta armada ou guerrilha (CRUZ, 2012; MISCHÉ, 2008; SOFIATI, 2008,). Como Clemens (2010) e outros autores (TARROW, 2009; TARROW; MCADAM, 2011) apontam, diante de mudanças no contexto político, as oportunidades podem ser ampliadas ou ser mais limitadas para determinados grupos, diante disso, os recursos materiais, financeiros, humanos, etc. também se modificam. Neste sentido, observa-se que durante a década de 1960 as formas de ação, de organização, os múltiplos engajamentos, as redes de contatos e a articulação política eram limitados, uma vez que os espaços de militância e os meios de comunicação eram controlados pelos militares. Determinados repertórios de ação eram considerados atos violentos e antidemocráticos, portanto, nesse período uma das demandas que mais orientavam as reivindicações de parte da juventude era o fim da ditadura.

A década de 1960 foi o período em que a participação política da juventude do movimento estudantil brasileiro foi mais radical e também mais oprimida pelo regime militar (1964-1985). A opressão, controle e censura foram legalizados a partir do Ato Institucional de nº 5, AI-5, considerado o mais severo e arbitrário de todos. O AI-5 foi implantado em 13 de dezembro de 1968, nesse período quem governava era o general Costa e Silva. Esse Ato Institucional vigorou até dezembro de 1978, e durante o período que vigorou os governadores tinham poder de exceção para punir, castigar e prender todos aqueles que fossem contrários ao regime militar (CORDEIRO, 2009; CRUZ, 2012; SOUSA, 1999). Durante a década de 1960 foram baixados dois decretos que interferiam diretamente na participação política dos estudantes, professores e servidores, para evitar que se manifestassem dentro e fora do espaço escolar.

O Decreto-Lei de nº 477/1969¹⁹, portanto, “Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências” (ver o decreto na íntegra no ANEXO 1). Já o Decreto-Lei nº 228/1967, baixado em 28 de fevereiro de 1967, interferia diretamente nas entidades de representação estudantil, o que provocou o fechamento da UNE, e controlava e delimitava a atuação dos centros e diretórios acadêmicos das universidades, além das agremiações no movimento secundarista. O Decreto-Lei de nº 228 “Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências” (ver o decreto na íntegra no ANEXO 2). A partir de muita pressão e mobilização dos movimentos contrários ao regime militar e principalmente a partir da ação dos jovens universitários, os dois decretos foram revogados em 1979.

A década de 1970 foi marcada pelo processo de reconstrução do movimento estudantil brasileiro. Dois eventos importantes desse período merecem ser ressaltados: em 1976, inicia-se o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes, depois de um período de inatividade; e em 1977, dia 22 de setembro, os militares invadem o campus Monte Alegre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) para reprimir uma manifestação pública organizada pelos alunos que protestavam contra a proibição e a favor da realização do 3º Encontro Nacional de Estudantes, cerca de novecentas pessoas foram presas (CRUZ, 2012). O processo lento e gradual de abertura de espaços de participação política para os jovens foi iniciado ainda no governo de Geisel (1974-1979) e aprofundado por João Batista Figueiredo (1979-1985). Nesse processo, foi possível ver, por um lado, a perda da UNE com relação à representatividade dos estudantes, por outro, os esforços dos seus dirigentes em estabelecer uma relação de conciliação com o governo e, em certa medida, assumir uma postura menos radical. Sobre esse processo é importante ressaltar algumas notas que permitem ver algumas concepções e posicionamentos, por exemplo, de dirigentes da entidade, bem como do presidente da república desse período, como ainda dos dirigentes da UFS e da Igreja Católica.

As principais pautas dos movimentos estudantis da UFS nos últimos anos da década de 1970 eram a oposição ao ensino pago, defesa da verba que a reitoria destinava ao DCE, e o jubileamento, mas uma das principais pautas desse período, e mais especificamente do ano de 1979, era a revogação dos Decretos-Lei nº477 e 228 baixados em 1968; ainda a reabertura da

¹⁹ O capítulo 5 da tese de José Vieira da Cruz (2012) é dedicado à análise do novo ciclo repressivo que foi estabelecido a partir do AI-5 e do Decreto-Lei nº477/1969 no País, a partir dos desdobramentos em Sergipe.

UNE e a reorganização das agremiações como entidades de caráter político e não apenas uma atividade de caráter e função recreativos e culturais. Com relação aos Decretos-Lei nº 477 e 228, chamamos atenção para o fato de que as manifestações mobilizadas a favor da sua revogação tiveram configurações estaduais interessantes. O caso da Bahia é exemplar nesse sentido; o que tudo indica, segundo algumas notícias de jornais analisadas, é que nunca esses decretos foram aplicados na UFBA. E que o movimento estudantil universitário baiano contrariava algumas determinações dos referidos decretos, como podemos observar no fragmento abaixo.

O projeto de lei que o presidente da República encaminhou anteontem ao Congresso Nacional revogando os decretos 477 e 278 não representa nenhum avanço político no processo de abertura porque ainda permanecem os regimentos internos das universidades, além da Lei de Segurança Nacional. Esta é a opinião de grande parte dos estudantes universitários baianos sobre a revogação dos projetos, posicionamento idêntico ao do secretário de Imprensa do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFBA. Carlos Olímpio, ou “Calucho”, segundo ele, tirar o 477 e o 228, deixando no meio universitário instrumentos ou regimento disciplinares, “significa para nós que apenas mudou o nome, sem, contudo, mudar o seu conteúdo”. [...] Recorda ainda, que o ato 228 proibia o pleito direto e democrático para a escolha dos representantes para a diretoria dos DCEs. No entanto, “já fizemos três eleições livres para o DCE somente na Universidade Federal da Bahia, o mesmo ocorrendo em outros estados, como em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro” (Arquivos DCE, 1979).

A organização de diretórios acadêmicos livres e eleições livres nasceu nesse período; nos anos seguintes, e até os dias atuais, alguns estudantes optaram por se organizar dessa forma. Além disso, o fato desses estudantes baianos, como também estudantes de outros estados, já estarem se organizando dessa forma demonstra que, pelo menos em alguns estados, os jovens já não se organizavam na clandestinidade e também já se iniciava o processo de diversificação dos modelos de organização dos centros e diretórios acadêmicos, que não precisavam necessariamente ser aqueles implantados pela UNE, ou aqueles orientados exclusivamente nos partidos políticos.

O presidente João Figueiredo, ao fazer um projeto de lei em que revogava artigos de lei e decretos elaborados durante a década de 1960 – os quais proporcionaram o fechamento da UNE e sua ilegitimidade com relação à representação dos estudantes de todo País –, conquistou boa parte dos militantes do movimento estudantil, que como veremos na passagem a seguir, permitiu um diálogo e a emergência de um modelo assumido pela UNE de

conciliação com o governo; essa postura “governista” da UNE na conjuntura atual ainda recebe muitas críticas, como poderemos ver no decorrer da dissertação:

[...] o Presidente João Figueiredo manda para apreciação pelo Congresso Nacional Projeto de Lei revogando artigos de Lei e decretos que têm, até hoje, sido horror e o temor da mocidade brasileira. Dois caminhos abertos. Um de iniciativa dos próprios estudantes, cientes do papel que desempenham no curto tempo que passam nas Escolas e nas lideranças que assumirão, fatalmente, na substituição – natural da vida. Estudantes que assimilam o momento brasileiro atual, revitalizado pela prática democrática e ansioso por restabelecer o primado do direito em toda a sua extensão, mesmo resguardando as responsabilidades de um movimento que nasceu sob inspirações desenvolvimentistas. O caminho do governo é também objetivo, nascida das promessas tantas vezes repetidas do Presidente João Figueiredo e da visão magnífica e aberta do jovem Ministro Eduardo Portela. A clara consciência dos estudantes universitários brasileiros que querem a UNE de volta e a objetividade do pagamento da promessa por parte do Governo são pontos convergentes, capazes de abrir um diálogo proveitoso para o país. Tirar lições deste encontro de ideias como ponto de partida é a estratégia a ser seguida, longe de qualquer radicalismo, de qualquer lado que venha [*sic*] (Gazeta de Sergipe, 1979).

Nessa primeira passagem – que assume uma visão positiva e uma posição coerente com a juventude que militava a partir da UNE – queremos ressaltar alguns pontos fundamentais na compreensão do processo de transformação da participação política da juventude do movimento estudantil universitário, bem como das suas redes de sociabilidade que constitui este período: (i) houve uma mudança de postura do governo com relação à participação política da juventude a partir dos espaços de representação nesse momento, principalmente a partir da reorganização da UNE; (ii) contudo, essa postura aberta ao diálogo com a juventude promoveu uma abertura para outras formas de ação por parte da juventude que não estava ligada à UNE; (iii) assim, pode-se dizer que é nesse momento específico da história do movimento estudantil universitário, fruto também de um processo histórico anterior, que aparecem formas que vão de encontro ao modelo de atuação e representação da UNE, bem como a um modelo revolucionário e radical do movimento estudantil que era visto na década anterior.

A próxima nota é de uma entrevista com o reitor da UFS em 1979, Aloísio de Campos, em que é possível notar que havia no espaço universitário uma abertura para o

diálogo com a reitoria, bem como já existia uma forte organização²⁰ dos estudantes dentro da Universidade:

JC: Qual a posição do Reitor Aloísio de Campos em relação à ida de estudantes sergipanos para o congresso que reestrutura a União Nacional dos Estudantes (UNE), a ser realizado no dia 29 em Salvador?

REITOR: Nada temos a opor quanto à participação de estudantes da UFS, em congressos e reuniões que se realizem em qualquer parte do País, para discutirem, democraticamente, problemas de interesse da classe estudantil. [...] Desde que assumimos a Reitoria temos apoiado os estudantes da UFS em suas reivindicações, em suas pretensões, visando à melhoria da qualidade do ensino ou a defesa de seus legítimos interesses (Jornal da Cidade, 1979, p.5).

Assim como na nota anterior, é possível perceber uma abertura e um relativo apoio por parte das instituições à ação estudantil iniciada a partir do final da década de 1970. Via-se, portanto, no caso da UFS, uma relação de cooperação entre o maior representante da instituição e da ação estudantil. Os estudantes desse período também tinha o apoio dos setores progressistas da Igreja Católica, como podemos ver na nota a seguir:

O Bispo de Propriá – a 100 quilômetros da capital – Dom José Brandão de Castro disse ontem que o congresso de reabertura da União Nacional dos Estudantes vem numa hora oportuna quando “a opinião pública já está conscientizada no sentido de que os grupos intermédios têm uma influência realmente grande na transformação de uma determinada situação social”. [...] os estudantes de hoje, que serão os dirigentes do Brasil de amanhã, se preparem unidos para levar o país a sua verdadeira independência política e econômica de que ainda tanto carece (Jornal da Cidade, 1979).

A Juventude Universitária Católica foi muito importante para a organização do movimento estudantil universitário de Sergipe (CRUZ, 2012), mas assim como a UNE, ao longo das últimas décadas, foi tendo que disputar e concorrer com outros movimentos de representação estudantil no estado. Salientamos dois aspectos importantes da fala do Bispo que permite uma problematização da condição do jovem desse período a partir das discussões teóricas feitas anteriormente: primeiro ponto, na visão progressista da Igreja Católica, os jovens aparecem como um grupo social que faz a mediação em determinadas situações de conflito; o segundo ponto é de que na visão da liderança religiosa já existia nesse período uma opinião pública que era consciente da importância desse grupo para a promoção de transformações sociais.

²⁰ Nesse período o movimento estudantil era formado, por exemplo, pelo ex-governador de Sergipe Marcelo Déda e o ex-prefeito de Aracaju Edvaldo Nogueira.

Neste sentido, assim como Mesquita (2003) demonstrou, havia nesse período um pensamento cristalizado no imaginário social que se fundamenta a partir de uma postura de atuação revolucionária dos jovens durante a década de 1960. Segundo Karl Mannheim (1982), quando há a passagem de uma geração para outra, nem tudo é esquecido, nem todas as memórias são apagadas, apesar de que algumas são esquecidas em detrimento do surgimento de novas situações, de novas memórias. Assim, não se observa apenas no imaginário social memórias sobre o movimento estudantil radical e revolucionário, visto durante o regime militar, mas também nas formas de organização e de ação político-ideológica assumida por alguns movimentos estudantis ainda hoje no espaço universitário investigado. O segundo ponto diz respeito ao que se esperava dos estudantes e, principalmente, daqueles que militavam nesse período. Quando o Bispo ressalta que “os estudantes de hoje, serão os dirigentes do Brasil de amanhã”, cria-se uma responsabilidade para essa juventude, bem como coloca essa fase de estudante como um período de experiências que formam política e ideologicamente para uma fase futura, para a fase adulta, na qual os estudantes vão defender a independência política e econômica através das instituições democráticas.

A década de 1980 é marcada pela ação dos estudantes em torno das “Diretas Já” em 1984. Em Sergipe a campanha pelas “Diretas Já” reuniram 30 mil pessoas²¹, tal mobilização teve como fomentadores principais partidos políticos de esquerda, empresários por meio do apoio financeiro e da mobilização de material para os protestos, sindicatos e o movimento estudantil da UFS. Segundo Ibarê Dantas (2004), as campanhas pelas diretas foi um momento de muito apoio entre políticos, partidos políticos, empresários e a juventude, sendo assim, é importante destacar que nesse período havia uma forte relação de apoio político, financeiro e material entre o movimento estudantil universitário e os partidos políticos. Tendo em vista que esse apoio não se deu apenas nesse período de manifestações a favor das “Diretas Já”, mas fazia parte da própria dinâmica de organização e de socialização do movimento estudantil daquele início de década. Por exemplo, os ex-dirigentes do DCE desse período eram também

²¹ Como coloca Ibarê Dantas (2004, pp.227-228): “Em Aracaju, em 21.01.84, foi lançado no prédio da Assembleia Legislativa o *Comitê Pró-Diretas* com a presença de cerca de 500 pessoas, reunindo nomes de todos os partidos oposicionistas do Estado. O comício de Aracaju ocorreu em 26.02.84 na praça Fausto e cerca de 30 mil pessoas ouviram por quatro horas vinte e um oradores entre quais grandes estrelas nacionais da campanha das Diretas — Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Teotônio Vilela e Dante de Oliveira (Jornal de Sergipe, 29/02/1984).

dirigentes de partidos políticos de esquerda, como os casos do ex-governador Marcelo Déda (PT)²² e o ex-prefeito Edvaldo Nogueira²³ (PCdoB).

Após as campanhas pelas “Diretas Já”, outro acontecimento muito importante ocorreu na década de 1980 – agora no âmbito das instituições políticas democráticas –, foi a elaboração da Constituição de 1988. Essa Constituição permitiu à população vários direitos sociais, políticos, entre outros (CORDEIRO, 2009; SOUSA, 1999; TATAGIBA, 2014). Em Sergipe, segundo Dantas (2004), a constituinte foi instaurada em 18 de outubro de 1989 e promulgada em 05 de outubro de 1989²⁴, nesse mesmo ano ocorriam as eleições presidenciais. A grande disputa das eleições de 1989 foi entre Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva, apesar da popularidade de Lula, Collor vence as eleições no segundo turno. No estado de Sergipe Collor venceu nos dois turnos, já Lula venceu no segundo turno apenas na capital. Para Dantas (2002; 2004) a popularidade de Collor no estado e a preferência por Lula na capital revela muito sobre a política do estado naquele período. Um fato interessante relatado em uma das entrevistas concedidas pelo ex-governador Marcelo Déda²⁵, relembra a estratégia partidária, mas também estudantil, que ele desempenhava quando filmou o discurso de Lula em uma campanha eleitoral em Aracaju, e posteriormente reproduzia os vídeos em espaços de organização da juventude, a fim de mobilizar votos para o então candidato do PT à presidência da república.

A partir do processo de redemocratização vamos observar os surgimentos de novas formas de participação política, em Sergipe ainda nesse período observa-se pouca atuação de outros movimentos sociais, destacando-se o Movimento Negro Unificado e o Grupo Dialogay, o primeiro com pautas ligadas a questões raciais e o segundo, a questões de gênero. Como mostra os trabalhos de Mische (1997, 2008), os jovens passam a ter múltiplos

²² Marcelo Déda iniciou sua militância de forma ativa e articulada no movimento estudantil universitário no ano de 1980, nesse período ele ajudava a fundar o PT no estado. No movimento estudantil, foi presidente do DCE na gestão 1981/1982, através da tendência Atuação e foi representante no CONSU (Conselho Universitário) e no CONEP (Conselho de Ensino e Pesquisa). Já na política partidária, Déda foi uma liderança do PT no estado, foi Deputado Estadual entre os anos de 1986-1990, Deputado Federal entre 1995-2000, Prefeito de Aracaju entre 2001-2006, Governador do estado entre o período de 2007-2013. Disponível em: <<http://www.defensoria.se.gov.br/?p=5201>>, acesso em: 08 set. 2015. Ver também Ibarê Dantas (2002).

²³ Edvaldo Nogueira também foi uma liderança do movimento estudantil universitário, foi presidente do DCE da UFS em 1983/1984, pela tendência Viração. Já na política partidária é dirigente do PCdoB e ocupou os cargos de vereador entre o período de 1992-2000, vice-prefeito de Aracaju 2001-2006 e prefeito de Aracaju entre os anos de 2006-2012. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Edvaldo_Nogueira>, acesso em: 08 set. 2015. Ver também Ibarê Dantas (2002).

²⁴ Segundo Dantas (2004) foi a maior Constituinte do estado, contendo 280 artigos e posteriormente foi acrescentado mais 65 outros das Disposições Transitórias.

²⁵ Ver mais nos sites: <<http://www.institutomarcelodeda.com.br/linhadotempo/>> e <<http://www.defensoria.se.gov.br/?p=5201>> acessos em: 08 out. 2015.

engajamentos políticos e a se articularem por meio das suas redes interpessoais, e é nesses diferentes espaços de participação política e de suas experiências em outras esferas de suas vidas que vão construindo suas identidades. Como Sofiati (2008) e Mesquita (2003, 2008) destacam, os jovens não têm mais como referência os sindicatos, os partidos políticos e o movimento estudantil como os principais espaços de participação política, nesse período, portanto, os autores vão considerar que o movimento estudantil diferentemente das décadas de 1960 e 1970 passa por um processo de despolitização. E é a partir dessa autonomia em relação às organizações “tradicionais de referência” que ocorre uma diversificação nas formas de participação política dos jovens, sendo cada vez menos institucionalizada e burocrática, destacam-se entre essas novas formas de organização e de sociabilidades políticas os jovens que passam a se organizar por meio das tribos urbanas, como *punks* e os *darks* (SOUSA, 1999).

Na década de 1990, o que marca o movimento estudantil é a preservação da individualização dos jovens em suas reivindicações no interior do movimento em que participam ²⁶. Neste sentido, a condição de participar de um movimento social ou de outra organização política não pode negar as diferenças, os interesses e concepções diferentes que possam existir entre os indivíduos, como Sofiati (2008, p.3) ressalta, a “preservação da individualidade enquanto controle social é vista como legítima”. A literatura que analisa esse período assinala como a juventude não ansiava por transformações e projetos revolucionários para a sociedade, tampouco defendia demandas coletivas que excluíssem as individualidades dos jovens, o fazer política ganhava outro sentido nesse período: “Fazer política, para esses jovens, não pode ser um ato que abafe a individualidade, pelo contrário, *o coletivo deve incorporar a forma de ser de cada um*” (SOUSA, 1999, p.194, grifo da autora). Contudo, é importante lembrar que apesar dos jovens preservarem sua autonomia no interior do grupo, é nos grupos que eles ainda compartilham suas ideias e podem a partir deles terem suas ideias reconhecidas ²⁷.

As mudanças também da década de 1990 podem ser percebidas através do olhar sobre as manifestações pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. Segundo Mische (1997; 2008) a juventude que era contra o presidente, que ficou conhecida como “Caras Pintadas”, recebeu destaque da mídia, a exemplo da *Folha de S.*

²⁶ MISCHÉ, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. Revista **Brasileira de Educação**, vol. 6, 1997. pp.134-150; *idem*, 2008.

²⁷ SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: Hacker/Fapesp, 1999.

Paulo. Em Sergipe, a juventude também se articulava com a imprensa e por meio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como podemos observar na citação abaixo:

Em Sergipe, enquanto órgãos governamentais tentavam favorecer parlamentares do PFL, visando assegurar a lealdade ao presidente, a OAB, a Associação Sergipana de Imprensa e o DCE da UFS, entre outros órgãos, promoviam passeatas, incorporando-se assim ao movimento nacional que propugnava a saída do governante. O mote dos oradores era o *impeachment* de Collor e o fim da corrupção (DANTAS, 2004, p.238).

Por um lado, havia uma política partidária muito organizada em Sergipe, que se inicia com os opositores ao governo de Collor e no ápice das manifestações recebe o apoio de seus aliados²⁸ no estado como, por exemplo, o apoio do atual prefeito de Aracaju, João Alves Filho, que era aliado de Collor. Por outro, havia a participação do DCE da UFS representando uma juventude que era contra os projetos políticos e os atos ilícitos do então presidente da república em 1992.

Os contextos político, socioeconômico e o cultural implicam nas reivindicações e nos custos dos jovens se manifestarem; na década de 1960, por exemplo, os estudantes se manifestavam principalmente pedindo a liberdade de expressão e a liberdade política. Contudo, durante o regime militar os custos para esses atores se manifestarem e organizarem eram altíssimos, em alguns momentos lhes custava a vida e/ou momentos de torturas, pois o Estado, por meio dos seus agentes institucionais, oprimia, censurava, violentava os direitos humanos. Por outro lado, nos anos de 1992 tem-se outro cenário político, como já apresentado anteriormente, assim os jovens desse período tinham outras reivindicações, como a busca por qualificação, por mais acesso à cultura, por mais direitos, contra todas as formas de corrupção política. O trabalho de Ann Mische (1997) revela também como a literatura buscou compreender esses processos de mudança nas formas de participação e de sociabilidades dos jovens nas últimas décadas. Nesse sentido, muitos intelectuais ficaram instigados em compreender as novas formas de participação política e, conseqüentemente, de novas identidades dos jovens, através das redes de relações constituídas por eles ao longo das suas vidas.

Sofiati (2008) coloca a juventude dos anos 2000 como uma juventude socializada. Apesar do autor não analisar outros espaços de socialização dos jovens, se restringindo apenas ao espaço religioso, é interessante como o mesmo caracteriza a juventude dos anos 2000 se levarmos em conta a diversificação dos coletivos, dos movimentos de juventudes ligados à

²⁸ Ver mais em DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe República** (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

cultura, religião, educação e política, além dos novos espaços de comunicação que implicam em outra forma de participação política e de outro tipo de sociabilidade dos jovens com relação à sua militância. De acordo com isso, muitas causas, reivindicações, foram defendidas e construídas a partir desse período, sendo uma delas a causa do transporte público em todo o País, como demonstrado em alguns trabalhos (GOHN, 2014; OLIVEIRA; SANTOS, 2015; SANTOS, 2015; TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015; TATAGIBA, 2014), reivindicações bastante específicas contra ações do governo como corte de verbas para educação, gastos com eventos como a copa de 2014, além disso, nesse período houve várias greves dos estudantes, professores e técnicos administrativos nas universidades federais e em algumas estaduais de todo o País, se destacando as greves dos estudantes universitários de 2007 e as greves dos professores universitários no início 2012, as manifestações de junho de 2013 e a emergência de uma juventude de direita se organizando em nível nacional e local através de manifestações de rua, de movimentos estudantis nas universidades, desde 2014.

1.3 Pautas, modelos de organização e abertura política a partir da análise de registros históricos (1979-1999)

A década de 1980 foi um momento de muita mudança política, econômica, social e cultural. Nos cinco primeiros anos ainda marcados pelo regime militar, ocorreram por todo o País diversas manifestações entre o período de 1983 e 1984 – as campanhas pelas “Diretas Já” marcaram a primeira parte dessa década. A segunda metade foi marcada principalmente pelo crescente movimento da ação popular, por uma abertura e uma diversificação dos espaços políticos e pelas causas reivindicadas pelos estudantes. Muitas lutas e causas foram defendidas pelo movimento estudantil universitário, tanto no âmbito nacional quanto local. Para falar sobre essas diversificações e acontecimento no âmbito local durante esse período utilizamos exclusivamente os registros encontrados e fotocopiados nos arquivos do DCE.

Abaixo, o Quadro 1 elucida as principais reivindicações de pauta locais do movimento estudantil da UFS e as pautas nacionais que foram incorporadas ao movimento entre o período de 1980 a 1989.

Quadro 1 – Pautas locais e nacionais do movimento estudantil (1980-1989)

Pautas locais – 1980-1989	Pautas nacionais incorporadas – 1980-1989
Contra o ensino pago.	Contra o ensino pago.
Abertura do restaurante universitário, preço único para os <i>tickets</i> .	Realidade das universidades.
Estrutura curricular, falta de vagas, horários e histórico acadêmico.	Contra as ações do governo em relação à reabertura da UNE.
Transporte público, várias manifestações durante a década de 1980.	Liberdades democráticas e solidariedade internacional.
Residência universitária.	Diretas Já!
Contra as “facções partidárias”.	Contra o aumento do ensino pago.
Parte dos estudantes começa a organizar diretórios livres dentro da universidade.	Eleições diretas para reitores.
	Em defesa dos direitos humanos, da anistia e pela reforma universitária.
	Ações nacionais e locais contra o Conselho Nacional de Cinema (Concine).
	Contra os cortes nas verbas para Educação.

Quando começamos a classificar e a entender quais eram as pautas nacionais e locais, quais eram as pautas nacionais que eram incorporadas ao movimento estudantil da UFS, percebemos que a partir da análise das reivindicações dos estudantes desse período era possível revelar e compreender quais eram os partidos políticos que atuavam dentro da universidade, a relação entre o movimento estudantil e a reitoria, o que os estudantes esperavam do espaço universitário, quem eram as principais lideranças do movimento, a reorganização e a mudança no modelo de atuação da UNE, entre outras questões durante o período da década de 1980. Para iniciarmos a reflexão a partir de um olhar local, destacamos a seguinte notícia vinculada no Jornal de Sergipe em 1981:

A última Assembleia Geral marcada pelo DCE a fim de fazer reivindicações a respeito do restaurante do Campus Universitário foi um fracasso: simplesmente não houve Assembleia por falta de “quórum”. O DCE agora está articulando uma nova assembleia, mas uma coisa já pode deduzir ou os estudantes estão despolitizados em face dos longos anos de recesso, ou então estão conscientes de que não existe mais nada a tratar a respeito do RU.

Algumas manifestações foram feitas durante esse período, inicialmente pedindo a abertura do restaurante universitário e posteriormente a exigência de que fosse cobrado um

preço único para todos os estudantes, ou seja, que não houvesse nenhuma distinção. Contudo, a falta de representação estudantil na assembleia estudantil aponta também para um processo que se iniciava dentro do movimento estudantil da UFS: a falta de crença nas entidades representativas, principalmente DCE e UNE, como ainda apontava para a inserção dos estudantes em outros espaços políticos ou de caráter artístico, cultural.

Em 1983 vamos perceber que esse processo se intensifica com as campanhas da UNE a favor da eleição de Tancredo Neves para a presidência da república. Nesse momento o movimento estudantil estava dividido entre aqueles que apoiavam a eleição de tal candidato e, portanto, estava articulado com a UNE, e por outro lado, aqueles que apoiavam a candidatura de Paulo Maluf. Algumas notícias analisadas de declarações dos dirigentes da UNE para jornais de circulação local mostravam que as lideranças em determinadas situações não queriam deixar claro o apoio a Tancredo Neves e aos partidos oposicionistas ao PDS. Talvez na tentativa de evitar críticas ou ampliar a “desunião” que já se apresentava no movimento estudantil universitário brasileiro, e especificamente sergipano, desde o fim da década de 1970, em um momento que exigia a unidade do movimento, por dois motivos devido às campanhas pelas “Diretas Já” e por conta da reabertura e reorganização da UNE.

A visita de Victor Palmeira, vice-presidente regional do Nordeste da UNE, a Aracaju em 1983 teve dois motivos: o primeiro, participar da posse de Edvaldo Nogueira que assumia a presidência do DCE nesse período, e o segundo motivo, orientar e deliberar algumas ações em defesa das “Diretas Já”.

[...] ficou deliberado que haverá uma orientação aos DCEs e UEEs para a campanha a favor das eleições diretas e dentro desta orientação os programas de calouradas terão como tema central as eleições livres para Presidente da República, em defesa da soberania nacional. [...] faremos também manifestações de ruas e invasão de reitorias para exigir verbas e quando aos colégios particulares, haverá boicote de mensalidades para baixar o percentual de aumento (Jornal de Sergipe, 1983).

Nas eleições de 1984 para o DCE três chapas disputaram a direção da entidade; a primeira, “Novos Tempos”, segundos os registros, estava vinculada ao PCdoB; a segunda, “Em Movimento”, ligada ao PT; e a terceira, “Coração de Estudante MR-8”, as notícias analisadas não a vinculavam a nenhum partido. Essas eleições foram interessantes em três aspectos: (i) período em que ocorriam as campanhas pelas “Diretas Já” e via-se uma desunião entre os grupos de esquerda e os movimentos estudantis da UFS; (ii) o papel e a interferência da UNE através de delegados nas eleições do DCE e nas práticas de organização e pautas reivindicadas pela entidade, algo que ainda permanece, mesmo que interfira utilizando outras

estratégias; (iii) a vinculação partidária, a defesa, por um lado, do candidato à presidência da república Paulo Maluf e, por outro, ao candidato Tancredo Neves.

O vice-presidente da UNE para o Nordeste, Alci Florêncio (PE), que esteve ontem em Aracaju, disse que veio conversar com os estudantes tentando obter a unidade do movimento estudantil sergipano. Como não conseguiu, decidiu apoiar “Coração de Estudante”, que “representa os mais profundos interesses dos estudantes, independente de correntes partidárias, tendo como objeto principal fazer despontar novas lideranças que hoje estão à margem do DCE” (Jornal de Sergipe, 1984).

Nesse período o posicionamento da UNE era claro, a entidade apoiava e fazia campanhas nas escolas e nas universidades em defesa de Tancredo Neves para o cargo de presidente da república. Nesse período a UNE incentivava a participação dos estudantes nos partidos políticos de oposição, buscava também incentivar a articulação de partidos políticos a incorporarem a luta contra o PDS, como foi o caso da incorporação do PP e do PMDB. Os representantes e lideranças estudantis eram incentivados a fazer debates com candidatos oposicionistas nas escolas, a fazer atos públicos e manifestações que tinha como intenção fortalecer a unidade entre os oposicionistas ao governo. Nesse momento também estava crescendo a ação popular, os movimentos populares estavam tomando força e se organizando através de entidades como o surgimento da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Condam) em São Paulo e a preparação do congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), entidades nas quais a UNE apoiava e se articulava.

Segundo Clara Araújo, ex-presidenta da UNE, em entrevista ao *Jornal de Sergipe* em 1983, a entidade nacional tinha o apoio de 54 entidades estudantis que aprovava a reabertura da entidade nacional (uma pauta nacional que foi incorporada pelo movimento estudantil sergipano), tinha o apoio de quatro partidos políticos de oposição – não revela o nome dos partidos – e tinha o apoio da AOB no processo de reorganização e legalização da entidade. O modelo de atuação da UNE com relação ao diálogo dos estudantes se transformou desde seu surgimento, é sabido que muitas coisas ocorreram na política, na cultura e na economia do País desde seu surgimento em 1937 até a década de 1980, mas chamamos atenção para o que diz respeito a uma forma de ação que passou de radical e de enfrentamento direto contra o governo, principalmente na década de 1960, para uma forma de ação dialógica e conciliatória com políticos, ministros e partidos políticos que a partir do fim da década de 1970 começava a apoiar as tentativas de reorganização da UNE, face às mudanças e o enfraquecimento do regime militar.

A presidenta da UNE em 1983, Clara Araújo, fez sua análise sobre o movimento estudantil daquele período publicada no *Jornal de Sergipe*:

Não acho que o movimento estudantil está em crise, o que está havendo é uma maneira diferenciada daquela que estava sendo usada para discutir as questões ligadas aos estudantes. Atualmente estamos realizando assembleias, debates e encontros estudantis para discutirmos os problemas das universidades federais. O que está ocorrendo é um acúmulo de forças, com organizações para se discutir as questões das universidades. Entretanto é uma fase difícil a que estamos vivendo, mesmo organizando seminários. Já estamos marcando 14 seminários estudantis e seis congressos, onde serão discutidos desde a organização dos DCEs até as realidades brasileiras (Jornal de Sergipe, 1983).

A questão é que essa nova maneira de atuar da UNE, por meio de debates, seminários estudantis, congressos, implica também na ação dos movimentos estudantis locais. Algo que aconteceu desde o fim da década de 1970 no movimento estudantil da UFS foi o surgimento de movimentos estudantis que não reconheciam a UNE e nem o DCE como entidades que conseguiriam representar os interesses e atender às necessidades específicas de cada curso. Neste sentido, vão surgir as entidades representativas “livres”, com o propósito de serem independentes da representação do DCE e da UNE. No decorrer de toda a história do movimento estudantil universitário de Sergipe, a UNE sempre conseguiu atuar a partir de algum grupo, tendo alguma representação, seja pelas gestões do DCE formadas pelo PT ou pelo PCdoB; assim, esse modelo de atuar por meio de palestras, seminários, congressos, formas de intervenção menos radicais, também compôs e continua compondo os repertórios de ação de alguns movimentos estudantis da UFS.

Os estudantes de Direito da Universidade Federal de Sergipe - UFS estão se mobilizando para a criação do Diretório Acadêmico Livre com a finalidade de reivindicar os direitos específicos do curso, uma vez que eles acreditam que se deixar todos os problemas da classe estudantil universitária para ser resolvidos pelo Diretório Central dos Estudantes - DCE ele não terá condições de lutar por todos, pois cada curso tem uma série de problemas que não são os mesmos” (Gazeta de Sergipe, 1983).

As lutas dos estudantes passam a ser mais específicas no que se referem às suas necessidades cotidianas no espaço universitário, esse movimento é paralelo ao processo de abertura política, em que determinadas pautas de âmbito local começavam a perder espaço para pautas específicas. Muitas pautas de âmbito nacional eram incorporadas nas pautas locais do movimento, contudo, ganhavam configurações diversas uma vez que nem sempre eram defendidas para os fins que a UNE desejava, por exemplo. Uma reivindicação que agrega muitas questões peculiares ao longo da história do movimento estudantil da UFS gira

em torno da carteirinha de estudantes; a carteirinha de estudantes envolvia principalmente a arrecadação financeira para o DCE e para UNE, e alguns benefícios que os estudantes garantiriam se tivessem a carteirinha.

Com relação a isso as mobilizações por partes dos estudantes secundaristas e universitários contra o Concine ocorreram em 1983, mais especificamente no mês de maio em frente ao Cine Pálace e Cine Rio Branco, depois que a instituição decidiu eliminar a carteirinha de estudante como credencial para o pagamento da meia-entrada nas capitais e cidades com mais de 200 mil habitantes naquele período. Nessa época, o presidente do DCE era Álvaro Vilela, que alegava não ser contra a decisão do Concine de estender a meia-entrada indistintamente, contudo, desde que não eliminasse a carteirinha de estudante como uma credencial para conseguir a meia-entrada (Jornal da Cidade, 1983). A discussão sobre as carteirinhas confeccionadas pelo próprio DCE e as confeccionadas pela UNE gerou muitos embates, no caso relato acima, havia um interesse que as carteirinhas se mantivessem como uma credencial, uma vez que havia uma arrecadação na qual parte dela ia para o DCE, para os custos e despesas da entidade; se não fosse mais exigida como credencial para meia-entrada nos espaços culturais, os estudantes não precisariam mais solicitar a carteirinha e o DCE ficaria com seu orçamento fragilizado.

1.4 Diversificando os espaços políticos e culturais

Em 1987, no Festival de Arte de São Cristóvão (FASC) e no Clube da Sexta (CRUZ, 2012) já se observava uma abertura cultural também entre as opções de ritmos que se apresentavam nesse festival. É importante frisar que nesse período já havia terminado o regime civil-militar, e com isso as lutas, as demonstrações de arte ganhava um tom menos político no sentido de uma arte engajada para mudar o regime político. Em um dos arquivos, encontramos a proposta do FASC de 1987 que descrevia a introdução de um novo ritmo no meio artístico sergipano da seguinte forma:

Muito embora ainda exista uma imagem deturpada do Rock no Nordeste, essa forma de expressão de sentimento está sendo resistente e ganhando um número de adeptos. Em Sergipe esse fenômeno acontece de forma surpreendente. Novas bandas, produções independentes, shows e etc., é algo concreto no nosso dia a dia; deixando bem o olhar que a “música barulhenta” também faz à cabeça da *juventude sergipana* (Informativo DCE, 1987, grifo da autora).

Havia uma necessidade entre as lideranças e representantes estudantis de apresentar à “juventude sergipana” ritmos e outras formas artísticas que já eram comuns e que faziam

parte do cotidiano cultural da “juventude paulistana”, por exemplo. Neste sentido, existia um sentimento e uma luta em acompanhar os ritmos das transformações que ocorriam culturalmente e politicamente, principalmente nos principais em estados como Rio de Janeiro e São Paulo. Um exemplo desse sentimento de pertencer e fazer parte do todo, e por outro lado, reconhecendo que havia um atraso na organização do movimento estudantil, bem como da formação política dos representantes estudantis, podia ser percebido nos relatos de alguns delegados que participaram do 35º Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado entre os dias 20 e 23 na cidade de São Bernardo do Campo, em 1983.

Em 1989 já se percebe outra configuração ou uma reorganização do movimento estudantil universitário da UFS. Em relação a isso, destacamos que nas eleições desse ano, que formaria a gestão do ano de 1990, apenas uma chapa foi inscrita para participar das eleições. A chapa D’CERTO era oposição ao DCE, dirigida pelo grupo “ARTESÃO” (CRUZ, 2012; DANTAS, 1997). Outros fatores também indicam uma mudança e uma diversificação nas redes de sociabilidade que se articulavam com o grupo “Artesão” e que, consequentemente, circulavam e construíam redes dentro da universidade. Com relação a isso, trazemos abaixo parte de uma solicitação do Grupo Dialogay de Sergipe à gestão do DCE:

ILMºs. DIRETORES COORDENADORES

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES OFICIO 0038/89

PRAÇA CAMERINO Nº 227-CENTRO

Aracaju, 02 de Julho de 1989

Vimos por meio solicitar de Vossa Senhoria que fazem parte da coordenação deste Diretório a pauta para os dias 26 de Agosto (sábado), 30 de setembro (sábado), 28 de outubro (sábado), 18 de novembro (sábado), e 30 de dezembro do corrente ano (dezembro) sempre os últimos sábados de cada mês, para que possamos a realizar a festa intitulada “A NOITE É NOSSA”, onde a entrada será cobrada com mesas e individuais, onde esta renda será revertida para o VI EBHO (Encontro Brasileiro de Homossexuais) que será realizado em nossa cidade nos dias 12, 12, 13 e 14 de janeiro de 90. A programação para estes dias são as seguintes: shows de artistas transformistas de nossa cidade e de Salvador, como BAGAGGERRY SPIELBERG/BA,

AMOROSA/SE, GRUPO XADREX/SE, convidada especial a Miss Brasil Gay Morgana Horrara e outros.

Obs: Gostaríamos de frisar, se por acaso vocês aceitassem ficarem com o Bar,

para melhor um rendimento para este Diretório, tudo bem.

Esperamos contar com o apoio, a compreensão e a colaboração destes que fazem a Diretoria deste Diretório. Sem mais, agradecemos antecipadamente, esperando contar com a ajuda de todos vocês, aproveitamos para calcar nossos votos de verdadeira estima.

WELLINGTON GOMES ANDRADE
PRESIDENTE–GRUPO DIALOGAY SERGIPE

Assim como havia já uma participação do grupo Dialogay e uma organização promovendo eventos e congressos, também o Movimento Negro Unificado já se organizava e se articulava com o movimento estudantil da UFS. Desde o início da década de 1980 já era realizado o Encontro de Negros do Norte e Nordeste, tendo no ano de 1986 sua sexta edição. Podemos observar, portanto, como alguns estudos sobre o movimento estudantil e a participação dos jovens e de movimentos populares no Brasil cresceram e se diversificaram no Brasil, principalmente a partir do ano de 1980, ou seja, no início da abertura política no País. Com efeito, o que podemos observar no caso particular de Sergipe é que, principalmente no fim da década de 1980, os jovens dispõem de mais espaços de mobilização política, bem como uma diversificação das pautas de mobilização, se destacando aquelas ligadas às questões culturais, raciais e de gênero.

As transformações acontecem também no processo eleitoral, e na composição das diretorias é adotado o princípio da proporcionalidade, isso foi decidido no 39º Congresso da UNE. Esse princípio foi adotado com o fim de ampliar as redes de articulação e representação da entidade nas diferentes regiões nos espaços escolares e universitários. “A adoção por parte desta entidade do princípio da proporcionalidade para a composição de suas diretorias é o canal mais viável democrático para se conquistar tal objetivo” (UNE, 1988). Uma das propostas e deliberações do 39º Congresso da UNE foi de ampliar as relações da entidade com outras entidades de representação estudantil que começavam a surgir naquele período. As Executivas de Curso eram seu maior alvo, pois tais entidades começam a se organizar independente da UNE e conquistavam muitos estudantes por ter um olhar mais focalizado nas necessidades e demandas dos estudantes de determinados cursos. As Executivas de Curso, como alguns trabalhos já demonstraram, se fortalecem principalmente na década de 1990 (CRUZ, 2012; MISCHÉ, 1997; 2008; SOUSA, 1999).

O ano de 1989, sem dúvida, foi crucial para compreender o movimento estudantil universitário de Sergipe das décadas seguintes, bem como da articulação que esse movimento construiu com alguns partidos de esquerda. Só salientando que durante a década de 1980 as gestões que ocupavam o DCE majoritariamente eram formadas por militantes do PCdoB e PT, em menor proporção os militantes do PMDB e PSB. Neste sentido, no primeiro semestre de 1989 foi formada a Frente das Forças de Esquerda composta pelo PCdoB, PT, PSB e PV. Em um boletim de tal Frente, do mês de abril de 1989, intitulado *Frente de Esquerda: fato histórico na luta do povo!*, os esquerdistas reforçavam sua unidade ao afirmar que o discurso do PCB – no período analisado – de que a “esquerda não está unida” era uma mentira. O boletim trazia duas informações bastante interessantes: a primeira, o “público” que estava sendo focado era os segmentos de base popular e o movimento estudantil; a segunda, como a frente ia atuar para mobilizar apoiadores, o que envolvia o movimento estudantil secundarista e universitário. A seguir, ressaltamos dois pontos do boletim:

BOLETIM-ABRIL 1989

NÃO TEMOS TEMPO A PERDER

- 1- Vamos divulgar a reunião do dia 29 em Brasília, e os acontecimentos e fatos da Frente a nível nacional e local. (Devemos estar atentos aos jornais de circulação nacional JB, Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo e a Classe Operária)
- 2- Vamos *formar os Comitês da Frente de Esquerda nas Universidades e Escolas*. Realizar atos de lançamento dos comitês com os partidos que integram a frente e mais *dissidentes de outros partidos ou personalidades sem partidos* que apoiem a candidatura única das Esquerdas. (Grifos da autora)

O que chama mais atenção e que permite compreender determinadas dinâmicas de atuação dos partidos políticos no processo de recrutamento e penetração no movimento estudantil, particularmente no universitário, é justamente esse movimento prévio de organização das ações que ocorre externo à universidade e às escolas, e que se torna interno a

elas por meio de ações dos militantes do movimento estudantil que também são vinculados aos partidos políticos. Neste sentido, os interesses próprios dos partidos políticos em conseguirem espaço no governo federal e estadual, ocupando cargos como de governadores, de deputados estaduais e federais ou até mesmo de presidentes da república, dependem também desse recrutamento e trabalho de base, da publicização nos meios de comunicação mais acessados pelo público que eles querem recrutar. Sendo que esse público, no final da década de 1980, era a juventude universitária e secundarista, os trabalhadores, os dissidentes de outros partidos que não compunham a Frente e os sem partidos que tivessem uma simpatia pela esquerda.

Como foi relatado durante uma entrevista com um ex-presidente do DCE, os cursos de formação política têm como base formar seus participantes a partir de um determinado pensamento político, qual seja, o pensamento político do grupo que organiza o curso; segundo ele, os cursos de formação política são espaços em que não há um debate para formar uma consciência política crítica, mas, sim, para formar pessoas conscientizadas em uma única visão política. É observável tanto nos debates propostos em 1989 quanto nos organizados em 2014 na UFS por movimentos estudantis ligados a partidos políticos que não há um esforço em propor debates que permitam uma conscientização política ampla, de conscientizar, por exemplo, os estudantes a pensarem sobre as diferentes ideologias políticas, nos quais se permita que jovens de direitas falem e se posicionem; a “conscientização” proposta, seja em assembleias estudantis ou em mesas redondas organizadas, se fundamenta na dicotomia política de quem é a favor e contra a esquerda ou direita.

Neste capítulo buscamos compreender as condições de emergência e de transformação dos modelos de organização e das redes de sociabilidade do movimento estudantil universitário em Sergipe, tendo como recorte espacial o movimento estudantil da UFS. Observamos que desde o surgimento do movimento estudantil universitário há uma imbricação entre este e partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, e ao longo dos anos foi diminuindo a articulação com a Igreja Católica. Essa articulação, como se verá nos próximos capítulos, influencia de forma direta na organização, nas escolhas dos repertórios organizacionais, nas reivindicações do movimento estudantil e nos conflitos e alianças feitas com a Reitoria.

Observamos que apesar da diversificação e da abertura dos espaços políticos, há ainda uma estrutura de organização orgânica nos movimentos estudantis da UFS, ou seja, os

partidos políticos ainda são importantes e reconhecidos como uma organização que forma politicamente os estudantes, que apoia financeiramente e permite a continuidade da participação política dos jovens na sociedade após o término dos estudos na universidade. Portanto, a diversificação tem haver mais com o tipo e a quantidade de relações que os movimentos estudantis estabelecem com partidos políticos e outras organizações, seja na mobilização de variados recursos (econômicos, políticos, institucionais, ideológicos), do que com o tipo de entidade. É sabido, como se verá no próximo capítulo, que a participação dos jovens em partidos políticos a partir da filiação tem sido bem menor se comparada a participação desses em movimentos de juventude, movimentos sociais, entre outros, no entanto, a participação dos militantes do movimento estudantil da UFS em partidos políticos ainda é bastante significativa.

CAPÍTULO 2 - QUEM SÃO ESSES ATORES? PERFIL DOS MILITANTES E ESPAÇOS DELIBERATIVOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO

Como apresentado na introdução, este trabalho compreende o engajamento e a composição organizacional da militância, a partir da dimensão processual e relacional que se fundamenta na sociologia interacionista (SAWICKI; SIMÉANT, 2011). Partindo dessa abordagem, buscamos neste capítulo compreender o perfil dos estudantes que militam, bem como os espaços políticos e militantes que eles participam para além do movimento estudantil universitário. Além disso, analisamos três espaços de atuação estudantil: os Centros Acadêmicos (CA), os CEBs e as Assembleias Estudantis. O objetivo desse capítulo foi conhecer quem são os estudantes que militam, quais os espaços de militância que eles estão inseridos e quais são as causas defendidas, bem como os conflitos que envolvem aqueles três espaços entre o período de 2000 a 2015, e com isso mostrar como esses aspectos caracterizam ou revelam formas de organização dos movimentos estudantis.

Para isso, foram aplicados 64 questionários com estudantes que militavam em diferentes movimentos estudantis na UFS. O objetivo dos questionários foi apreender informações básicas sobre idade, sexo, curso e, ainda, sobre os itinerários militantes e políticos, como também as expectativas futuras de engajamento militante ou político. Os questionários foram aplicados de forma individual, nos quais tivemos a oportunidade de estabelecer algumas conversas longas com alguns questionados, o que permitiu coletar informações além daquelas que poderiam ser coletadas com os questionários; foram aplicados para vários militantes ao mesmo tempo, em debates, assembleias estudantis e no DCE, o que também foi importante para observar a interação dos militantes entre si e as reações com relação às perguntas; e, por fim, por conta da indisponibilidade de alguns militantes, foi enviado por e-mail e pelo *facebook*.

O período de aplicação dos questionários foi de março a junho de 2015, durante esse período perguntamos a lideranças de alguns movimentos estudantis, como a ANEL, a um dirigente do DCE e a uma militante do Rua: Juventude Anticapitalista (PSOL), quantos militantes havia no movimento estudantil geral na UFS. As respostas ficaram em média entre 60 e 80 militantes, sendo que a união entre o LPJ e o Movimento Quilombo (PT), que são movimentos que formam a gestão de 2014 e 2015 do DCE, são os grupos que têm mais militantes engajados atuando dentro da universidade, principalmente no movimento estudantil

geral. Desta forma, a amostra de 64 questionários aplicados em diferentes espaços, com militantes que atuam nesses movimentos citados, bem como em outros, contempla de forma satisfatória o universo estudado.

Portando, a aplicação dos questionários foi importante na medida em que foram coletadas informações mais substanciais sobre quem são esses estudantes que atuam no movimento estudantil investigado e quais são os espaços políticos e militantes que eles participam. Foram aplicados 60 questionários com militantes que estão na graduação, ou seja, com militância efetiva. Os outros quatro foram aplicados com ex-lideranças do movimento que fazem curso de pós-graduação na UFS, que apoiam e ainda articulam o movimento estudantil universitário; bem como os estudantes da pós-graduação. A escolha de aplicar com quatro militantes que não têm mais poder de voto nos espaços deliberativos se deu, justamente, por esses terem acompanhado o movimento desde 2002 e ainda permaneceram atuando no movimento de forma direta ou indireta. Tal escolha possibilitou conhecer movimentos que existiram antes do ano de 2014, que atualmente não existem mais.

Para analisar os CAs e os espaços deliberativos foi utilizada como fonte de pesquisa algumas atas de CEBs e de Assembleias Estudantis que ocorreram ao longo desses 15 anos. Para tanto ainda, foi feita observação participante nesses espaços deliberativos, bem como nos CAs e ainda entrevistas e conversas informais com militantes que frequentam esses espaços. O objetivo de analisar, por um lado, os espaços deliberativos é mostrar como eles não representam na universidade a pluralidade de movimentos estudantis e de estudantes sem vínculos de militância, pois o que foi observado é que tais espaços são construídos com base nos interesses dos dirigentes do DCE (no momento) e dos movimentos e partidos apoiadores deles, uma vez que grande parte das decisões tomadas nos CEBs e Assembleias Estudantis são decisões que afetam indiretamente a vida cotidiana dos estudantes na universidade. Mas isso pôde demonstrar também como as redes de apoiadores dos dirigentes do DCE em determinado momento afetam as dinâmicas de organização do movimento estudantil no espaço universitário.

Por outro lado, analisar de forma mais específica a participação de estudantes nos CAs foi importante para entender como esse espaço pode constituir tanto o primeiro espaço de militância dos estudantes, como também pode promover a saída ou o desengajamento de alguns militantes do movimento estudantil na universidade, seja pelas dissidências e rupturas

que vão ocorrendo, seja pela estrutura fechada para novas ideias e para novas formas de atuação, trazidas principalmente por calouros.

O capítulo está dividido da seguinte forma: na primeira seção apresentamos o perfil dos estudantes que militam de forma mais geral, diferentemente do que ocorre no último capítulo, quando fazemos uma análise mais sistemática e processual das carreiras dos ex-presidentes do DCE; na segunda seção analisamos os múltiplos engajamentos dos militantes, apresentando outros espaços de atuação política que eles estão inseridos; na terceira seção é feita uma análise sobre os espaços deliberativos.

2.1 Conhecendo o perfil dos estudantes que militam

Tomamos como variáveis o sexo, a idade, o curso e ano de entrada na UFS e no movimento estudantil, entre outras (ver questionário em ANEXO 7). É sabido que outras variáveis implicam no entendimento da atuação e no perfil dos militantes do movimento estudantil, como por exemplo, religião, se trabalha ou não, estado civil, etc., contudo, a elaboração inicial do questionário não contemplava tais variáveis – no decorrer da pesquisa foi difícil de inserir outras variáveis, tanto por conta da estrutura fechada do questionário quanto pela impossibilidade de aplicar novamente com os mesmos militantes que já tinham sido questionados, assim como aplicar com outros militantes, uma vez que a UFS passou por um período longo de greve. Mesmo diante de tais dificuldades, acreditamos que a partir das variáveis escolhidas conseguimos conhecer o perfil dos estudantes que militam na UFS, seu itinerário militante e político de modo geral. Compreendendo que a construção de um mosaico metodológico permite sanar determinadas limitações das informações coletadas com os questionários; utilizamos como recurso também as seis entrevistas feitas com militantes de diferentes movimentos sociais²⁹, o que permitiu obter outras informações que não puderam ser obtidas por meio dos questionários.

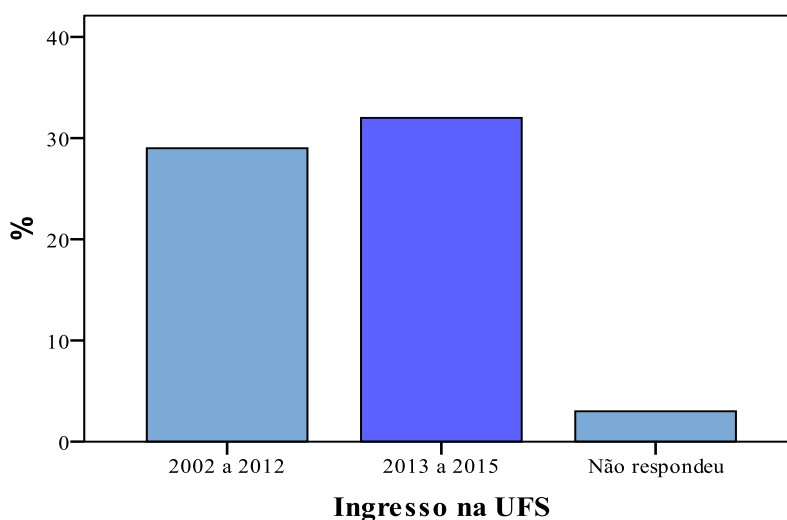
Como dito anteriormente, mudanças no contexto político nacional e local influenciam nas dinâmicas do movimento estudantil; analisando o período de ingresso dos estudantes na UFS e o ano de ingresso no movimento estudantil, classificamos o período de 2000 a 2015 em dois blocos: o primeiro, de 2002 a 2012, considerando que durante esse

²⁹ Uma militante do movimento Rua: Juventude Anticapitalista; quatro militantes do Liberte-SE; um militante da ANEL.

período houve quatro acontecimentos que os militantes e lideranças entrevistadas citaram como eventos importantes para a história do movimento, foram eles: a entrada do PT no Governo Federal; o surgimento do PSOL; as eleições municipais de 2004; e por fim, as políticas públicas para expansão universitária. O segundo bloco foi de 2013 a 2015, dois eventos foram significativos para renovar os quadros dos estudantes que se organizavam na universidade e contribuíram para a emergência de novos posicionamentos político-ideológicos e modelos de organização, foram eles: as manifestações de junho de 2013 e as eleições federais de 2014.

Os gráficos abaixo ilustram como a entrada de militantes no movimento estudantil durante o período de 2013 a 2015 foi maior do que entre 2002 e 2012:

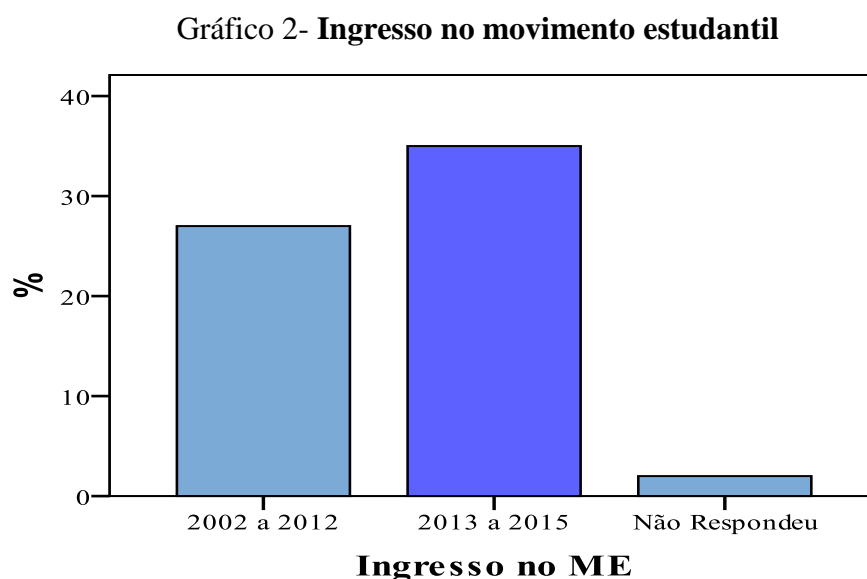
Gráfico 1- Ingresso na UFS



Dos 64 questionados, 29 responderam que entraram na UFS entre o período de 2002 a 2012, o que corresponde a 45,3 % do total da amostra; 32 responderam que entraram entre 2013 e 2015, correspondendo a 50,0 % da amostra; e 3 não responderam, o que representou 4,7 % da amostra. Apesar de não termos nos aprofundado sobre o acesso ao ensino superior, isso é um aspecto importante como vimos no capítulo anterior, pois a partir das políticas públicas de ampliação do ensino superior e do sistema de cota para alunos oriundos da escola pública e cotas raciais, o perfil dos estudantes que passa a compor a universidade se transforma e contribui para construção de novas pautas e demandas a serem reivindicadas pelos movimentos estudantis que vão surgindo ao longo desses últimos anos. Neste sentido,

algumas pautas tradicionais continuam a existir, como melhorias no restaurante universitário, auxílio para os residentes, carteirinha dos estudantes, orçamento do DCE, segurança; mas outras demandas começam a ser reivindicadas por meio de manifestações e de pichações nos muros da universidade, como violência contra mulher, liberdade de gênero e sexual, liberdade político-ideológica, entre outras.

Abaixo, o gráfico apresenta o ingresso dos estudantes no movimento estudantil:



Com base nos 64 questionários, os estudantes ingressaram mais no movimento estudantil entre o período de 2013 a 2015; de forma mais precisa, 35 responderam que entraram nesse período, o que representa 54,7 % do total da amostra; 27 responderam que entraram entre 2002 e 2012, o que corresponde a 42,2 %; e apenas 2 não responderam, o que significa 3,1 % da amostra. Essa concentração de estudantes que entraram no movimento estudantil entre 2013 e 2015 se deve a alguns fatores que foram compreendidos a partir das conversas e entrevistas com militantes: (i) as manifestações pelo transporte público. As manifestações vinculadas à causa do transporte no estado de Sergipe começam de forma organizada em 2003, tal causa historicamente sempre mobilizou os estudantes universitários. A partir daquele ano o Movimento Passe Livre começa a atuar no estado, mobilizando e formando militantes em defesa dessa causa, que posteriormente se tornariam as lideranças do Movimento Não Pago, agrupamento que é composto principalmente por estudantes que se formaram na UFS ou que ainda estudam lá (SANTOS, 2014; 2015; OLIVEIRA; SANTOS, 2015). As manifestações de junho de 2013 é o momento de explosão das manifestações em

defesa do transporte público em todo o País. Tais manifestações, segundo os militantes que atuam no movimento Liberte-se UFS, foram um evento e um período crucial para que se organizassem, tanto dentro da Universidade quanto fora dela; essas manifestações, que tiveram um “formato” heterogêneo tanto dos movimentos que estavam presentes quanto das causas que eram reivindicadas, começaram a ser refletidas no espaço universitário, com o despontar de movimentos como a Juventude Conservadora de Sergipe, que defende a volta a ditadura, e o Liberte-se, que defende posicionamentos político-ideológicos de direita e liberal.

Outro fator são os acontecimentos no contexto político como o (ii) surgimento do PSOL, as eleições municipais de 2004 e as eleições federais de 2014, e as manifestações contra o PT. Como veremos de forma mais detalhada no próximo capítulo, o surgimento do PSOL promoveu rupturas entre movimentos estudantis que se organizavam juntos. As eleições municipais de 2004, com a eleição de Edvaldo Nogueira (PCdoB) para vice-prefeito de Aracaju, que após dois anos substituiu Marcelo Déda (PT) e se tornou prefeito da cidade, contribuiu para que a União da Juventude Socialista/PCdoB ocupasse a direção do DCE durante o período de 2008 a 2012. Apesar de ter havido muitas formas de resistência à juventude do partido na universidade, não houve durante esse período uma diversificação ou um maior engajamento dos estudantes no movimento – tudo indica que isso se deve ao descrédito que os estudantes davam à representação desse grupo, principalmente nos últimos anos.

Por outro lado, os resultados das eleições de 2014 influenciaram o engajamento de um perfil de estudantes que normalmente não disputava os espaços representativos do movimento estudantil da UFS. Segundo Charles Tilly (2010), há uma relação entre eleições e a emergência de movimentos sociais, ou da renovação dos quadros de interpretação frente a determinadas temáticas. Esse “novo militante” pode ser caracterizado como integrante de movimento estudantis “à direita”³⁰ que começaram a disputar as ruas, os espaços de disputa na universidade, durante as manifestações de junho de 2013 e se intensifica com os resultados das eleições de 2014, passando a se estruturarem e se organizarem de forma mais efetiva no início de 2015 com vários movimentos que têm como pauta principal a saída do PT do governo. Na UFS as juventudes que representam esse novo movimento são o movimento

³⁰ Tatagiba, Trindade e Texeira (2015) utilizam o termo “à direita” não no sentido de que as manifestações do “Fora, Dilma” foram organizadas apenas por grupos de direita, mas no sentido que as manifestações tinham como oposição a esquerda, e suas formas e repertórios de ação.

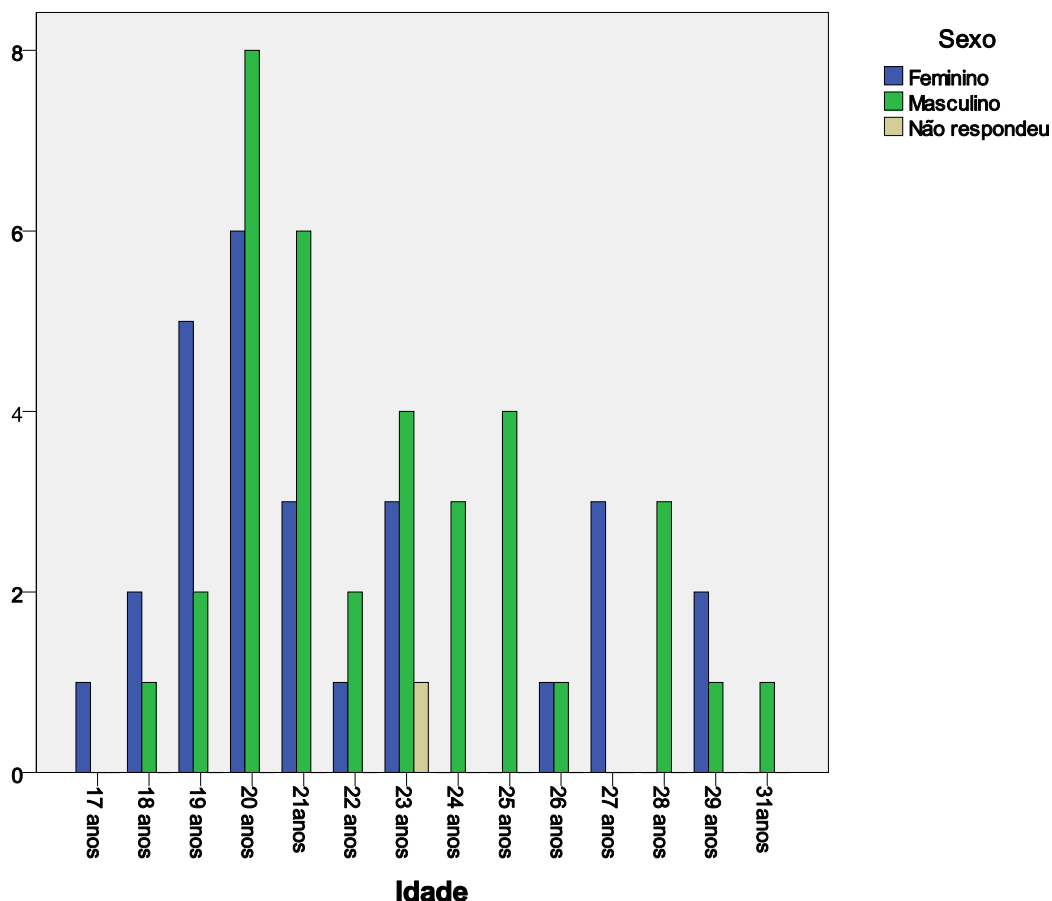
Liberte-se, que tem atuação dentro e fora da UFS, e a Juventude Conservadora de Sergipe, que passaram a disputar o espaço universitário principalmente a partir do ano de 2015.

Por fim, o último fator elencado está relacionado com (iii) as políticas públicas de expansão universitária e as manifestações a favor do transporte público. Como dito em outro momento, os processos de ampliação do acesso ao ensino superior implicam em uma renovação dos perfis de alunos que compõem o movimento estudantil, e consequentemente as pautas se modificam e a forma de organização também, pois essas se estruturam a partir das redes sociais, das condições de origem social e dos processos de formação político-ideológica que os estudantes passam quando entram no movimento estudantil. Neste sentido, as manifestações de junho de 2013 também foram significativas para novas interpretações sobre os modelos de organização e repertórios organizacionais existentes no movimento estudantil. O resultado delas, mas também das eleições federais de 2014, foi a emergência das juventudes conservadoras e liberais disputando os espaços de representação estudantil. A reivindicação do transporte público no movimento estudantil revela os conflitos entre essas novas juventudes e as juventudes “tradicionais”; por exemplo, nas eleições de 2014/2015 um grupo defendia a criação de novos estacionamentos dentro da UFS e segurança no campus, o outro defendia mais linhas de ônibus e segurança no transporte público, mas as duas juventudes fizeram ações fora da UFS; a primeira, através de reuniões, e a segunda, através de atos públicos e protestos em terminais. Isso revela que essas juventudes têm formas de interpretação e atuação diferentes com relação ao transporte público no contexto do movimento estudantil, o que demarca fronteiras entre essas juventudes.

Feitas essas considerações, é importante frisar que notamos que o ingresso no movimento estudantil ocorre em alguns casos logo no primeiro período, pois alguns já militavam no movimento estudantil secundarista e em movimentos de juventude, como o LPJ, o Movimento Não Pago, ou ainda integram algum grupo de juventude partidária. Em outros casos, militantes se engajam já com algum tempo de curso – o que podemos observar é que isso ocorre principalmente entre o terceiro e o quarto períodos. Os espaços de socialização e as trocas de experiências em salas de aula, calouradas, protestos que são feitos na universidade, e a própria formação acadêmica de alguns cursos como, por exemplo, Serviço Social, influenciam na entrada dos militantes no movimento estudantil de base, geral ou em outros coletivos, nas Executivas de Cursos ou em movimentos de juventude que se organizam na universidade.

O próximo gráfico ilustra a relação entre sexo e faixa etária, e a participação no movimento estudantil:

Gráfico 3- Sexo e idade



A participação das mulheres nos movimentos sociais em Sergipe tem se tornado cada vez mais significativa, constatamos isso a partir de pesquisas desenvolvidas no LEPP sobre protestos no estado a partir da década de 1980. Com base nos dados coletados nessas pesquisas, bem como da análise que fizemos das atas de posse e de notícias de jornais sobre o movimento estudantil, vimos que houve uma transformação no número de mulheres que acessaram cargos de dirigentes do DCE. Dos 64 questionados, 36 foram do sexo masculino e representaram 56,3 % da amostra; 27 foram do sexo feminino e representaram 42, 2 % do total da amostra; e um não respondeu, o que corresponde a 1,6 %.

Como o gráfico ilustra a maioria dos estudantes tem entre 20 e 23 anos. Contudo, há uma forte presença de estudantes entre 25 e 28 anos atuando ativamente no movimento

estudantil. A variação de idade entre 17 anos e 31 anos exemplifica como o conceito de geração não pode ser compreendido apenas por questões biológicas. Neste sentido, uma geração pode ser compreendida a partir das subjetividades e das “situações”, bem como dos processos de socialização e de ingresso em determinados contextos (MANNHEIM, 1982; REIS, 2003). Apesar de os militantes entre 25 e 31 terem uma longa trajetória em movimentos estudantis e sociais, como ainda em outros espaços de militância, eles estão compartilhando e vivenciando com os militantes mais novos os mesmos espaços, as mesmas situações e as mesmas demandas.

De fato, o que marca a presença desses jovens mais “velhos” é que a grande maioria deles é a liderança do movimento e já mudou de curso algumas vezes durante a sua trajetória na universidade. Dos 64, por exemplo, 50 responderam que nunca mudaram de curso e 14 já mudaram uma ou mais de uma vez. Os motivos da mudança se deram principalmente por afinidade – alguns militantes alegaram que após entrarem no movimento estudantil viram que não era o curso que queriam; perspectiva de trabalho – a mudança poderia facilitar uma atuação profissional em sindicatos ou em movimentos sociais, como o MST; outro motivo alegado é perspectiva acadêmica – continuar a pós-graduação e limpar o histórico na UFS; e ter mais tempo para militância. Alguns estudantes, não só na aplicação de questionário, mas também nas entrevistas e conversas, relataram que foi preciso trocar o curso para contribuir mais para militância e também para otimizar o tempo; por exemplo, segundo uma militante, as leituras feitas no curso de Serviço Social podem ser aproveitadas no movimento estudantil, o que dificilmente vai ocorrer em Física, Matemática.

Ainda a presença masculina é predominante no movimento estudantil, como apresentado anteriormente, o número de militantes do sexo masculino é superior ao número de militantes do sexo feminino. Apesar disso, os e as militantes ressaltaram avanços no que se refere à participação das mulheres no movimento estudantil nos últimos anos. Com relação a isso os dados mostraram que, na década de 1980, duas mulheres foram presidentas do DCE. Já na década de 1990, nada foi encontrado indicando que houve uma mulher na presidência da entidade. Entre 2000 e 2015, quatro mulheres foram eleitas. Em quase todas as diretórias executivas da entidade representativa houve a presença de uma ou mais de uma mulher ocupando um cargo, com exceção da gestão de 2010, que foi formada exclusivamente por homens; e nas gestões de 2009, 2011 e 2012 conseguimos obter a informação que os cargos

de presidente, vice-presidente e secretário geral foram ocupados por militantes do sexo masculino.

Com base nas entrevistas e nas observações participantes percebemos algumas diferenças relativas a ser homem e ser mulher, principalmente no que diz respeito às relações de poder no interior do movimento estudantil e em demonstrações públicas; discriminação no acesso aos cargos eletivos do DCE; e nos atributos e recursos mobilizados por esses dois atores sociais dentro do movimento estudantil. Uma das perguntas durante as entrevistas com militantes de diferentes movimentos e ex-presidentes do DCE foi se eles achavam que havia uma diferença relativa a ser homem ou ser mulher dentro do movimento estudantil – os posicionamentos foram polarizados. Esses posicionamentos distintos estão relacionados diretamente com a identidade social, militante, política, acadêmica desses militantes. Quando pergunta a Luana, militante do movimento Rua: Juventude Anticapitalista, se existe diferenças de gênero no movimento estudantil universitário, ela responde da seguinte forma:

Gigante, gigante porque o machismo que a gente combate dentro da sociedade é o mesmo machismo que a gente combate no campo da esquerda, é... E aí, a mesma força que a gente usa pra se empoderar e se locar nos espaços, fora a gente usa no espaço da militância, por exemplo, as posturas machistas de dirigentes, de divisão de tarefa, por exemplo, as meninas ficam sempre com organização e os meninos sempre com falas públicas. As mesmas dificuldades que a gente encontra lá fora na sociedade, a gente encontra aqui dentro. Eu acho que a diferença que talvez seja substancial é que aqui dentro a gente tem mais força pra pôr dedo, apontar, coloca o dedo na ferida e de disputar isso e talvez os meninos estejam um pouco mais abertos aqui dentro a superar isso e lá fora não, né? É a discussão sobre combate à violência, a divisão sexual do trabalho, a divisão social do trabalho, é... Dentro da militância não foram superadas, mas tem mais aberturas para diálogo para convencimento, pra superação. Na sociedade isso é um pouco mais difícil de ser feito assim, mas a gente precisa se impor em tudo que é lugar, então não tem jeito, não é à toa que a gente se auto-organiza, né? Em coletivos de mulheres assim, não é à toa, a gente enfrenta dificuldades.

O relato de Luana revela, entre outras coisas, como é feita a divisão de tarefas entre homens e mulheres no movimento estudantil e como isso implica em uma reflexão sobre relações de poder nesse universo. As militantes que entrevistei, incluindo as dirigentes do DCE, além dos militantes entrevistados, relataram casos de assédio sexual, violências física e verbal contra mulher, e machismo. Por outro lado, na visão dos militantes do grupo Liberte-se que entrevistei e conversei, por exemplo, não há diferenças entre homens e mulheres, pois, segundo eles, as mulheres têm as mesmas oportunidades de acesso que os militantes homens têm aos cargos de dirigentes do DCE. Além disso, esses militantes afirmam que ver

diferenças entre os dois sexos é perigoso e faz parte de um discurso de gênero. Dos 12 ex-presidentes (as) do DCE entrevistados, oito afirmaram que existem diferenças relativas a ser homem ou ser mulher no movimento estudantil universitário.

Tabela 1 - Área de curso

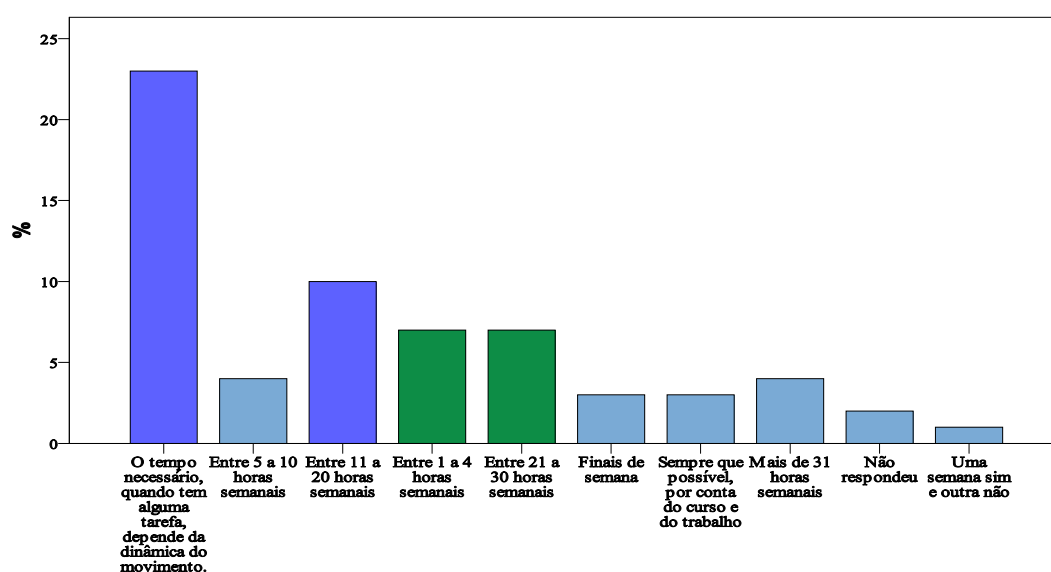
ÁREA DE CURSO	FREQUÊNCIA	%
Ciências Agrárias	7	11,0
Ciências Biológicas e da Saúde	5	7,9
Ciências Exatas e da Terra	8	12,7
Ciências Humanas	10	15,6
Ciências Sociais Aplicadas	24	37,6
Engenharias	1	1,6
Linguística, Letras e Artes	6	9,4
Não respondeu	3	4,7

Os estudantes de Ciências Humanas e Ciências Sociais aplicadas são aqueles que estão mais engajados no movimento estudantil, principalmente do curso de Direito e Comunicação Social. Mas um número expressivo de alunos da área de Ciências Exatas e da Terra tem se engajado; são áreas que, segundo ex-presidentes do DCE, são difíceis de mobilizar. Os fatores que justificaria o baixo nível de engajamento dos cursos das Engenharias e do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde seriam a formação acadêmica que não proporciona discussões mais amplas sobre questões sociais; um descrédito na representação do DCE e nas causas defendidas pela entidade; a falta de mobilização dos CAs e DAs dos cursos ligados a essas áreas.

O gráfico a seguir elucida como os militantes dedicam o seu tempo à militância de diferentes formas. A escolha em investir mais ou menos tempo à militância estudantil é algo fundamental na carreira de um militante, pois quanto mais se dedica tempo às atividades coletivas, às tarefas individuais, às campanhas durante o processo eleitoral e se destaca como um bom articulador político, ou o militante, consegue estabelecer alianças, sendo também maior a chance de ele se tornar um dirigente do DCE ou ocupar algum cargo em uma das diretorias da UNE. Segundo um dirigente do DCE e militantes do LPJ, nós iríamos ouvir muitos militantes dizerem que dedicam 24 horas por dia à militância durante a aplicação do

questionário, porém, segundo eles, muitas respostas seriam falsas. Isso nos fez perceber que o tempo é um aspecto que estrutura as relações dentro do movimento, estrutura a organização do mesmo e mostra como determinados militantes tornam a militância um compromisso que está acima, por exemplo, dos compromissos acadêmicos.

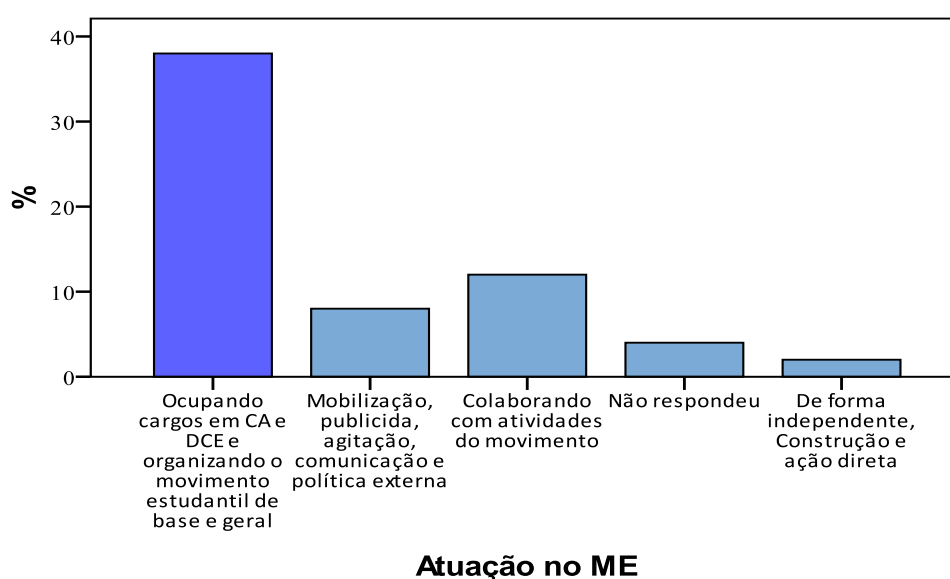
Gráfico 4 - Tempo de dedicação ao movimento



O gráfico acima apresenta como os militantes dedicam seu tempo à militância a partir da própria dinâmica do movimento estudantil, que seria quando este está desenvolvendo atividades específicas como reuniões, calouradas, manifestações dentro e fora da UFS, campanhas nas redes sociais on-line durante o processo eleitoral para os CAs e DAs, etc. Durante os períodos de greves e férias as atividades dos movimentos ficam parcialmente paradas, mas como veremos adiante, muitos militantes participam de outros espaços de militância, o que faz com que continuem desempenhando atividades e interagindo com suas redes de militância. Deste modo, 25,0 % dedicam “o tempo necessário” – os militantes que deram essa resposta argumentam que não tinham como equacionar o tempo que dedicavam, pois isso variava de acordo com as demandas e problemas que iam surgindo. Outra resposta significativa veio dos estudantes que alegaram que dedicavam “entre 11 e 20 horas semanais”, a justificativa dada pelos militantes é de que eles dedicavam um turno do dia a militância e os outros dois turnos dedicavam aos estudos e às vezes reservava algum tempo para fazer mais alguma tarefa do movimento.

Já outro resultado interessante veio daqueles que responderam que dedicavam “entre 1 e 4 horas semanais” e aqueles que dedicavam “entre 21 e 30 horas semanais”; os dois tiveram a mesma representação no total da amostra 10,9 %. O que esse dado mostra é que há uma diferença nas lógicas de investimento individual e que isso classifica o tipo de militante. Aqueles que dedicam menos tempo argumentaram que não deixam de fazer outras coisas, como ir à aula, estudar nos horários vagos, sair com a família ou amigos para poder se dedicar à militância, por isso reservam um tempo específico ou participam de alguma atividade e reunião que não demandam muito tempo. Já aqueles que dedicam mais tempo justificam que vivenciam a militância em todos os espaços fora da UFS, que às vezes é preciso deixar de lado os compromissos acadêmicos e familiares em prol da militância.

Gráfico 5 - Formas de atuação no Movimento Estudantil



Há uma relação direta entre o gráfico anterior e este, pois aqueles militantes que estão dispostos a investir mais tempo do seu dia para militância são aqueles que atuam “ocupando cargos em CA e no DCE, organizando o movimento estudantil de base e geral” e participando de outros espaços políticos e construindo redes de interações densas; esse tipo de atuação representou 59,4 % do total da amostra. Destacamos alguns relatos dos militantes que explicam essas formas de atuação:

Atualmente estou formada, porém, quando estudava, atuei por três gestões no centro acadêmico de Serviço Social, contribuí na gestão 2013/2014 do

DCE-UFS, e hoje sou militante do Levante Popular da Juventude e atuo na Frente Estudantil (Questionado nº 2).

Com a liderança livre, sem cargos ideologicamente, não acredito que se precise ocupar cargos para acumular funções. Ajo de acordo com a demanda que me é passada através de diálogo com os alunos (Questionado nº 48).

Atualmente atuo junto com alguns colegas dentro da UFS com a elaboração de projetos para modificar o "sistema único" político existente dentro da universidade (Questionado nº 54).

Faço parte do Centro Acadêmico Livre de Química (Caliq). Atuo de forma a discutir assuntos pertinentes ao curso e universidade, informar aos discentes sobre a situação acadêmica em geral, grade curricular, auxiliar no comportamento dos discentes que não entendem a "atmosfera universitária", isso para que o curso se desenvolva e forme os melhores profissionais possíveis e também servir de intermediário entre docentes e discentes, dessa forma, aumenta o vínculo e assim o apoio de ambos é maior em um eventual movimento ou protesto (Questionado nº 59).

Atuei na Entidade Nacional de Estudantes de Biologia (ENEBio), que articula várias Escolas nacionalmente na perspectiva de construções de atividades conjuntas. Dentro dessas construções cabe a participação em centros, diretórios acadêmicos ou coletivos independentes que se propõem a pautar demandas específicas dos cursos de Biologia, discutir a grade, pautar demandas conjuntas com outros movimentos sociais, como, por exemplo, o MST. Além da ENEBio, também construí o Coletivo Mão Roxa de diversidade sexual, que pauta demandas da comunidade LGBT dentro e fora da universidade no estado de Sergipe (Questionado nº 64).

Esses relatos mostram as formas de organização desde a forma independente até o modelo de organização articulado com outras organizações políticas. Além disso, mostra como atua o movimento estudantil de base; os representantes de CAs e DAs defendem cotidianamente os interesses dos estudantes dos respectivos cursos, mas também traçam estratégias e constroem redes não só com outros movimentos sociais e estudantis, mas também com o corpo docente que atua como apoiador em protestos, mesas redondas, atos públicos, etc. O questionado de nº 54 representa a oposição aos grupos tradicionalmente existentes na UFS, o combate ao sistema “único político” na universidade, que está ligado à esquerda, e que emergiu principalmente a partir de 2014. O questionado de nº 48 também representa uma resistência ao modelo de atuação mais presente no movimento estudantil da UFS, que seria o modelo hierarquizado, essa forma independente na UFS historicamente sempre esteve presente, na maioria das vezes apoiando ou sendo apoiada pelo conjunto de organizações políticas e estudantis. O questionado de nº 64 exemplifica a relação de múltipla militância que é uma das principais características dos militantes do movimento estudantil universitário, como veremos na sessão seguinte.

2.2 Múltiplas militâncias: conhecendo outros espaços que os estudantes militam

Para alguns estudantes o espaço universitário se torna a primeira porta de entrada para a militância, não só no movimento estudantil de base ou geral, mas também em outros espaços políticos. Alguns militantes atuam em coletivos, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, e levam para o movimento estudantil as experiências adquiridas nesses outros espaços. Como também, para alguns, a militância se torna um projeto de vida, se torna um projeto profissional. Entender a inserção dos estudantes em vários espaços de atuação é importante tanto para compreender a forma de atuação e a identidade do movimento quanto para compreender a importância que a participação política e a militância têm na vida daquele estudante que milita. Foi possível perceber que quanto maior é a inserção dos estudantes em vários espaços políticos, maior é o investimento pessoal e a concepção da militância como um projeto de vida, que implica na vida profissional, afetiva, amorosa e acadêmica.

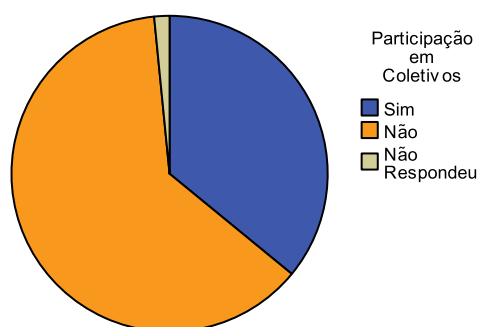
A inserção na militância implica em uma mudança de comportamento, de postura, de uma representação de si nos diferentes espaços públicos. Abaixo, um relato interessante de uma militante que atua em movimentos feminista, partidário e é do movimento estudantil de base e geral. Pergunto a ela se algo foi alterado em sua vida depois que ela entrou na militância (valores, amizades, dinâmica de vida):

Nesse sentido sim, por exemplo, eu nunca mais consegui ter um namorado fora do espaço da militância, por quê? Porque a partir da militância feminista eu fui me dando critérios, tipo, eu não consigo mais me relacionar com os meninos mais senso comum, mais machistas, isso é uma mudança no sentido de comportamento, é... Um outro exemplo de mudança assim. É, tenho ficado cada vez mais impaciente com injustiça assim, então isso reflete de alguma forma num comportamento de mudança, dos espaços que eu frequento, tipo, têm festas que eu nem passo mais perto, têm amigos que eu deixei de conversar, é por uma certa intolerância mesmo, às vezes, sabe? Às vezes eu não quero mais ouvir o que eu ouvia antes e pra mim deu, assim, são escolhas que acabo fazendo. Eu acho que tenho aprendido hoje mais do que quando entrei na militância a ter uma certa paciência um pouco melhor, então eu já fui mais impaciente com essas pessoas, hoje eu até não quero elas perto de mim, mas troco ideia, hoje fica mais fácil, eu acho que estou mais madura a ponto de ouvir e contrapor, naquela época mais no início eu só negava e virava as costas, hoje eu consigo conversar mais. Acho, assim, que são várias mudanças de comportamento, várias (Luana).

A intolerância faz parte do processo de amadurecimento dentro do movimento estudantil. Em outros depoimentos de militantes e ex-presidentes do DCE isso apareceu da mesma forma. A de se opor e contrapor aos adversários durante os debates e reuniões, ou em ocupações e em negociações com a reitoria ou com departamento dentro da universidade, faz

parte de um processo de socialização que estrutura a forma de ação e de organização de determinados grupos e militantes dentro da universidade. A intolerância existe de modo mais evidente, por exemplo, com grupos de direita ou conservadores dentro da universidade, tais grupos por décadas não se organizaram e atualmente quando se manifestam em espaços de debate em que preponderam grupos de esquerda são vaiados.

Gráfico 6 - Participação em coletivos



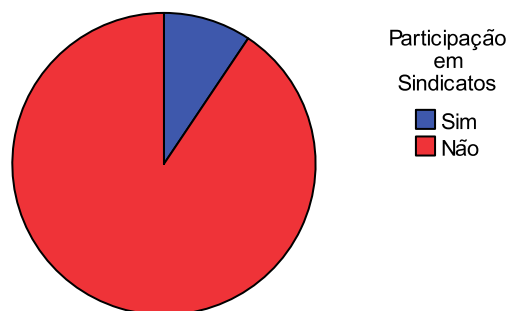
A partir da década de 1990, principalmente, emergiram diversos movimentos, coletivos, grupos de juventudes. Segundo Mische (1996; 2008) o jovem passou a atuar em rede, uma rede que é formada por partidos políticos, coletivos, mediadores, ONG, empresas juniores, etc. A militância no movimento estudantil universitário não se limita apenas aos espaços clássicos de atuação (CAs, DAs, DCE, etc.), os coletivos constituem parte dessa militância. Um dado interessante quando aplicamos os questionários foi a imprecisão de alguns militantes em classificar seu grupo como um coletivo ou como um movimento social.

Em alguns casos a nomenclatura é bem específica, como Coletivo Direito Vivo, Coletivo de Biologia, Coletivo Sarau Debaixo, Coletivo de Mulheres de Aracaju, Coletivo Agite – que faz parte do movimento LPJ – ou Coletivo Não Pago, que faz parte do Movimento Não Pago. Segundo militantes dos coletivos Agite e Não Pago, a diferença do coletivo e do movimento é de que a função do coletivo é mais específica, é mais localizada, por exemplo, aqueles militantes que participam do Coletivo Agite ficam responsáveis por organizar a agitação durante manifestações organizadas pelo LPJ.

Um dos coletivos que aglutina muitas militantes universitárias é o Coletivo de Mulheres de Aracaju, que surgiu a partir da Marcha das Vadias em 2012, e suas lideranças

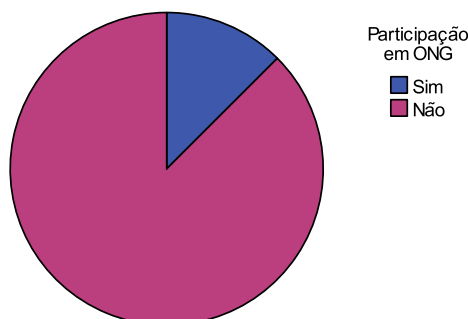
são vinculadas ao PSOL e PSTU, além de ter apoio de sindicatos e de vários movimentos sociais como, por exemplo, Movimento Não Pago e o Movimento LGBTTT.

Gráfico 7- Participação em sindicatos



A baixa participação em sindicatos pode ser explicada pelo fato de que alguns estudantes ainda não entraram no mercado de trabalho. Pois quando perguntamos se os mesmos desejariam continuar na militância e em que espaços gostariam de militar, 60% responderam que sim, sendo que 41,6% responderam que desejariam continuar no movimento sindical, em partidos políticos ou em algum movimento social. Apesar de haver uma baixa participação dos estudantes em sindicatos, essa organização política foi um dos principais espaços escolhidos pelos estudantes para continuar sua militância ao sair do movimento estudantil universitário, outro espaço indicado são os movimentos sociais e partidos políticos.

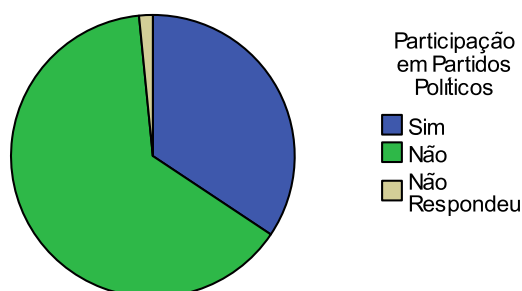
Gráfico 8 - Participação em ONG



Assim como nos sindicatos, há uma baixa participação em ONGs. Mas diferentemente, apenas 1,7 deseja participar ou contribuir financeiramente com alguma ONG.

Esse dado é interessante quando observamos também os espaços de protestos, de assembleias estudantis, entre outros, em que os movimentos sociais e coletivos se manifestam, e que se têm uma ausência quase que completa das ONGs. O que mostra que esse espaço não é preponderante e não mobiliza de forma efetiva os estudantes que militam nos movimentos estudantis da UFS.

Gráfico 9 - Participação em partidos políticos

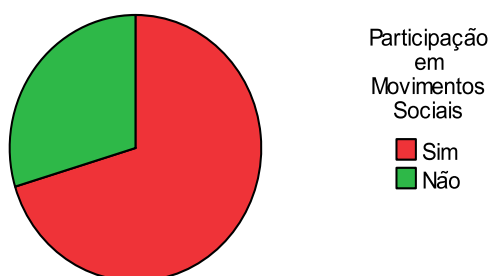


A relação entre movimento estudantil e partidos políticos ganha novas configurações a partir do processo de abertura política (MESQUITA, 2003; MISCHÉ, 2008), como veremos mais adiante. No caso do movimento estudantil da UFS, como vimos, historicamente sempre foi marcado com uma forte presença de partidos, principalmente de esquerda e extrema esquerda. Mas a partir dos anos 2000 essa relação e presença passa ser mais tensionadas e questionadas pelos movimentos estudantis que emergiram ao longo desses 14 anos. A pluralidade de formas de atuação disponíveis para os estudantes reivindicarem suas demandas, proporciona, entre outras coisas, uma relativa autonomia dos movimentos com relação aos partidos (veremos de forma detalhada essa discussão no capítulo 3). Neste sentido, dos 64 questionados, 22 responderam que participam de partidos políticos, sendo eles Consulta Popular (partido que não participa da política eletiva), PSOL, PSTU, PCB e DEM.

Abaixo o gráfico ilustra a participação dos estudantes em movimentos sociais. Há, sem dúvida, uma forte imbricação entre as pautas que esses militantes defendem nos movimentos estudantis de base ou geral que eles fazem parte e as pautas dos movimentos sociais e organizações políticas que eles também estão inseridos. É a partir da socialização em diferentes espaços políticos que eles apreendem uma cultura associativa e política que permitem se planejarem, organizarem formas de mobilização e traçar estratégias para disputar espaços políticos e recrutar militantes no movimento estudantil. Os cursos de formação

política oferecidos por movimentos sociais, como o MST, foram bastante significativos no processo de socialização e formação político-ideológica dos militantes do LPJ.

Gráfico 10 - Participação em movimentos sociais



De acordo com o Gráfico 10, dos 64 questionados, 45 participam de movimentos sociais que atuam dentro e fora da UFS com reivindicações que vão desde a defesa do livre comércio na universidade, moradia, parto humanizado, creche na universidade, reforma política e agrária, até a liberação da maconha, por exemplo.

Na tabela abaixo são apresentados os movimentos sociais nos quais os estudantes militam.

Tabela 2 - Participação em movimentos sociais

Participação em Movimentos Sociais	Frequência	%
Assembleia Nacional dos Estudantes-Livres	2	4,4
Levante Popular da Juventude e DCE	25	55,5
Muda Brasil, Liberte-se e Estudantes Pela Liberdade	2	4,4
Movimentos Feministas	3	6,6
UTC	1	2,2
Marcha das Vadias, Marcha da Maconha e Movimento Não Pago	9	19,9
Rua-Anticapitalista	1	2,2
Serviço Inter-franciscano de Justiça, Paz e Integridade da Criação	1	2,2
Todos que apoiam minorias	1	2,2
Total	45	100,0

O movimento de juventude que está sendo mais expressivo na UFS nos últimos três anos e ocupando os espaços de representação estudantil, como o DCE, é o LPJ, como revela a tabela, a participação dos militantes nesse movimento representou 55,5 % do total da amostra. Com efeito, observamos que o LPJ faz parte do tipo de movimento estudantil que historicamente se organiza na UFS, ou seja, aquele tipo de movimento que Mesquita (2003) classifica como orgânico, que tem alguma vinculação partidária, seja de forma direta, quando o movimento é fruto da juventude partidária, ou de forma indireta, quando os militantes não assumem que o movimento tem vínculo partidário, mas a maioria dos seus membros é filiada, simpatizante ou orientada pela ideologia do partido.

2.3 Movimento Estudantil de base: uma análise sobre o papel dos centros acadêmicos

Segundo Foracchi (1972), o espaço universitário é um espaço de contestação política, não apenas referente às reivindicações ligadas à educação ou às dificuldades cotidianas dos estudantes nesse espaço, pelo contrário, é um espaço que é disputado e contestado por outras forças políticas, bem como por uma série de demandas e reivindicações que atingem os jovens antes mesmo deles entrarem na universidade. Neste sentido, o ingresso dos jovens na universidade é algo novo e confuso em suas vidas, é um momento desafiador para eles. A universidade, segundo a autora, representa para os jovens um lugar onde eles encontram pessoas com valores, jeitos e ideias semelhantes, onde buscam o mesmo objetivo e é onde tentam se oporem à ordem vigente ou opositores comuns.

O ingresso na universidade e a participação na vida universitária representam uma situação social nova, na qual essa problemática é agudizada e orientada. Abrem-se horizontes de participação que são novos pelas oportunidades que o jovem encontra de conviver com outros que compartilham, envolvendo-se, assim, na busca comum das alternativas desejadas, criando compromissos semelhantes com a condição que, no momento, define as suas vidas e que é a condição de jovem.³¹

A identidade de jovem não é anulada pela a condição de estudante universitário, as desigualdades sociais e os conflitos sociais vivenciados pelos jovens antes do seu ingresso na universidade atingem a sua condição de estudante e as suas formas de participação nesse espaço. Como a autora coloca, a inserção no espaço universitário traz oportunidades de participação, os jovens passam a conviver com pessoas que buscam alternativas para aquilo

³¹ FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo, Livraria Pioneira, 1972. pp.74 -75.

que desejam, sejam nos âmbitos econômico, moral, político, religioso. Uma das formas de participação desses jovens é no movimento estudantil; ele se torna, portanto, um instrumento em que os jovens podem agir politicamente em defesa daquilo que os incomoda tanto no que diz respeito a suas questões individuais quanto àquilo que lhes incomoda coletivamente.

A sociologia do engajamento militante é “entendida como toda forma de participação *duradoura* em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (SAWICKI; SIMÉANT, 2011). A militância estudantil em sua realidade de transformação diária e de mudanças de atores anualmente ou semestralmente altera de forma rápida e diversifica a participação coletiva dos estudantes em defesa de uma causa ou na promoção de uma. Neste sentido, a entrada ou a saída dos estudantes nos CAs dos seus respectivos cursos pode acontecer por diversos fatores, entre eles pelos interesses de pautas colocadas pelas lideranças do CA ou das entidades representativas clássicas que possuem muitas vezes uma forte capacidade de articulação e de estratégias de recrutamento que dificultam ou ofuscam a pluralidade de ações e de formas alternativas de mobilização dos estudantes no movimento (Mesquita, 2003). Mas a ação dos estudantes nos CAs ou DAs está associada à tentativa de promover ou defender uma causa, ou ainda, dos jovens se inserirem e se integrarem a um grupo da universidade que compartilha das mesmas ideias e valores que eles.

Desse modo, analisando os processos de engajamento e desengajamento dos estudantes em CA foi possível perceber que determinados eventos ou contextos precários, como o corte de verba na educação ou a falta de material didático básico para as aulas, pode ser um motivo para a entrada dos estudantes no CA, seja de forma a defender uma pauta já existente ou de modo a problematizar e promover como pauta um problema existente no cotidiano estudantil; por outro lado, o desengajamento se relaciona mais com a impossibilidade de promover pautas e formas de organização, principalmente em CAs que já possuem um partido político, um movimento social ou uma entidade representativa de estudantes que ditam a forma de ação e as causas que devem ser defendidas ou promovidas pelo CA.

Compreendemos que os espaços dos CAs e DAs, assim como do DCE, as assembleias estudantis e CEBs, são campos relacionais, no sentido empregado por Goldstone (2004). O autor sugere que os movimentos sociais devem ser situados em um campo relacional dinâmico em que as ações em curso e os interesses estatais, os aliados, os mediadores, os contra movimentos e o público em geral influenciam na emergência de movimentos sociais e em seus resultados. Neste sentido, quando nos voltamos para analisar o

engajamento e o desengajamento no CA como parte da dinâmica organizacional do movimento estudantil universitário da UFS foi preciso considerar que além da ação dos estudantes, a ação e interesses de outros atores, dos aliados, dos mediadores devem ser situadas e compreendidas no espaço e tempo. A partir desse exercício analítico, percebemos além, dos motivos e fatores que levam ao engajamento ou desengajamento dos estudantes em CAs, como a entrada nesse espaço de representação estudantil pode criar novos quadros interpretativos sobre determinadas causas como, por exemplo, a implementação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); a criação de coletivos e de modelos de organização alternativos.

No início da pesquisa visitamos alguns centros acadêmicos, como dos cursos de Direito, de Ciências Sociais, Psicologia, História, Geografia, Química, Filosofia e Artes – grande parte desses estava frequentemente fechada ou, como alguns estudantes relataram, estavam passando por um processo de reestruturação ou de reabertura, depois de um ou dois anos fechados, sem representação estudantil. Observamos alguns desafios que os centros acadêmicos enfrentam e que possibilitam compreender por que há pouca participação, pouca mobilização e uma descrença por parte dos estudantes que não são militantes: o primeiro desafio é enfrentar a influência dos partidos políticos e de movimentos sociais e de juventude na dinâmica do CA; já o segundo é tornar o CA adequado para os estudantes que não são militantes estudarem, debaterem, participarem das reuniões, ou seja, fazer com que os estudantes queiram participar do espaço; o terceiro desafio é a falta de representatividade dos estudantes eleitos para representação dos estudantes através do CA; outro desafio a ser enfrentado por alguns CAs é relação problemática entre eles, departamentos e DCE; por fim, o último desafio se relaciona com o terceiro: tornar o CA um lugar divertido, de comemoração, festivo, mas que não iniba a participação dos estudantes que não compartilham, por exemplo, da prática de “orgias”, de uso de maconha e de outras drogas alucinógenas³².

Tais características, é importante frisar, dependem também dos estudantes e de suas redes de apoio que estão representando e organizando o CA por um determinado período. Além disso, tais características são transversais ao processo de socialização e de entrada de alguns estudantes na militância estudantil. O mesmo ambiente em que ocorrem as festas, as orgias e o uso de droga ilícita, que afasta uma parcela dos estudantes e que torna a relação

³² Esses desafios foram classificados a partir de conversas com militantes, das entrevistas semiestruturadas e da realização das observações participantes.

entre CA e departamento conflituosa, é o mesmo espaço em que alguns estudantes interagem, constroem redes de amizade dentro da universidade e começam a militar no CA e no movimento estudantil mais geral. Mas também em partidos políticos, movimentos sociais e de juventude, coletivos, nos quais lutam por seus direitos como estudantes e nos quais sua visão de mundo e sua postura política dentro da universidade se formam inicialmente.

Com base nos questionários e nas entrevistas foi possível identificar como em algum momento da trajetória de militância dos estudantes grande parte desses já havia participado ou participa de CA. Contudo, o número de pessoas que nunca participaram também é bastante significativo, o que revela que esse espaço de representação estudantil não tem conseguido recrutar militantes, bem como indica que uma parte significativa dos estudantes não se sente representada pelos seus respectivos CA e passam a participar de outros canais de integração política em que possam reivindicar suas demandas.

Tabela 3 - Participação em Centros Acadêmicos

Você participa ou já participou de CA?	Frequência	%
Sim	38	59,4
Não	26	40,6
Total	64	100,0

A tabela mostra que 59,4% dos estudantes questionados responderam que participam ou já participaram de CA. Durante a aplicação dos questionários foi possível conversar com os questionados, principalmente quando a aplicação era feita apenas com uma pessoa dentro ou fora da universidade.

Quando aplicávamos um questionário a um militante do centro acadêmico de Química, questionamos sobre o processo de formação de uma chapa para disputar as eleições de tal centro. No relato do militante esse processo aparece como sendo algo “natural” e pouco conflituoso, pois segundo ele qualquer estudante que queira ser presidente e esteja disposto a formar uma chapa precisa apenas recrutar outras pessoas e disputar as eleições, quando há outras chapas inscritas. Contudo, o que foi observado é que esse processo visto como “natural” por alguns militantes tem variações importantes que se relacionam com a história de cada CA, os interesses políticos e o perfil dos estudantes do curso. Neste sentido, uma das

coisas que foi problematizada durante a pesquisa é quais os atributos necessários que um estudante precisa ter para disputar a representação, seja de centros acadêmicos ou do DCE. Nota-se a partir dessa problemática que os atributos variam conforme a visibilidade e a tradição política do CA, determinados centros como o do curso de Direito, Serviços Social e de Ciências Sociais sempre tiveram grupos políticos disputando a representação e o controle, o que por sua vez tornava mais seletiva e exigente a escolha do presidente e vice-presidente desses centros acadêmicos – vimos anteriormente que determinadas áreas se engajam mais que outras.

Entre um dos atributos que estudantes precisam ter para conseguir se tornar presidentes está a militância prévia, ou seja, ter militado antes, seja no próprio centro acadêmico ou em movimentos sociais, coletivos e partidos políticos, dá ao candidato um capital militante que pode ser acionado e mobilizado como um recurso de legitimação frente aos seus concorrentes e no interior do seu grupo. Outros atributos como oratória, simpatia, compromisso e disposição foram ressaltados como características que um representante estudantil deveria ter para conduzir a representação dos estudantes de um determinado curso no movimento estudantil de base.

Dentre os entrevistados, 40,6% afirmaram que nunca participaram ou participam de CA. Esse número é bastante significativo, principalmente quando levamos em consideração, militantes engajados em outros espaços políticos ou estudantes sem nenhum engajamento político. Com relação aos primeiros, é interessante porque demonstra que o centro acadêmico nem sempre é o primeiro espaço de engajamento político na universidade; com relação aos estudantes sem engajamento, constatou-se, a partir de conversas e observação participante em processos eleitorais de alguns CAs, que a falta de representação, de credibilidade, a hierarquização no CAs e a postura fechada para ideias alternativas vindas de calouros inibem o engajamento e a participação dos estudantes nos processos eleitorais, bem como em assembleias estudantis e em reuniões abertas do CA.

Uma das pautas recorrentes de chapas que disputam o DCE é justamente a promoção de uma maior articulação política e de diálogo com os CAs e Das, como é possível ver em uma das pautas colocadas pela chapa de oposição “Quando o Amor Não Basta” (2007): “Estabelecer constantemente o diálogo com CAs, DAs, Conselho de Residentes, ENEEs (Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais), Bolsistas e AAU (Associação Atlética Universitária)”. A falta de diálogo entre CAs e DCE não acontece de forma

generalizada, ou seja, quando a rede de socialização militante e política é a mesma das duas entidades representativas há um diálogo e a defesa de causas específicas por parte do DCE com relação há algumas agendas de reivindicações de determinados centros acadêmicos. Segundo um ex-secretário de finanças do DCE de 2006, “o Movimento Estudantil no Brasil todo passa por um momento de refluxo. “Esse estado de apatia é causado principalmente pelos DCEs, mas também é culpa dos estudantes em geral e dos Centros Acadêmicos, cujos fóruns de debate contam com apoio muito baixo”³³. Esse relato chama atenção para aquilo que Mesquita (2003) observou em sua pesquisa, que há uma nova sociabilidade no movimento estudantil, que está imbricada com a relação que os estudantes têm com as entidades representativas clássicas, como os DCEs e a UNE.

A tabela abaixo mostra os centros acadêmicos nos quais os estudantes participam. Dois CAs específicos devem ser destacados: das 38 pessoas que responderam sim, 10,5 % são do curso de Direito, um dos primeiros cursos a se organizarem politicamente na história do movimento estudantil universitário da UFS. Outro que também é pioneiro e que é um dos mais organizados politicamente e atuante é o CA do curso de Serviço Social.

Tabela 4 - Participação em CAs e DAs

Participação em CA ou DA	Frequência	%
DALEPE - C.A. Livre de Pedagogia	1	2,6
C.A. Sílvia Romero (Direito)	4	10,5
CACAM (C.A. de Ciências Sociais)	2	5,3
CAFON (C.A. de Fonoaudiologia)	1	2,6
CALECO (C.A. Livre de Ecologia)	1	2,6
CALEF (C.A. de Engenharia Florestal)	3	7,9
CASSMAGA (C.A. de Serviço Social)	2	5,3
CECH/DALAH (Diretório Acadêmico de História)	2	5,3
CENARTE (C.A. de Artes)	3	7,9
Centro Acadêmico de Enfermagem	1	2,6
Centro Acadêmico Livre de Biologia	1	2,6
CALEA (C.A. Livre de Agronomia)	2	5,3
Centro Acadêmico Livre de Química	3	7,9

³³Jornal Contexto UFS, 2006. Ver a matéria completa de Daniel Brandi em <<http://blog-contexto-ufs.blogspot.com.br/2006/09/novo-flego-para-o-movimento-estudantil.html>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

DACS (D.A. de Comunicação Social)	8	21,1
Centro Acadêmico de Matemática	1	2,6
Diretório Acadêmico de Comunicação Visual	1	2,6
CAIRI - Centro Acadêmico Independente de Relações Internacionais	2	5,3
Total	38	100,0

Alguns CAs que durante a pesquisa apareceram como fundamentais no que concerne a poder de articulação e de mobilização não apareceram na tabela acima, contudo, é válido ressaltar o Centro Acadêmico de Comunicação Social (Publicidade, Jornalismo, Audiovisual). Muitos dos militantes que conversei e poucos do que entrevistei são dos cursos de Comunicação Social, e várias ações foram feitas pelos estudantes de Comunicação a partir de 2007 contra o REUNI e em defesa de materiais didáticos básicos para os cursos dessa área e contra os cortes para Educação de modo mais geral. Outro CA é o de Geografia que, a partir de relatos de um militante da década de 1980 que atualmente é professor da UFS, fazia várias ações e era bastante atuante; outros relatos de ex-presidentes e presidentas do DCE também mostra essa força do CA de Geografia nos primeiros anos da década de 2000.

A dinâmica de organização dos CAs é muito transitória e complexa, em alguns casos são várias forças políticas disputando a representação da entidade. Além disso, as formas de organização e as causas defendidas vão depender também dos interesses dos representantes que estiverem à frente em um determinado período. Há estudantes que dispõem de mais recursos, que mobilizam redes em potenciais, que conseguem financiamento para campanha, que conseguem fazer calouradas, entre outras coisas que contribuem para um CA mais ativo e articulado com outros CAs, coletivos, movimentos, executivas, DCE.

O relato abaixo de uma ex-presidente do DCE ³⁴ ilustra isso, quando a mesma fala da sua entrada no movimento estudantil:

É, a princípio eu entrei no centro acadêmico, é... Quando eu entrei aqui na universidade meu centro acadêmico, ele não tinha uma chapa, assim, tão atuante, porque quando eu entrei já estava se desfazendo a chapa e já estava no processo eleitoral, é... Que na época era Paulo né? Foi que eu me aproximei, aí ele entrou em contato com a gente na nossa sala chamando pra participar do movimento, pra conhecer, fizeram nossa primeira calourada, né? Foi quem nos recepcionou e tudo mais, então, a partir daí, comecei a me aproximar desses grupos, conheci vários amigos a partir daí, mas eu acredito que foi a partir do encontro estudantil de Geografia que eu botei mesmo o pé dentro do movimento, era um encontro em Maceió é... De geografia, um regional do Nordeste, um encontro chamado Eregene e a partir daí eu vi o pessoal se matando pra organizar o evento e era o movimento estudantil,

³⁴ Bianca.

eram os centros acadêmicos que organizavam esse encontro estudantil e que discutiam ali tanto o político e também o que é ser jovem, a importância da Geografia e tudo mais e também o cultural, foi aí que me aproximei e quando a gente voltou desse encontro a gente voltou meio que discutindo a importância de se fazer alguma coisa dentro da universidade no sentido de se organizar enquanto estudante mesmo, né? A gente via vários problemas dentro da universidade, vários problemas dentro do nosso curso em si, né? E que a gente precisava fazer algo a respeito e quando a gente voltou, a gente já voltou meio que marcando de se encontrar depois do evento pra pensar na possibilidade de construir uma chapa e foi o que a gente fez, a gente se reuniu, a princípio o grupo que fazia parte não era nem todos, discutiam política, alguns viam o centro acadêmico como um centro tarefeiro, né? Tanto na parte de organizar os estudantes, ter computador, auxiliar os estudantes que também tão chegando novos, algumas coisas que o centro acadêmico tem importância de fazer também, mas o político mesmo, muitos até achavam que não deveria ser discutido ali dentro porque entendiam o político como partido, né? Muita gente entende que discutir política é discutir partido, o que a gente discorda, então naquela época eu já discordava disso, o tempo todo nós somos seres políticos, nós somos seres políticos e toda política envolve nossa vida, né? Tudo que é coisa que a gente tem, todos os setores da nossa vida, a política ela envolve, ela altera, ela influência, então a gente passou a questionar muito isso.

O espaço do centro acadêmico para os estudantes envolvidos nesse contexto relatado toma um sentido diferenciado. O CA como um espaço de “tarefeiros” ou apenas de cumprimento de ordens de cima para baixo, tal espaço de representação passa a ser questionado por aqueles estudantes que não detinham espaço na “cúpula fechada”, ou seja, nas reuniões do DCE junto com representantes de CAs. Os estudantes passam a questionar a ordem vigente, por um lado, a ordem normativa imposta pela reitoria e pela “ordem” imposta pelas lideranças estudantis; por outro, pela ordem imposta pelo Estado ou pelas ações que prejudicam de forma direta ou indireta a vida cotidiana dos estudantes e da sua futura vida profissional.

Contudo, dentro da pluralidade de visões de mundo construídas fora e dentro da universidade pelos estudantes, muitos discordam da forma de atuação de CAs que visam à defesa e à promoção de causas externas ao âmbito do espaço universitário e os interesses especificamente dos estudantes e dos seus respectivos cursos. Isso, por sua vez, permite identificar as modificações ou reinterpretações que ocorrem com relação à defesa de causas e atuação de determinados repertórios organizativos quando determinado perfil de estudante está à frente do CA.

Os CAs e DAs são a base do movimento estudantil universitário, é lá que começam as relações de apoio, de mediação, onde ocorrem as rupturas e as dissidências, é lá que

começa a disputa por espaço na universidade e é lá que se configura para uma parcela significativa dos estudantes o primeiro espaço de engajamento estudantil na universidade. Analisando os CAs dentro do contexto organizacional do movimento estudantil da UFS é possível afirmar que a falta de diálogo entre centros acadêmicos e DCE está relacionada diretamente com as redes de apoiadores e os interesses que esses têm sobre as entidades. Além disso, segundo Mesquita (2003), as entidades clássicas de representação estudantil inibem e ofuscam a ação de novos atores. No caso do movimento estudantil da UFS, em muitas situações e conversas foi observado que o espaço do CA é um espaço excludente, que limita a agenda de reivindicação aos interesses de uma parcela de estudantes do curso que representa e que a sua manutenção e continuidade fica fragilizada por conta disso.

As eleições para CA podem ser anuais ou bienais, mas nem sempre existem chapas que disputam esse espaço e nem sempre determinados grupos conseguem se manter na frente de um CA. Um dos motivos alegados por alguns estudantes para o fechamento de um CA é justamente a falta de interesse de estudantes que estejam dispostos a assumir as responsabilidades da entidade, como também a incapacidade dos grupos existentes de fazer um trabalho de base consistente e de formação política com os calouros para darem continuidade às suas ações nos respectivos CA que esses grupos representam.

Na seção a seguir analisamos dois espaços, as assembleias estudantis e os CEBs. Para tanto, foram investigadas ao longo desses 15 anos algumas atas de assembleias estudantis e de CBS que se tornaram exemplares no que concerne às formas de representação do DCE e CAs nesses dois espaços e aos conflitos e disputas que envolvem esses espaços.

2.4 Representação política, “pauta pronta” e “trampolim político”: analisando as assembleias estudantis e os CEBs

Durante toda a pesquisa tivemos a oportunidade de participar de alguns espaços de encontros promovidos por movimentos estudantis que atuam na UFS. Em todas as experiências que tivemos ficou evidente que esses espaços não se constroem de forma que contempla todos os grupos que atuam na universidade. Como também ficou evidente que há uma descrença no DCE, independente dos movimentos e grupos políticos que esteja à frente; a análise das atas de posse da década de 1980, 1990 e 2000 mostraram que a participação de

estudantes que não militam nas eleições para o DCE é baixa. Um dos fatores que explica isso é o fato de a maioria das chapas ter movimentos sociais e partidos políticos orientando as reivindicações, o modelo de ação, e com isso demarca a representação de um perfil de estudantes dentro da universidade, ou seja, os movimentos estudantis que são orientados por partidos políticos ou movimentos sociais expressam a política desses apoiadores, reinterpretando as causas estudantis a partir disso.

Os espaços deliberativos como as assembleias estudantis e os CEBs revelam a ausência e o desinteresse dos estudantes com a política estudantil, alguns estudantes relataram que não se sentem representados pela atual gestão do DCE, bem como pelas gestões anteriores a ela, e na maioria das vezes desconhecem quem é o presidente ou a presidenta da entidade. Além disso, um estudante relatou que os espaços das assembleias estudantis e os CEBs são uma ilusão, pois são formados apenas por militantes e a pauta discutida já está formulada e discutida antes da realização desses eventos – é o que alguns alunos e alguns dirigentes chamaram de “pauta pronta”.

John Comerford (1999) analisa os rituais, a organização, os processos sociais, lutas políticas que são comuns a um conjunto de trabalhadores rurais na condição de assentados ou de pequenos agricultores familiares. O autor toma o conceito de representação e “equipe de frente” cunhado por Goffman (2009) e observa como ocorrem as interações e os processos de escolha daqueles que vão discursar publicamente e politicamente em defesa da maioria. Com base nas orientações de Comerford vimos que os processos de escolha daqueles militantes que falam publicamente em defesa do direito de todos os estudantes envolvem um jogo em que a plateia interage e assegura aquela representação. Mas é importante ressaltar que nem todos na plateia são conquistados na situação, o jogo da representação política envolve as relações de amizade, afetivas, de militância e política. Analisando os bastidores e o próprio momento em que ocorreram as assembleias estudantis e os CEBs em que observamos, notamos que as falas, os gritos de guerra, as músicas, as ofensas e as propostas eram planejados com antecedência, e, às vezes, quando ocorriam momentos de improvisação, todos aqueles que participavam das redes de relações citadas anteriormente asseguravam para que os opositores e a plateia não percebesse a improvisação.

Desta feita, os militantes que são escolhidos para falar nas assembleias ou para coordená-las não são escolhidos de forma aleatória, são em sua maioria homens, lideranças do movimento, que já tem uma longa trajetória de militância ou é algum militante que está se

preparando para futuramente ocupar algum cargo em que precisará falar publicamente e participará de debates. A escolha também varia com o ambiente, percebemos, por exemplo, que em reuniões do comando de greve organizado em 2015, as lideranças do DCE não tinham muito interesse em participar desse espaço, pois no momento eles estavam priorizando outras pautas como a maioria penal e a reforma política, mas mesmo assim alguém ia ocupar o espaço, porém, eram militantes despreparados para falar publicamente, para fazer uma “leitura da conjuntura política atual”; a falta de preparo ficava aparente e deixava espaço para a oposição criticar.

Os CEBs são um momento em que os CAs e DAs se encontram para discutir e decidir questões para a luta e para a organização estudantil. Não muito diferente do espaço da assembleia estudantil, que é marcado por conflitos e pelo que alguns militantes chamam de “pauta pronta”. É um momento de decisões importante e de configuração de práticas de organização do movimento estudantil universitário, como, por exemplo, calendário de atividades, definição de um posicionamento sobre as greves e paralisações de docentes e técnicos administrativos. Apenas os CAs e DAs podem participar da reunião que é organizada pelos dirigentes do DCE no momento. Analisamos uma série de atas de CEBs, fazendo a pergunta norteadora: Qual era o conteúdo presente nessas atas? Tal pergunta teve como objetivo problematizar a articulação do DCE junto aos CAs e DAs, os problemas e questões cotidianos do movimento estudantil universitário e as estratégias de legitimação de determinadas pautas que são de interesses de partidos políticos e de movimentos sociais que atuam dentro da universidade.

Há sem dúvida uma relativa autonomia entre os CAs, DAs, DCE, entidades representativas clássicas, movimentos sociais e partidos políticos. Contudo, essa autonomia é marcada por fronteiras tênues que precisam ser compreendidas. De toda forma, concordando com Foracchi (1977, p.230),

não se pode compreender sociologicamente o movimento estudantil apenas em função das posições defendidas pela sua vanguarda. É necessário investigar sob que condições se estabelece a comunicação entre a cúpula e a base e de que forma as decisões desta traduzem as reivindicações daquela.

É nesse sentido que cabe investigar como decisões tomadas durante os CEBs ou em assembleias, como veremos adiante, traduzem as reivindicações da “cúpula fechada” ou dos seus apoiadores. Em uma conversa com um estudante que se assumia militante independente,

ele relatou que as assembleias estudantis e os CEBs são formados sempre pelos mesmos militantes, que não há uma efetiva participação de estudantes que não militam, que não tem vínculo partidário ou associativo nesses espaços deliberativos. Diante de relatos como esse, uma das estratégias de investigação com relação à aplicação dos 64 questionários, como dito anteriormente, foi aplicá-los em espaços diferenciados: na sede do DCE, durante assembleia estudantil, pelo *facebook*, de forma coletiva e individual, em rodas de conversa e por e-mail. Buscamos com isso mapear com mais segurança os grupos que atuam no movimento estudantil.

Nem todos os movimentos e coletivos formados pelos estudantes dentro da universidade querem participar dos CEBs³⁵ e das assembleias estudantis, por alguns fatores como: não se sentem representados pelo movimento estudantil clássico; alguns grupos não conseguem construir uma base de aliados, de militantes “tarefeiros” e de recursos consistentes para aprovar reivindicações em espaços deliberativos, e por conta disso preferem se ausentar dos espaços. Foi percebido em algumas atas de CEB e como também em uma observação participante que alguns grupos que tinham o desejo de participar do processo eleitoral para disputar o DCE não conseguiram formar chapa em consequência do curto prazo para a mobilização e construção de chapa, diante disso, tentaram mudar o calendário eleitoral, mas como o calendário é aprovado em um CEB, em todos os casos o calendário nunca foi alterado.

Os depoimentos de militantes de diferentes anos com relação a esses episódios em que há má divulgação do início eleitoral e do processo de campanha para as eleições do DCE indicam que são estratégias da gestão que está à frente, pois sem divulgação e sem mudança no calendário, mesmo com eventos como greve durante o período letivo, as possibilidades que hajam outras chapas inscritas são mínimas. Foi o que ocorreu nas eleições de 2014, apenas uma chapa de oposição (movimento Liberte-se) disputou as eleições com a “É Preciso Avançar”; os militantes da ANEL, que reivindicaram a mudança de calendário, não conseguiram mobilizar estudantes para compor um chapa e disputar as eleições.

2.4.1 Assembleias estudantis

³⁵ No caso dos CEBs, só CAs e DAs têm poder de voto, contudo, os movimentos estudantis que não têm representação via CAs e DAs podem participar. O fato que historicamente observamos é que nem os CAs e DAs têm uma efetiva participação nesses espaços.

As assembleias estudantis são ou deveriam ser formadas pelo conjunto de representantes dos estudantes que possuem poderes de legislação e deliberação. Têm a pretensão de ser um espaço democrático, tendo em vista que qualquer membro da comunidade estudantil tem a possibilidade de participação. É a instância onde as decisões sobre uma entidade ou organização estudantil são tomadas coletivamente ³⁶. As assembleias estudantis são espaços em que as relações de poder e as disputas entre os grupos rivais ficam evidentes, para compreender isso analisamos algumas atas de assembleias e em 2014 e 2015 tivemos a oportunidade de participar de algumas. Para compreender como se organizam esses espaços e como eles estruturam e revelam as relações de poder entre os grupos envolvidos, observamos quem estava presente nas assembleias, quem falava durante o evento, o que estava sendo reivindicado pelos grupos presentes e quais eram as pautas aprovadas.

O quadro abaixo foi construído a partir de quatro atas, duas do ano de 2002 e duas do ano de 2007. A última linha do quadro foi construída a partir de uma observação participante. Nas duas formas de coleta de informação, ficou evidente que muitas informações importantes ficaram de fora, como número preciso de participantes na assembleia, a vinculação de estudantes que se manifestaram durante as assembleias com partidos políticos, movimentos sociais externos à universidade, sindicatos etc. Além dessas ressalvas, o “tempo” também deve ser levado em consideração quando analisamos as assembleias, isso porque determinados eventos como, por exemplo, as políticas públicas de expansão universitária em 2007 provocaram debates diversos e ocupações na UFS, mas também em outras universidades federais que mobilizaram movimentos e grupos estudantis que foram tanto a favor quanto contra a expansão universitária. Foi um período em que assembleias estudantis e os CEBs tiveram uma maior participação dos estudantes e das entidades de base.

Neste sentido, como poderemos observar a seguir, as duas assembleias ocorridas em 2007 tiveram um número bastante significativo de participantes. Diferentemente do que pode ser observado nas duas assembleias ocorridas em 2002, além da ata não deixar claro o número de participantes, a proximidade em que ocorreram as duas assembleias e a pauta que estava colocada confirmam o discurso de alguns estudantes e de militantes de oposição – que as assembleias são, em alguns momentos, feitas apenas pra legitimar uma ação que interessa a uma parcela pequena dos estudantes, ao partido político e aos movimentos sociais que apoiam a ação.

³⁶Ver mais em: <<http://www.une.org.br/dicionario-do-me/>>, acesso em: 11 out. 2015.

Quadro 2 - Análise de atas

Identificação	Ata da assembleia geral extraordinária dos estudantes da UFS, coordenada pela presidenta do DCE, 19/03/2002.
Grupo	DCE; CUT; Articulação de Esquerda; UNE; Comando de Mobilização.
“Pontos de pauta”	1- Informe; 2- paralisação de 21 de março; 3-o que ocorrer.
“Pontos de pauta aprovados”	Não teve um ponto de pauta aprovado, por conta do número reduzido de estudantes presentes. Mas ficou decidido que o Comando de Mobilização iria se comprometer em mobilizar suas bases para a assembleia do dia 20/03/2002, na qual seria decidido as formas de mobilização para paralisação do dia 21 de março.
Quem se manifestou durante a assembleia	Representantes da UNE, da CUT, dirigentes do DCE, da Articulação de Esquerda e outros estudantes que estavam presentes.
Nº de participantes	11 estudantes Obs.: a ata informava “reuniram-se os alunos abaixo relacionados”, no decorrer da ata é indicado o nome de 11 alunos.
Identificação	Ata da assembleia geral extraordinária dos estudantes da Universidade Federal de Sergipe, coordenada pela presidenta do DCE, 20/03/2002.
Grupo	DCE; CUT; Articulação de Esquerda; e representante docente.
“Pontos de pauta”	1-Informes; 2-paralisação do dia 21 de março.
“Pontos de pauta aprovados”	Paralisação do dia 21 de março ³⁷ .
Quem se manifestou durante a assembleia	Representante da Articulação de Esquerda e estudante, uma professora, um representante da CUT, um estudante.
Nº de participantes	3 estudantes Obs.: a ata informava “reuniram-se os alunos abaixo relacionados”, no decorrer da ata é indicado o nome de três alunos ³⁸ .
Identificação	Ata da assembleia geral dos estudantes da UFS, coordenada pelo segundo secretário geral do DCE, 09/01/2007.
Grupo	DCE e UNE
“Pontos de pauta”	1-Posição estudantil sobre a portaria 1024; 2-inclusão e reconhecimento do Conselho de Residentes como entidade base; 3-assistência estudantil e transporte público (pontos de pautas sugeridos pelo DCE durante a assembleia e acatado pelos participantes).
“Pontos de pauta aprovados”	Revogação ³⁹ da 1024 (sugestão de um militante do DCE);

³⁷ Foi aprovada por aclamação.

³⁸ Se comparada à extensão da ata do dia 20/03/2002, a ata do dia 19/03/2002 deixa claro que o número de alunos que esteve presente na primeira assembleia e que se manifestou foi inferior ao número da segunda.

³⁹ 80 votos favoráveis, 15 votos pela luta da emenda, 9 votos foram favoráveis e 8 abstenções.

	inclusão ⁴⁰ e reconhecimento do Conselho de Residentes como entidade base; ampliação do horário da biblioteca, discussão sobre as bolsas trabalho, campanha pela manutenção do preço do RESUN e opção vegetariana ⁴¹ (sugestão do DCE); ampliação da frente de ônibus, criação de uma nova linha e contra o aumento da tarifa ⁴² (sugestão do DCE).
Quem se manifestou durante a assembleia	Um estudante (Danilo Vilela) sugeriu que houvesse uma luta pela emenda 1024; um diretor da UNE e outro estudante foram contrários à inclusão do Conselho de Residentes como entidade base.
Nº de participantes	112 estudantes
Identificação	Ata da assembleia geral dos estudantes da UFS, primeira sessão coordenada por Mike Gabriel, secretário de finanças; segunda sessão coordenada por João Paulo Silva, secretário geral do DCE, e Marco Túlio Tomaz, membro do CA de Direito, 13/06/2007.
Grupos	DCE
“Pontos de pauta”	1-Posicionamento dos estudantes perante a greve dos servidores ⁴³ ; 2-paralisação estudantil em decorrência da falta do restaurante universitário, biblioteca e outros serviços; 3-o que ocorrer ⁴⁴ (nesse ponto, foi apresentada uma série de reivindicações aprovadas durante um CEB, relacionadas a transporte público, verba para Educação, expansão universitária, transporte coletivo, contra a privatização da Educação, projetos de integração entre a UFS e o bairro Rosa Elze, etc.).
“Pontos de pauta aprovados”	Paralisação ⁴⁵ das atividades por falta de condições de estudo, retornando às aulas somente quando os serviços essenciais (RESUN, BICEM e laboratórios) retornarem; encaminhar à reitoria uma pauta de reivindicação estudantil para que seja discutida e colocada em prática; apoiar a greve dos servidores públicos das universidades federais; apoiar as ocupações de reitoria que vêm acontecendo em todo o País.
Quem se manifestou durante a assembleia	Na ata não foi citado nenhum nome específico de estudante ou de grupo que falou durante a assembleia. Contudo, a ata deixa claro que vários estudantes se manifestaram no microfone contra e a favor da paralisação estudantil.
Nº de participantes	1770 estudantes
Identificação	Ata da assembleia geral estudantil realizada e coordenada por Marco Túlio Tomaz, membro do CA de Direito, Aline Castelo (Biologia), Jamyle Argôlo (Biologia), Jaqueline (Letras e vice-presidente do DCE-UFS), 11/07/2007.
Grupos	DCE; Frente de Paralisação ⁴⁶ ; Movimento Pró-Aula; SINTUFS; CA de Filosofia e CA de Direito; Casa da África; Comando de greve dos servidores.

⁴⁰ Esse ponto de pauta teve 100 votos favoráveis, 4 contrários e 8 abstenções.

⁴¹ Essa pauta teve 110 votos favoráveis e 2 abstenções.

⁴² Essas propostas receberam 109 votos favoráveis e 3 abstenções.

⁴³ Nesse ponto a votação foi feita por contraste visual e foi aprovado o apoio à greve dos servidores.

⁴⁴ Todas as reivindicações coladas nesse ponto de pauta foram aprovadas por aclamação.

⁴⁵ Esse ponto de pauta teve 1112 votos favoráveis à paralisação imediata dos estudantes, 91 voltaram na opção de mais uma semana de mobilização antes da paralisação e 567 foram contrários à paralisação.

⁴⁶ É interessante a fala de um dos representantes da Frente de Paralisação quando o mesmo informa que entrou com um processo judicial contra o reitor e contra os membros do Movimento Pró-aula, essa fala exemplifica o

“Pontos de pauta”	1-Informes; 2- avaliação da negociação das reivindicações estudantis com a Reitoria e da paralisação; 3- continuidade ou não da paralisação estudantil; 4-o que ocorrer.
“Pontos de pauta aprovados”	Continuidade da greve ⁴⁷ . Obs.: vários informes foram dados e foi feita a avaliação das negociações e reivindicações entre movimento estudantil e reitoria com relação à paralisação. Foram avaliadas algumas conquistas que o movimento tinha obtido até o momento, contudo, movimentos contrários ressaltados, os pontos negativos de algumas reivindicações, como por exemplo, a construção de residências dentro da universidade.
Quem se manifestou durante a assembleia	Representantes da Frente de Paralisação; dirigente do SINTUFS; dirigentes do DCE e de Centros Acadêmico; representantes do Movimento Pró-Aula ⁴⁸ .
Nº de participantes	944 Estudantes
Identificação	Ata da assembleia geral dos estudantes da UFS, coordenada pela presidenta, vice-presidenta e 1º secretário geral do DCE, 20/05/2014.
Grupos	ANEL; UNE; UJC; Levante Popular da Juventude; Coletivo Direito Vivo; Marcha da Maconha; Militantes do PT, do PSTU, do PSOL e PCB.
“Pontos de pauta”	1-Informes 2- greve e assembleia; 3- CEB; 4- o que ocorrer.
“Pontos de pauta aprovados”	5 de junho - segunda assembleia. 26 de maio, estudantes, técnicos e professores, assembleia geral.
Quem se manifestou durante a assembleia	Dirigentes e militantes do DCE; Dirigentes da ANEL no estado; militantes da UJC; militantes do Coletivo Direito Vivo; representante da Marcha da Maconha; militantes do Levante Popular da Juventude.
Nº de Participantes	** Obs.: a assembleia geral foi formada por todos os campi da UFS (Laranjeira, Lagarto, Itabaiana, São Cristóvão e HU), gerando um número bastante significativo de estudantes.

Se observarmos os pontos de pautas colocados e as pautas aprovadas, e ainda quem sugeriu as pautas que seriam discutidas, vemos que aquelas que são aprovadas são normalmente as sugeridas por lideranças do DCE, ou seja, por aqueles que organizam a

momento conflituoso vivenciado nesse período entre os alunos que defendiam a paralisação e os que defendiam as voltas às aulas.

⁴⁷ A favor da continuidade da greve recebeu 661 votos, contrários à continuidade da greve recebeu 280 votos e brancos e nulos receberam 3 votos.

assembleia e que detêm mais poder deliberativo dentro da universidade no que concerne à representação dos estudantes de modo geral em outros espaços.

Outros fatores também são determinantes para a aprovação de determinadas pautas. Como pudemos observar em duas assembleias que participamos, uma em 2014, como mostra a tabela, e uma em 2015, organizada pelo Comando de Mobilização Estudantil. Nessas duas assembleias notamos uma heterogeneidade dos participantes: grupos de situação (gestão DCE), grupos de oposição ao DCE, representantes da ANEL, representantes da UNE, estudantes sem militância, militantes de coletivos, de movimentos sociais, de partidos políticos, militantes independentes. Contudo, havia uma rede de relações que delimitava os grupos entre aqueles que eram oposição ao DCE, os que participavam da rede de relações da entidade, os militantes independentes, dos estudantes sem vínculos de militância com o DCE ou partidário, que era um dos atores disputados por esses outros grupos.

Um caso exemplar neste sentido é a rede de relações e de apoio das gestões do DCE de 2014 e 2015; sua rede é formada por Levante Popular da Juventude, UNE, Coletivo Quilombo (PT), MST, Conlutas, têm o apoio de vários CAs e DAs em todos os campi da UFS (veremos de forma detalhada essa relação no próximo capítulo). Seus dirigentes têm uma trajetória de militância que perpassa por partidos políticos, sindicatos, entidades clássicas estudantis, movimentos sociais populares. Esses movimentos e partidos citados fazem parte dos grupos mais atuantes na universidade; o LPJ, por exemplo, atualmente é o grupo de juventude que mais consegue articular jovens de diferentes classes sociais e diferentes níveis de militância. Segundo suas lideranças, ainda não é um movimento de massa, mas está caminhando para se tornar um. Essa rede permite ao DCE aprovar suas sugestões de pauta, uma vez que a maior parte dos integrantes dos movimentos citados que atuam na universidade é de estudantes e tem poder de voto. Neste sentido, as pautas não são apenas resultantes dos interesses dos estudantes e do consenso dos dirigentes do DCE face às necessidades cotidianas dos estudantes, mas também resulta dos interesses que esses movimentos e partidos apoiadores têm em aprovar determinadas pautas no movimento estudantil universitário.

Outro fator que interfere na dinâmica “democrática” das assembleias estudantis, organizadas geralmente pelos dirigentes do DCE em um determinado momento, é a forma de divulgação. Como dito anteriormente nas duas primeiras atas da tabela, fica evidente que a forma de divulgação da assembleia foi precária e pouco propagada, uma vez que houve um dia para divulgação. Nas duas assembleias de 2007, a ata discriminava a forma de divulgação

“Conforme os instrumentos de divulgação da Assembleia (meios de comunicação de massa, internet, e-mail) e disposto em edital afixados em murais”. Nesse caso, apesar de não ter influenciado de forma direta para a não aprovação das pautas sugeridas pelos dirigentes do DCE, as quase cinco páginas da ata de cada assembleia discriminando o posicionamento de vários estudantes contra e a favor da paralisação dos estudantes em 2007 mostram que essas duas assembleias conseguiram reunir e mobilizar vários grupos estudantis com posicionamentos distintos com relação a uma pauta exclusivamente estudantil.

Na assembleia estudantil do dia 20 de maio de 2014, os dirigentes do DCE receberam algumas críticas dos seus opositores (representantes da ANEL, do PSTU, da UJC, do PSOL); a principal foi a forma de divulgação. Uma militante com uma longa trajetória no movimento estudantil de base e geral, e também militante do PSOL, ressaltou que os meios utilizados para a divulgação da assembleia não conseguiam chegar a todos os estudantes; outra crítica à gestão foi da sua relação com o LPJ, segundo um representante da ANEL, a gestão é “puxada” pelo movimento de juventude citado. A Presidenta do DCE na época e coordenadora da assembleia ficou irritada com a crítica, diante disso, um militante do Coletivo Direito Vivo entrevistou dizendo: “Se o DCE diz se propor a fazer uma assembleia democrática, deve estar aberto pra receber crítica”. Essa crítica diz muito sobre a dinâmica de organização das gestões “É Preciso Acordar” (2014) e “É Preciso Avançar” (2015) – no último tópico desta sessão falaremos de forma detalhada sobre isso; é importante ressaltar neste momento que, segundo relatos de dirigentes do DCE dos anos de 2014 e 2015, principalmente no início da gestão, havia uma confusão do que era demanda do LPJ e do que era demanda do DCE, as atividades se confundiam, pois a grande parte dos militantes que faziam parte do DCE era militante do LPJ, e aqueles militantes do LPJ que não eram ou não tinham nenhum cargo no DCE também se comprometiam em ajudar em atividades do DCE, principalmente nas campanhas eleitorais; por fim, outra crítica muito significativa foi com relação aos vínculos de apoio entre a gestão e o governador Jackson Barreto.

Em uma assembleia realizada em 2015 pelo Comando de Mobilização Estudantil que tinha como principal objetivo debater as formas de mobilização e de apoio à greve dos professores e técnicos administrativos da UFS, observamos que outros grupos utilizam espaço das assembleias. Alguns movimentos como o Movimento Não Pago, o próprio LPJ, o Coletivo Quilombo (PT), entre outros, dão avisos dos seus eventos, falam das causas que defendem, chamam para conhecer o movimento; é um espaço em que se estruturam e

reafirmam as redes, como também é um espaço de demarcação de espaço e de recrutamento de novos militantes.

Nessa mesma assembleia, uma liderança do grupo Liberte-se UFS (grupo de oposição à gestão de 2015 do DCE) esteve presente. O representante sentou na entrada do RESUN, ficou uns dois metros de distância de onde estavam concentrados os participantes da assembleia. Observou durante todo o tempo o evento e não fez nenhuma intervenção; depois, questionei para outros militantes do movimento Liberte-se UFS por que a liderança não entrevistou. Segundo eles, porque não adiantaria eles intervirem em algo que já estava pronto, não adiantava porque também eles tinham optado por não se posicionarem nem contra e nem a favor à greve. Essa situação possibilita compreender como a demarcação de espaço é importante no campo de relações que constitui o movimento estudantil. Apesar do Liberte-se UFS não ter se posicionado durante a assembleia, sua presença, mesmo que distanciada, deixou claro que eles estavam atentos a o que estava ocorrendo na universidade e, mais do que isso, eles estavam disputando a representação de estudantes que não estavam ali, de estudantes que eram contra a greve.

A greve de 2015 foi a mais longa da história da UFS. O movimento Liberte-se UFS mobilizou alunos e professores aliados a ele em um movimento contra a continuidade da greve. O movimento só fez uma manifestação com esse teor, no dia 08 de outubro de 2015⁴⁹, pois logo depois a greve foi encerrada, por motivos que vão além de um movimento “Pró-aula”, como ocorreu também em 2007, e como estava sendo iniciando com o Liberte-se UFS. Contudo, esses contra-movimentos, como ocorreram em 2007 e agora em 2015, demonstram a diversidade e pluralidade de dinâmicas de atuação do movimento estudantil da UFS, principalmente a partir dos anos 2000.

Este capítulo tratou primeiramente de apresentar o perfil dos estudantes que militam nos movimentos estudantis da UFS entre os anos de 2000 a 2015, para tanto foram levadas em consideração algumas variáveis, como sexo, idade, área de curso, ingresso no movimento estudantil e espaços políticos que os estudantes atuam. Foram aplicados 64 questionários com militantes de diferentes movimentos estudantis. Os resultados obtidos foram que o movimento estudantil universitário ainda é formado principalmente por estudantes do sexo masculino, e que estes ainda ocupam os cargos de lideranças em entidades como o DCE, por exemplo;

⁴⁹ Ver mais em: <<http://www.primeiramao.blog.br/default.aspx?c=&a=&d=102015&p=21>>, acesso em: 10 out. 2015.

concluímos também que, diferentemente das décadas de 1980 e 1990, há um crescimento da participação das mulheres em cargos de dirigentes no DCE. Percebemos também que esse crescimento se relaciona à formação de coletivos formados por mulheres fora da universidade que combatem a violência contra a mulher e também o machismo em todos os espaços, inclusive no espaço da militância; outro resultado obtido é sobre os múltiplos engajamentos dos militantes: observamos que os espaços que os estudantes mais se engajam, além do movimento estudantil, são os movimentos sociais, coletivos e partidos políticos, e, ainda, desejam continuar a militância nesses espaços, como também no movimento sindical.

O segundo ponto tratado no capítulo foi sobre a participação dos militantes nos centros acadêmicos e em espaços deliberativos, como as assembleias estudantis e CEBs. Os dados revelaram que há uma falta de diálogo entre CAs e DCE. Observamos que alguns fatores a partir dos anos 2000 podem ter contribuído para essa falta de articulação como, por exemplo, o repasse financeiro do DCE para os CAs que não ocorre mais; o crescimento de outros movimentos dentro da UFS, que passam a se articular com os CAs; a rivalidade partidária entre aqueles que apoiam o DCE e aqueles que apoiam alguns CAs; a distância das causas que o DCE defende com relação às pautas mais específicas que os CAs reivindicam. Com relação aos espaços deliberativos verificamos que esses são bastante significativos no processo de democratização do movimento estudantil universitário, quanto maior é a participação de CAs, DAs, estudantes, militantes independentes e movimentos estudantis que atuam na universidade como um todo, mais democráticas serão as decisões tomadas durante esses espaços.

Com efeito, uma das conclusões obtidas observando as causas e as ações que são defendidas durante os espaços deliberativos é de que na grande maioria elas são sugestões dos dirigentes do DCE e acabam sendo aprovadas porque, normalmente, eles possuem uma rede de mobilização dentro da universidade maior do que a dos outros grupos. Tal fato pode ser resumido naquilo que alguns militantes relataram como “pauta pronta”, ou seja, muitas pautas que são levadas para os CEBs e assembleias estudantis pelos coordenadores desses espaços (que normalmente são dirigentes do DCE) são antes debatidas entre a diretoria executiva do DCE e os grupos que a apoia, como movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos.

Tais resultados revelam acima de tudo que a partir dos anos 2000 houve uma diversificação nas formas de organização e nos grupos que disputam os espaços de representação dentro do movimento estudantil universitário. Neste sentido, as condições de

origem social dos estudantes e seus múltiplos engajamentos alteram diretamente os modelos de organização e as pautas defendidas pelos movimentos estudantis, uma vez em que eles mobilizam diferentes recursos previamente acumulados e sua condição social de origem para legitimar suas ações e defender projetos político-ideológicos no espaço universitário. Além disso, as formas de relação de diálogo, de cooperação e de resistência em relação ao Estado percebidas quando analisamos as redes sociais e a inserção de militantes em espaços institucionalizados mostram que os modelos e repertórios organizacionais se constroem também com base nas fronteiras que regem os interesses desses tipos de relações. Por fim, esse capítulo também mostrou como os modelos de organização e os recursos organizacionais são influenciados também pelo sexo dos atores que os mobilizam, tendo em vista que as divisões de tarefas no movimento ainda têm um recorte de gênero significativo e que mobilizam ações de resistência das militantes, em relação a isso mostramos como houve um aumento do número de militantes mulheres atuando no movimento e como elas resistem às práticas machistas no movimento estudantil universitário. No próximo capítulo, iremos focar na construção das gestões do DCE entre os anos de 2000 a 2015, e como a formação de uma chapa e o processo eleitoral revelam ainda mais a relação entre múltiplos engajamentos, modelos de organização e atuação dos militantes e lideranças do movimento estudantil universitário da UFS.

CAPÍTULO 3 - ENTRANDO NO MUNDO DAS GESTÕES: PROCESSO ELEITORAL, REPERTÓRIOS ORGANIZACIONAIS E “ACESSO À POLÍTICA ESTUDANTIL”⁵⁰

Nos últimos anos, parte dos estudos sobre movimentos sociais no Brasil tem dado atenção para a relação entre atores contestadores e atores institucionalizados na formação ou promoção de causas e de protestos públicos (COMBES, 2009; GOLDSTONE, 2004; GOIRAND, 2009; SILVA, 2006; 2011). Quebrando com abordagens que analisava a ação dos movimentos sociais fora do estado, se posicionando contra ou a favor do mesmo, essa literatura busca compreender os tipos de relações entre atores institucionalizados e atores contestadores, agindo fora e dentro do estado (BEZERRA, 2007; OLIVEIRA, 2005; MISCHÉ, 2008; SCHERER-WARREN, 1996; SILVA, 2006; SILVA; OLIVEIRA, 2011). A análise de redes sociais, segundo essa literatura, é uma alternativa, pois permite percorrer os vínculos e as alianças feitas entre os atores envolvidos no campo relacional que constitui o movimento estudantil, e compreender como esses vínculos e alianças promovem mudanças nos modelos de organização, bem como no “acesso à política estudantil”.

Na década de 1970 e 1980 os estudos sobre movimentos sociais foram fortemente marcados pelas análises de Habermas (2003) e Mellucci (1989), que viam os movimentos sociais como promotores de mudanças na sociedade civil, porém, para esses autores os movimentos sociais não tinham como objetivo influenciar a ação do Estado por meio da defesa ou da contestação de leis, normas ou políticas públicas (ABERS; VON BÜLOW, 2011). Para Habermas (2003), mecanismos de influência entre esfera pública e Estado devem existir, mas esses mecanismos têm que ser a distância, não podem ameaçar a autonomia da esfera pública. Segundo Abers e Von Bülow (2011), o grande problema da visão normativa de sociedade civil presente na análise de Habermas, mas também de Arato e Cohen (1994), é que ela não dá conta da realidade do associativismo.

Por outro lado, a abordagem dos processos políticos analisa a relação entre Estado e sociedade civil a partir da análise do conflito, distanciando-se, assim, das análises que

⁵⁰ Alguns dados apresentados neste capítulo fizeram parte da produção de um artigo em conjunto com o Prof. Dr. Wilson José F. de Oliveira e o mestrando/PPGS/UFS Jonatha Vasconcelos Santos, apresentado na ANPOCS em 2015, no SPG12: Organizações, Estado e Violência: Múltiplos Sentidos da Ação Coletiva. Agradeço imensamente à Prof^a Dra. Leilah Landim (UFRJ), que estava coordenando o SPG com a Prof^a Dra. Monika Dowbor (CEM/cebrap), que debateu o artigo e deu sugestões teóricas e metodológicas valiosas para a organização das ideias do presente capítulo.

focavam na reciprocidade e na comunicação para estudar os tipos de relação existentes entre essas duas esferas. A abordagem dos processos políticos aflora na década de 1990 e começa a ganhar espaço na literatura brasileira na última década. Os autores dessa abordagem, Dog McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly, analisam duas formas de interação coletiva conflituosa: a primeira, que pode ser definida como “contidos”, segundo Abers e Von Bülow (2011), seriam atores previamente estabelecidos que para apresentar suas demandas e defendê-las utilizam meios amplamente conhecidos; o outro tipo de interação é a dos “transgressores”, que pelo menos parte dos atores envolvidos são novos e empregam meios inovadores ou proibidos. Desta feita, o olhar desses autores da análise do conflito se volta não para quem são os atores, mas para o tipo de ações que eles promovem, e para o nível de institucionalização desses atores no sistema político.

Essa discussão mais geral sobre movimentos sociais mostra que a literatura sobre o tema tem se atentado a analisar as ações coletivas, os protestos públicos e a emergência de novos movimentos sociais a partir das suas próprias configurações, ou seja, das relações e interesses que envolvem relações de reciprocidade e de contestação com o Estado, das reinterpretações sobre os repertórios organizacionais disponíveis e os modelos de organização, dos repertórios de confrontação direta. Tal discussão nos fez questionar sobre as mudanças nas condições do militantismo no movimento estudantil nos últimos anos e sua relação com o Estado. Houve neste sentido mudanças, por exemplo, nos canais de participação estudantil; se antes o DCE e os CAs e DAs eram os principais espaços para os estudantes se organizarem, nos últimos anos os coletivos, movimentos estudantis temáticos e as forças independentes têm crescido como formas de organizações alternativas a esses modelos considerados clássicos da organização estudantil.

Essa diversificação das formas de participação dos estudantes também promoveu uma diversificação das suas relações com o Estado, até os anos de 1999 observamos, por meio das pautas e da atuação da UNE em orientar as reivindicações e formas de organização dos estudantes, que havia dois tipos de relação com o Estado predominante: ou os estudantes tinham uma relação de confronto ou tinham uma relação de apoio com o Estado. Com base na análise de redes sociais investigamos a atuação dos movimentos estudantis com relação ao Estado a partir dos anos 2000; como sendo um aspecto importante para compreender as condições e as formas de organização do militantismo estudantil, percebemos que esses dois tipos de relações permanecem; contudo, da mesma forma que houve uma ampliação dos

canais de participação estudantil, houve nos tipos de relação que os estudantes passaram a estabelecer com o Estado. Por exemplo, percebemos relações de cooperação e de proteção a ações dos representantes do Estado, um trânsito institucional das lideranças estudantis ocupando cargos em órgão públicos, por meio da indicação de prefeitos, vereadores e de deputados.

Mas também percebemos formas de resistência ao Estado e às suas práticas de repressão através do seu aparato policial; em relação a isso, alguns militantes relataram algumas de suas experiências durante as manifestações de junho de 2013 em que alguns colegas foram presos ou foram agredidos por policiais. Outro momento em que os estudantes foram reprimidos foi durante o processo de implementação do REUNI, em que eles fizeram ocupações em alguns campi da UFS. Segundo Luana, “Valentin é um dos que já têm o nome lá na Polícia Federal, tiveram outros [que] eu não me lembro agora para citar para você. Ele é o mais emblemático, inclusive, sofre perseguição política até hoje, né? Com relação à história do mestrado dele”. Uma das formas de conter as ações organizadas dos estudantes ainda hoje é a repressão policial e institucional; segundo Luana, uma das formas utilizadas pelo reitor desse período para conter a ação dos estudantes foi fechar os CAs alegando que estavam precisando do espaço. Procuramos introduzir essa discussão mais geral sobre os movimentos sociais antes de aprofundar na análise das gestões, a fim de mostrar que para compreender a realidade das condições de organização do militantismo estudantil da UFS, implica em olhar de forma relacional tanto para os conflitos, as ações normativas, os processos de autonomia do movimento quanto para os tipos de relações estabelecidas entre os movimentos estudantis, os partidos políticos, Reitoria e movimentos sociais.

Em consenso com as contribuições analíticas da análise do conflito, mas também com as críticas feitas a ela, analisamos 13 gestões do DCE a partir da análise de redes sociais e do conceito de repertórios organizacionais (ALONSO, 2009; 2012; CLEMENS, 2010; GOLDSTONE, 2004; SAWICKI; SIMÉANT, 2011; OLIVEIRA, 2005; MISCHÉ, 1997). Para tanto, foram realizadas pesquisas documental e eletrônica, observação participante, conversas informais, entrevistas semiestruturadas com ex-presidentes e atuais dirigentes do DCE, como também com seis militantes de diferentes movimentos estudantis da UFS. Entendemos que para compreender os tipos de relação entre Estado e movimentos sociais, ou de forma mais específica, entre atores institucionalizados e movimentos estudantis universitários, é preciso “deixar o objeto falar” (OLIVEIRA, 2013) que tipo de relação eles

estabelecem, por exemplo, com partidos políticos e sindicatos. Portanto, este capítulo será orientado pelos seguintes questionamentos: quais os tipos de relações entre os movimentos estudantis e os partidos políticos? De que forma essas relações, bem como as experiências pessoais estruturam e identificam a formação de uma gestão e o acesso ao DCE? Como o modelo e os repertórios organizacionais mobilizados se relacionam com as redes sociais e com eventos ocorridos nos contextos político, socioeconômico e cultural?

Para dar conta de tais questionamentos mobilizamos alguns autores. Utilizamos o conceito de repertórios organizacionais trabalhados por Clemens (2010) e Sawacki e Siméant (2011), que está fundamentado em teorias que observam as variações históricas no contexto político, social, econômico, e como essas variações influenciam e promovem a emergência ou a renovação de formas organizativas da ação coletiva e do engajamento militante (TILLY, 2010; ALONSO, 2009; 2012; TARROW, 2009). Deste modo, determinados eventos e a emergência de novos atores podem promover a mobilização ou a criação de novos modelos de organização. Para Clemens (2010, p.164) os modelos de organização compreendem

[...] tanto padrões para os arranjos de relações no interior de uma organização como conjuntos de roteiros para a ação culturalmente associadas com esse tipo de organização. Dessa forma, os modelos podem ser pensados como sendo intermediários entre dimensões abstratas de uma forma de organização (por exemplo, grau de hierarquia) e exemplos de organizações específicas. Modelos podem referir-se a “organizações de um determinado tipo” ou a “organizações que fazem determinado tipo de coisa”. A menção, quer a um atributo quer a uma ação, pode evocar um modelo compartilhado ou uma forma de organizar.

Entender como os modelos de organização utilizados pelos diferentes movimentos estudantis ao longo desses 15 anos implica compreender como os próprios atores entendiam a sua forma de organização, como pensavam a hierarquia no grupo, os termos utilizados por eles para se autoidentificarem e identificarem o seu modelo de ação, bem como os termos utilizados pelos militantes para identificarem seus opositores.

Para dar conta de compreender a relação entre atores institucionalizados e movimentos estudantis universitários laçamos mão da análise de redes sociais, focando principalmente na análise de múltiplo engajamento trabalhada por Ann Mische (1997; 2008), abordagem também trabalhada por Goirand (2009) quando ela analisa a multipocisionalidade presente em algumas trajetórias de vida de militantes e candidatos do PT. A partir dessa categoria analítica – os múltiplos engajamentos dos militantes e das lideranças dos movimentos estudantis – é possível dar conta dos tipos de relações e de como elas fazem parte

das dinâmicas de organização do movimento estudantil universitário, sem cair na discussão que este atua contra o Estado, ou mais especificamente, contra a atuação dos partidos políticos no movimento estudantil; ou o contrário, cair na discussão que o movimento é a favor dos partidos políticos, do governo, e por isso, tem suas formas de ação limitada.

Segundo Ghon (2007), é por meio das redes sociais que os atores atuam, sejam as redes familiares, profissionais, locais ou mesmo virtuais. Para ela, “as redes são estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada. Elas atuam segundo objetivos estratégicos e produzem articulações com resultados relevantes para os movimentos sociais [...]”⁵¹. Os estudos das redes sociais trouxeram para a análise dos movimentos sociais um novo caminho que está sendo explorado pelos pesquisadores. Acreditava-se que nos anos de 1970 alguns tipos de movimentos estavam encerrados, no entanto, em 1980 percebeu-se que estavam sendo feitas interferências por algumas identidades coletivas e além da desafeição das organizações militantes em um mundo pós-moderno. Tentou, portanto, desvendar os “desafios simbólicos” como “códigos culturais”, que levavam aos pesquisadores pensarem em uma nova política que centralizava mais na vida cotidiana e nos “jogos de si” (CEFAÏ, 2009).

O que queremos propor com esta análise é que essas duas visões sobre a relação entre partidos políticos e movimento estudantil universitário – que está contra ou a favor do Estado, dos partidos políticos – não dá conta de entender como a relação entre estes dois atores político tem se transformado ao longo das últimas décadas. Tal relação tem promovido modelos de organização; os diferentes tipos de relações existentes entre eles estruturam repertórios, determinam causas que serão defendidas na universidade, provocam rupturas e dissidências, promovem a existência de novos atores na universidade e se relacionam também com o acesso que os estudantes terão à política estudantil, ou seja, a algum cargo de dirigente do DCE.

Para compreender como ocorre o “acesso à política estudantil”, iremos focar nas redes de relações e nas condições disponíveis para os atores “acessarem a política estudantil”. Desta feita, pensamos o “acesso na política estudantil” a partir do trabalho de Karina Kuschnir (2000) sobre o cotidiano na política, quando a mesma analisa como o acesso a algum cargo na política promove a abertura de espaços, o estabelecimento de alianças, e como o acesso diferencia aqueles que fazem parte da política das demais pessoas:

Ter *acesso* é o que diferencia os parlamentares das demais pessoas. Apenas através da política é possível adquirir conhecimento, encontrar caminhos e “abrir portas” junto ao Poder Executivo. “*A política é um meio facilitador de*

⁵¹ GOHN, 2007, p.15

acessos que não tem preço”, afirma Marta. Poder econômico e poder político são de natureza distinta. Os *acessos* não podem ser comprados. Precisam ser conquistados através de um mandato e das alianças que envolvem. Se eleito, o maior benefício obtido pelo político não é o dinheiro, mas sua posição de intermediário ou “facilitador” – isto é, alguém que detém os acessos na política⁵² (grifo em *itálico* da autora).

Compreender o que é ter “acesso à política estudantil” é um esforço de compreender como, por exemplo, se estabelecem os apoios e interesses de forças externas (partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos) no processo eleitoral para o DCE e também implica em uma compreensão da trajetória desses militantes (BOURDIEU, 2011b; 2012). O estudante, que normalmente tem uma trajetória na militância, que consegue acessar a política estudantil⁵³ se torna, em alguns casos, um mediador, uma ponte, entre os políticos e ativistas que o apoiam e a universidade.

Contudo, nem todos têm “acesso à política estudantil” e nem todos utilizam o acesso que adquiriram da mesma forma. As condições de acesso são diferentes para os estudantes, segundo Bourdieu (2011a; 2011b), ter acesso ao campo político é ter tempo livre. O tempo é uma categoria estruturante e organizadora do movimento estudantil universitário como um todo. Administrar o tempo de estudo e tempo de militância, além do tempo para família, amigos e relações amorosas marca o processo de socialização e de condições de acesso e permanência na militância. Para o autor, “as condições de acesso joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos. É importante saber que o universo político repousa sobre uma exclusão, um desapossamento”⁵⁴.

Neste capítulo, portanto, trataremos de examinar de forma mais específica as condições organizacionais da militância dos movimentos estudantis da UFS entre o período de 2000 a 2015, com base na análise das redes sociais, no conceito de modelos de organização e repertórios organizacionais. Para tanto, foi preciso fazer algumas escolhas empíricas, metodológicas e conceituais. Primeiramente, como recorte empírico optou-se por analisar a partir de documentos diversos e das entrevistas semiestruturadas a relação entre partidos políticos e movimento estudantil universitário. Em segundo lugar, analisou-se a formação de 13 chapas eleitas para gestar o DCE ao longo dos anos de 2000 a 2015. Analisar 13 gestões

⁵² KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p.88.

⁵³ Entendemos que a política estudantil são as entidades estudantis de base e as entidades de representação geral dos estudantes, bem como, todos os tipos de movimentos estudantis que se manifestam na universidade. Porém, consideramos como instância máxima dessa política estudantil o DCE, o qual tem poder de deliberação e de representação oficial dos estudantes na articulação com a reitoria e com outros órgãos.

⁵⁴ BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 5, 2011. p. 193.

foi fundamental para percorrer um caminho “linear” no movimento estudantil, uma vez que o mesmo é dinâmico e seus atores transitam de forma constante.

Com o olhar focado para a formação das chapas eleitas conheceu-se quem eram os dirigentes do DCE a partir dos anos 2000, a diversificação e continuidades nos modelos de organização, os recursos mobilizados pela chapa eleita, as estratégias de recrutamento, a relação estreita e sobreposta entre militantes do movimento estudantil e partidos políticos, as rupturas e dissidências, os escândalos de corrupção nos processos eleitorais, nos centros acadêmicos e no DCE.

3.1 “Deixar falar o objeto”: formas de significados do apartidarismo no movimento estudantil

Alguns partidos como o PCdoB e o PT marcam toda a história dos movimentos estudantis da UFS que começam a atuar a partir da década de 1980, tendo como figuras principais o ex-governador Marcelo Déda (PT) e o ex-prefeito Edvaldo Nogueira (PCdoB), ambos ajudaram a fundar seus respectivos partidos em Sergipe, como também eram opositores no movimento estudantil da UFS e disputaram várias eleições para o DCE. A rivalidade dos dois partidos com relação à disputa pelo DCE pode ser vista até os dias atuais, como veremos, a partir dos anos 2000, as disputas entre as chapas “Integração” (2008/2013) e a chapa “É Preciso Acordar” (2013/2014), bem como as alianças e rupturas que ocorreram ao longo desses 15 anos.

Outro político que foi importante para o movimento estudantil antes da década de 1980 é o atual governador Jackson Barreto. O governador cursou Direito, pela Faculdade de Direito em Sergipe, nesse período foi presidente e vice-presidente do Diretório Acadêmico Silvio Romero, que existe até hoje. Além disso, participou da fundação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e coordenou a primeira eleição para o diretório, em 1968, que culminou com a vitória de João Augusto Gama. Como representante do PMDB, atuou na campanha nacional pela eleição de Tancredo Neves, e foi membro do PMDB na campanha nacional pela Constituinte. Em 1972, Jackson, filiado ao MDB, se tornou vereador de Aracaju e em 1978 alcançou o primeiro mandato para deputado federal (DANTAS, 1997; 2002).

Não só esses políticos, mas um conjunto de militantes do movimento estudantil universitário das décadas de 1960, 1970, 1980 e com menor inserção 1990, se tornaram lideranças políticas no estado (COSTA, 2009). Isso revela que a relação entre partido político, inserção na política eletiva e movimento estudantil faz parte da história e das dinâmicas de engajamentos dos militantes do movimento estudantil universitário. O que tem se transformado é o tipo de inserção que os militantes de tal movimento passam a ter nos partidos políticos e na política eletiva. Se antes os dirigentes do DCE conseguiam acessar a política eletiva e ocupar cargos importantes na política sergipana (COSTA, 2009; DANTAS, 1997; 2002; 2004), a partir dos anos 2000 esse acesso à política se dá de outra forma. Alguns dirigentes do DCE se candidataram desde o cargo de vereador até o de deputado federal, contudo, não conseguiram se eleger. Entretanto, o que observamos é que houve mudanças nos interesses e nas formas de inserção no espaço político eletivo por parte dos militantes, verificamos que esses atores se inserem nesses espaços como assessores de políticos com algum cargo ativo, assessores ou dirigentes de partido políticos no estado e ocupando cargos comissionados em órgão públicos e em sindicatos. Não que essas formas de acesso ao espaço político institucional não existisse nas décadas anteriores, além delas serem mais escassas, uma vez que o número de partidos políticos era menor, assim como o de outras organizações políticas e sociais em relação aos dias atuais, essa forma essa abertura de espaços institucionais aumentou as oportunidades de acesso dos militantes a esses espaços, fazendo com eles se tornem espaços nos quais os dirigentes do DCE desejam almejar.

Alguns fatores podem explicar isso, o contexto social e político das décadas de 1980 e 1990, por exemplo, era um período em que alguns partidos políticos como o PT estava se formando no estado; ainda nessas décadas havia poucos espaços de organização política para os jovens sergipanos, os partidos políticos ainda eram a organização que aglutinava mais militantes jovens; havia uma crença e uma legitimidade na representação do DCE e em seus dirigentes, o que vai se transformando a partir dos escândalos de corrupção em meados dos anos 2000 e também da emergência de outros grupos de representação estudantil; por fim, a entrada do PT no governo possibilita uma intersecção maior entre Estado e movimentos sociais o que, por sua vez, promove oportunidades de mais recursos financeiros, econômicos, organizacionais e institucionais para os atores contestadores se inserirem nos espaços institucionalizados.

Então com base nos dados coletados nos jornais impressos e eletrônicos, concluímos que os partidos que se articulavam com o movimento estudantil da década de 1960 até a década de 1990 foram principalmente PCB, PCdoB, PT, PMDB e MDB. O PCdoB, por exemplo, na década de 1980, liderou o DCE durante três gestões. A passagem dos estudantes pelo movimento estudantil secundarista e universitário era um recurso importante, se não, indispensável na trajetória daqueles militantes que ansiavam chegar na política partidária, a conquista da direção do DCE se tornava parte do processo do militante estudantil conseguir acessar a política partidária na década de 1980.

A partir da década de 1980 é possível ver a articulação do movimento estudantil da UFS com outras organizações políticas que não são apenas os partidos políticos; se destacam principalmente o MST, o Movimento Negro e o DIALOGAY, porém, não quer dizer que essas organizações não se articulavam também com determinados partidos, como o caso do MST que até hoje se articula com o PT. Neste sentido, os militantes de movimentos sociais passam a atuar como mediadores entre o movimento estudantil universitário e os partidos políticos. Essa mediação é observada principalmente a partir dos anos 2000, quando começa a emergir diferentes movimentos estudantis na universidade que estabelecem relações conflituosas, de apoio, de reciprocidade entre outros tipos de relações com os partidos.

O grito “sem partido” tão aclamado no “Fora Collor” (1992) (MISCHE, 2008) e lidos em cartazes, panfletos e jornais elaborados por alguns movimentos estudantis da UFS tanto na década de 1990 quanto após os anos 2000, foi ouvido, por exemplo, durante as manifestações de junho 2013 tanto em Aracaju-SE quanto em várias cidades do Brasil. Esse discurso do “sem partido” revela o processo de transformação nos tipos de relações com os partidos políticos e da imagem que os militantes querem construir sobre o movimento estudantil que fazem parte. É a construção de representações e de papéis de seus movimentos face aos seus opositores e aos estudantes em geral.

Os discursos do “apartidarismo”, do “antipartidarismo” e do “partidarismo” são um elemento organizador no movimento estudantil universitário que precisa ser compreendido. Em todas as entrevistas e conversas, os militantes revelaram, em alguma medida, que seus grupos tinham algum militante filiado a partidos políticos ou que participavam da juventude de algum partido. Alguns grupos revelaram de forma mais aberta e defenderam a importância do partido político na formação pessoal e para a construção do movimento estudantil. Enquanto outros tentaram velar estratégias de articulação, se havia ou não militantes filiados

nos grupos, entre outras coisas. O que de fato tem se transformado é como ocorre a relação e a articulação com os partidos políticos, se na década de 1960, 1970, 1980 essa relação era quase que inevitável para os estudantes se manifestarem, hoje a “dependência” com relação aos partidos diminuiu e mesmo que ainda haja uma troca assimétrica de recursos, de conteúdos e influência política, os movimentos estudantis universitários conseguem imprimir uma autonomia em relação aos partidos que lhes apoiam.

Abaixo um depoimento de uma ex-presidenta do DCE ⁵⁵que relata, entre outras coisas, como o discurso do apartidarismo é utilizado para deslegitimar ações:

Mesmo o movimento estudantil secundarista, uma das questões, assim, que é difícil de trabalhar porque às vezes as pessoas interpretam de um jeito que despolitiza a coisa. Eu sempre tive um posicionamento crítico com relação ao aparelhamento partidário no movimento estudantil, o que quer dizer isso? Como que eu via isso e vejo isso hoje: o movimento estudantil é uma coisa... Livre, assim, acho que a interferência no movimento estudantil, externo, muitas vezes elas são altamente prejudiciais porque a forma como lidar com o jovem com aquela questão muitas vezes faz com que afaste a liderança da real pauta local, daquela escola ou daquela universidade, do movimento estudantil, para muitas vezes atender pautas externas outras que muitas vezes não têm sentido com a questão mais de movimento coletivo e se direciona pra muitas vezes projetos pessoais [...]. Enfim, isso sempre foi um conteúdo que algumas pessoas até usavam contra mim, assim, querendo taxar de que a gente fazia um discurso apartidário, não é que eu não ache que os partidos, não sejam importantes. Eles são importantes, eles têm um papel importante, lógico, lógico, mas as decisões do movimento estudantil elas não podem ser tomadas fora do espaço do movimento estudantil, aí eu sempre fui intransigente, radical com relação a isso e as decisões do movimento estudantil têm que ser tomadas aqui dentro pelo coletivo, pelo que tá ali, não é por que o deputado tal decidiu. Em todos os espaços que eu estive era muito complicado, assim, porque eu não permitia essa interferência, não permitia mesmo e isso era um conflito muito grande, eu vivi muito isso.

Há um interesse externo dos partidos políticos e de sindicatos e movimentos sociais em construir redes dentro da universidade, de construir uma juventude que se organize e que mobilize militantes e eleitores para um determinado candidato político. Alinhar as pautas dos movimentos estudantis, as pautas dos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos é uma estratégia desse recrutamento de militantes e eleitores. Como no relato acima, alguns movimentos estudantis e lideranças são mais “intransigentes” com relação a esse alinhamento de pautas com partidos políticos, contudo, o que se observa é que sempre há um diálogo seja com pautas de sindicatos ou de movimentos sociais externos à universidade.

⁵⁵ Marta.

Com relação ao “apartidarismo”, é interesse o relato porque em certa medida esboça o que Ann Mische (2008) percebeu com relação aos protestos de estudantes que analisou. A autora demonstrou que o “apartidarismo” era utilizado em dois sentidos: o primeiro estava equiparado ao sentido de “apolítico”, baseado em uma ideia herdada do regime militar em que a política não pertencia às escolas e à universidade; o segundo sentido de “apartidarismo” classificado por Mische é o de máscara de manipulação apoiante, ou seja, ela percebeu que militantes estudantis durante os protestos reivindicavam o apartidarismo e criticava os militantes do PT, contudo, ela observou que esses mesmos militantes que criticavam eram filiados e militantes do PMDB.

O termo “apartidário” no movimento estudantil da UFS recebe sentidos distintos durante o período que analisamos. Podemos classificar que o termo “apartidário” é utilizado para deslegitimar o discurso das lideranças estudantis que são intransigentes às ações dos partidos dentro da universidade, pois ser “apartidário” recebe o sentido de ser “despolitizado”, uma vez que na concepção de alguns grupos estudantis o partido político é importante para a formação política, para o posicionamento ideológico e para a organização do movimento estudantil universitário; o “apartidarismo”, em segundo lugar, tem um sentido de “autonomia relativa” em relação aos partidos políticos, o movimento, mesmo que se articule e tenha militantes filiados ao partido, deve ser livre para suas tomadas de posição.

Contudo, isso não interfere na troca de experiências e nas contribuições que os militantes com múltiplo engajamento oferecem para o movimento estudantil de que fazem parte; em terceiro lugar, o “apartidarismo” como sinônimo de “antipartidarismo” – segundo alguns militantes, há uma confusão dentro dos movimentos estudantis em relação a esses dois termos em achar que ser “apartidário” é ser contra partidos, ser contra a articulação e a existência de partidos; por fim, o “apartidarismo” como uma “máscara de manipulação”, tanto no sentido utilizado por Mische (2008) quanto por Goffman (2009), em que os movimentos estudantis se representam como “apartidários” para deslegitimar o discurso dos seus opositores considerados “partidários”, para também recrutar e mobilizar calouros, como ainda para apoiar um discurso aparentemente coletivo e ligado a reivindicações populares.

Um exemplo do uso do “apartidarismo” como uma máscara de manipulação foi observado no relato de um ex-presidente do DCE, segundo ele alguns militantes da juventude do PT, durante as manifestações de junho de 2013, gritaram o “sem partido” que estava sendo

entoado durante os “Acorda Aracaju”⁵⁶. Segundo o ex-dirigente, esses militantes foram repreendidos depois por ele, pois eram partidários e não poderiam está defendendo aquilo. Contudo, a juventude petista que gritou “o sem partido” argumentou que era uma forma de ser aceito no momento, e a estratégia foi apoiar as ações que estavam sendo feitas durante os protestos, seja gritar o “sem partido” ou utilizar formas de ações violentas.

Outro exemplo dessa forma de “máscara manipuladora” foi observado em um debate entre chapas que disputavam as eleições do DCE em 2014, as lideranças da chapa Liberte-se acusavam as lideranças da chapa É Preciso Avançar de serem partidários, de fazerem uma política sectária e de serem “aparelhados” com movimentos sociais externos à UFS. O fato é que esses mesmos militantes que acusaram, não só durante o debate, mas também no *facebook*, os militantes da chapa concorrente de serem ligados ao PT e ao deputado federal João Daniel, também são apoiados ou militam em partidos como PSDB, DEM e Partido Novo, e são ligados a uma rede de movimentos sociais à direita, que têm surgido em Sergipe desde 2012, e no Brasil de forma mais expressiva a partir de 2014 (TATAGIBA; TRINDADE; TEXEIRA, 2015).

3.1.1 Da união à rejeição: relatos sobre os partidos políticos no movimento estudantil

Um ex-presidente do DCE⁵⁷ descreve da seguinte forma sua militância e sua relação com partidos políticos e o movimento estudantil:

Eu sempre tive uma militância casada, né? Movimento estudantil e partidário (PCdoB). Independentemente da organização que você siga, você tem que ter um “norte”. Organização [partido político] dá o suporte ideológico, um suporte educacional no sentido de você ter um grupo de afinidade ideológica ao seu e assim com o grupo você consegue dá passos além do que você daria sozinho. [...] Todos têm visão partidária, uns apenas admitem outros não. Aqui na UFS mesmo, você vai ter tanto o pessoal da extrema direita, ligado ao PSDB e aos Democratas, [quanto] o pessoal ligado ao PSOL, ao PSTU, ao PCB. Alguns admitem publicamente outros não... Eles vão admitir, claro né? É um movimento de juventude no nosso... Aberto pra toda a juventude, mas que tinha um alinhamento ideológico com tal partido, você sendo daquela juventude, você não é do partido, tinha muita gente que seguia a gente, a nossa juventude, mas que não era do PCdoB. Não é obrigado a ser do partido, mas tem conhecimento que a UJS era dirigida pelo PCdoB, mas você não precisava tá no PCdoB. Você ser da UJS não é você ser do PCdoB, é diferente.

⁵⁶ Ver SANTOS, Adrielma Silveira dos. **Movimento Não Pago**: emergência e condições de representação no cenário público de Aracaju/Se, 2014. Monografia (Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão (SE), 2014.

⁵⁷ Cristiano.

Alguns militantes atuam no movimento estudantil e no partido político desde o secundário, e o processo de formação ideológica e política já acontece nesse período. Relatos como esse acima mostram que um tipo de relação que os estudantes estabelecem com os partidos políticos é o de uma relação ideológica, fundamentada nas experiências e nas condições sociais, culturais e socioeconômicas do militante. A relação com o partido político vai além de uma visão racionalizada do engajamento dos militantes na organização, pois como esboça o depoimento acima o partido “dá um norte”, uma segurança e uma continuidade na militância e na política.

Admitir ou não que faz parte de partidos políticos é uma estratégia do movimento. Em determinadas circunstância é mais conveniente que os militantes “escondam” suas bandeiras para mobilizar novos membros para o movimento estudantil, em outros, as bandeiras podem legitimar a ação das lideranças do movimento estudantil diante dos seus parceiros e apoiadores políticos (movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos). Portanto, o que o depoimento do ex-presidente do DCE revela também é que os partidos políticos desempenham um papel importante na permanência e continuidade da participação política e militante dos estudantes quando saem do movimento estudantil.

O relato abaixo de uma militante do movimento Rua: Juventude Anticapitalista e militante também do PSOL⁵⁸ expõe o seguinte sobre a contribuição do partido político para o movimento estudantil universitário:

Eu acho que o partido contribui com a perspectiva de leitura mais estratégica das coisas. No movimento estudantil a gente acaba ficando mais localizado na discussão da educação, o que é inevitável, né? A gente tá num espaço onde... É um espaço de aprendizagem, de conhecimento e por aí vai, então a gente acaba militando mais em torno das políticas de educação. O partido dá outra visão mais estratégica da sociedade, ele localiza a educação num campo mais estratégico, né? Eu acho que essa é a diferença e a influência que acaba dando, então, por exemplo, poderia ser uma militante do Movimento Estudantil preocupada só com meu curso, só com bebedouro, só com a falta de professor do meu curso, a visão estratégica me faz compreender que é a política de educação hoje que é aplicada no País, ela faz parte de uma linha geral econômica que é mais internacionalizada, que corresponde a um projeto de poder, de sociedade, então acho que traz essa visão mais ampliada, a gente sai do micro e traz essa visão mais ampliada.

Há uma significativa diferença entre aqueles militantes que militam no movimento estudantil universitário e em partidos políticos, daqueles que só militam no movimento estudantil universitário, e essa diferença é refletida diretamente nos modelos de organização

⁵⁸ Luana

que os grupos irão construir. A “visão estratégica” que seria, portanto, ter uma visão ampla e articulada dos problemas sociais, tendo em vista que os problemas trabalhistas atualmente, por exemplo, afetarão futuramente a vida dos estudantes, implica que os movimentos estudantis que têm a “visão estratégica” ensinada pelos partidos políticos em cursos de formação política defendam causas mais amplas, lutem por problemas econômicos, culturais e sociais que não afetam diretamente a política de educação e nem a vida cotidiana dos estudantes na universidade. Portanto, na visão de Luana e do movimento estudantil que a ela faz parte, militar no partido possibilita você ter uma relação diferente com as pautas do movimento estudantil e com as lutas sociais como um todo.

O relato a seguir mostra como se articular com partidos políticos e outros movimentos sociais faz parte da dinâmica de organização de alguns movimentos estudantis da UFS. Ao questionarmos a uma ex-presidenta do DCE e militante da Consulta Popular ⁵⁹ sobre a importância ou não de estabelecer relações com partidos políticos e movimentos sociais, ela explica que:

É uma concepção nossa também, que a gente chama de aliança com entidades da classe trabalhadora, então no nosso movimento estudantil tem como princípio ter aliança com entidades da classe trabalhadora, sejam elas sindicais, movimentos sociais ou partidos políticos, então ter aliança é um princípio e a gente acredita nisso, a luta é uma só. É a luta de solidariedade, né? Então, assim, por exemplo, acabou de ter uma luta agora que foi a do PL 4330 da terceirização, em teoria, não é um assunto direto da juventude do nosso movimento estudantil, não tem nada a ver com a educação, mas é um tema do trabalho, todos vão ser trabalhadores um dia, então a gente acha que tem que ser solidário com quem é hoje. A terceirização atinge de imediato quem já está no mundo do trabalho e vai atingir nós que um dia vai [sic] entrar no mundo do trabalho, então é uma ação solidária pra quem já está, mas também é uma ação que interessa ao todo que um dia vai ser trabalhador, ao mesmo tempo essas entidades de classe também se posicionam a favor das lutas do movimento estudantil nas pautas da educação, então é a reação que uma fortalece a outra.

Essas alianças demarcam o espaço e o tipo de movimento estudantil universitário que serão construídos. Neste sentido, as pautas e os repertórios de ação serão estabelecidos também a partir dessas alianças. Por exemplo, luta contra a maioria penal, contra o aumento da tarifa do transporte público, a favor da reforma agrária, contra a especulação imobiliária, entre outras, são causas que não são do movimento estudantil universitário, mas movimentos estudantis articulados em redes de movimentos sociais, sindicatos e partidos

⁵⁹ Mônica

políticos que defendem essa pauta, se “solidarizam” e constroem essas causas dentro da universidade.

Os relatos abaixo esclarecem o que os militantes reconhecem como autonomia do movimento estudantil universitário em relação aos partidos políticos, ressaltando que o primeiro depoimento é de uma militante independente, de esquerda e ex-presidenta do DCE⁶⁰, o segundo é de um ex-presidente do DCE, que no período era da UJS/PCdoB⁶¹; o terceiro é da atual vice-presidenta do DCE e que também participa do Coletivo Quilombo/PT e da UNE⁶²; e o último relato é de uma ex-presidenta do DCE que era militante independente⁶³:

Aí uma frase que eu repetia muito, muito, eu repetia muito era essa: “Mais importante do que você tá num partido, ou fazer parte de algum agrupamento, é você saber o que é que aquele agrupamento defende, é você saber o que é aquele partido pra você dizer: eu caibo dentro desse partido, esse partido eu defendo”. Então, nessa lógica, [o] que muitas vezes acontece é o contrário, primeiro você entra no partido, primeiro você se identifica com o político porque fica naquele assédio pra depois você entender o que ele é, e aí muitas vezes você já está dentro de um jeito que, na minha cabeça, é um jeito prejudicial. Porque às vezes você tinha um militante que tinha um jeito melhor de falar, aquele negócio todo, aí pegava um menino daquele jovem para dar uma assessoria pra ganhar 2,3,4 mil reais, para um jovem que nem entende muitas das vezes o que está fazendo. Aquilo ia de alguma sorte afetar a cabeça daquela pessoa, às vezes não estava nem preparado e aí você vira mais um puxa-saco, não quer dizer que isso sempre pudesse acontecer, mas isso contribui para que você perca sua capacidade crítica, às vezes se torna até alguém que vai dizer até que aquele político é o melhor, só porque você virou assessor dele e aí você vira até uma espécie de um puxa-saco e você perde essa coisa sincera, esse caráter da juventude mesmo, do compromisso com o coletivo de estudar a sociedade, de entender a luta de classe, de estar lutando. Aí você meio que perde alguém que poderia virar um grande militante para o País porque houve uma intervenção equivocada no momento da formação daquele jovem. Isso é muito comum na luta, você presencia muito isso, essa forma mesmo que atabalhoada muitas vezes de arregimentar pessoas mais pra ser cabos eleitorais e puxa-sacos de político e isso é muito ruim porque você perde a autenticidade da pessoa é, um conjunto de coisas.

Esse primeiro relato já ilustra de forma interessante as diferenças entre as formas de organização de jovens que militam no movimento estudantil e que também militam em partidos políticos e trabalham como assessores, daqueles militantes que atuam de forma independente ou se articulam de forma solidária a outros movimentos sociais. Neste sentido,

⁶⁰ Marta

⁶¹ Lucas

⁶² Luciana

⁶³ Verônica

como Marta mencionou, há uma perda da autenticidade e de autonomia do militante estudantil partidário, pois nesses casos os compromissos partidários ou o compromisso de assessor de um político compromete seu poder contestatório e crítico com relação às ações do partido político e do político para o qual presta serviço, uma vez em que o seu compromisso é primeiro com eles e depois com o movimento estudantil. Analisando a atuação dos ex-presidentes do DCE que tinham vinculação partidária, percebemos que todos eles, durante sua gestão, se ausentaram e foram substituídos por um período pelos suplentes; os motivos da ausência foram os compromissos partidários e a ocupação de cargos em diretorias da UNE que, neste caso, significa também fortalecer a representação do partido em que participam dentro daquela entidade.

Outro aspecto importante do relato é sobre a formação do estudante na militância estudantil e os processos de socialização política, com relação a isso o relato mostra que o contato com partidos políticos é algo importante na formação do militante, desde que ele tenha consciência da sua própria posição político-ideológica e da do partido político, pois dessa forma ele não será manipulado pelas ofertas dadas por essa organização política. Como veremos no decorrer do capítulo, umas das estratégias utilizadas pelos movimentos estudantis que têm vínculo com partido político para recrutar novos militantes é a de mascarar inicialmente essa relação até o momento em que o estudante já esteja envolvido na militância e tenha construído redes de relações como de amizade e afetiva.

A penetração dos partidos políticos interfere no modelo de organização e nos repertórios organizacionais na medida em que eles limitam a autonomia dos movimentos estudantis e de seus militantes; quando recrutam o militante do movimento estudantil e o torna um militante partidário dentro do movimento estudantil; e ainda, quando atribuem tarefas e atividades para seus militantes desenvolverem na universidade por meio dos movimentos estudantis. É importante frisar que partidos políticos como o PT, PSOL, PSTU, Consulta Popular, PCB e PCdoB têm setores, coordenações ou frentes destinadas especificamente para atuar mobilizando os estudantes, o movimento estudantil universitário e/ou secundarista, por exemplo. Isso significa que a maioria dos militantes que são delegados a atuar nesses espaços são estudantes e têm como tarefa mobilizar a sua categoria a partir das orientações do partido que fazem parte.

Continuando com os depoimentos, Lucas, presidente do DCE em 2011, descreve da seguinte forma a penetração dos partidos políticos:

Partidos dentro da universidade que venham todos e que não venha nenhum, desde que o estudante decida que pra ele não é interessante. Eu acho ruim um partido dentro das estruturas da universidade, sejam elas nas entidades do Movimento Estudantil, sejam elas na administração. Eu acho que um partido tem um papel na universidade de discutir e não de dirigir, eu acho que um partido pode ter o papel de formar um estudante, um professor, um técnico para lutar politicamente, mas não do dirigente, isso eu sou totalmente contra, quem dirige a entidade são os estudantes para os estudantes, mas isso não quer dizer que um estudante não seja filiado a um partido e pensar politicamente como aquele partido pensa, agora você pode me dizer: mas isso é uma dicotomia, então o estudante vai dirigir pro partido? Não. A formação política dele é uma coisa, dirigir para o partido é outra.

Apesar de não ser o foco do presente trabalho, o depoimento de Lucas elucida algo interessante sobre a penetração dos partidos políticos na universidade: essas organizações políticas não atuam apenas no movimento estudantil, mas também nos sindicatos dos professores e dos técnicos administrativos, que também se articulam com alguns movimentos estudantis e que promovem determinadas reivindicações e protestos, tanto a partir dos interesses de alguns servidores quanto dos partidos políticos nos quais eles estão articulados politicamente.

Já para Luciana, a “relação é importante até onde isso não interfira na organização/entidade de forma que prejudique o desejo da maioria”.

Sinceramente, acho que os partidos políticos são importantes para a organização, tem um lado positivo e negativo, o problema é quando o partido se sobrepõe à vontade coletiva dos estudantes, é quando engessa o movimento estudantil, que eu acho que deve ser algo mais livre, que deve ser livre pra pensar, que deve ser idealista, acho que esse é o lado negativo da participação dos partidos políticos, é quando os estudantes veem nos partidos um trampolim político pra conseguir algo maior, pra conseguir se aparecer, acho que isso é ruim. Mas acho importante e positivo no lado da organicidade que o partido dá para o movimento, acho. Se a gente tivesse essa organicidade teria sido melhor, no final só restou a presidente, que era, eu e o vice-presidente, porque cada um foi se afastando, por que foram fazer outras coisas, então, acho que o partido traz essa questão da organização que é muito importante (Verônica).

Os relatos deixam claro que algo que os militantes rejeitam com relação à participação dos partidos políticos no movimento estudantil é a possibilidade deles tirarem a autonomia dos estudantes se organizarem em seus movimentos. Mesmo que os militantes partidários defendam as causas, a ideologia e utilize as mesmas estratégias de ação do partido político, eles não querem ser engessados pelos partidos políticos ou pelos menos não querem representar isso. Neste sentido, a partir da concepção desses estudantes, o papel do partido é

de orientar e formar politicamente os estudantes para defender tanto as causas estudantis como também causas que afetam toda a sociedade e para alguns movimentos estudantis – as causas principalmente vinculadas aos trabalhadores, aos movimentos de gênero, às mulheres. Outro papel do partido político é de assegurar um espaço político de militância para os estudantes que militam continuarem sua participação política após terminarem seus estudos.

No próximo tópico vamos entrar no “mundo das gestões”, ou seja, analisar o processo de como é formada uma chapa para disputar as eleições do DCE e a partir disso conhecer os modelos de organização, as rupturas e a emergência de movimentos estudantis dentro da UFS. Para isso, vamos analisar o processo eleitoral, os repertórios organizacionais e o que significa ter acesso a um cargo de dirigente do DCE, em termos de prestígio e de fortalecimento de alianças, de oportunidades políticas e profissionais para os militantes do movimento estudantil universitário.

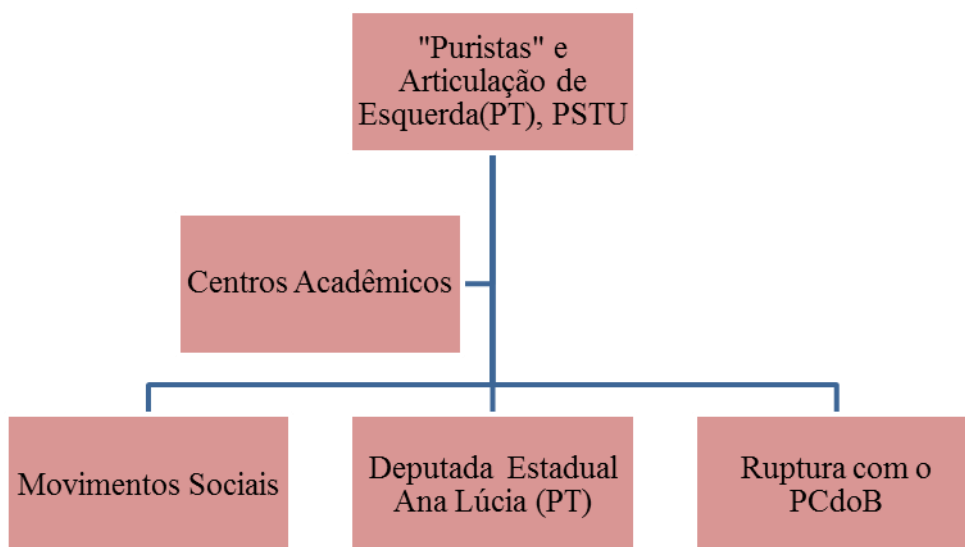
3.2 DCE: processo eleitoral, repertórios organizacionais e “acesso à política” estudantil

O período de eleições do DCE ao longo desses 15 anos se transformou. Nos primeiros anos dos anos 2000, o processo eleitoral ocorria entre os meses de julho e setembro; já nos últimos anos, tem ocorrido entre novembro e janeiro. O tempo de cada gestão é de um ano, contudo, algumas gestões passaram quase dois anos por conta de greves e problemas na transição de uma gestão para outra. O processo eleitoral envolve algumas etapas, entre elas a realização de um CEBs para que os CAs e movimentos estudantis possam se inscrever e lançar chapas. Também, as eleições são orientadas por um calendário que define o período de inscrição das chapas, o período de campanha e o período de votação, de contagem dos votos e da posse da chapa eleita para assumir a gestão do DCE. Analisamos a formação das gestões a seguir a partir dessas etapas, observando principalmente tudo aquilo que poderia caracterizar o modelo de organização e os repertórios organizacionais de cada gestão, neste sentido, seguindo as contribuições de Clemens (2010), em que entende que as construções dos modelos organizacionais podem ser tanto de base objetiva quanto subjetiva.

As três primeiras gestões analisadas se assemelham no que diz respeito aos modelos de organização, formação da chapa, sobre a visão do que é movimento estudantil e ao

posicionamento político com relação à articulação com partidos políticos. Um elemento que caracteriza essas três gestões é como os(as) três ex-presidentes(as) dessas gestões se classificam enquanto militantes do movimento estudantil universitário. Eles(as) se classificam como “estudantes profissionais” que, na concepção deles(as) e da política que eles(as) faziam a partir da direção do DCE, é o estudante que se dedica aos estudos e à militância de uma forma que as duas partes não saiam prejudicadas, e que para ser uma boa ou um bom militante é preciso em primeiro lugar ser um bom estudante. A partir dessa concepção de militante uma dinâmica de organização irá se construir, por exemplo, a divisão de tarefas se dará de uma forma que os dirigentes que pensam assim não perderão aula, a ausência do(a) presidente(a) do DCE em congressos nacionais dos estudantes irá acontecer, uma vez que a prioridade são os estudos, uma política e uma defesa de causas mais voltadas para as necessidades cotidianas dos universitários e, por fim, uma “intransigência” maior com relação à presença de partidos na formação da chapa e na direção do DCE.

O organograma abaixo exemplifica a composição de força da gestão *Com Posição* de 1999/2000.



“Puristas” é um termo nativo utilizado pelos grupos de oposição à chapa *Com Posição* para classificar os militantes que não eram vinculados a partidos políticos, ou seja, eram os militantes independentes. Essa chapa surgiu a partir de um processo que articulava inicialmente a Juventude Ativa⁶⁴ (PT) e militantes do PCdoB. Os dirigentes da chapa *Com*

⁶⁴ Ver CRUZ. **Da autonomia à resistência democrática**: Movimento Estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985. (Tese de doutorado em História). UFBA, 2012.

Posição vinham de um processo de atuação em oposição ao DCE desde os anos de 1995, quando havia essa aliança entre os dois partidos e suas juventudes, porém, essa aliança não permanece nos anos 2000. Segundo o presidente da gestão de 2000, a Juventude Ativa estava fragilizada, por conta de problemas internos, e deixou de existir no final da década de 1990, momento em que o PCdoB já estava afastado do grupo. Quando a chapa *Com Posição* foi formada, os militantes do PCdoB que se articulavam com os militantes que formavam a Juventude Ativa foram convidados a sair da composição da chapa para disputar as eleições dos anos de 1999, para gestar o DCE nos anos 2000, pois as lideranças da chapa não concordavam com a “política de troca de favores” (SANTOS; SANTOS; OLIVEIRA, 2015). Além da saída do partido, o ex-presidente ressalta que também os militantes mais experientes que faziam parte do grupo se afastaram ou terminaram o curso, ficando apenas os militantes mais independentes, que foram intitulados pelo grupo de oposição de “puristas”, como dito anteriormente.

Portanto, a chapa foi formada por militantes “puristas” dos cursos de Engenharia Civil, Física, de alguns cursos das Ciências Humanas e uma liderança do curso de Medicina, fazia parte também da composição a Articulação de Esquerda (PT), que tinha como apoio externo à universidade naquele período a atual deputada estadual de Sergipe Ana Lúcia Viera Menezes (PT), e por simpatizantes e militantes do PSTU. Os grupos que faziam oposição eram dois, que antes estavam na direção do DCE, ou seja, que eram a “situação” na gestão de 1998/1999: o primeiro grupo que lançou chapa era formado por centros acadêmicos principalmente do curso de Medicina, Engenharia e Administração; e outra chapa formada pelo curso de Geografia e militantes do PCdoB que tinha algumas inserções em departamentos variados.

Segundo o presidente da chapa *Com Posição*, a disputa eleitoral foi terrível, o relato dele abaixo indica que nesse período “acessar a política estudantil” era algo que os militantes ansiavam e que os grupos que têm a oportunidade de acessar os cargos eletivos do DCE têm a possibilidade de imprimir as causas e ideologia política dos seus partidos e dos movimentos sociais que se articulam, neste sentido, o processo eleitoral do DCE não é disputado apenas pelos estudantes, mas pelos partidos políticos e outras forças externas que querem construir base nesses espaços através da sua juventude partidária em que parte dela é formada por estudantes secundaristas e universitários.

Foi uma disputa terrível, acusações, parecia política mesmo que você vê para vereador, prefeito. Pegavam panfletos nossos e deturpavam o que nós escrevíamos, aí diziam assim: “É isso que vocês querem, um representante estudantil que fala mal do próprio estudante”. Eu reclamava da apatia, aí eu

escrevia isso, aí usaram como se a gente estivesse falando mal do estudante, não era falando mal. Era que havia apatia e era preciso acabar com a apatia pra mudar, era isso, não era dizendo que ninguém presta, nada disso⁶⁵.

O relato de Pedro é demasiado interessante porque ele expressa outros relatos e algumas conclusões que tivemos sobre o processo eleitoral do DCE e o processo eleitoral da política eletiva. Esse jogo de acusações e de deslegitimar o oponente através dos discursos ou de símbolos é visto durante o “tempo da política” – no sentido empregado por Palmeira e Goldman (1996) –, seja ele nas eleições municipais ou presidenciais, o jogo político é análogo. Outro elemento que poderíamos fazer um paralelo entre os dois processos eleitorais seria o financiamento das campanhas, algo que é problemático nas duas esferas políticas. O financiamento de empresas privadas e outras fontes de arrecadação que os partidos políticos utilizam para custear as campanhas dos seus candidatos são fortemente criticados. De forma resumida, os críticos acreditam que tira a autonomia do partido e de seus candidatos e deixa o processo eleitoral mais desigual, uma vez que alguns partidos políticos não possuem a mesma quantidade de “doadores” e consequentemente as mesmas fontes de recursos financeiros.

Esse mesmo argumento pôde ser visto nas campanhas das eleições do DCE ao longo do período analisado. Alguns movimentos estudantis e militantes argumentam que o financiamento das campanhas por parte dos partidos políticos e por parte de movimentos sociais e sindicatos faz com que o DCE se torne “aparelhado”, que seria quando “o movimento se torna um boneco, um fantoche pra atender as necessidades que são ali encobertas” (Bianca, presidente do DCE em 2007). Além disso, como um militante do Liberte-se (2014/2015) mencionou certa vez, era difícil concorrer com a chapa *É Preciso Avançar* (2014/2015) porque eles tinham muitos recursos financeiros, uma vez que políticos e partidos financiavam sua campanha.

A gestão *Com Posição* se organizava a partir de um modelo de organização que classificamos como “movimento estudantil como gremiação e como movimento social”. Para explicar melhor é preciso compreender como as lideranças estudantis descrevem essa classificação, segundo Vitória, presidente do DCE em 2014, o movimento estudantil como movimento social é aquele que extrapola as questões que são ligadas principalmente ao estudante, ou ao movimento estudantil, que reivindica além das causas vinculadas à educação, ao cotidiano do estudante na universidade, defende e se solidariza com causas trabalhistas, raciais, de gênero, religiosas. Por outro lado, movimento estudantil gremial é classificado

⁶⁵ Pedro.

como o movimento que reivindica causas que são estritamente da categoria dos estudantes, defendem apenas as questões que envolvem a educação e o estudante. A gestão *Com Posição* se organiza a partir de um modelo que articula de forma muito clara essas duas formas de ação e de representação do estudante. Por um lado, uma forma que tenta atender aos anseios diários dos estudantes, e um exemplo disso, são as pautas defendidas pela gestão: ventiladores nas salas de aula, limpeza dos locais de estudo, dos banheiros e das áreas verdes do campus, diminuição e manutenção da tarifa do RESUN, limpeza e criação de um espaço confortável dentro do DCE para os estudantes estudarem. Por outro lado, a gestão se articulava com movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e defendida pautas como “Fora, FHC”, apoiava atos que defendiam as causas trabalhistas, por exemplo.

Em termos de repertórios organizacionais utilizados para defesa das reivindicações dentro da universidade, consistia em ações menos conflitivas com a Reitoria – a relação que era estabelecida com o reitor era de diálogo, mas quando necessário faziam-se atos como “apitação” nas salas de aula, ocupações na reitoria e em outros espaços do campus. Segundo Pedro, grande parte das pautas reivindicadas durante a sua gestão foram atendidas pelo reitor.

A gestão do ano 2001, *Mantendo a Posição*, também estabelecia uma relação de diálogo e menos conflitiva com a Reitoria. Dando continuidade à política e à forma de organização da gestão *Com Posição*, a gestão de 2001 tem configurações importantes e particulares no que se relacionam com partidos políticos e a representação dos estudantes. A gestão tem como presidenta uma mulher, Verônica, que já participava de forma indireta da gestão *Com Posição* por meio de debates, era amiga dos dirigentes da gestão anterior, mas não ocupava um cargo efetivo na direção. A formação da chapa *Mantendo a Posição* contou com menos aliados, formada principalmente por militantes independentes e por um representante do PSTU. Tinha como grupos de oposição o PT e o PCdoB, contudo, apenas esse último partido lançou chapa de oposição. O modelo de organização da gestão *Mantendo a Posição*, diferentemente da gestão anterior, se restringia a fazer um “movimento estudantil gremial”. Baseada numa política “feijão com arroz”⁶⁶ que significava que a gestão estava mais preocupada com questões micro, com questões cotidianas do estudante e do ambiente universitário, do que com a política e a economia nacional daquele período, como por exemplo, discutir Fora, FHC; FORA, FMI.

⁶⁶ A política “feijão com arroz” foi uma campanha que tem origem na gestão *Com Posição*, mas que fica mais demarcada na gestão *Mantendo Posição*.

Segundo Verônica, era preciso discutir isso, mas antes disso, era preciso resolver questões que tivessem impacto direto na vida dos estudantes como, por exemplo, a instalação de ventiladores nas salas de aula, a limpeza constante de salas e banheiros, a limpeza do DCE para que os estudantes pudessem estudar. Verificar os problemas que afastavam os alunos da sala de aula e dos ambientes da universidade era uma pauta constante da gestão. Além disso, a gestão também não estabelecia uma relação com a UNE, pois, segundo a ex-dirigente, era a entidade que financiava as campanhas e as festas do movimento estudantil que era orientado pelo PCdoB dentro da universidade, que era o grupo de oposição, e como a sua gestão não fazia a defesa de pautas nacionais, não tinha uma relação próxima com a UNE, apenas o vice-presidente da chapa frequentava congressos e eventos, uma vez que ele achava importante participar desses espaços.

A relação com a Reitoria também era de diálogo, em termos de repertórios organizacionais e de modelos de organização significa dizer que os militantes não faziam enfrentamento direto em relação à Reitoria e quando faziam utilizavam repertórios como reunião, pedidos formais através de ofícios e uma leitura sobre as condições econômicas e as reais possibilidades financeiras e administrativas da universidade em viabilizar as reivindicações feitas. Segundo Verônica, sua gestão procurava levar reivindicações que poderiam ser atendidas:

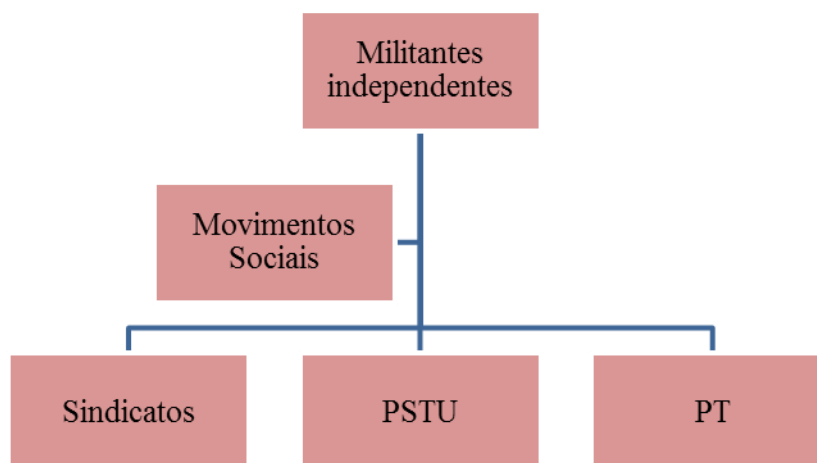
Então quando a gente discutiu a colocação de ventiladores nas salas, o reitor aceitou de pronto, fez licitação e colocou os ventiladores, quando a gente falava da limpeza a situação melhorava, quando nós reclamávamos a situação do RESUN a situação melhorava. Então, assim, nós éramos uns alunos que iam lá pra conversar, que íamos levar, resolver situações que eram possíveis de serem resolvidas. Então, era bom pra eles e era bom pra gente.

O único momento que a ex-presidenta ressalta que havia um embate maior com a Reitoria era durante o período que antecedia as greves, mas, mesmo nesses momentos, ela não sentiu e nem sofreu nenhum tipo de represália ou retaliação. Neste sentido, a gestão procurava estabelecer repertórios menos contestatórios, se utilizavam mais da “conversa” para resolver os problemas dos estudantes na universidade. Apesar de não ter tido muitos aliados durante a formação da chapa, Verônica ressalta que foi inevitável não participar e não apoiar manifestações da ADUFS, do SINTUFS e da CUT, pois enquanto você é DCE, você é convidado a participar desses espaços e em determinadas situações dentro da universidade você é obrigado a participar de reuniões com a Reitoria, por exemplo.

Os grupos *Com Posição* e *Mantendo Posição*, nas eleições de 2002/2003, não lançaram chapas. A formação da chapa de 2001/2002 contou com poucos aliados porque muitos militantes da gestão anterior tinham se formado e começado a trabalhar, uma vez que eles defendiam a política do “estudante profissional”; outro motivo, é que eles eram contra a “política de troca de favores” que era estabelecida entre partidos políticos e movimentos estudantis, que gerava uma dependência entre o movimento com relação ao partido. A ruptura do representante do PSTU com a gestão *Mantendo Posição* se deu justamente pelo fato de que o representante “queria fazer política partidária dentro do DCE” e era algo que a presidenta da gestão não aceitava. Quando questionamos a Verônica por que o grupo não continuou lançando chapa, ela ressalta dois motivos:

Eu acho que têm dois motivos que eram muito fortes, assim, o primeiro deles é esse que eu lhe falei, não estávamos ali para fazer política, nós estávamos ali para fazer uma colaboração, pra mim isso estava muito claro, até pela maneira como a gente entrou, como eu entrei, pelo menos, e como eu saí: entrei estudante, saí estudante; eu tinha outros propósitos de vida, aquilo foi uma colaboração. O outro motivo muito importante é que é muito difícil lutar contra um movimento já estabelecido. Então, é o que eu quero dizer é que nós éramos muito idealistas, nós fazíamos uma política bacana, nós tínhamos uma discussão boa, mas justamente por isso nós sofremos muita pressão, talvez não estamos nas grandes discussões políticas, fazendo parte dos fóruns que aconteciam nacionalmente.

O fato de não participar das discussões nacionais, do jogo político estabelecido entre partido político, movimentos sociais e o movimento estudantil, além da gestão ser composta por militantes que não tinham filiação e nem um tipo de militância anterior àquela contribuiu para que na eleição seguinte não tivesse militantes engajados para disputar o DCE novamente e levar a política e o modelo de organização do grupo *Com Posição* e *Mantendo Posição*. A gestão de 2002/2003 se configura também a partir de uma concepção que classifica o militante do movimento estudantil como um “estudante profissional”. Assim como a gestão *Com Posição*, a gestão *Sem Medo de Transformar* pode ser classificada como quem organizou o “movimento estudantil como movimento social e como agremiação”. O organograma abaixo ilustra sua composição de chapa 2002/2003:



Formada praticamente por militantes sem vinculação partidária, a gestão *Sem Medo de Transformar* tinha dois militantes filiados ao PT e um militante filiado ao PSTU. Tinha como grupos opositores o UJS/PCdoB, que lançaram chapa na eleição; duas chapas lançadas pelo PT, uma ligada à Articulação de Esquerda apoiada pela deputada estadual Ana Lúcia Vieira; a outra, que estava ligada à “articulação de direita” do PT, que se articulava com alguns militantes do PCdoB e estava ligada à política do ex-governador Marcelo Déda. O processo eleitoral foi bastante tenso e disputado, segundo os relatos de Marta, presidenta da chapa.

Os principais problemas diziam respeito às fraudes no processo eleitoral e aos interesses dos partidos políticos em ocupar a direção do DCE. Apenas os estudantes, sendo eles da graduação, têm o direito de voto para eleger o presidente do DCE. No ato da votação é preciso que o estudante esteja portando a carteirinha de estudante; nas eleições de 2002/2003 ainda não tinha urna eletrônica, mas segundo Marta, foi na gestão dela que foi instituído o voto eletrônico, e as urnas eram cedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, isso porque havia muitos roubos de urnas e fraude durante a votação. Segundo a ex-presidente, era preciso dormir na reitoria junto com as urnas para assegurar que elas não fossem roubadas. Não muito distante do processo eleitoral da política eletiva, o roubo de urna e a fraude dos votos, bem como boca de urna e campanha fora de época, por exemplo, no próprio dia da eleição, foram observados em outras eleições para o DCE. Um exemplo disso foram as eleições de 2014/2015, em que a chapa de oposição do DCE, o Liberte-se, postou na sua

página do *facebook* a denúncia de alguns estudantes que não tinham votado durante as eleições, mas cujo nome constava na lista de votantes⁶⁷.

Quando estávamos averiguando os comentários com relação às denúncias, não vimos ninguém da “situação” se defendendo, mas muitos comentários de ex-militantes do movimento estudantil da UFS chamaram nossa atenção. A seguir um deles:

[...] já participei do movimento estudantil da UFS e sei bem as práticas que são adotadas, desde enviar representantes falsos de centros acadêmicos a CEBs, até fraudes e roubo de urnas eleitorais. Isso não é de agora. Defendo o fim completo do DCE. Os centros acadêmicos e movimentos podem, sim, elevar o movimento estudantil a um novo patamar, precisamos de menos instituições e mais participação coletiva, e isso é melhor conseguido pelos legítimos representantes dos estudantes: os centros acadêmicos. O DCE só é reprodução da política imunda e porca do estado.⁶⁸

Esses eventos de corrupção não ocorrem apenas no processo eleitoral, ou em uma ou duas gestões, fazem parte da dinâmica e do jogo político do movimento estudantil universitário e está presente nas assembleias estudantis, nos CEBs e no DCE. O que se diferencia, acreditamos, é que há alguns movimentos estudantis e alguns estudantes que militam que procuram combater com mais coerência e autonomia a interferência dos sindicatos, dos partidos políticos, de movimentos sociais de massa na política do movimento estudantil universitário.

Neste sentido, a formação da chapa de Marta e sua gestão foram baseadas em uma política que combatia esses atos de corrupção e de fraudes eleitorais, mesmo que se articulassem também com partidos políticos e movimentos sociais, essa articulação não era preponderante e os dirigentes com múltiplo engajamento tinham mais dificuldade de unir a pauta do partido político com a pauta do movimento estudantil expressado pelo DCE em 2002/2003. A gestão *Sem Medo de Transformar*, portanto, combatia o “capa preta”⁶⁹, que é geralmente alguma pessoa externa à UFS, ligada a algum partido político, que faz manobras para fraudar e burlar processos eleitorais do DCE. Marta, presidente da gestão 2002/2003, descreveu que durante o processo de contagem dos votos um “capa preta” fez a seguinte posposta: “a gente dá uma espécie de sumiço na urna e aí a gente juntava com você”. Segundo

⁶⁷Ver em:

<<https://www.facebook.com/liberteseufs/photos/a.323266797863507.1073741828.322610957929091/327147554142098/?type=3&theater>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

⁶⁸ Ver em

:<https://www.facebook.com/rodolfo.a.mesquita/posts/10205998634953378?comment_tracking=%7B%22tn%22%3A%22O%22%7D>. Acesso em: 22 dez. 2015.

⁶⁹ Termo nativo utilizado pela presidenta da gestão *Sem Medo de Transformar*.

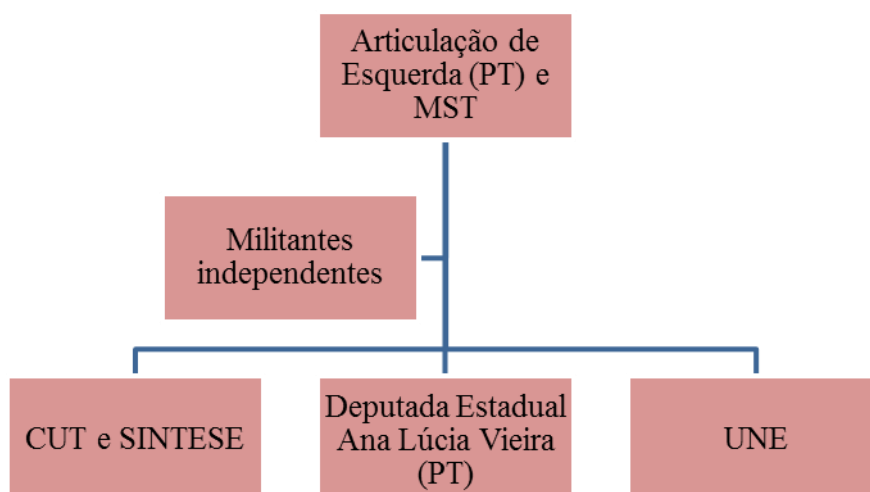
a ex-presidente esse “capa preta” atualmente é uma figura pública de Sergipe que na época não participava do movimento estudantil, mas disputava como uma força externa à UFS. Isso demonstra que o DCE é disputado por diversas forças políticas dentro e fora da UFS e que seus modelos de organização são influenciados por esses atores externos quando eles conseguem acessar o DCE por meio da sua juventude partidária e militante, bem como a partir do estabelecimento de alianças.

Segundo Marta, sua campanha não teve financiamento de partidos, mas teve doações de alunos e professores – também obtido por meio da venda de comidas. Os militantes da chapa ficaram conhecidos como “formiguinhas”; a formiga era um dos símbolos de sua chapa: “uma das coisas que no grupo a gente decidiu era de não aceitar financiamento de nenhum partido pra que não ‘devesse a cabeça’ e as campanhas do DCE eram sempre campanhas caras, um investimento sempre tinha, externo”⁷⁰. Outro fato curioso da gestão de Marta é com relação ao orçamento do DCE, segundo a ex-dirigente, ela deixou o DCE com saldo positivo, algo que antes não ocorria. Neste período o DCE tinha uma arrecadação das carteirinhas dos estudantes e uma porcentagem das matrículas que eram cobradas na universidade, a gestão também criou a própria carteirinha do DCE, que levava o nome de sua gestão; tendo sua própria carteirinha ele não precisaria repassar um valor para UNE.

O dinheiro arrecadado era revertido em cursos de formação política, curso de espanhol e de inglês, usualmente convidava a escola 13 de Maio, de São Paulo, para dar os cursos de formação política. Além disso, o recurso do DCE era utilizado também para o financiamento de paralisações do MST, através do financiamento de ônibus para levar os militantes para o ato. Essa relação com movimentos sociais de massa demonstra que além do apoio mútuo que existia entre a gestão e o movimento, demonstra também qual era sua rede de articulação política externa à UFS e que a gestão defendia pautas que não estavam estritamente ligadas ao estudante e à educação.

Um modelo diferente de organização e de ação se apresenta na gestão seguinte. A gestão *Viver na Luta Construindo a História* 2004/2005 foi formada majoritariamente por militantes da Articulação de Esquerda (PT), por militantes do MST e por militantes sem filiação. Como o organograma ilustra abaixo:

⁷⁰ Marta.

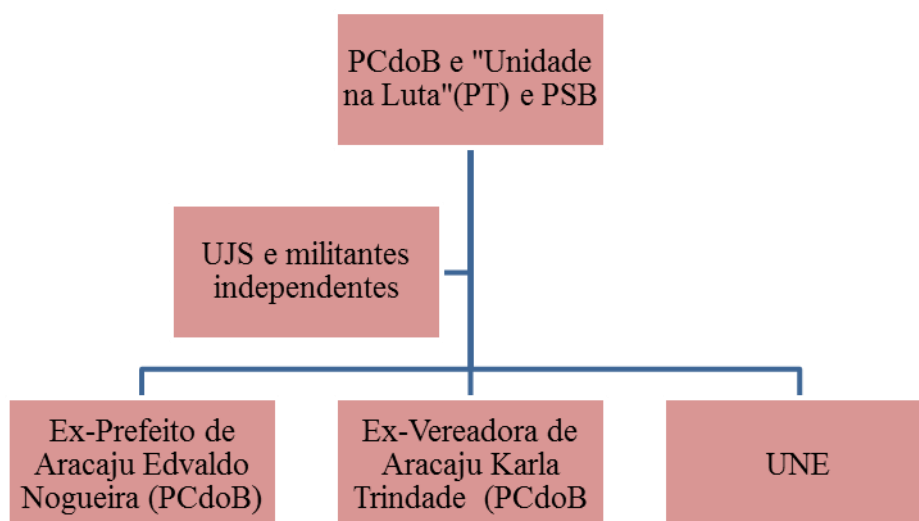


Os dirigentes da chapa eram militantes engajados e com uma carreira militante na Articulação de Esquerda e no MST, o que configurava uma forma de organização que via o “movimento estudantil como movimento social”. As pautas e os repertórios organizacionais, bem como a representação dos estudantes foram marcados por um forte alinhamento de suas pautas e de seus repertórios organizacionais com as dessas outras organizações políticas. Os grupos de oposição UJS/PCdoB, mais o PT e o PSB; a UJC/PCB; e a união do PCB, PPS/PTB e PCdoB, lançaram chapas e foram os grupos de oposição durante a gestão *Viver na Luta Construindo a História*. Segundo Miguel, presidente do DCE em 2004, o PT nunca atuou unificado na universidade, as tendências faziam articulações com partidos políticos diferentes.

Segundo Miguel, a campanha foi financiada pelos próprios estudantes por meio da venda de comida e de doações, pois “não aceitamos doações de empresários, tínhamos autonomia política”. Contudo, essa autonomia política era demasiadamente relativa, pois o múltiplo engajamento dos dirigentes do DCE os afastava dos compromissos diários da representação estudantil. Durante a gestão o presidente teve que se afastar, pois foi assumir uma diretoria na UNE. Os dirigentes estabeleciam uma articulação política direta com a UNE, a Articulação de Esquerda na época era forte dentro da UNE, e eles conseguiram indicar duas pessoas da gestão para serem diretores na executiva da UNE. Miguel só vai em um segundo momento, pois era um período em que no estado a Articulação de Esquerda estava começando a se articular e estreitar laços com a CUT e com o SINTESE; segundo o ex-dirigente, se ele saísse iria perder mobilidade política e atuação no âmbito estadual.

Quando o presidente da chapa se afastou, quem assumiu foi o vice-presidente, que era um militante do MST. Foi um período de rupturas e de escândalos que o vice-presidente teve que superar. Foi desviado do DCE o valor de R\$ 24.657,54, alguns dirigentes do DCE descobriram que o tesoureiro da gestão fez o desvio, e tentaram adquirir o dinheiro de volta sem levar a público e a julgamento de outros membros e militantes que apoiavam a gestão e que fizeram campanha durante o processo eleitoral. O caso do desvio foi levado para o Ministério Público Federal (MPF), onde foi feita uma auditoria e comprovado o desfalque do valor citado anteriormente. Esse evento causou o rompimento de laços com alguns militantes que não tinham filiação partidária e com outros que eram filiados ao PT, posteriormente parte desse grupo que rompe vai formar a juventude do PSOL na universidade.

A gestão seguinte tem um discurso e uma organização mais gremial do que como um movimento social. Assim como a gestão anterior, a chapa tinha uma força política muito clara atuando, influenciando e financiando as pautas, os eventos e as ações do DCE. Alguns dos seus dirigentes eram filiados e já tinham uma trajetória longa de militância no PCdoB e na UJS. As pautas defendidas faziam parte, principalmente, do cotidiano dos estudantes, apesar de defenderem pautas nacionais, uma vez que mantinham uma forte articulação com a UNE. Desta forma, o organograma abaixo elucida a composição de força da chapa *Mudança* 2005/2006:



Os grupos de oposição à gestão *Mudança* que lançaram chapa foram Articulação de Esquerda (PT) e mais militantes independentes; PTB e PCB também lançaram. Dois eventos que correram no contexto político antes e durante a formação e a gestão 2005/2006

modificaram a dinâmica de organização e as relações de alianças entre alguns grupos: o primeiro evento ocorreu em 2005 com o surgimento do PSOL nacionalmente – em Aracaju o partido surgiu no mesmo período. Como mencionado por Miguel, alguns militantes do PT e alguns independentes rompem com a Articulação de Esquerda e vão começar a organizar a juventude do PSOL. Portanto, nas eleições de 2005/2006 ainda o PSOL não lança chapa, mas durante a gestão *Mudança* sua juventude começa a se opor e fará parte da composição de força do ano seguinte; o outro evento é a entrada de Edvaldo Nogueira na Prefeitura de Aracaju e de Karla Trindade na Câmara de Vereadores da capital, políticos que tiveram uma longa trajetória no movimento estudantil secundarista e universitário – o primeiro durante a década de 1980, e a segunda durante o final da década de 1990 e os primeiros anos dos anos 2000. O ex-prefeito Edvaldo Nogueira entra na prefeitura como vice-prefeito, fica nesse cargo entre 2001 e 2006, em 2006 assume como prefeito e fica nesse cargo até 2012.

Paulo, presidente da gestão *Mudança* em 2008, já era filiado e militava no PCdoB, deixa o movimento estudantil para assumir o cargo de secretário geral do PCdoB estadual. O vínculo institucional do ex-presidente do DCE, de Edvaldo Nogueira e de Karla Trindade, que se torna vereadora de Aracaju entre 2008 e 2012 e tinha uma trajetória de mais ou menos 14 anos no movimento estudantil secundarista e universitário, além de ser uma grande amiga de Paulo, será de suma importância para a permanência das gestões *Integração* durante o período de 2008 a 2012. Diante disso, oportuniza pensar que “acessar a política estudantil” possibilita entre outras coisas, acessar cargos institucionais através das redes de relações que são construídas, em alguns casos, antes da militância no movimento estudantil. Contudo, é sabido que o acesso a algum cargo no DCE traz certa notoriedade para o militante entre suas redes de articulação política, além de certa autonomia para que os dirigentes possam agir conforme os interesses dos partidos políticos e movimentos sociais aliados.

A gestão *Amanhã há de Ser Outro Dia* 2006/2007 foi formada, em parte, pelos militantes que romperam com a gestão *Viver na Luta Construindo a História*. O organograma abaixo explica a composição de forças da chapa:



A gestão *Amanhã há de Ser Outro Dia* trouxe uma proposta diferente de organização das vistas anteriormente, bem como das gestões seguintes a ela. O modelo de horizontalidade. Neste sentido, tal gestão buscava se organizar por meio da lógica de cooperativa; segundo Bianca, presidente da gestão, eles se organizavam a partir de um modelo de ação em que não havia hierarquia e que as tarefas eram divididas conforme a disponibilidade e habilidade das pessoas. Praticamente todas as gestões dividem as tarefas desta forma: disponibilidade de tempo do militante, habilidades específicas, se possui algum cargo ou não no DCE ou em CAs. Em algumas gestões, por exemplo, não se leva em consideração a disponibilidade de tempo, a tarefa é passada e o militante tem que cumprir independentemente que ele tenha outras obrigações, como as acadêmicas, por exemplo.

Como vimos no organograma, a gestão foi formada principalmente por militantes independentes e pelo Movimento Resistência e Luta (MRL), formado principalmente por militantes do PSOL, por militantes anarquistas e por militantes de outros movimentos sociais. Sobre o surgimento do MRL, Bianca explica que ele

Surge desse contexto histórico [política e economia neoliberal, implementação do REUNI e ENAD]. Desde o nosso desgosto com o governo do Lula, que passa a implementar políticas de ajustes, para atender as necessidades da burguesia, do dono do capital, tanto na educação como também na reforma agrária que ele não cumpriu. Todas as pautas que a gente acreditava que ele ia dá conta, ele não deu e aí a articulação de esquerda, ela meio que continuou defendendo, mesmo fazendo críticas, não posso dizer que eles não faziam, eles faziam críticas às políticas de Lula, mas eles ainda continuavam dentro do governo e dentro disso defendiam suas ações, defendiam o nome de Lula e defendiam a sua gestão, então a gente passou a ter muito embate em relação a isso e a gente passou a se organizar com esse movimento, a gente viu que existia uma necessidade de continuar o

movimento estudantil porque a articulação de esquerda se queimou com esse escândalo e aí a gente teve uma outra gestão que assumiu, que foi a da UJS/PCdoB, com isso fez um arrefecimento geral dali, da participação política do DCE dentro da universidade [...].

A gestão reivindicava principalmente melhorias na assistência estudantil, contra a precarização das universidades, melhorias no RESUN, mas a causa mais reivindicada e que marcou toda atuação da gestão foram as manifestações, protestos, reuniões e ocupações realizadas contra a forma que o REUNI estava sendo implementado nas universidades. Nesse período, ano de 2007, o DCE, de forma conjunta com o Movimento Resistência e Luta, deflagrou greve dos estudantes e ocuparam a reitoria. Esse grupo fazia campanhas de boicote ao ENADE, como pode ser visto no panfleto abaixo:

VOÇÊ FARIA UMA PROVA DE UM PROFESSOR QUE NUNCA FOI DAR AULA?

Imagine um professor que nunca deu uma única aula. Nunca indicou uma leitura, não propôs nenhum debate em sala, e nem sequer mandou um e-mail. Imagine então, que esse mesmo professor marque uma prova com TODO o conteúdo da unidade e sorteasse apenas algumas pessoas pra fazê-la. Você faria essa prova?

ENTÃO POR QUE FAZER O ENADE?

O ENADE (Exame Nacional de Avaliação do Desempenho estudantil) é parte do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), cuja proposta **DEVERIA** ser de avaliar o ensino superior para assim trazer melhorias aos cursos e às universidades. **DEVERIA**. Um sistema de avaliação que é baseado no rendimento de estudantes sorteados do primeiro e último período, reflete a situação do curso? Um "exame" que tem um caráter **RANQUEADOR** e **PUNITIVO**, onde ao invés de investir mais nas universidades com notas menores, ele é usado para legitimar as desigualdades de verbas entre as diferentes instituições. Um "exame" que **não respeita as especificidades e a regionalidade**, onde uma mesma prova é aplicada no país inteiro, negligenciando suas particularidades culturais. Você que é veterano ou mesmo calouro, quantas vezes o MEC veio na sua Universidade perguntar o que precisa no seu curso? Se a resposta é 0. Parabéns! Você acaba de descobrir como **NÃO** avaliar um curso.

Uma **AValiação de Verdade** não deveria avaliar apenas o desempenho individual dos estudantes. Uma avaliação de verdade deve **avaliar a estrutura** como um todo de um curso, sua **infra-estrutura** tanto das salas de aula quanto dos laboratórios, sua biblioteca e o acervo específico de cada curso, a **quantidade e a qualificação** de seus professores. Deve também analisar os projetos pedagógicos, as grades curriculares, o que e como se produz nas áreas de **pesquisa e extensão**, a oferta e a qualidade de **estágios curriculares** e **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL** para garantir a permanência dos estudantes, entre outras coisas.

BOICOTE O ENADE!!! (antes que ele boicote você!)

BOICOTE JÁ!
POR UMA AVALIAÇÃO DE VERDADE!



Descubra como boicotar o ENADE!
1. Conferir na sua faculdade se você foi selecionado a realizar a prova;
2. Comparecer pontualmente ao local da prova no dia 9 de novembro;
3. Assinar a lista de presença;
4. ENTREGAR A PROVA EM BRANCO COM O ADESIVO DA CAMPANHA COLADO OU UM GRANDE ZERO DESENHADO!

A minha nota aparecerá no histórico escolar?
Não. Segundo a lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o ENADE, constará no histórico escolar somente se o estudante foi selecionado e se compareceu à prova. Por isso é muito importante que todos compareçam à prova para zerá-la.

A minha nota será divulgada?
Não. Esta mesma lei diz que a nota será entregue individualmente a cada estudante que realizou a prova, sendo vedada qualquer identificação nominal do resultado obtido por cada um.

A faculdade irá entregar meu diploma se eu boicotar o ENADE?
Sim. É obrigação da faculdade entregar o diploma ao estudante que concluiu o curso devidamente, independentemente de sua nota no ENADE. Boicotar é não legitimar uma prova que não diz respeito à qualidade de ensino. Assim, quem faz o ENADE tem sua formação prejudicada, pois ele não atesta a real avaliação que a comunidade universitária sempre exigiu.

VENHA DEBATER O ENADE. DIA 05 DE NOVEMBRO ÀS 09HRS E 18HRS NA PRAÇA DA

ASSINAM: COMITÊ ESTUDANTIL DE DISCUSSÃO DO ENADE(CAs, DAs e MRL)

Fonte: blog Movimento Resistência e Luta⁷¹

É interessante perceber que o DCE não assina esse manifesto, pois como princípio o DCE deve representar todos os estudantes da universidade e muitos estudantes, professores e movimentos estudantis eram contrários a essas ações. Tanto que surgiu o Movimento Pró-Aula que era contrário à greve dos estudantes, contra essas ações de boicote do ENADE e a favor da expansão universitária. Contudo, esse movimento que contava, por lado, com o Movimento Resistência e Luta e o DCE contra a expansão universitária; e por outro lado, com o Movimento Pró-Aula a favor da expansão – ambos contando com o apoio de professores e estudantes da Universidade, – era acima de tudo um movimento político partidário.

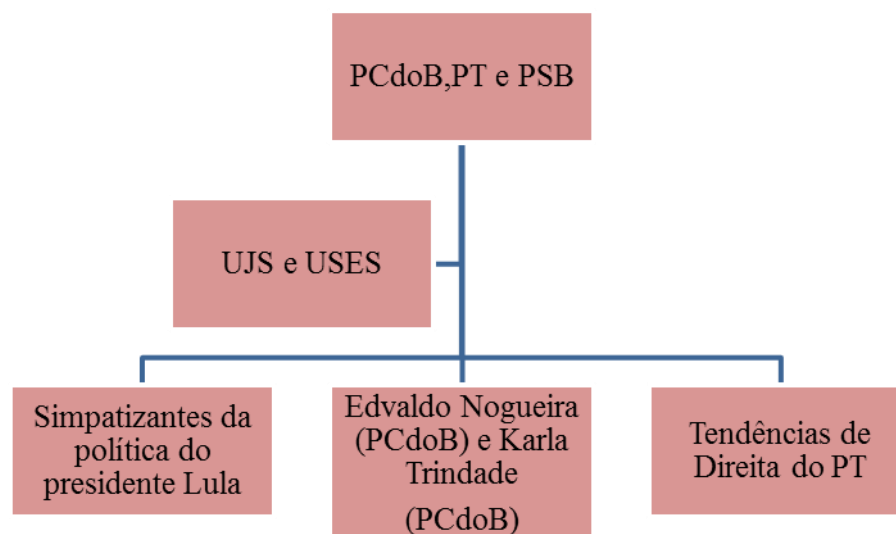
⁷¹ Ver mais em <<http://movimentoresistenciaeluta.blogspot.com.br/>>, acesso em: 23 dez.2015.

De um lado temos o PSOL, que nesse momento era uma força política forte dentro da universidade, arregimentando muitos militantes que já não se reconheciam com o PT e nem se sentiam representados pelo PCdoB, além disso, os dirigentes do partido no estado eram professores universitários como, por exemplo, a candidata à governadora do estado nas eleições de 2014, Sônia Meire (PSOL); seu filho, Alexis Pedrão, que atualmente é presidente do PSOL em Sergipe e faz mestrado em Direito na UFS, era uma das lideranças do Movimento Resistência e Luta naquela época. Atualmente esses dirigentes partidários atuam a partir da mesma postura dentro da universidade: são contra os programas de expansão universitária sem que haja uma discussão com toda comunidade acadêmica e sem que haja recursos financeiros suficientes para oferecer uma estrutura adequada para os novos cursos.

Por outro lado, temos o PCdoB, cujo candidato, o ex-prefeito Edvaldo Nogueira, tinha recentemente assumido a prefeitura de Aracaju; e a UJS e seus militantes que atuavam na universidade, mirando uma juventude nova que emergia no campus: os cotistas e os estudantes do ensino a distância. O PCdoB contava com o apoio de algumas tendências de direita do PT e o que eles chamavam de “Bloco de Lula”, que era composto pelo PCdoB, PT e PSB; enquanto o PSOL contava com o apoio de alguns militantes do PSTU.

Os ex-presidentes do DCE que eram da gestão apoiada pelo PCdoB classificaram, em entrevista, a greve dos estudantes de 2007 como uma greve irresponsável e absurda. Esse era um dos discursos do Movimento Pró-Aula, que conquistou muitos militantes para que nas eleições seguintes a UJS/PCdoB conseguisse ganhar o DCE. É evidente que esse foi um elemento importante para que o grupo conquistasse o DCE inicialmente. Porém, para a manutenção da sua permanência na direção da entidade estudantil foi preciso mobilizar uma série de redes de contatos e de recursos materiais e financeiros ao longo de cinco anos.

As cinco gestões a seguir, conhecidas como *Integração*, foram formadas majoritariamente pela UJS/PCdoB. O organograma abaixo elucida a composição de força da chapa *Integração Para Mudar* 2007/2008

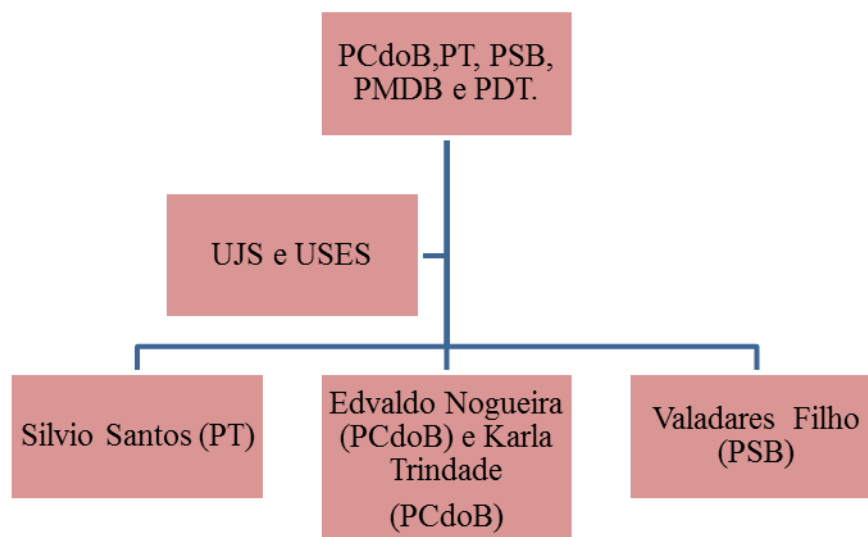


A oposição foi formada por PSOL, PSTU e a Articulação de Esquerda do PT, que antes atuavam juntos e depois romperam. Esse primeiro ano de gestão foi marcado pela implementação de vários projetos: Projeto Trilhas, Projeto Línguas, Projeto Libras e Olimpíadas Universitárias. Nesse período o DCE já não recebia nenhum repasse da Reitoria, através das taxas de matrículas, uma vez que já não existia mais a cobrança, como também não era vendida mais a carteirinha de estudante da UNE, pois o prefeito na época, Edvaldo Nogueira, instituiu a meia-passagem para estudantes, na qual a carteira de estudante que servia para transporte é vinculada ao SETRANSP e não mais à UNE ou ao DCE. Portanto, o DCE passa a ter uma arrecadação através dos projetos citados anteriormente, nos quais os alunos faziam cursos de inglês, espanhol, francês a um preço popular, como também faziam curso de Libras e viagens a um preço inferior ao do mercado.

Cristiano, presidente da gestão 2007/2008, já tinha uma trajetória no movimento secundarista e na UJS, o que o possibilitou a mobilizar muitos contatos e formar uma chapa com muitos apoiadores; segundo o presidente, ao todo eram 108 estudantes que apoiava a chapa, entre militantes com filiação, militantes da UJS, e militantes independentes. Uma das estratégias da gestão era apoiar o projeto de expansão universitária, estabelecer uma relação de diálogo e de apoio com a Reitoria, mobilizar os alunos do ensino a distância, além disso, as gestões *Integração* foram marcadas pelas festas de calouradas. Outra estratégia das gestões era não realizar CEBs e assembleia estudantis regularmente para os estudantes e os CAs e DAs participarem e discutirem as propostas e decisões do DCE.

Em entrevista a um blog da UFS, Cristiano fala que a proposta de sua gestão é “construir um DCE que represente de fato os estudantes da UFS, sem estar filiado a partidos políticos ou qualquer outra entidade”⁷². Tal fala contradiz a própria formação da chapa e a trajetória das gestões do grupo *Integração*, mas como discutido anteriormente, “mascarar” a vinculação com partidos políticos é uma estratégia utilizada principalmente para mobilizar estudantes para participar do grupo.

A próxima gestão *Integração Sempre em Frente* 2008/2009 foi presidida por um estudante que já tinha uma militância no movimento estudantil secundarista, e suas experiências de militância política anteriores transitaram entre o PT e movimentos sociais como, por exemplo, o MST. O organograma abaixo explica a composição de força:



Grupo de oposição PSC, PSTU e PSOL faziam oposição, mas não lançaram chapa, ou seja, as eleições para o DCE em 2008/2009 foi de chapa única. Nesse período as forças de oposição não conseguiram se organizar para lançar chapas, contudo, se posicionaram contra o grupo *Integração* utilizando principalmente de repertórios simbólicos. Segundo Carlos, presidente da gestão *Integração Sempre em Frente*, a oposição não lançou chapa, mas o PSOL e o PSC “fizeram um estrago grande nas eleições, que foi uma das eleições que menos teve participação porque os caras botaram um monte de caixão nos corredores dizendo que o

⁷² Ver mais <<http://blog-contexto-ufs.blogspot.com.br/2007/12/80-de-abstenes-nas-eleies-para-o-dce.html> acessado em 20/08/2015>, acesso em: 11 nov. 2015.

DCE estava morto e tal”. Carlos revela que suas gestões, tanto a primeira quanto a segunda que presidiu, assumiram uma política governista, e que sua política era de massa, pois a universidade estava em um momento de massa, e por isso suas ações eram voltadas a apoiar os projetos de expansão universitária.

Assim como na gestão anterior, o orçamento do DCE e o financiamento das ações dos dirigentes, como a realização de calouradas, eram pagos com os projetos desenvolvidos pelo DCE, mas além disso, eles tinham os patrocinadores, suas redes de relações que eram mobilizadas nesses momentos.

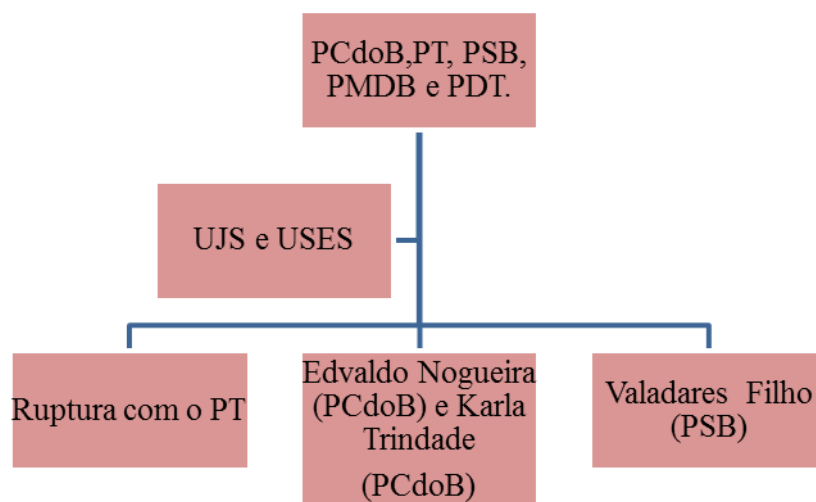
Abaixo um fragmento da entrevista com Carlos que ilustra isso:

[...] contribuiu de todas as maneiras, é porque no final, assim, as coisas são reforçadoras umas das outras, é como hoje. Hoje, se você for olhar pro DCE, o DCE hoje tem a cara de quem? Tem a cara do MST e do Jony... É, efetivamente, ou qualquer aluno mediano ali quando ele olha pro DCE ele vê isso, ele consegue enxergar, tanto é que se você pega as calouradas... Essa é a primeira vez na história da universidade que uma calourada foi tomada pelos movimentos de luta pela terra, então, no nosso caso, lá não poderia ser diferente. A gente, a maioria dos militantes eram do PCdoB, tinha na base o PSB, que tinha um monte de cargo na prefeitura e que era aliado e tinha um militante do PT que também era o vice-prefeito da nossa chapa e no final era assim: quando não era por uma via, era por outra. Quando Edvaldo resistia, ia buscar Silvio Santos ou ia por outro instrumento que não fosse o próprio Valadares Filho. Isso contribuiu muito pra nossa calourada; tinha uma estrutura que era uma estrutura pública, que a gente... Que no final era essa a parceria... Até hoje mesmo, as calouradas, o Governo do estado tal e que não tem nenhum problema nesse ponto de política, sempre fui... E politicamente o resultado nas eleições sempre aparecia.

A mobilização dos recursos, principalmente financeiros e materiais, através do acionamento das redes institucionalizadas que os dirigentes do DCE possuíam com a prefeitura e câmara de Aracaju, possibilitava a eles organizar eventos mais diversificados culturalmente, como os próprios dirigentes relataram, os estilos musicais eram diversificados para que todos os estudantes pudessem se interessar em participar. Isso também funcionava como uma estratégia política, pois quanto mais pessoas estivessem participando das calouradas, mais possibilidades eles teriam em recrutar militantes e conseguir votos nas próximas eleições; como também, as calouradas era o momento de agradecer aos “patrocinadores”, ou seja, dos dirigentes do DCE fazer campanha de forma velada para os políticos do PCdoB, PT e PSB, que os apoiava (SANTOS; SANTOS; OLIVEIRA, 2015).

A próxima gestão foi presidida também por Carlos; intitulada *Integração Agora só Falta Você* 2009/2010, tinha o mesmo modelo de organização, defendia as mesmas pautas e se utilizava dos mesmos repertórios organizacionais para mobilizar novos militantes e para defender suas reivindicações. Contudo, nessa gestão, as tendências de direita do PT rompem com ela.

O organograma abaixo apresenta a composição de forças da gestão nesse período:



Os grupos que faziam oposição e que lançaram chapa foram PCB, PSTU e PSOL, e PT. Algo ressaltado pelo próprio presidente da gestão com relação ao processo eleitoral foi o surgimento do ensino a distância e a ruptura do PT, como podemos observar no fragmento abaixo:

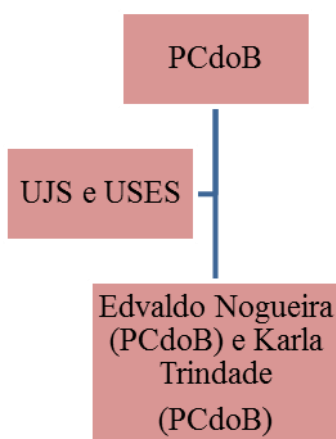
Eu acho que uma coisa que marcou no processo eleitoral da minha reeleição foi o aparecimento da EAD como seguimento votante, tanto é que isso gerou uma interpretação por parte do Partido dos Trabalhadores de que era possível disputar as eleições sozinho. Isso era uma coisa interessante porque sempre foi um terreno que ninguém tinha certeza de nada. A gente sabia, por exemplo, na nossa época lá que tinha 3 mil matrículas em todo o EAD, aí todo mundo ficava “ ah, 3 mil matrículas”, ou seja, se o cara fosse muito bem e sempre ao longo do ano tinha sempre estratégia de gente e tal, o PT tá fazendo eventos não sei aonde e no final quando se materializava em voto era muito pouco porque, por exemplo, as eleições num polo até aquele momento não era obrigatório lá, tinha um tutor, mas era opcional; ele ia, aí, você ia lá num polo com mil alunos matriculados, aí, chega lá e tinha só 50 naquela manhã (Carlos).

As alianças e rupturas são formadas diante de determinados contextos políticos, culturais, sociais e econômicos, envolvem, por exemplo, quem está na prefeitura de Aracaju,

quem é a força hegemônica na Câmara de Vereadores e no Governo do Estado; a “política do movimento estudantil” não está dissociada da política eletiva, como podemos observar nos capítulos anteriores e na análise das gestões feitas até o momento, há um entrelaçamento e um cruzamento dos interesses dos dirigentes do DCE com os interesses, não só dos partidos políticos que os apoiam e orientam, como também dos movimentos sociais e sindicatos. A disputa, portanto, é pela hegemonia dentro da universidade, o grupo político que consegue mobilizar mais CAs e DAs, que mobiliza movimentos de juventude, de gênero, diferentes redes que podem ser acionadas durante o processo eleitoral e durante a gestão.

Como veremos nas duas últimas gestões do grupo *Integração*, ele começa a perder força por alguns fatores como a política de massa em detrimento de uma política normativa, ou seja, a gestão, assim como todas as outras, não seguia todas as regras do estatuto; as regras do estatuto do DCE, em que devem ocorrer CEBs e Assembleias Gerais regularmente, não estavam correspondendo às expectativas dos estudantes; a denúncia de desvio de dinheiro dos projetos trilhas, línguas e libras foi um evento que marcou as duas gestões seguintes e que proporcionou o fortalecimento da Consulta Popular e de algumas tendências do PT, como também, o desengajamento e o desgaste de alguns militantes do grupo *Integração*; o fim dos mandatos de Edvaldo Nogueira e de Karla Trindade na Prefeitura e na Câmara de Vereadores de Aracaju, respectivamente, diminuiu a fonte de recursos financeiros e materiais do grupo *Integração* na universidade; por fim, o grupo *Integração* abandona o DCE e fecha as portas da entidade em 2013.

Desta feita, a gestão *Integração: Quem Vem Com Tudo Não Cansa* 2010/2011 já se configura de formada diferente das anteriores, com menos aliados, como ilustra o organograma abaixo:



Em contrapartida, sua oposição se fortalece com os grupos Consulta Popular; MST e PT; PSOL e suas várias correntes e o PSTU; outras correntes do PT; o PSB; DEM e PSDB, que não lançaram chapa, mas faziam oposição ao DCE. A gestão fez protesto na universidade a favor da climatização das salas de aula; ainda nesse período, como mostra o organograma acima, tinha o apoio de Edvaldo Nogueira e Karla Trindade – a contribuição desses políticos para a organização do movimento estudantil não era só material ou financeira, era também simbólica, uma vez que esses políticos tiveram uma longa trajetória no movimento estudantil secundarista e universitário, e seus projetos políticos para cidade de Aracaju eram voltados principalmente para juventude, como podemos observar através do fragmento abaixo extraído da entrevista com o ex-dirigente Lucas:

Edvaldo ajudou porque ele acreditava, porque ele foi do Movimento Estudantil e porque naquele momento ele ocupava um espaço que era a prefeitura de Aracaju e que ele achava interessante, e eu acho mais do que justo que a prefeitura também, de alguma forma, contribuísse na formação do jovem. Ele criou a coordenação municipal da juventude, ele fez a primeira praça da juventude do Brasil, que é no Augusto Franco; ajudava nas calouradas do DCE, ajudava nos debates, veio participar com a gente de algumas rodadas de congresso, mas ele não vinha enquanto Edvaldo do PCdoB, ele vinha enquanto Edvaldo prefeito. Acho que esse é o papel do prefeito, de discutir com os jovens, de ocupar os espaços, de dá sua opinião e também de escutar a opinião dos outros. Karla, acho que no mesmo sentido dela de vereadora, ela contribuiu. Quando você tem uma história que é traçada dentro do Movimento Estudantil é muito difícil de você dissociar e de você não ter paixão de participar, de discutir, mas eu acho que a participação cessou aí, entendeu? Nessa contribuição de abrir os canais de diálogo e os instrumentos, os instrumentos que eu falo, se a prefeitura pode abrir uma coordenação municipal de juventude pra que dentro da coordenação se concretize ações nos bairros periféricos que são os mais necessitados, que ofereça cursos de formação técnica, isso é nobre, né? É, a prefeitura, de fato, cumprindo seu papel social e o mandato de Karla... Eu acho que todos os vereadores deveriam ter um espaço pra que o jovem fosse lá e opinasse, dissesse o que esperava daquele vereador, então um projeto de lei e não um vereador na formação política, religiosa e social dele, acredito que é melhor pro jovem [...], construa um projeto de lei que ele acredite que é o melhor. Eu acho que por Edvaldo e Karla terem essa vida intimamente ligada ao Movimento Estudantil e aos movimentos sociais, talvez tivesse mais espaço pra que a gente ocupasse e fizesse essas parcerias, e que eu acho legítimo desde que seja no regramento.

Com base no relato acima, compreendemos que as ações institucionais feitas por Edvaldo Nogueira e Karla Trindade reforçavam a política que a gestão *Integração* fazia na universidade, bem como suas ações eram baseadas e orientadas pela forma de atuação desses políticos. Apesar das importantes alianças institucionais que a gestão estabelecia, não só com a política eletiva, mas também com a Reitoria, normalmente mantendo uma relação de

diálogo e nunca de confronto direto com o Reitor, alguns eventos promoveram sua perda de espaço, de poder e de representatividade do DCE.

Na última eleição, a chapa *Integração: Se muito vale o já feito, mais vale o que será!* ganha as eleições com uma diferença relativamente mínima em relação a uma das chapas que disputaram, como mostra a tabela abaixo:

Chapas	Total de votos
Integração	1975
O Novo Sempre Vem	1515
Chega de Migalhas	1338

Fonte: **blog da chapa “O Novo Sempre Vem”**⁷³

Os grupos que começavam a se fortalecer eram da chapa *O Novo Sempre Vem*, que estava ligado à Consulta Popular – que na UFS atua através do Levante Popular da Juventude –, nesse momento o grupo se articulava principalmente com o MST. A chapa *Chega de Migalhas* era formada majoritariamente por militantes do PSOL e PSTU, resgatava o discurso do PSOL de 2007 contra a precarização do ensino público e contra a forma que o projeto de expansão universitária foi implementado, além de outras causas que o grupo debatia.

O evento mais marcante foi o desvio do dinheiro do projeto Trilhas, Todas as Línguas e Libras. É importante ressaltar que questionamos tanto os dirigentes do DCE da gestão *Integração* com relação a esse evento do desvio como os dirigentes de outras gestões que faziam oposição, bem como foram analisadas matérias de jornais eletrônicos que noticiaram tal acontecimento. A partir das denúncias feitas por um grupo de estudantes ao Ministério Público Federal, foi comprovado que houve várias irregularidades, tanto por parte do DCE na forma de recolher o dinheiro, que era feito através de depósito em contas pessoais dos integrantes da gestão, como houve irresponsabilidade administrativa por parte da Reitoria,

⁷³ Ver em: < <http://onovodceufs.blogspot.com.br/2011/11/resultado-final-das-eleicoes-do-dceufs.html> acessado em 23/12/2015> acesso em 14 dez. 2015.

uma vez que gestores da Universidade apoiavam os projetos que eram realizados em parceria com Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Proest)⁷⁴.

A versão da oposição era de que os dirigentes do DCE tinham desviado cerca de 700 mil reais a partir dos projetos desenvolvidos, e que estava havendo enriquecimento de forma ilícita dos dirigentes. Todas as denúncias giraram em torno dessa foto abaixo, que segundo os denunciantes, e também os denunciados, foi feita por um bolsista que trabalhava no DCE.



Fonte: **Portal Infonet**⁷⁵

Como dito anteriormente, alguns jornais denunciaram⁷⁶ esse acontecimento, mas é importante ressaltar que muitos militantes que faziam oposição ao DCE trabalhavam nesses meios de comunicação, como por exemplo, o *Portal Infonet*. O que observamos também é que a política da “troca de favores” e das relações sobrepostas não ocorrem apenas entre políticos partidários e militantes do movimento estudantil, mas envolvem também as relações entre os meios de comunicação locais; os militantes que trabalham, principalmente, como estagiários nesses meios de comunicação ou conhecem jornalistas; e os donos dessas empresas de comunicação, que mantêm relações de amizade ou políticas com os partidos políticos que orientam determinados movimentos estudantis. Percebemos também que há uma influência

⁷⁴ Até o momento em que a pesquisa estava sendo realizada, o Ministério Público Federal não havia arquivado o processo – quando estávamos fazendo a entrevista com Carlos, ele relatou que estava em Aracaju por conta de uma intimação do MPF para prestar esclarecimentos sobre esse acontecimento. Diferentemente do desvio do dinheiro do DCE durante a gestão de 2004, não houve nenhuma comprovação de desvio. Apenas os projetos suspeitos foram cancelados, e em qualquer forma de arrecadação de dinheiro na UFS deve ser gerada uma GRU cujo pagamento é feito via depósito na conta da União.

⁷⁵ Ver <<http://www.infonet.com.br/educacao/ler.asp?id=137355>>, acesso em: 25 nov. 2015.

⁷⁶ Ver <<http://www.infonet.com.br/educacao/ler.asp?id=137355>>, acesso em: 10 dez. 2015; <<http://itnet.com.br/estudantes-acionam-mpf-contra-irregularidades-do-dce-ufs,19528.html>>, acesso em: 10 dez. 2015; <<http://www.jornaldacidade.net/noticia-leitura/235/39719/pf-apura-denuncia-no-dce-da-ufs.html#.VpLQerYrK0I>>, acesso em: 10 dez. 2015.

entre os partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais na produção das matérias que noticiam acontecimentos do movimento estudantil universitário.

Abaixo, alguns fragmentos de entrevistas concedidas pelo militante Celso Aquino, do Levante Popular da Juventude e da Consulta Popular, atualmente presidente do DCE; e de Talita Moraes, estudante de jornalismo, e militante do *Barricadas Abrem Caminhos* (esse movimento não existe mais, contudo, muitos dos seus integrantes agora compõem o Rua: Juventude Anticapitalista, vinculado ao PSOL):

Os estudantes Vitor, do Grupo Levante Popular da Juventude, e Clara, do Barricadas Abrem Caminhos, que também assinam a representação, falaram das irregularidades em entrevista concedida ao Portal Infonet, depois que protocolaram a representação no MPF. “Temos certeza que há irregularidade”, diz Celso Aquino. “No ano passado, houve um dossiê com pouca fundamentação, mas agora nós aprofundamos as buscas e encontramos os indícios”, considerou o estudante. Para Clara, as irregularidades são graves. “Inclusive, há indícios que há enriquecimento ilícito dos membros da executiva do DCE, mas só o Ministério Público pode dizer, depois das apurações. Só a quebra de sigilo bancário, eletrônico e telefônico pode mostrar a realidade dos fatos”, analisa Talita⁷⁷.

Havia um forte movimento de oposição, que além dessas denúncias, acusava a forma de ação das gestões *Integração* ser assistencialista. O fato é que a partir dessa série de denúncias, mesmo que não tenham sido todas comprovadas, a UJS/PCdoB foi perdendo força ao passo que o grupo de oposição que tinha lançado chapa com o nome *O Novo Sempre Vem* foi ganhando força, principalmente no Campus de São Cristóvão. Esse momento culmina, também é importante frisar, com o fim do mandato eletivo de Edvaldo Nogueira (PCdoB) e Karla Trindade (PCdoB).

Em entrevistas os dirigentes das gestões *Integração* explicaram o acontecimento como algo que foi arquitetado politicamente pelos grupos de oposição, que isso foi uma estratégia da oposição para deslegitimar o grupo antes das eleições, como relatou o ex-tesoureiro da gestão em uma entrevista ao *Portal Infonet*:

O ex-tesoureiro Luidhy Azevedo Campos, que também é citado na representação, conta a mesma versão do atual presidente do DCE. “Ainda não recebi a notificação, mas todas as contas foram prestadas ao Conselho Fiscal, como manda o estatuto do DCE”, diz. “Todo ano, a oposição inventa essas coisas, de maneira rasteira, para tentar desmoralizar nosso grupo”, considera. A exemplo do atual presidente, o ex-tesoureiro afirma que o depósito de dinheiro corresponde à taxa de inscrição em contas pessoais dos

⁷⁷ Ver mais em <<http://www.infonet.com.br/educacao/ler.asp?id=137355>>, acesso em: 25 dez. 2015.

dirigentes do DCE foi a alternativa encontrada pelo grupo para não encerrar o projeto, devido ao bloqueio das contas da entidade⁷⁸.

Na entrevista, em 2015, com Felipe, ele define as acusações como “um ato político de desmoralização para com a nossa gestão. Uma tentativa de difamar a nossa imagem com calúnias”. Carlos fala o seguinte sobre o acontecimento:

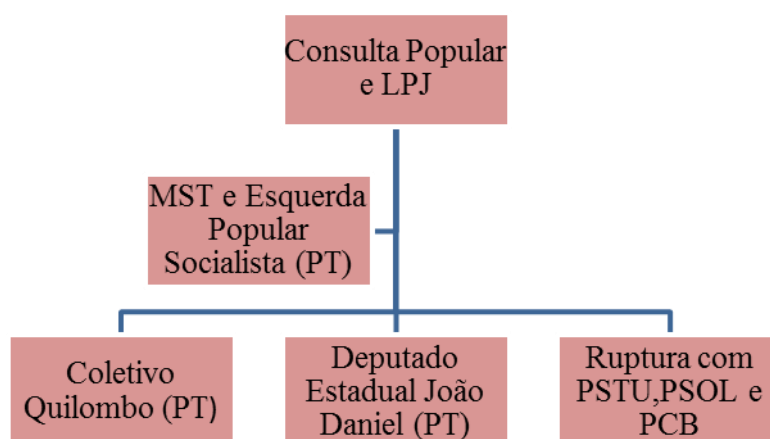
[...] pra oposição ali, aquela fotografia, ela dá margem pra sei lá meias interpretações, o que eu sei é que efetivamente houve um erro que foi a nossa infantilidade do ponto de vista de processo político, de ter confiado demais em algumas pessoas e tal. Tipo, quem fez a foto? Foi um bolsista do DCE. E o Lucas, ele tinha uma dificuldade muito grande de lidar com as opiniões divergentes, ele não conseguia lidar com isso e isso eu já falei pra ele, ele sabe dessa minha opinião. E isso resultou que ali, como tudo é um jogo, na universidade tudo é um jogo, tudo, tudo, é muito jogo de interesse, porque têm os grupos que querem a Reitoria e têm outros que estão na Reitoria; e uns que querem a Reitoria, querem porque querem implantar uma ideia de universidade, vamos dizer assim.

Segundo alguns dirigentes, o bolsista que tirou as fotos, tempo depois, começou a trabalhar na Reitoria, por meio de cargo comissionado. Um ex-dirigente do grupo *Integração* fez um depoimento no qual não permitiu que fosse gravado e nem que fizéssemos anotações no momento, bem como conferiu se o celular que estava gravando a entrevista estava desligado no momento do depoimento. Segundo o ex-dirigente, todo esse acontecimento foi arquitetado pelo grupo de oposição vinculado ao político João Daniel (PT). Tal político teria pago 10 mil reais por uma matéria em um jornal de circulação local, no qual a matéria deveria denunciar as irregularidades da gestão, o suposto desvio de dinheiro e a foto dos dirigentes segurando o dinheiro arrecadado por meio dos projetos (imagem 1). Perguntamos ao dirigente como ele sabia dessas informações e dos detalhes, ele respondeu que a jornalista que assinou a matéria era casada com integrante do PCdoB e que ela só tinha assinado a matéria, uma vez que a mesma já estava pronta, pois havia sido comprada.

Essa outra versão do acontecimento nos faz questionar, entre outras coisas, a autonomia dos movimentos estudantis orgânicos, partindo da definição de Mesquita (2003), em que está vinculado a algum partido político faz parte do seu modelo de organização. E refirma nossas conclusões de que para compreender os modelos de organização dos movimentos estudantis da UFS é preciso compreender os interesses e as relações estabelecidas entre partidos políticos, lideranças estudantis, Reitoria e meios de comunicação.

⁷⁸ Ver mais em <<http://www.infonet.com.br/educacao/ler.asp?id=137355>>, acesso em: 25 dez. 2015.

O grupo da chapa o Novo Sempre Vem, que segundo uma integrante era “puro sangue”, ou seja, era formada apenas por um grupo LPJ/Consulta Popular, disputa a eleição seguinte com o nome *É Preciso Acordar* 2013/2014; e imprime um modelo de organização diferente da dos grupos anteriores, partindo de uma atuação em que entende o “movimento estudantil como movimento social”; estabelecendo alianças com diversos movimentos sociais populares, algumas correntes do PT e com movimentos sociais de juventude e de gênero. O posicionamento político-ideológico e as pautas são bem demarcados nos seus símbolos, discursos, protestos, entre outros elementos que permitem compreender como os múltiplos engajamentos, o “acesso à política estudantil” e a relação entre atores institucionais e contestadores estruturam os modelos de organização dos movimentos estudantis da UFS. O organograma abaixo exemplifica a composição de força da gestão *É Preciso Acordar: por um DCE ativo e popular* 2013/2014:



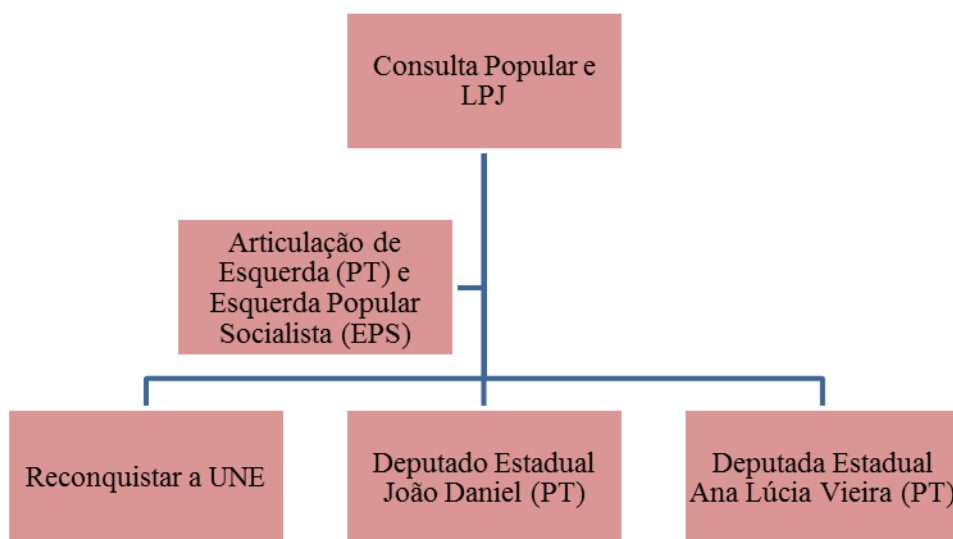
Os grupos de oposição que lançaram chapa foram UJC/PCB; ANEL/PSTU; e a aliança entre PT, PCdoB, PSB e PMDB, que formaram uma única chapa. O PSOL também era oposição, mas não lançaram chapa. A gestão contava com o apoio de estudantes dos diferentes cursos e de todos os campi da UFS, suas principais propostas eram voltadas para os residentes, com propostas de auxílios estudantis, tinha um plano de ação também para melhorias no RESUN e de reacender as atividades culturais na UFS; ela implementou, por exemplo, a Cultura de Quinta⁷⁹, que é um espaço onde os estudantes e militantes do movimento estudantil se encontram para recitar poesia, tocar violão, dançar, entre outras ações culturais; também defendia a proposta de 10% do PIB para Educação. A gestão lançava

⁷⁹ O DCE descrevia a Cultura de Quinta em sua primeira edição desta forma: “O DCE apresenta mais uma iniciativa em construção para ocupar os espaços da universidade, para proporcionar um maior contato entre a comunidade acadêmica. Um evento que acontecerá periodicamente, aberto para participações do cenário cultural e musical da UFS.” Esse evento já está em sua 9ª edição.

mão de repertórios que utilizavam, principalmente, elementos subjetivos, como música, pinturas, mas também foram feitos protestos fora da Universidade contra a precariedade e aumento de tarifa no transporte público, utilizando tanto esses repertórios como também passeatas e atos públicos.

Apesar do plano de ação que os estudantes anunciaram durante o processo eleitoral, no decorrer do ano eles se concentram em algumas; no caso da gestão de 2014, ela se concentrou principalmente nas ações para assistência estudantil e para os eventos culturais, que foram intensificados na gestão de 2015. Como relataram alguns membros da gestão de 2014/2015, muitas outras pautas aparecem no decorrer da gestão, e como eles partem de uma concepção de que o movimento estudantil também é um movimento social, pautas como a reforma política, a partir de uma Constituinte, a maioria penal, reforma agrária, são temas que em determinados momentos são mais importantes que a discussão sobre assistência estudantil ou greve dos professores.

A gestão *É Preciso Avançar: com um DCE ativo e popular* 2014/2015 tem a mesma composição de força da anterior, só que as alianças foram ampliadas. Abaixo, o organograma apresenta as novas alianças:



O grupo de oposição que lançou chapa, Liberte-se UFS, é apoiado pelo PSDB, DEM e Partido Novo, e pelos Estudantes pela Liberdade de Sergipe⁸⁰. Mas o Rua: Juventude

⁸⁰ É importante frisar que os militantes do movimento Liberte-SE UFS não declaram que tiveram apoio dos partidos políticos citados, porém, um dos dirigentes do movimento era filiado ao DEM, alguns deles foram voluntários nas campanhas eleitorais de Aécio Neves (PSDB). Alguns dirigentes do movimento relataram que

Anticapitalista/PSOL, ANEL/PSTU e a UJC/PCB fazem oposição também à gestão. Uma das principais críticas feitas pelos grupos de oposição nas redes sociais (*facebook*) foi que o DCE denunciou em sua página os deputados envolvidos em desvio de verba das subvenções em Sergipe, mas não mencionou o deputado João Daniel (PT) por ser um dos políticos que apoiaram a chapa, e continuou apoiando a gestão.

A omissão de determinadas informações ou omitir-se diante de algumas pautas consideradas importantes pelos estudantes também revelam as redes de articulações dos movimentos estudantis, na medida em que observamos que as causas defendidas e colocadas em pauta pela atual gestão do DCE condizem com o mesmo projeto político do deputado estadual João Daniel (PT). O processo eleitoral não teve uma oposição de esquerda disputando e nem os grupos como PSOL e PSTU quiseram fazer aliança com o grupo *É Preciso Avançar*, havendo, portanto apenas o grupo Liberte-se UFS, que tem o posicionamento político-ideológico liberal, conservador, mais à direita.

Tanto a partir da observação do processo eleitoral como também a partir das entrevistas com os dirigentes do grupo Liberte-se UFS, bem como da participação em eventos promovidos pelo grupo dentro e fora da UFS, interpretamos que a disputa entre esses grupos também era uma disputa política, que poderia ser visualizada na divisão entre eleitores de Aécio Neves (PSDB) e eleitores de Dilma Rousseff (PT) nas eleições de 2014. A composição de força da gestão de 2014/2015 fez campanha para reeleição da presidenta Dilma Rousseff, contra o *impeachment* da atual presidenta da República, e a favor do afastamento de Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados. Por outro lado, o grupo Liberte-se Geral faz campanha a favor do *impeachment* da presidenta da República, mas não se manifesta contra o presidente da Câmara dos Deputados.

Segundo Vitória, presidente do DCE em 2014 e secretária de finanças da gestão de 2015, para pautas muito polêmicas são feitas assembleias estudantis para que o DCE decida o posicionamento que irá tomar, como, por exemplo, greve de professores. Segundo ela, o LPJ dirige o DCE, mas nem todos os posicionamentos do LPJ podem ser apoiados pelo DCE, uma vez que o DCE tem como princípio a representação de todos os estudantes. Isso ocorreu, por exemplo, na formação da Frente Universitária de Dilma, formada pelos grupos que dirigem o DCE atualmente. Segundo a dirigente, o DCE não participava da Frente enquanto entidade, os

frequentavam reuniões do Partido Novo. Além disso, obtivemos uma pesquisa do perfil dos militantes do movimento em que consta a filiação dos pais de um dirigente ao Partido Novo.

militantes e dirigentes não participavam das ações a favor da presidenta com os símbolos do DCE, vestindo a camisa entidade. Segundo Mônica, presidente do DCE em 2014 e secretária de finanças na gestão de 2015, se fosse para o DCE apoiar a reeleição de Dilma Rousseff ou a eleição de Aécio,

[...] teria que fazer uma assembleia pra que os estudantes definissem se a gente ia apoiar Dilma ou Aécio, como a gente não estava disposto, como a possibilidade não existe de apoiar Aécio e ponto, então o DCE fica lá na dele, enquanto entidade, o que não significa que o Levante, o movimento não possa tomar posição acerca do candidato. O Levante tomou, defendeu Dilma, defendeu João Daniel, defendeu Ana Lúcia, então aí a gente fez isso fora do DCE, não usa sua estrutura, não usa seus símbolos, ou seja, a gente não ia de camisa do DCE pra nenhuma atividade, então, a gente separa o que é papel da entidade e o que é o papel do movimento, porque está dentro dos limites representativos, a gente tem uma tarefa de representar o todo, embora a gente saiba que não representa o todo, mas tem que ter cuidado também.

Apesar de não utilizar os símbolos do DCE para se manifestar a favor da reeleição de Dilma Rousseff como presidenta da República, os dirigentes e militantes mobilizaram suas redes e também a legitimidade que conquistaram dentro da Universidade para apoiar a campanha e divulgá-la principalmente no *facebook* através das suas contas pessoais. O DCE se torna um instrumento de mobilização e de formação política, bem como de uma base eleitoral para os políticos que apoiam as gestões que são majoritariamente formadas pelas juventudes de partidos políticos, em alguns casos.

Com relação aos modelos de organização, algo importante que constatamos é que, em determinados momentos, essa sobreposição, os múltiplos engajamentos dos militantes e dirigentes do DCE, fazem com que a forma de organização do movimento estudantil se confunda com a do partido político e do movimento social que orientam a gestão. Essa confusão se dá pelo fato de que a autonomia e as fronteiras que separam os compromissos partidários, associativos e do movimento estudantil são tênues, além disso, os espaços de socialização e formação política, em alguns momentos, são os mesmos. O relato de Leandro, secretário geral do DCE em 2015, descreve que “no início a gente não sabia o que era tarefa do LPJ e do DCE, por que era tudo a mesma coisa, eram as mesmas pessoas, mas hoje isso não ocorre mais”. O que nós percebemos é que os modelos de organização e as reivindicações ainda se confundem, ou melhor, são os mesmos, pois a gestão do DCE 2014/2015 defende um movimento estudantil popular, negro e LGBTT, que é o mesmo projeto político defendido pelo LPJ, só que reinterpretado para o movimento estudantil.

Se antes o movimento estudantil universitário da UFS era formado e orientado majoritariamente por composições de força em que partidos de esquerda e/ou de centro esquerda tinham como oposição outros grupos de esquerda, atualmente apenas os grupos que apoiam a gestão *É Preciso Avançar* se mantêm hegemônicos, tendo quase 60 militantes, o que significa ter recurso humano para fazer trabalho de base, por exemplo, para ocupar CAs e DAs. Contudo, se partidos como PCdoB, PCB, PSTU e PSOL estão com menos poder de mobilização dentro da Universidade, os partidos políticos de direita começam a organizar sua juventude na UFS e disputar os espaços de representação, algo que antes na história do movimento estudantil na UFS não tinha ainda acontecido. Alguns fatores influenciaram isso: manifestações de junho de 2013; as eleições presidenciais de 2014; e os protestos contra o PT e a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff entre 2014 e 2015.

Ter “acesso à política estudantil”, portanto, envolve as experiências pessoais dos militantes como, por exemplo, seu itinerário militante, os múltiplos engajamentos e a capacidade de mobilização do militante. Como foi possível perceber, é de suma importância para os partidos políticos conseguirem construir uma base dentro da Universidade em que expresse sua política e em que faça campanha para determinados políticos durante eleições, sejam elas municipais ou estaduais, dentro e fora da UFS. Desse modo, ter acesso aos cargos dirigentes do DCE significa expressar a política dos grupos apoiadores (partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos) e torná-la hegemônica no movimento estudantil geral e relativamente no movimento estudantil de base da UFS; controlar a participação política dos estudantes e dos CAs e DAs nos processos decisórios, através da não realização de CEBs e assembleias estudantis; ter poder de inclusão e exclusão de temas e causas que serão debatidos e reivindicados dentro da Universidade; ter a possibilidade de “acessar a política eletiva” ou cargos de dirigentes em partidos políticos, de assessorar políticos ou de ocupar cargos comissionados em órgãos públicos; por fim, “acessar a política estudantil” pode significar ter acesso aos conflitos, aos bastidores e à política excludente que envolve o movimento estudantil universitário, e isso para alguns se torna um evento que proporciona o desengajamento militante.

No próximo capítulo trataremos uma análise sobre a história de vida dos(as) ex-presidentes(as) do DCE, analisando principalmente o itinerário militante, os múltiplos engajamentos e a origem social como elementos que compreendemos serem importantes e influentes na organização dos movimentos estudantis da UFS entre 2000 e 2015. Para tanto,

iremos analisar a partir da noção de engajamento individual, neste sentido, adotamos a concepção que investiga o engajamento individual de forma processual e relacional, entendendo que é preciso levar em consideração as relações interpessoais, as experiências de vida, entre outros.

CAPÍTULO 4 - CARREIRAS MILITANTES: O MILITANTISMO UNIVERSITÁRIO COMO UM PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, DE SOCIALIZAÇÃO E DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Este capítulo tem como objetivo analisar as carreiras militantes dos(as) ex-presidentes(as) do DCE, focando o olhar nas experiências de militância, nos espaços de socialização e na origem social como elementos que fazem parte das diferentes lógicas de engajamento individual (BOURDIEU, 2011b; 2012; OLIVEIRA, 2005; REIS, 2003). Além disso, este capítulo trata de investigar como as experiências pessoais, a origem e as condições sociais, bem como as relações interpessoais dos atores estão relacionadas com os modelos de organização, as causas defendidas e as alianças estabelecidas durante o período que os militantes analisados ocuparam o cargo de dirigentes do DCE. Isto porque, partindo da análise de Passy (1998, p.63 apud OLIVEIRA, 2005) sobre processos de socialização, compreendemos que:

O processo de socialização não termina uma vez que o indivíduo saiu da infância, mas ele prossegue ao longo de toda sua vida adulta e no curso de suas interações com seus pares no âmbito de redes ditas de socialização. Estando integrados em redes, os indivíduos se encontram numa estrutura de interações que lhe permite definir e redefinir seu quadro de interpretações do mundo.

Como veremos no decorrer do capítulo, parte dos dirigentes iniciaram a militância estudantil ainda no ensino básico, tiveram experiências e construíram amizades que marcaram toda a sua história de militância. Neste sentido, o espaço universitário se torna mais um espaço de construção de estruturas de interações nos processos de socialização de alguns indivíduos, em que os jovens estudantes dispõem de diversas possibilidades de interação e socialização, sendo uma delas o movimento estudantil universitário, no qual poderemos perceber a partir das carreiras militantes que tal movimento proporciona uma socialização não apenas política dos jovens, mas também uma socialização em que integra o jovem a um grupo social, em que possibilita a eles a construção de laços de amizade e afetivos que extrapolam o espaço universitário.

Os espaços de socialização e a construção de redes sociais antes do engajamento no movimento estudantil universitário é algo importante para o engajamento e a continuidade na militância, segundo Oliveira (2005, p.69):

A vinculação anterior a redes sociais tem um papel destacado para a adesão e a continuidade do engajamento em distintos tipos de militantismo, na medida em que ela influencia tanto no recrutamento dos novos militantes quanto na conformação de suas concepções de mundo, na medida em que se constitui num espaço prévio de socialização, de formação das organizações e dos princípios ideológicos que elas defendem.

Observamos que além de algumas relações de amizades prévias ao movimento estudantil universitário terem sido fundamentais para a adesão e continuidade de alguns dirigentes do DCE no militantismo, a continuidade no militantismo em outros casos só ocorre quando a socialização na militância consegue penetrar de forma densa em outras esferas de vida, ou seja, quando os militantes passam a investir nas suas redes de relações políticas, quando dedicam maior parte do seu tempo à militância e não a outras atividades como ir às aulas, participar de encontros familiares, trabalhar em funções que impossibilitem a militância.

Portanto, como enuncia Oliveira (2005, pp.66-67):

O comportamento dos atores tem uma “racionalidade” própria que não se restringe a uma resposta às “tensões estruturais” ou a “privações relativas”, uma vez que a participação resulta de um processo de decisão individual pelo qual os atores percebem e ponderam os “custos” e “benefícios” de seu engajamento.

A participação e continuidade no militantismo resultam, como Oliveira destaca, de um processo individual, no qual os atores avaliam os “custos” e “benefícios” de seu engajamento. Notamos que esse processo de decisão dos atores envolve uma avaliação de vários aspectos de diferentes esferas da vida como, por exemplo, profissional, acadêmico, familiar, afetivo e moral. Como veremos, alguns dirigentes, após saírem do cargo de presidente do DCE, se desengajaram do militantismo; isso tem haver com as ponderações que cada um deles fizeram sobre sua participação. Segundo Oliveira (2005), a ponderação pode ocorrer de duas formas: por um lado, através da “instrumentalidade de um bem coletivo” (sensibilização geral, publicização da causa, participação dos outros); por outro lado, pela integração nas redes sociais, sejam elas informais (conhecimentos e amizades) ou formais (reuniões, ida à sede das organizações, participação em eventos do movimento ou de organizações).

Autores como Fillieule (2001), Oliveira (2005; 2010), Comerford (1999) e Rocha (2007) pensam o engajamento individual como um processo em que os atores sociais estão inseridos em múltiplos mundos e submundos sociais que podem ocasionalmente entrar em

conflito. Analisar os diferentes espaços de socialização dos dirigentes do DCE para compreender como ocorre o processo de reconvenção de recursos escolares, profissionais, políticos, familiar, para o recurso militante é interessante e permite compreender e reconstruir o processo de engajamento desses dirigentes, seja na causa estudantil especificamente ou em outras causas.

A análise de carreira Becker (2008) permite compreender de forma processual e sequencial o engajamento individual, interligando, por exemplo, os aspectos vinculados às condições sociais de origem dos militantes com a inserção desses em vários espaços sociais diferentes, e perceber como esses espaços se conectam e permitem explicar o engajamento em determinadas causas. Entender os espaços de socialização e as formas de organização do movimento estudantil universitário é de suma importância, pois apenas o nível escolar e profissional dos dirigentes não permite explicar e justificar sua adesão e sua permanência no movimento estudantil, por isso, analisamos de forma relacionada essas diferentes esferas (escolar, familiar, profissional, política) (OLIVEIRA, 2010).

A noção de carreira assumiu um papel fundamental no desenvolvimento da pesquisa, uma vez que permitiu operacionalizar de forma processual e relacional aspectos das biografias individuais e as condições socioeconômicas, políticas e culturais; possibilitando analisar a inserção e as apropriações das “oportunidades” e dos recursos disponíveis, bem como verificar a importância dos processos de socialização em espaços associativos e políticos (REIS, 2009). Além disso, essa noção intensificou a análise sobre a persistência, as descontinuidades, as readaptações, as “escolhas”, os “sacrifícios”, as representações e as redes interpessoais constituídas ao longo do tempo, que se relacionam não apenas às condições históricas, mas também às demais carreiras, itinerários interdependentes da vida dos dirigentes do DCE (REIS, 2009; GRIL; REIS, 2015; OLIVEIRA, 2005;2010).

Como Oliveira (2010, p.50) expõe:

A análise de “carreiras” possibilita introduzir a perspectiva processual e sequencial nas análises do engajamento individual e investigar de forma interligada os aspectos vinculados às condições sociais de origem dos militantes, bem como os que decorrem da multiplicidade de inserções que convergem para o seu engajamento, nos colocando numa posição intermediária entre as abordagens centradas exclusivamente na posição de classe e as que fazem das redes sociais o determinante da ação coletiva.

Observando as condições sociais de origem e os eventos e experiências militantes e políticas antes da entrada no movimento estudantil universitário, percebemos como em

determinadas carreiras dos ex-presidentes do DCE predominaram a militância política partidária: a influência de parentes ou amigos na participação de eventos partidários, o primeiro engajamento em partidos políticos e a ocupação de cargos dentro dos partidos em órgãos públicos, a relação de apoio ou de não intervenção dos pais, bem como a profissionalização na atuação militante e partidária indicam um perfil de carreira que classificamos no movimento estudantil universitário. Outro tipo observado se constituiu principalmente a partir de aspectos identificados no itinerário militante, verificamos que vários eventos e experiências que envolveram a família marcaram profundamente a carreira militante de alguns dirigentes e isso também implicou nos tipos de engajamentos e espaços em que eles iriam se inserir, nesse tipo observamos uma forte convergência em movimentos sociais de massa, no movimento secundarista, em sindicatos, em partidos políticos, em movimentos de juventudes e coletivos estudantis que convergiram para a entrada no movimento estudantil universitário e, de forma mais específica, para a disputa do DCE/UFS.

Por fim, outro tipo de carreira combina um olhar específico para o itinerário político, o itinerário militante, a origem social e o itinerário acadêmico, pois, como mostraremos de forma mais detalhada adiante, vários aspectos como rupturas políticas, eventos constrangedores, escolhas baseadas em uma análise individual de custos e benefícios da militância, como ainda, as motivações de entrada no movimento estudantil universitário estão vinculados a um tipo de carreira que termina no próprio movimento, ou seja, o desengajamento ocorre após a saída do cargo de dirigente da entidade estudantil.

Como vimos nos capítulos anteriores, vários fatores contribuem para construção de um modelo de organização: articulação política com movimentos sociais, com partidos políticos e coletivos; contexto político nacional e local; as redes sociais e a formação política dos militantes; os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis, entre outros fatores. Neste sentido, compreendemos que as redes sociais e os espaços de socialização prévios dos dirigentes do DCE que presidiram as 13 gestões analisadas também influenciaram na forma que eles atuaram e nos repertórios de ação escolhidos, nas causas defendidas, na articulação com grupos políticos externos à UFS, na continuidade ou não na militância e no movimento estudantil. Desta feita, Mische (1997) entende que a identidade de um grupo é construída de forma processual e relacional. Portanto, analisar os espaços de socialização e as experiências pessoais, bem como as relações interpessoais dos dirigentes do DCE constitui um fator

importante para compreensão da construção das identidades dos movimentos estudantis da UFS, de modo mais específico, das gestões analisadas no capítulo anterior.

A identidade como reconhecimento, segundo Mische (1997), “são as qualidades agregadas de categorias sociais, como classe, gênero, raça, ou nacionalidade”. Tais categorias são significativas no processo de identificação e de engajamento dos estudantes em determinados movimentos estudantis. Alguns autores como Mische (1997; 2008), Combes (2009), Goldstone (2004), Goirand (2009) analisam como os atores sociais se engajam em diferentes espaços políticos (institucionais ou não institucionais) durante sua história de vida, e como a inserção nesses espaços constrói diferentes tipos de vínculos e relações, que podem ser mobilizados em determinadas situações, por exemplo, na construção e organização de eventos de protestos. A análise de redes sociais, enfatiza, portanto, a análise das experiências de vida e das redes interpessoais dos atores, a fim de apreender as sobreposições ou multiposicionalidades assumidas por eles na política contenciosa e na política institucional (SILVA, 2006).

4.1 Os primeiros espaços de participação política e a militância

Os espaços de socialização política podem ser bastante variados, para alguns, os cursos de formação política ou comícios de políticos durante o período eleitoral podem significar o evento que marca o início da participação política e o despertar para a militância. Para outros, as redes informais como, por exemplo, as amizades e o conhecimento, como ressalta Oliveira (2005), podem constituir e demarcar a entrada na militância e sua manutenção. A socialização prévia e a construção de redes pré-existentes ao movimento estudantil universitário, em alguns casos, observamos que foi fundamental para que os dirigentes “acessassem a política estudantil”, no entanto, observamos que a ausência dessas redes, bem como a falta de socialização em espaços de formação política, encontros, congressos, em algumas trajetórias, influenciou na não continuidade da militância. Isto porque a participação constante nesses espaços possibilita a construção de redes sociais densas e inserem os estudantes em um ambiente em que a maioria dos participantes compartilha dos mesmos desejos, tem visões de mundo semelhantes e reivindicam as mesmas causas, isso produz, entre outras coisas, um fortalecimento das redes sociais e do sentimento de pertencimento ao grupo.

Levando em consideração as críticas que Oliveira (2005) faz às abordagens que veem o engajamento individual apenas a partir de uma visão racionalista do indivíduo, em que o mesmo se engaja esperando receber alguma contribuição ou conquistar algum cargo de dirigente, por exemplo, notou-se que os primeiros espaços de socialização política dos dirigentes e as redes sociais, tanto informais como formais, são fundamentais para compreender que o engajamento dos estudantes no movimento estudantil universitário e posteriormente no cargo de presidente(a) do DCE não ocorre a partir de um processo linear e racionalizado, mas, sim, a partir de um processo que se relaciona com vários eventos de ordem tanto pessoal como acadêmica, familiar, política e profissional. Além disso, esse processo se relaciona com as redes de amizades e os espaços de socialização dentro da universidade, construídos, em muitos os casos, em outros espaços de militância e participação política que não o movimento estudantil de base e geral.

O Quadro 3 ilustra o perfil acadêmico de cada dirigente, já o segundo quadro mostra o engajamento militante dos dirigentes em espaços políticos:

Quadro 3 - Perfil acadêmico

Nome	Ano de início	Conclusão do curso	Curso	Segunda formação ou pós-graduação
Mônica	2008	Cursando	Serviço Social (Atual)	Agronomia e Biologia (Incompleto)
Bianca	2003	2007	Geografia	Mestre e doutoranda em Geografia
Verônica	1999	2003	Direito	Não
Marta	1999	2003	Serviço Social	Direito
Luciana	2011	Cursando	Farmácia	Química Industrial (Incompleto)
Carlos	2008	2014	Filosofia	Não
Lucas	2007	2014	Ciências Econômicas	Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Felipe	2008	Concludente	Geografia	Não
Cristiano	2007	Cursando	Letras Português-Francês	Não
Pedro	1997	2001	Direito	Não
Paulo	2001	2009	Administração	Não
Miguel	1999	2002 (incompleto)	Serviço Social	Não

Quadro 4 - Perfil militante

Nome	Mov. est. secundarista	Mov. est. universitário	CAs, DAs ou Executivas de curso	Mov. sociais ou sindicatos	Partido político	Continuidade de na militância
Mônica	Sim	2008	Sim	Sim	Consulta Popular	Sim
Bianca	Sim	2003	Sim	Sim	Não	Não
Verônica	Não	2000	Não	Sim	Não	Não
Marta	Sim	1999	Sim	Sim	Não	Sim
Luciana	Não	2012	Sim	Sim	Não	Sim
Carlos	Sim	2008	Sim	Sim	PCdoB	Sim
Lucas	Não	2007	Sim	Não	Não	Não
Bruener	Não	2011	Não	Não	Não	Não
Cristiano	Sim	2007	Sim	Não	PCdoB	Sim
Pedro	Sim	1995	Sim	Não	PSB	Sim
Paulo	Não	2001	Sim	Não	PCdoB	Não
Miguel	Não	1999	Sim	Sim	PT	Sim

Nem todos os dirigentes tiveram uma militância no movimento estudantil secundarista e isso teve, sem dúvida, um impacto na atuação e acesso a um cargo de dirigente do DCE. Mas, mais do que isso, a participação ou não participação em tal movimento revelou que aqueles que tiveram uma participação no movimento estudantil secundarista tinham uma rede de contatos mais extensa e foram mobilizadas e mantidas no movimento estudantil universitário. Enquanto aqueles que não tiveram participação no secundarista e que quiseram investir na militância, buscaram investir em outros tipos de redes sociais, como as redes de contato partidário, associativa e a ativista; já aqueles dirigentes que não quiseram investir na militância como profissão e como projeto de vida, não buscaram construir redes de contatos quando participaram como militantes e como dirigentes do DCE, muito menos, fazer a manutenção dessas redes após o fim da participação no movimento estudantil.

4.2 Origem social e esferas de socialização

Quadro 5 - Perfil social

Nome	UF	Cor	Religião	Estado Civil	Estudou em Escola	Profissão	Idade	Classe de origem
Mônica	SE	Negra	Candomblé	Solteira	Pública	Militante	26	Popular

						profissional		
Bianca	SE	Negra	Católica	Casada	Pública	Servidora pública/professora	35	Popular
Verônica	SE	Parda	Sincrética	Casada	Pública	Servidora pública/advogada	34	Popular
Marta	PE	Negra	Católica	Casada	Pública	Servidora pública/assistente social	44	Popular
Luciana	SE	Negra	Cristã	Solteira	Pública	Militante profissional	23	Popular
Carlos	Al	Pardo	Espírita	Casado	Pública	Dirigente e educador técnico	29	Popular
Lucas	BA	Pardo	Cristão	Solteiro	Pública	Técnico em Informática/cargo comissionado	29	Popular
Felipe	SE	Branco	Cristão	Solteiro	Particular	Servidor público/policial militar	30	Média
Cristiano	SE	Negro	Católico	Solteiro	Pública	Secretário/Cargo Comissionado	32	Popular
Pedro	CE	Branco	Espiritualista	Casado	Pública	Servidor público/advogado	38	*
Paulo	SE	Negro	Ateu	Casado	Particular	Pregoeiro/cargo comissionado	36	Média
Miguel	SE	Mistura do	Ateu	Casado	Particular	Dirigente (PT)	35	Média

Dos 12 dirigentes entrevistados, quatro são naturais de outros estados, dois deles concluíram o ensino básico em Sergipe e todos iniciaram o curso superior na UFS. Seis dos entrevistados são negros(as). Algo interessante é a cor da pele e a classe de origem de Mônica e Luciana, todas as duas são negras e de origem popular, isso é algo que elas reafirmam e utilizam como elementos de legitimação na política estudantil expressada pelas suas gestões, bem como nas diretorias que elas assumiram na UNE em 2015. Segundo Mische (1997), a identidade do movimento é construída a partir do reconhecimento dos atores com relação àqueles movimentos, ou seja, como eles agregam valor ao movimento a partir da sua cor, nacionalidade, classe. Quando estávamos observando um debate entre as chapas É Preciso Avançar e Liberte-se, antes das eleições de 2014/2015 para o DCE, a ex-presidente Mônica ressaltou várias vezes em sua fala a sua origem social, o fato de ser filha de empregada doméstica, oriunda de escolas públicas, usuária do transporte público e negra. A sua condição social serviu para legitimar as reivindicações e pautas priorizadas por sua gestão, que eram basicamente as seguintes: maior assistência aos residentes, contra a violência de gênero e de sexo, o fim do programa bolsa-trabalho, uma vez que os estudantes acabam trabalhando como técnicos administrativos, entre outras.

Algo interessante com relação à religião no movimento estudantil observado, não só a partir dos depoimentos dos dirigentes, mas também de outros militantes, é que existe um estereótipo no movimento estudantil, principalmente os de esquerdas, de que os militantes são ateus. Segundo alguns relatos de dirigentes, observamos que existe um “perfil de militante” que é comum no movimento estudantil e que quando um dirigente ou um grupo foge a esse perfil é discriminado. Como foi o caso de Marta e Verônica; elas se consideraram militantes às avessas: a primeira, por rejeitar a influência de partidos políticos, por não expor sua vida pessoal em rodas de conversas, por não beber, não fumar e por ter uma vida sexual restrita a um único parceiro; a segunda, por não ter uma carreira na militância, pelas roupas e calçados que usava, que segundo a oposição não eram condizentes com um perfil de um militante, além disso, Verônica não bebia e não fumava também.

Na disputa por espaço na universidade são mobilizados todos os recursos simbólicos, financeiros, abstratos, pessoais disponíveis. O processo de deslegitimar o outro perpassa não apenas pela esfera de vida militante, mas também pela pessoal, psicológica, afetiva. o Quadro 4 reflete o perfil social atual dos ex-dirigentes, na categoria “estado civil”, apenas Marta era casada durante toda sua trajetória de militância no movimento estudantil universitário. Durante esse período teve que conciliar a militância, os estudos e as responsabilidades familiares; uma delas era os cuidados com os filhos que ainda eram crianças – o seu parceiro não era militante. Por outro lado, Carlos relata que todas as namoradas que teve eram militantes, conheceu sua esposa em uma assembleia estudantil no campus da UFS de Laranjeiras-SE.

Durante toda a pesquisa ouvimos alguns relatos de separação e conciliação entre militantes do movimento estudantil; Mônica, por exemplo, foi casada com um militante que é o pai do seu filho – o ex-companheiro militava na Consulta Popular e no movimento estudantil. Os dois tinham as mesmas tarefas de organização, que era organizar o movimento estudantil, uma vez que nenhum trabalhava formalmente. Contudo, o ex-companheiro de Mônica resolveu fazer concurso público e foi aprovado, isso gerou alguns conflitos, pois ele passou a ter a tarefa de militar e fazer parte da organização de sindicatos, ainda ligado à Consulta Popular. Segundo Mônica, as visões de mundo começaram a se chocar, uma vez que ela queria se dedicar à militância, crescer na militância cada vez mais, e ele queria ter uma vida “formal”, passar no concurso, trabalhar, ter casa própria, coisas que na visão dela é uma construção do senso-comum. Então, o conflito começou a surgir e eles se separaram. Tal

exemplo demonstra como compreender a esfera de socialização militante e o processo de investimento pessoal e de engajamento individual não está dissociado de uma compreensão das outras esferas de vida e como elas afetam no engajamento do militante, seja para uma intensificação da militância, seja para o desengajamento.

Apenas Miguel, Paulo e Felipe estudaram em escolas particulares, o que pode ter sido um elemento influenciador para que eles não tenham participado do movimento estudantil secundarista, uma vez que ainda existe, segundo relatos dos dirigentes e militantes, uma resistência em mobilizar e criar grêmios estudantis em escolas privadas.

Dos 12 dirigentes, quatro investiram na militância associativa e partidária como profissão. No caso de Mônica e Luciana, as duas recebem um salário da UNE e o custeio de todas as viagens e despesas com a militância, isso para que elas possam se dedicar à militância em tempo integral. Já Miguel é dirigente do PT, ganha um salário equivalente ao cargo; Carlos é dirigente nacional da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e da Economia Solidária, bem como trabalha também como educador técnico. Apesar de ser formado em Filosofia, Carlos utiliza mais sua formação técnica em Agronomia. Dos oito dirigentes que não investiram na carreira militante ou política como sua principal fonte de renda, três ocupam cargos comissionados, dois na UFS e um na Secretária da Saúde de Sergipe, os outros cinco são servidores públicos.

De todos os dirigentes entrevistados, quatro deles são originários de classe de média e oito são de origem popular. Os pais de Marta sabiam ler e escrever, concluíram o ginásio, a mãe era costureira e o pai trabalhava na construção civil. Já os pais de Verônica estudaram o ensino fundamental completo, a mãe era dona de casa e o pai era peão na área da Engenharia Elétrica. Os pais de Pedro concluíram o ensino médio completo, a mãe é dona de casa e na época da militância o pai trabalhava em uma empresa de prestação de serviço. A mãe de Miguel é servidora federal aposentada e é assistente social, o pai é representante comercial. Os pais de Paulo concluíram o ensino médio, o pai se aposentou como servidor público do Banco do Brasil e a mãe é professora, cursou o antigo magistério. A mãe de Bianca tem o ensino fundamental incompleto, trabalha com costura e com a venda de comidas, o pai concluiu o ensino médio, passou em um concurso público que ganhava um salário mínimo na cidade de Tobias Barreto-SE, no momento está cursando o ensino superior. Já a mãe de Cristiano nunca foi à escola e sua profissão é pescadora, o pai é carpinteiro e estudou até a 4ª série. No caso de Carlos o pai é pescador e a mãe dona de casa, os dois têm o ensino

fundamental completo. Os pais de Lucas são aposentados, a mãe é costureira e o pai agricultor, ambos têm ensino fundamental completo. Por fim, o pai de Felipe tem pós-graduação, trabalha em empresa e a mãe concluiu ensino médio e é dona de casa.

Vários os elementos, além da escolaridade dos pais e sua ocupação, também são importantes no processo de socialização e identificação com determinados movimento estudantis na universidade. Observamos que aqueles que tinham uma origem mais humilde tinham uma preocupação maior com a defesa do processo de expansão universitária, com causas como transporte público e melhorias no RESUN e ressaltavam sua condição social para legitimar tais demandas; algo também que observamos é com relação ao investimento e às dificuldades que cada militante teve em acessar a universidade, alguns daqueles que não investiram na militância como profissional, passaram por dificuldades financeiras, dificuldades para passar no vestibular, que implicaram em uma concepção diferenciada sobre sua participação na militância. O caso de Verônica é emblemático neste sentido: ela foi a primeira da família a ter um curso de nível superior, ela via o espaço universitário como um processo de independência pessoal, profissional e financeira. Ela argumenta durante a entrevista que nunca passou pela sua cabeça em utilizar a formação acadêmica para a militância ou para a política partidária, nunca teve como objetivo usar a advocacia para isso, uma vez que sua participação e contribuição para a militância estudantil foi apenas naquele período em que presidiu o DCE.

O quadro abaixo ilustra o engajamento político dos pais dos dirigentes, os posicionamentos deles com relação à militância dos filhos e, além disso, o quadro mostra a participação dos amigos na militância.

Quadro 6 - Engajamento e relação dos pais com a militância e participação dos amigos

Nome	Engajamento dos pais em algum espaço político	Posicionamento dos pais com relação à militância	Participação dos amigos na militância
Pedro	Nenhum engajamento político	Não interferia	Maioria dos amigos não era militante
Verônica	Nenhum engajamento político	Não interferia. Sentia orgulho.	Alguns amigos eram da militância
Marta	Nenhum engajamento político	A mãe não apoiava ⁸¹	Maioria dos amigos era militante
Miguel	Nenhum engajamento	O pai não concordava.	Maioria dos amigos era

⁸¹ O pai de Marta faleceu quando ela tinha cinco anos de idade.

	político	A mãe apoiava	militante
Paulo	Nenhum engajamento político	Apoiam e gostavam da militância	Nem todos os amigos eram militantes
Bianca	Nenhum engajamento político	Não apoiavam	Maioria dos amigos era militante
Cristiano	Nenhum engajamento político	Aprovavam a militância	Todos os amigos eram militantes
Carlos	Nenhum engajamento político	Aprovava a militância universitária	Todos os amigos eram militantes
Lucas	Nenhum engajamento político	Apoiava, desde que não interferisse nos estudos	Nem todos os amigos eram militantes
Felipe	Nenhum engajamento político	Em certa medida desaprovavam	Nem todos os amigos eram militantes
Mônica	Nenhum engajamento político	Não era contra. Em parte sentia orgulho	A maioria dos amigos é militante
Luciana	Nenhum engajamento político	Não aprovam	Nem todos os amigos eram militantes

Como o quadro indica, todos os pais dos dirigentes não tiveram nenhum tipo de engajamento político. Alguns dirigentes ressaltaram a divergência política que existia, principalmente com relação ao pai, que às vezes era de direita e acabava entrando em conflito e desaprovando o engajamento do(a) filho(a). Neste sentido, o posicionamento dos pais com relação à militância dos filhos foi de desaprovação em alguns casos, em outros, de aprovação e de não interferir.

No caso de Carlos, por exemplo, os pais desaprovavam a militância no movimento secundarista, pois não tiveram contato com os espaços e pessoas que Carlos frequentava e interagia. Já quando ele entra na UFS e começa a militar no movimento estudantil universitário, os pais passam a apoiá-lo, pois, segundo Carlos, eles conheceram melhor o que era o movimento estudantil e também tinha mais conhecimento da rotina dele. O caso de Mônica é semelhante ao de Verônica, elas recebiam apoio e aprovação dos pais e, segundo elas, as mães sentiam orgulho das suas atuações, principalmente quando as viam na televisão. No caso de Mônica, a crítica que a mãe fazia era que ela deveria se dedicar menos ao movimento e dedicar mais tempo a ela.

O tempo de dedicação à militância é algo importante, a maioria dos dirigentes falou que a relação com os pais mudou depois da entrada na militância, uma vez que precisavam se ausentar por muito tempo de casa; após o engajamento, passaram a frequentar menos as festas de familiares, e muitos finais de semanas eram dedicados à militância. Mas é importante frisar que aqueles que destacaram essa mudança de relação e de hábitos foram principalmente

aqueles que viam a militância como um projeto de vida e que investiam maior parte do seu tempo a ela, aqueles que atrasaram o curso ou que nem terminaram ainda.

Alguns dirigentes ressaltaram que mudaram completamente após a entrada no movimento estudantil universitário, as amizades mudaram, a visão de mundo, gosto cultural, vida afetiva.⁸² Como a última coluna do quadro anterior mostra, em quase todos os casos a maioria dos amigos dos dirigentes também era de militantes. Como vimos anteriormente, o primeiro engajamento na universidade se deu na grande maioria dos casos a partir de um convite de um amigo que já era engajado ou de um colega de curso, ou ainda de um amigo que era do secundarista, por isso a manutenção das redes de amizade na militância implica de forma direta na continuidade do dirigente ou militante na participação política engajada. Notamos a partir de várias observações participantes durante a pesquisa que a militância estudantil e que as relações de amizades construídas na militância extrapolam o espaço universitário e a militância política. Os dirigentes, os militantes antigos e os novatos se encontram pra ir a shows, realizam festas, churrascos em suas casas, em alguns casos os pais se conhecem, vão à praia, enfim, se divertem e reforçam seus laços de amizade e de militância política. Segundo Mônica, às vezes esses espaços acabam se tornando um espaço político, porque todos que estão nele fazem parte de algum movimento ou partido, e eles acabam falando sobre algo relacionado ao movimento estudantil, sobre movimentos sociais, partidos políticos ou sobre a política no geral.

Temos, portanto, três perfis de dirigentes classificados através das experiências de vida, do engajamento individual na causa estudantil e a partir do que a militância e o movimento estudantil representavam para eles. Seguindo o quadro anterior, temos seis dirigentes que tiveram participação no movimento estudantil secundarista, tal participação pode ser informal, apenas atuando como ativista ou a partir das redes de amizade, ou pode ser formal, ocupando algum cargo de dirigente no grêmio estudantil. Temos, da mesma forma, seis militantes que não tiveram engajamento no movimento estudantil secundarista, desses seis temos alguns que só tiveram engajamento militante no movimento estudantil universitário e outros que já tinham uma participação política e militante em partidos políticos.

⁸² Segundo Bianca, a mãe falava o seguinte: “Bianca está mudada, Bianca está diferente, Bianca não tem mais tempo para a família”.

Deste modo, temos (i) o “dirigente militante”, ou seja, aquele que teve uma militância estudantil no secundário e construiu redes de contatos, acumulou experiência prática, política e teórica que pôde ser mobilizada dentro do movimento estudantil universitário, e em alguns casos na atuação profissional, como projeto de vida; (ii) o “dirigente partidário”, isto é, aquele que não teve participação no movimento secundarista, mas que construiu redes de contatos principalmente com partidos políticos e movimentos sociais, durante o ensino básico ou durante o ensino superior, que foram mobilizadas tanto para o movimento estudantil universitário quanto para um projeto profissional e/ou partidário pessoal; por fim, (iii) o “dirigente estudante”, que constitui aquele militante que não participou do movimento secundarista, que durante sua carreira militante não construiu redes densas de contatos e de pertencimento com a militância que pudessem ser reconvertidas para um projeto profissional ou político.

4.2.1 Dirigentes militantes

Em consenso com tais dados, torna-se necessário conhecer de forma mais detalhada esses perfis. Neste sentido, Pedro, dirigente do DCE da gestão *Com Posição* 1999/2000, participou do movimento secundarista, mas não ocupou nenhum cargo de dirigente no grêmio. Na época, o ex-dirigente morava em Fortaleza e participou das manifestações do “Fora, Collor” em 1992. Segundo Pedro, ele participava de vários debates políticos que um grupo de estudantes de Filosofia da Universidade Federal do Ceará faziam, foi nesses espaços de discussão, em mobilizações organizadas por esse grupo em prol do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor e das leituras que ele fazia de duas revistas específicas, a *Revista Princípio* e *Classe Operária* do PCdoB, que Pedro construiu uma visão idealista e radical do movimento estudantil. Ele ressalta que essa visão também, em parte, foi construída sobre a memória da luta estudantil durante o regime militar.

Segundo Pedro, quando tinha uns 15 anos de idade, ele queria ser *punk*, além da influência inicial do grupo de debate da UFC, no bairro que o ex-líder estudantil morava, havia um grupo de amigos que formaram a Frente de Libertação da Aerolândia; o grupo era formado por universitários, adolescentes e militantes do secundário. Pedro diz que apesar do grupo ter surgido como uma brincadeira e ele não ser uma liderança no grupo, eles faziam reivindicações, organizavam passeatas que tinham um cunho político muito forte. Nesse período, a UJS/PCdoB em Fortaleza fez o convite para que entrasse no grupo, mas ele recusou o convite, pois não concordava com a política que eles faziam.

Essa visão idealista do movimento estudantil continuou quando o mesmo se mudou para Aracaju-SE e entrou no movimento estudantil universitário da UFS em 1995, cursando primeiramente Geografia e posteriormente, em 1997, Direito. Como visto no capítulo anterior, o “estudante profissional” faz parte de um processo de socialização em que envolve uma concepção sobre o movimento estudantil universitário como um ator de transformação social, bem como de um projeto coletivo em que os jovens estudantes envolvidos têm que ser militantes compromissados sem esquecer-se de serem estudantes. Pedro participou de CA, de debates com grupos políticos de partidos de esquerda, fazia campanha para alguns candidatos do PT e também tinha atributos e características importantes como alguns colegas de sua época ressaltaram em entrevista como, por exemplo, boa oratória, carisma, inteligência, honestidade e habilidade de articulação política; tais qualidades somadas a sua carreira militante na UFS contribuíram para que se tornasse um dirigente do DCE. Algo que é de suma importância nesse processo de ocupar o cargo de presidente do DCE é o reconhecimento do grupo, e em alguns casos dos apoiadores.

Pedro não participou efetivamente de movimentos sociais, mas participava de discussões com o MST, com Centrais Sindicais. Segundo ele, foi filiado ao PT, onde o colocaram como suplente de Márcio Macedo em uma executiva, contudo, como ele não era de nenhum grupo político, ou seja, não fazia parte de nenhuma corrente do PT, com efeito, saiu do partido. Pedro resalta em sua fala que quando se está no PT é preciso participar de alguma corrente, se não “dança no partido”. Ele saiu do PT em 2006, por conta dos escândalos do mensalão. Quando se formou e saiu do movimento estudantil universitário, Pedro ainda acompanhou a gestão de Verônica e viu se formar a gestão de Marta. A seguir, muda para Salvador, depois para Alagoinhas-BA no final de 2002, retornando a Aracaju para visitar os pais, amigos e a namorada. Em uma dessas visitas, em 2006, um colega de militância do período do movimento estudantil universitário o convidou para se candidatar nas eleições de 2008:

No dia das eleições de Déda em 2006, quando vim votar em Aracaju, uns colegas me chamaram, ficaram perguntando: “rapaz, a gente está vendo essas eleições aqui, pensando, como é que pode, por que você não se candidata?” Esse colega já foi da FAPese, agora é da EMBRAPA, é da Economia. Aí, ele me perguntava “por que você não se candidata?”. Aí eu dizia, “nem moro mais aqui, minha vida agora é na Bahia”. Aí, ele dizia, “não, Pedro, vamos fazer ressurgir nosso grupo, bora, bora. Aí ficou nisso, um e outro me procurou, “bora, bora”. Aí, conversa vai, conversa vem, eu disse: “Bora. Qual partido? Olha, tem que ser um partido que tem que ter no mínimo uma afinidade ideológica com a gente, um mínimo”, a gente dizia.

Eu já não era mais um simpatizante da liga bolchevique, mas ainda continuava sendo da vinculação de esquerda moderada. Aí, avaliando os prós e contra, optamos pelo PSB. Aí formamos um pequeno grupo e fomos ao PSB, fomos muito bem recebidos – agradeço muito ao dirigente do partido, mesmo ele sabendo que a gente não era hábil, que não tinha dinheiro, que eu não tinha chance, que não morava aqui. Eu voltei no final de março de 2008 para fazer a campanha, sem dinheiro, grupo pequeno e não morava mais aqui. Aí, ficava atrás de um e outro tentando resgatar o grupo, mas era difícil, o grupo era grande, mas muitos já tinham cargo com Déda, outros tinham cargo com Ana Lúcia, alguns já tinha ido embora, faz parte, e outros não queriam fazer mais parte de nada. Mas mesmo assim, conseguimos juntar um grupo pequeno que financiou a campanha [...] (Pedro).

Segundo Pedro, as propostas de campanha dele giravam em torno principalmente das questões ambientais e dos direitos dos animais, tais propostas estavam ligadas a coisas que o ex-dirigente já defendia no âmbito profissional e pessoal. As redes de amizade, de militância e política construídas no movimento estudantil universitário e durante sua participação no PT foram mobilizadas em alguma medida para construção da sua campanha em 2008, apesar dos recursos financeiros e humanos disponíveis a partir dessas redes não terem sido suficientes para Pedro ganhar as eleições para vereador, esse caso demonstra como a socialização e a construção de laços de amizade, militante e político foi fundamental para inseri-lo na política eletiva. De modo comparativo, Karla Trindade (PCdoB), mencionada no capítulo anterior, concorreu com Pedro nas eleições para o DCE e na eleição de 2008, concorrendo também para o cargo de vereadora. Ao contrário de Pedro, Karla Trindade (PCdoB) continuou seu engajamento político de forma ativa no estado após a saída do movimento estudantil universitário, ocupando cargos de dirigente no PCdoB, ampliado suas redes de contato e ainda acompanhava o movimento estudantil e outros movimentos de juventude. A manutenção das redes de contato e a permanência nas redes implica em um investimento pessoal, um investimento de tempo para está participando dos espaços formais e informais que estruturam e mantêm as redes.

Outro “dirigente militante” é Cristiano Alves, da gestão de 2008, tal dirigente teve uma militância formal no movimento secundarista no Instituto Federal de Sergipe, nesse mesmo período já participava da UJS/PCdoB; quando entrou no movimento estudantil universitário mobilizou todos os contatos, as amizades, alianças, que foram feitas nos espaços de militância anterior à UFS. Segundo Cristiano, vários amigos do movimento estudantil secundarista entraram no mesmo período que ele na universidade, o que possibilitou que ele tivesse uma participação imediata no movimento estudantil universitário e um

reconhecimento do grupo para que ele se tornasse o presidente da chapa para disputar a gestão do DCE, ainda quando era calouro. Assim como Pedro, Cristiano se candidatou a vereador durante uma eleição, contudo, se recusou a falar sobre o processo eleitoral.

O fragmento, abaixo, da entrevista com Cristiano esboça sua entrada no movimento estudantil universitário e a mobilização de suas redes do movimento secundarista:

Aqui na universidade não, mas eu, antes, coordenava os debates nas escolas estaduais e particulares sobre reserva de vagas para pessoas de escola pública, as passeatas, coordenava em prol do passe para domingo e feriado, sobre bens estudantis em colégios estaduais. Então, quando entrei na universidade já conhecia muita gente que também já tinha entrado comigo, junto, participava comigo do secundarista e disse: “Cristiano, por que não você agora?” “Não, eu sou calouro”. “Vamos, vamos rapaz, vamos topar o desafio.” Então, eu já entrei num grupo que já tinha pessoas da universidade e num grupo que tinha muita gente entrando comigo na universidade, que me conhecia, já tinha uma relação histórica, política, de muita confiança. Então, é uma relação muito entrelaçada, meu ingresso no movimento estudantil universitário como sendo continuidade do secundarista.

Segundo Cristiano, ele construiu sua chapa com o apoio de 328 estudantes, sendo que apenas oito faziam parte da diretoria executiva, ou seja, apenas oito teriam a oportunidade de ocupar algum cargo de dirigente do DCE. Quando Cristiano saiu da direção do DCE, ele continuou na participação política partidária, acompanhando e apoiando as gestões *Integração*.

A presidenta do DCE de 2002/2003, Marta, também é uma “dirigente militante”, iniciou sua militância aos 11 anos no movimento estudantil secundarista, em uma cidade pequena de Pernambuco. Mas a socialização política dela iniciou também com as leituras marxistas. Aos 12 anos já tinha lido o *Manifesto Comunista*, segundo Marta, na época em que ela estava no secundarista, sua irmã já estava na faculdade e essa diferença de nível escolar contribuiu para que ela tivesse acesso logo cedo a determinadas leituras. Marta cursou parte do seu ensino básico ainda no período do regime militar, e nessa época ainda morava em Carpina-PE; enfrentou os mecanismos de controle do Estado para se organizar – nesse período os grêmios livres eram proibidos e ela se organizava a partir nos Centros Cívicos, sua primeira participação foi como oradora. “Naquele instante, a gente participava de um movimento onde a gente se reunia fora da escola, a gente assumia a parte institucionalizada do centro pra não deixar que outras pessoas assumissem, mas as nossas reuniões eram mais fora do muro”. O envolvimento de Marta no movimento estudantil secundarista foi um dos

motivos para que sua mãe se mudasse para Aracaju-SE, acreditando que ela sairia do movimento estudantil.

Marta ressalta dois episódios que foram marcantes durante a trajetória no movimento secundarista, primeiro: ainda em Pernambuco, na 5ª série, quando junto com outros colegas organizou um motim para se manifestar contra uma fala racista e preconceituosa de um colega de sala contra um amigo negro da mesma classe; além de se manifestar contra colega, o motim foi organizado contra a atitude da assistente social que acompanhava a classe. Segundo Marta, após esse fato, ela se aproximou mais do grupo que ajudou a organizar o motim e eles começaram a debater política. O segundo episódio ocorreu quando Marta já estava morando em Aracaju e estudava no Colégio Governador João Alves Filho, durante o processo de redemocratização. Ela se organizou com alguns colegas para reivindicar a volta dos alunos que tinham sido expulsos do colégio durante o regime militar; encontrou alunos também do Colégio Atheneu Sergipense que também tinham sido expulsos, nesse momento eles organizaram o primeiro grêmio livre após o regime militar. A partir disso, outras reivindicações foram feitas, como por exemplo, contra a falta de professores, de material didático, para exigir a não obrigatoriedade do uniforme. Todo esse processo de reorganização estudantil e de reivindicações culminou em um dossiê que causou a expulsão de Marta do Colégio Governador João Alves Filho:

Tinha um conjunto de problemas dentro da escola que nos afetava diretamente, aí a gente meio que construiu uma espécie de dossiê com relação ao funcionamento da escola, e aí foi um processo muito longo e eu cheguei a ser expulsa da escola, do João Alves, eu mais alguns colegas, na época o Túlio, que era irmão até da Indira que depois me sucedeu, e o Jonilson e outros colegas que participamos. Foi um momento muito difícil porque a gente ficou quase um mês em mobilização, aí o sindicato dos bancários nos apoiou bastante, até na época o reitor da UFS, que era o Paulino, fez uma carta comentando que eu estava sendo acusada e ia ser expulsa e, no entanto, que deveria observar se a gente estava lutando por uma coisa justa e se a truculência era por parte nossa (Marta).

A expulsão de Marta mobilizou vários professores e professoras, o resultado do processo o foi o afastamento de três diretores da escola, o retorno de Marta e de mais três colegas que foram expulsos. Mas após esse evento, Marta se afastou dos estudos por 10 anos. Segundo ela, foi um momento difícil, porque ela foi perseguida – jogaram um carro perto da casa dela; o caso envolveu a polícia federal e a imprensa: “Foi algo que mexeu muito comigo”.

No período que Marta ficou afastada dos estudos, casou e teve filhos, se envolveu com produção artesanal, plantas de árvores, costura; depois de um período, resolveu fazer supletivo e terminar o ensino básico, no ano seguinte fez vestibular para Serviço Social e entrou na UFS, ficou seis meses afastada do movimento estudantil, mas acabou se envolvendo novamente durante um período de greve. Por conta do respeito que tinha dentro do curso de Serviço Social, bem como o apoio de professores que já acompanhava sua trajetória de militância desde o movimento secundarista, e de outros colegas que já a conheciam desde esse período, ela foi escolhida para ser a presidenta da chapa “Sem Medo de Transformar”, a partir do entendimento que sendo ela, o grupo conseguira vencer.

Marta nunca foi filiada a partido político, chegou a encaminhar sua filiação ao PT em 1989, até 1994 ainda não tinha sido convalidado, e segundo ela, nesse momento o PT estava mais para social democracia e ela tinha uma postura de esquerda, aí ela retirou a filiação. Na universidade, Marta se articulava com o grupo do PSTU, apesar de não ter filiação. Participou do MST, prestou assessoria por quase 10 anos à Diocese de Propriá; quando saiu do movimento estudantil foi “prestar assessoria à organização quilombola, à questão indígena, aos acampamentos ocupados, assentados e, aí, eu fui para as bases sociais, sindicatos, e nesse sentido é o movimento estudantil que é esse termômetro, é essa condição que você adquire no movimento estudantil”. Marta não se candidatou a nenhum cargo eletivo, apesar de ter recebido propostas, como disse, atuou nos movimentos de base da sociedade, porém, a militância não se tornou um projeto de vida profissional.

Outro “dirigente militante” é Carlos, presidente das gestões de 2009 e 2010. Carlos iniciou sua militância muito jovem, assim como Marta, no movimento estudantil secundarista em Penedo-AL, sua cidade Natal; e depois, quando se mudou para Aracaju, continuou militando no Colégio Agrícola no Quissamã, que fica localizado em um assentamento do MST. Uma experiência que marca o início da sua militância foi quando ele tinha mais ou menos 13 anos, quando organizou uma manifestação junto com o grêmio estudantil para reivindicar uma reforma na escola que estava prevista. Contudo, no dia do ato que seria feito em uma inauguração de uma obra do governo perto da escola, apenas Carlos apareceu e mesmo assim começou a se manifestar contra o governador dizendo: “Em vez de o senhor investir em educação, o senhor está aí, com seu grupo roubando o estado”. O governador ficou irritado com suas acusações e algumas professoras o levaram para dentro da escola, depois, segundo Carlos, a “polícia do governador” passou na escola e o pegou, antes, uma

professora e o policial conversaram com ele; depois de liberado, o policial o deixou em um ponto de ônibus e ele foi para casa.

Nesse período, quando Carlos tinha 13 anos, ele se filiou ao primeiro partido político, o PT. Por influência de seu tio, que por muito tempo foi filiado ao PT e tentou se candidatar como vereador. Quando o ex-dirigente se mudou para Aracaju, já fazendo o ensino médio, se tornou dirigente do grêmio estudantil do Colégio Agrícola, organizando vários atos com os militantes do MST, e ainda nesse período mantém relações estreitas com os militantes do PT. Quando a liderança entra na UFS em 2008, no curso de Filosofia (ver Quadro 3), ele já sabia quais eram os movimentos estudantis e as forças políticas que disputavam o DCE; o primeiro convite que recebeu na universidade veio dos militantes da UJS/PCdoB. Cristiano e Lucas o convidaram para contribuir na gestão que eles seriam dirigentes. O interessante é que Cristiano era uma liderança no movimento estudantil secundarista e já tinha contribuído para Carlos reorganizar o grêmio do Colégio Agrícola, neste sentido, é importante ressaltar como Carlos descreve a influência de Cristiano na sua militância no movimento estudantil universitário:

Teve um cara que me influenciou, que foi o Cristiano. Cristiano me fez uma verdadeira lavagem cerebral [risos]. Não, por que ele era aquele cara que sabia fazer as coisas, no sentido de não colocar a pressão ideológica, ele começava por amizade e a política adentrava por esse meio, não era a política primeiro, era primeiro a relação pessoal pra depois ser a política.

Socializar os calouros em um ambiente de festa, como as calouradas, ou mesmo em festas mais particulares, é uma estratégia que as lideranças de alguns movimentos estudantis utilizam para recrutar militantes. Primeiro, a socialização em espaços divertidos: conversas sem cunho político, bebida, maconha, paquera são alguns elementos que fazem parte da construção inicial de uma relação de amizade entre lideranças estudantis e calouros; em um segundo momento, de socialização, é feito o convite para que os calouros contribuam com o movimento estudantil que essas lideranças fazem parte e se elas, as lideranças estudantis, já estão gestando o DCE, o convite é feito para contribuir com a gestão; em um terceiro momento, o calouro é socializado nos “bastidores”, é quando ele, o calouro, já está engajado e pertence ao grupo, nesse momento é revelado qual o partido político que as lideranças são filiadas e o partido ou partidos políticos que orientam o movimento que eles fazem parte, bem como é o momento em que as lideranças estudantis sugerem a filiação desse novo militante ao partido político.

A ordem desses momentos de socialização do calouro pode ser alterada, mas o que observamos é que ela geralmente se inicia com um mascaramento das relações políticas e dos interesses políticos partidários, a manipulação dessas relações ocorre justamente a partir do uso de outras relações, sendo elas, principalmente as de amizades e as afetivas.

Carlos tira sua filiação do PT mais ou menos em 2008, quando começa a participar da UJS/PCdoB. Como o próprio relata, “de forma muito natural, a galera da UJS dizia ‘não, se você quiser continuar no PT e tal até você decidir’, aí, eu optei em realmente sair do partido [...] em 2008 ou 2007, por aí”. Carlos se filia ao PCdoB, ainda como presidente do DCE na gestão de 2010 ele recebe o convite de Edvaldo Nogueira (PCdoB) para ocupar o cargo de Coordenador de Juventude, na Secretária de Juventude e Lazer do Estado. Fica no cargo durante os três últimos anos do mandato do ex-prefeito, ou seja, de 2010 a 2012. Entre 2013 e 2014 ele se afasta um pouco da militância para concluir o curso, e o conclui em 2014.2. Começa a trabalhar na União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e da Economia Solidária (Unicafes) como diretor nacional e técnico agrícola.

Por outro lado, outra “dirigente militante”, Mônica, presidenta da gestão de 2014, fez da militância um projeto de vida profissional. Quando estudava no Colégio de Aplicação, entre a 5ª série e o 3º ano, não ocupou nenhum cargo de dirigente no grêmio estudantil, mas participava das manifestações, das atividades que o grêmio realizava, e nesse mesmo período participou do Movimento Passe Livre⁸³ em Aracaju-SE. Em 2008, Mônica entra no curso de Biologia, com efeito, passa a integrar o Coletivo de Biologia, a Executiva Nacional de Biologia, faz vários cursos de formação política; a seguir, muda para o curso de Agronomia, onde participa do Espaço de Vivência de Agroecologia (EVA), que nesse período, segundo ela, tinha um caráter de movimento estudantil – atualmente está mais ligado à pesquisa de extensão da universidade. O EVA foi um espaço de socialização bastante significativo na sua carreira militante e política, assim como o Estágio Interdisciplinar de Vivência, que é um curso de formação política para militantes do movimento estudantil, que ocorre durante 20 dias; ela participou em 2009, já fazendo parte da organização do curso.

Segundo Mônica, foi no

Movimento Passe Livre que tive o despertar da consciência, o despertar de que a gente precisa se movimentar, enfim, fazer luta pra conseguir

⁸³ Ver SANTOS, Adrielma Silveira dos. **Movimento Não Pago**: emergência e condições de representação no cenário público de Aracaju/Se, 2014. Monografia (Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão (SE), 2014.

conquistar as coisas que a gente queria. Essa lição do Passe-Livre, ou seja, a lição de que era necessário fazer luta, agora o despertar de que é necessário está organizado, além de ir na luta, tá reunido, organizado, planejado com estratégia e tudo mais, isso foi no CFA, que é o Curso de Formação de Agroecologia que eu fiz em 2009 aqui em Sergipe, aí, nesse curso foi quando eu entendi a importância de não só participar das atividades, mas também tá organizado em algum coletivo seja de curso, seja de movimento, partido. Aí em 2009 eu me organizei, tive mais, enxerguei mais organização e entrei na consulta popular que é o partido, que não é eleitoral, não disputa eleição, mas tem caráter partidário.

Quando Mônica entra na Consulta Popular recebe a tarefa de participar da organização do Levante Popular da Juventude (LPJ)⁸⁴ em Sergipe e dentro da UFS. Em 2013 ela recebe liberação do LPJ para não trabalhar formalmente e se dedicar apenas ao movimento. Existem duas formas para o militante se dedicar mais ao movimento: a primeira, aquela que Mônica se encontra – quando o militante recebe a liberação do movimento, passa a ganhar um salário para não precisar ter vínculo empregatício, ou seja, se dedica integralmente ao movimento; o segundo tipo é quando o militante recebe uma ajuda de custo do movimento para executar as tarefas – segundo Mônica, o valor não dá para pagar um aluguel ou sobreviver, mas permite ao militante pagar um plano telefônico, pagar as passagens para participar dos eventos, manifestações, entre outras coisas. Segundo a dirigente, essa é uma estratégia que o movimento tem principalmente para conseguir manter os militantes de periferia no movimento que não teriam condições de participar da militância sem essa ajuda de custo. Em Sergipe apenas Mônica recebe liberação do LPJ.

Além de ser coordenadora do LPJ em Sergipe, Mônica assumiu em 2013 a Diretoria Nacional de Mulheres da UNE, entre o período de 2013 a 2015; nesse mesmo período o LPJ e seus apoiadores começam a lançar chapa para o DCE. Em 2014, Mônica assumiu como presidenta do DCE e em 2015 como diretora de finanças da entidade, além disso, no segundo semestre de 2015, assumiu um cargo na Diretoria Executiva de Direitos Educacionais da UNE, e foi preciso que se mudasse para São Paulo, já que esse cargo demanda muita reunião e viagens. Diferentemente dos casos anteriores de “dirigentes militantes”, Mônica é a única que se torna uma militante profissional, que faz da militância um trabalho e que organiza sua vida profissional, acadêmica, afetiva e de amizade a partir das experiências de militância e de toda responsabilidade e dedicação que a militância profissional exige.

4.2.2 Dirigentes partidários

⁸⁴ Para conhecer mais sobre a história do LPJ, ver o trabalho de Ruskowski e Silva, 2010.

Em alguns casos, os “dirigentes partidários” tiveram contato com o movimento estudantil secundarista, acompanhava de forma distanciada, como foi o caso do presidente do DCE de 2006, Paulo, e da presidenta de 2007, Bianca. Bianca estudou no Colégio Atheneu Sergipense, segundo ela, a escola tinha um grêmio estudantil, mas ela nunca participou do movimento, acompanhava determinadas atividades, participava do teatro da escola, de alguns debates políticos que aconteciam que não eram necessariamente ligados ao grêmio. Apesar de não participar do movimento estudantil secundarista, segundo a ex-dirigente, gostava de participar da política e acompanhar as eleições. Ela acompanhou as eleições de Fernando Collor e Lula nesse período do ensino básico, e nesse momento já tinha um posicionamento político-ideológico e também um partido político de preferência, o PT.

Bianca explica que nunca se filiou ao PT ou a outro partido político, era “petista de coração”. As leituras feitas durante o ensino médio a partir da influência de alguns professores de Geografia e História também fizeram parte da sua socialização política:

[...] eu tinha uma leitura mesmo que não fosse teórica do que era o marxismo, do que era desigualdade, tive professores de Geografia e de História nesse sentido, e fui me aproximando o tempo todo dessa leitura, a gente costuma dizer que já tinha um coração socialista mesmo sem ter noção do que o era socialismo direito naquela época.

Bianca tentou o vestibular da UFS algumas vezes, até conseguir passar para o curso de Geografia, como mostra o Quadro 3. Quando entrou na UFS em 2003, o grupo hegemônico no movimento estudantil geral era a Articulação de Esquerda do PT. Havia um amigo de curso, que também era amigo de infância e de bairro, que participava da gestão do DCE, foi a partir dele que ela começa a se aproximar do grupo da AE; entra no CA do seu curso por meio do convite de outro amigo de curso. Algo interessante da trajetória de Bianca é que a entrada no CA não marca de fato o momento em que ela “entra” no movimento estudantil universitário, mas, sim, quando ela participa de um Encontro Regional de Estudantes de Geografia (Eregene):

Acredito que foi a partir do encontro estudantil de Geografia que eu botei mesmo o pé dentro do movimento. Eu fui pra um encontro, em Maceió, de Geografia, um regional do Nordeste, um encontro chamado Eregene, e a partir daí eu vi o pessoal se matando pra organizar o evento e era o movimento estudantil, eram os centros acadêmicos que organizavam esse encontro estudantil e que discutiam ali tanto o político e também o que é ser jovem, a importância da Geografia e tudo mais e também o cultural, foi aí que me aproximei e quando a gente voltou desse encontro, a gente voltou meio que discutindo a importância de se fazer alguma coisa dentro da universidade, no sentido de se organizar enquanto estudante mesmo, a gente

via vários problemas dentro da universidade, vários problemas dentro do nosso curso em si, e que a gente precisava fazer algo a respeito, e quando a gente voltou, a gente já voltou meio que marcando de se encontrar depois do evento pra pensar na possibilidade de construir uma chapa e foi o que a gente fez.

Bianca ressalta que durante sua trajetória na universidade é preciso fazer um paralelo com o governo Lula, pois quando ela estava entrando na UFS em 2003, ele estava assumindo como presidente da República. Ela disse que fez campanha para o ex-presidente, que no início de sua atuação no movimento estudantil da UFS defendia ele com “unhas e dentes”, acreditando que sua gestão iria sanar com os problemas dos pobres e oprimidos. Mas ela se frutou com relação à atuação do líder petista e se frustrou com o grupo do PT que atuava na universidade. Bianca começa a organizar junto com outros colegas o Movimento Resistência e Luta, já citado no capítulo anterior; a partir desse movimento organiza uma chapa e disputa as eleições do DCE de 2007. Segundo ela, sua atuação no movimento estudantil termina junto com a sua gestão, pois ela já trabalhava como professora nesse período e não teve como continuar. Ela continua a militância a partir de um modelo formal, participa da Associação de Geógrafos Brasileiros, quando retorna para a UFS em 2011 para fazer mestrado (ver Quadro 3) começa a acompanhar o movimento estudantil, mas sem atuação efetiva, ainda participa de festas e calouradas organizadas pelos estudantes. Como Bianca salientou:

[...] eu, acima de tudo, estou na academia porque acho que é um espaço que deve ser demarcado, deve ser de militância também, então, textos que eu venha a escrever, dissertações ou teses que sirvam como arma pra disputar espaços, pra disputar temas, trazer outro olhar de sociedade e ser participativa dentro dessa construção dessa sociedade.

Diferentemente de Bianca, que continuou sua militância principalmente a partir de uma demarcação de postura e produção intelectual na academia, como também, a partir das suas aulas no ensino médio, Paulo, presidente do DCE de 2006, continuou sua militância onde ele foi iniciada, no espaço político partidário. Paulo não participou do movimento estudantil secundarista, estudou em escola particular, onde não existia, segundo ele, uma forte atuação de grêmio estudantil, mas foi durante o ensino básico que Paulo teve os primeiros contatos e socialização na política partidária. Aos 10 anos de idade, um vizinho que era dirigente do PT o levou para participar da campanha de Lula para as eleições de 1998. Nesse período, ele teve alguns colegas de escola e vizinhança que já eram atuantes, como por exemplo, Bruno (PT), que foi vice-presidente da gestão do DCE de 2003/2004.

Apesar da influência petista no início do seu engajamento político, Paulo se filia em 1998 ao PCdoB – alguns dos seus amigos tinham engajamento no PT e no PCdoB –, entra na universidade em 2001 no curso de Administração (ver Quadro 3), participa do CA do seu curso e da Federação Regional dos Estudantes de Administração – nunca participou de movimentos sociais. Durante sua atuação no movimento estudantil participou de vários congressos da UNE, encontros de estudantes, cursos de formação política, dentre os vários espaços de socialização política e militante de sua trajetória no movimento estudantil está o Fórum Mundial de Estudantes da Venezuela.

Durante sua trajetória acadêmica o presidente explica que “militava mais do que estudava”, isso demarca um projeto de vida profissional e político, pois ele terminou o curso de Administração em 2009, além de ser presidente do DCE em 2006, se tornando presidente estadual da UJS/PCdoB; sai da atuação do movimento estudantil para ocupar um cargo de dirigente no PCdoB – entre 2011 e 2013⁸⁵ participa da direção nacional do PCdoB; segundo Paulo, no cargo de Secretário Geral Estadual do partido. As redes sociais mobilizadas por Paulo durante sua gestão no DCE estavam ligadas principalmente ao PCdoB e à juventude do partido, tais redes contribuíram não apenas em sua gestão, mas também para as gestões *Integração*. Paulo continua sua participação política no PCdoB, ainda sem nenhum tipo de atuação no associativismo.

Assim como Paulo, Miguel e Luciana são “dirigentes partidários”, se engajaram no movimento estudantil quando entraram na universidade. Da mesma forma que Paulo, Miguel estudou em colégio particular, no qual não existia a presença de um grêmio estudantil atuante. Seu primeiro contato com o movimento estudantil universitário foi em uma assembleia estudantil para discutir uma greve, que participou a partir do convite de Marta – os dois eram colegas de curso. Depois desse primeiro envolvimento, alguns amigos, como Elton, que era dirigente do PT já e coordenador da Articulação de Esquerda em Sergipe, iniciaram a socialização dele através de algumas leituras. O primeiro livro que Miguel recebeu foi *Socialismo e Barbárie*, que é uma coletânea de resoluções, documentos da tendência Articulação de Esquerda.

Algo que marca o início da sua militância é sua experiência de trabalho em uma loja do shopping, em que tinha um colega que também estudava na UFS, no curso de Filosofia, e a partir da amizade debatiam política nos intervalos, às vezes durante o expediente; começaram

⁸⁵ Ver em <http://www.pcdob.org.br/texto.php?id_texto_fixo=80&id_secao=145>, acesso em: 4 jan. 2006.

a discutir mais-valia e fazer uma leitura e avaliação sobre suas funções naquele ambiente de trabalho. Miguel explica que quando foi demitido para que outros trabalhadores entrassem, viu que a política era um ambiente no qual ele tinha se encontrado:

Costumo dizer assim: “Tem um Miguel antes da loja e tem um Miguel depois da loja, e depois da greve”, então, foi a partir daí, claro, você vai ter um pouco de consciência do porquê você tá ali, de quais são seus objetivos, não é só uma luta por uma universidade melhor e tal. Aí a pegada inicial, a motivação, foi essa.

Essa experiência de trabalho, como o mesmo descreve, é um divisor na sua carreira militante, como também contribui para o seu posicionamento político. Quando assumiu a presidência do DCE, em 2004, logo precisou se ausentar para assumir uma diretoria na UNE, o que o leva a se mudar para São Paulo e, além de receber uma ajuda da mãe para se manter, recebeu apoio financeiro e alojamento de Elton, que tinha condições financeiras. Miguel recebia um salário da UNE, assim como Mônica recebe, contudo, o pagamento atrasa e diante disso eles precisam mobilizar recursos financeiros de outras fontes, como os pais e amigos, no caso de Miguel – no caso de Mônica ela mobiliza através do LPJ. Além de ter sido diretor da UNE, Miguel participou do CA de Serviço Social, da executiva de curso de Serviço Social, participou do MST, é filiado ao PT desde 2001 e atualmente é dirigente do PT, no cargo de Secretário de Organização Estadual. Articula-se principalmente com o SINTESE e com o MST.

Miguel ainda acompanha o movimento estudantil universitário, não mais como estudante, apesar de ainda não ter se formado no curso de Serviço Social, mas como mediador: a AE teve representante nas gestões de 2014 e 2015 e contribuiu para o levantamento do perfil dos militantes do grupo Liberte-se UFS⁸⁶. É interessante perceber como os militantes vão mobilizando suas redes de contato, principalmente de amizade e militância em diferentes momentos de sua trajetória. Por exemplo, em alguns momentos eles mobilizam para conseguir recurso para sua própria militância, para conseguir ocupar um espaço na militância, seja estudantil ou partidária; em outro momento, quando esse militante se estabelece na militância e no partido político, como ocorreu com Miguel, uma nova

⁸⁶ Parte do levantamento que eles fizeram encontramos nos arquivos do DCE, bem como, Miguel nos passou de forma impressa. Esse material continha informação como: os militantes que eram filiados a partidos políticos ou os pais de militantes que tinham filiação ou eram dirigentes de partidos. Além disso, continha imagens e postagens no facebook que ilustravam a relação de parentesco, amizade e militância entre os dirigentes do movimento Liberte-se UFS e os dirigentes do Partido Novo.

geração como a de Mônica e Luciana passa a mobilizá-lo, assim como, ele se utiliza dessa nova geração para se manter e manter seu grupo dentro da universidade.

A vice-presidenta Luciana faz parte dessa nova geração que entra no movimento estudantil em 2012 e começa a disputar o DCE em 2013, por meio do apoio de duas correntes do PT, Consulta Popular e LPJ, e de alguns coletivos partidários (ver capítulo 3, organograma). A entrevista com o presidente da gestão 2014/2015 não foi possível, pois durante o período de realização das entrevistas tentamos contatá-lo, mas fomos informados por outros dirigentes do DCE de que ele estava doente, por conta disso, fizemos a entrevista com Luciana, que estava como sua suplente. A entrevista foi feita a partir do envio do roteiro de perguntas pelo *facebook* e através de conversas na mesma rede social – a entrevista se deu dessa forma, uma vez que ela está morando em Brasília.

A presidenta em exercício entrou na UFS inicialmente em 2010 no curso de Química Industrial, mas interrompeu o curso e mudou, em 2011, para Farmácia, no qual permanece até hoje. Não teve atuação no movimento estudantil secundarista e nenhum outro tipo de militância, antes do movimento estudantil universitário. Sua motivação para entrar na militância estudantil foi a falta de estrutura e as dificuldades diárias do curso de Farmácia do campus da UFS na cidade de Lagarto. Foi secretária na assembleia de fundação do CA de Farmácia no campus, participou como coordenadora geral por duas gestões na entidade de base e conduziu todas as atividades do CA enquanto era da coordenação. Além disso, ela dirigia também o Comando de Greve.

Atualmente, além de integrar a diretoria executiva do DCE, é diretora de combate ao racismo da UNE e coordenadora geral do Coletivo Quilombo Nacional, que é um coletivo ligado ao PT. Segundo Luciana, ainda não é filiada ao PT. Mas, apesar disso, observamos que ela é uma das militantes que representa nas gestões *É Preciso Acordar* e *É Preciso Avançar* a política da corrente/PT EPS, que é vinculada ao deputado estadual João Daniel. Sem dúvida, a falta de redes prévias de militância estudantil não impossibilitou o “acesso à política estudantil”, muito menos a outros espaços políticos, pois Luciana construiu redes de contatos e alianças políticas densas logo no início da sua militância universitária, no movimento estudantil de base, onde foi o espaço que se destacou e conseguiu notoriedade – conseguiu “ser vista” pelos grupos políticos apoiadores. Neste sentido, é válido ressaltar como ela resumiu sua experiência no CA da seguinte forma: “foi uma experiência maravilhosa que me

ensinou muito sobre o respeito ao próximo e aguçou o meu poder organizativo e de liderança”.

4.2.3 Dirigentes estudantes

Os três dirigentes considerados “dirigentes estudantes” têm características em suas trajetórias que se assemelham e se diferenciam ao mesmo tempo. Verônica, Lucas e Felipe não tiveram nenhum tipo de engajamento prévio antes do movimento estudantil. Nenhum deles foi do movimento estudantil secundarista. Mesmo depois da entrada no movimento estudantil universitário não se engajaram em coletivos, movimentos sociais, sindicatos ou partidos políticos. Segundo todos eles, nunca se filiaram a partidos políticos.

Apesar de não ter participado do movimento secundarista e nem de ter acompanhado as atividades do grêmio da sua escola, Verônica explica que sempre se envolveu com “coisas coletivas da escola”: foi líder de sala e organizou um jornal na escola junto com outros amigos a partir de uma atividade da disciplina de História. Seu primeiro envolvimento, portanto, com a militância ocorre na UFS. Ela foi convidada por um amigo que fazia o curso técnico de Ciência da Computação no IFS; quando ela passa para o curso de Direito, ele passa para Física e se encontram na universidade. Foi esse amigo que a levou para o movimento estudantil, “foi ele que me levou mesmo, que me conduziu pelo braço para o movimento”. Além desse amigo, outros colegas de curso tiveram influência na entrada de Verônica, como por exemplo, Pedro, presidente da gestão de 1999/2000. É bastante significativo esse primeiro momento de experiência militante de Verônica, principalmente, como a mesma descreve, a influência dos seus amigos durante o seu processo de engajamento na causa estudantil, pois é possível perceber o momento e os primeiros motivos que causam o seu desengajamento:

Eu, assim, eu por minhas convicções individuais, eu dificilmente faria parte se ele não tivesse me levado, mas quando ele me levou que eu conheci o grupo, eu amei, assim, eu me apaixonei totalmente por Augusto que hoje é delegado, não sei se você teve a oportunidade de conversar com ele. Augusto, na verdade, era o grande cabeça do movimento, Augusto é um homem inteligentíssimo e ele era o grande mentor de tudo, assim, de todo o movimento, de todo, assim, da política “feijão com arroz” e ele combinava muito bem as opiniões dele com Pedro, e Pedro era a figura mais carismática. Assim, Pedro é um homem extremamente carismático, muito inteligente, muito engajado, carismático, tem uma cabeça muito boa, tem uma inteligência, assim, além da média e ele com Augusto fazia uma parceria perfeita. Augusto era realmente o cara que estava por trás de toda a organização, Augusto era o cara e, aí, quando a gente se encontrava pra discutir as coisas era muito bom, assim, estar com eles e participar daquele grupo. Só que nós tivemos que montar uma equipe e muitos dos que vieram

na minha equipe não eram aqueles que faziam parte do grupo de Augusto, naturalmente durante a minha gestão a gente se afastou, mas foi muito bom, assim, os primeiros dias, os primeiros contatos com eles foi fundamental para que eu tivesse fôlego pra continuar, mas eles não foram na jornada comigo, a gente meio que foi se perdendo no caminho (Verônica).

Como o modelo de organização do grupo tanto de Pedro quanto de Verônica foi construído a partir de uma concepção em que os militantes antes de serem militantes eram estudantes, quando Verônica começa a participar do grupo, alguns integrantes já estavam perto de se formar, por isso, parte do grupo em que ela tinha construído uma amizade e uma militância densa não integra a diretoria executiva da sua gestão. Um exemplo disso foi o próprio Pedro, que acompanhou de forma mais efetiva o início de sua gestão, mas por conta de sua vida profissional não conseguiu dar um apoio mais sistemático durante sua atuação. Segundo Verônica, sua gestão termina apenas com ela e o vice-presidente atuando efetivamente.

Durante sua gestão, não estabeleceu redes com partidos políticos, não participou de congressos da UNE, curso de formação política, nem estabeleceu articulação política com centrais sindicais como a CUT, movimentos sociais como o MST e sindicatos; só ocorreu de forma obrigatória ou por convite, uma vez que o DCE, em determinados momentos, precisa dialogar com organizações da sociedade civil. Como a própria ex-presidente se classifica, ela era uma militante “às avessas”, pois não tinha o perfil e nem o estereótipo de militante do movimento estudantil. Segundo relatos de outros presidentes do DCE que a conheceram, ela era discriminada por não ter uma trajetória de militância e principalmente por ser considerada uma “patricinha”, contudo, isso eram apenas acusações para tentar deslegitimar suas ações.

Tanto a ausência de seus primeiros amigos de militância, as críticas ao perfil de militância que ela assumia, quanto os vários atos de corrupção e o jogo político entre o movimento estudantil universitário e os partidos políticos fizeram com que Verônica se desengajassem do movimento estudantil e de qualquer outro tipo de militância associativa e partidária. O único engajamento formal que ela passou a ter após a militância no movimento estudantil foi a filiação ao sindicato da sua categoria profissional. Além disso, desde o início, a visão de Verônica sobre o que esperava do movimento estudantil e o que queria a partir da sua atuação foi diferenciada, o que implicou no modelo de organização que sua gestão expressou:

Então, já havia um tipo de produção política dentro do movimento estudantil que era uma política financiada por partidos, depois que eles perderam um

pouco do espaço para a gente, eles não estavam esperando isso acontecer, aí eles passaram a fazer uma campanha mais forte e começaram a financiar a política estudantil. Eu me lembro que depois de mim, a campanha foi uma campanha mais organizada com panfleto; eles já se apresentavam de forma diferente e tal, mas assim, talvez não tenha continuado pela maneira que nós ingressamos e pela maneira em que saímos. Nós não estávamos ali pra que, como muitos fazem, pra ser trampolim, nós não tínhamos uma perspectiva, nós não éramos políticos profissionais, nós não estávamos ali com aquele propósito de utilizar o DCE como trampolim para uma coisa maior, a gente estava ali pra dá uma colaboração de pessoas comuns da sociedade que tinham uma certa politização, que tinham algo a contribuir, mas que não queriam aquilo efetivamente como profissão, como algo pra dá continuidade, nunca pensei, nunca pairou aqui na minha cabeça a perspectiva de sair dali e ter um diploma de Direito, não pra ser advogado, pra exercer alguma atividade jurídica, mas pra ser político ou candidato (Verônica).

O relato acima mostra como determinados espaços de socialização política e como as redes interpessoais constroem a visão de mundo e as interpretações que os militantes farão da sua própria militância. Verônica foi socializada em um grupo em que a maioria dos militantes não tinha vínculo partidário e que naquele momento não viam a militância como uma oportunidade política para acessar a política eletiva ou algum cargo de dirigente de partido político ou sindicato.

Os dois últimos “dirigentes estudantes” são Lucas e Felipe⁸⁷, eles participaram das gestões *Integração* e o principal motivo dos seus desengajamentos foi o processo no Ministério Público Federal que investigou as irregularidades e uma suspeita de desvio de dinheiro durante as gestões que eles presidiram, como citado no capítulo 3. Segundo os ex-presidentes, tal processo proporcionou um desgaste emocional, físico, psicológico e político nos dois, além de uma decepção com a política estudantil. Lucas, que é natural do interior da Bahia, ingressou sua experiência de militância na universidade – na escola que estudou não existia grêmio estudantil; segundo ele, eles nem sabiam o que era isso, mas, assim como Verônica, organizava atividades coletivas na escola, como festinhas de final de ano, campeonatos de futebol de salão, mas sem nenhuma conotação política. Quando entrou na UFS em 2007, no curso de Ciências Econômicas, o movimento estudantil estava em um dos seus melhores momentos de debate e de atividade: estava em discussão a implementação do REUNI, e o grupos estudantis estavam divididos em ser contra e em ser a favor da forma de

⁸⁷ É importante ressaltar que a entrevista de Felipe foi feita via e-mail, foram feitas várias tentativas de realizá-la de forma presencial, contudo, o entrevistado, nesse período, estava com indisponibilidade de tempo, por conta do trabalho e da conclusão de sua monografia.

implementação do projeto. Ele passou a integrar o grupo que era a favor, que em sua maioria eram militantes da UJS/PCdoB e que organizaram o movimento Pró-Aula.

Antes de participar da diretoria executiva do DCE, acompanhou duas gestões *Integração* a convite de alguns amigos – inclusive, de um que era natural da sua cidade natal. Antes disso, foi presidente do CA do curso de Economia, participou do CONSUL e foi presidente do DCE em 2010/2011. Diferentemente de Verônica, Lucas vivenciou intensamente o movimento estudantil e durante quase cinco anos de militância participou de congressos, encontros estudantis, cursos de formação política, entre outros espaços de formação política. A fala abaixo ilustra o envolvimento do ex-dirigente no movimento estudantil universitário:

O que mais me marcou foi a forma como eu me envolvi, como eu me doeie ao movimento estudantil; eu realmente gostava, era muito apaixonado pelo que fazia. Interiormente você deixa de viver a sua vida pra viver a vida e o problema dos outros, mas aquilo pra mim era gratificante, quando você via materializado [...] nos estudantes, de alguma forma, a conquista, se fosse uma residência, se fosse uma bolsa, se fosse uma luta por uma criação de uma nova linha, demandas mais pontuais.

Apesar de todo esse envolvimento das redes densas que Lucas construiu com militantes do PCdoB, com o próprio Edvaldo Nogueira e Karla Trindade, durante sua gestão, o processo judicial contra sua gestão foi um evento que marca não só sua trajetória e sua saída da militância como a de alguns integrantes do seu grupo, como ilustra o depoimento abaixo, quando o Lucas se refere ao fechamento do DCE em 2013, após as acusações de irregularidades de desvio do dinheiro dos projetos e após eles terem ganhado, supostamente, as eleições de 2013⁸⁸:

[...] nós abrimos mão porque o próximo passo seria o quê? Um atentado [risos]; seria a vida de um estudante da chapa, então, pra quem chegou a esse nível e sem se preocupar com as consequências, não saberíamos qual seria o próximo passo. É, e assim pra nós qual era o sentido de continuar, então? Sei lá, pra entidade, pra representar os estudantes não valeria a pena, então a chapa toda decidiu sair. Saímos, alguns quiseram continuar, pra nós não foi interessante e o melhor que se fez mesmo foi cada um tocar sua vida e todos concluíram seus cursos. Boa parte já está concursado e hoje tão trabalhando, foi a melhor coisa que a gente fez, foi abandonar o movimento estudantil por esse tipo de oposição que nós enfrentávamos porque não tinha freio. Chega

⁸⁸ Em todas as entrevistas feitas com dirigentes e militantes, bem como, na pesquisa documental, apenas Lucas cita a eleição de 2013 que teria como presidente um militante do grupo “Integração”; como não foram encontradas mais informações e como não houve, de fato, gestão durante o ano de 2013, não nos aprofundamos nessa informação.

ao ponto de se criar uma história através de uma imagem⁸⁹ que eles produziram, não fomos nós que produzimos, sem pensar nas consequências, então, também, depois que poderia perder a consequência seríamos nós; o homem é o momento, nós não sabemos nem o que seríamos capazes de fazer, então, foi melhor mesmo a gente abandonar mesmo, de fato, o movimento estudantil.

Quando concluiu o curso de Ciências Econômicas, Lucas continuou na universidade, mas no nível de pós-graduação (ver Quadro 3) e, assim como Bianca, vê na produção intelectual científica um espaço para exercer a militância.

Por fim, Felipe participou do mesmo processo político que Lucas, como dito anteriormente, o processo no MPF motivou sua saída da militância. Ele entra na universidade em 2008, e começa a militar através da influência de Cristiano, Lucas e outro militante do grupo Integração, em 2011. Os eventos que marcam sua entrada na militância são o CONUNE, que ocorreu em Goiânia em 2011; uma palestra do ex-presidente da República, Lula, no mesmo ano; e um ato em prol do RESUN, quando o restaurante estava parado. Felipe não participou do CA nem da executiva de curso de Geografia, e não continuou em nenhum espaço de militância, nem associativa e nem partidária.

Como vimos, para alguns dirigentes a militância estudantil rompeu os muros da universidade e da vida pessoal e profissional dos dirigentes, se tornou um projeto de vida; a militância, como por exemplo, para Mônica, está presente em todos os espaços de suas vidas, as identidades de militante, de mãe, de filha, de amiga, não está dissociada da identidade de militante, de dirigente de movimentos sociais. Em determinados momentos esses diferentes espaços de socialização entram em conflito. Como foi o caso de Verônica, que quando assumiu a direção do DCE conversou com os professores para informar que possivelmente faltaria às aulas⁹⁰. Para quem milita o conflito entre a militância e o estudo é constante, são duas esferas que demandam uma dedicação intensa. O que foi possível observar é que quem assume a militância como um projeto de vida profissional ou partidário não vê isso como algo prejudicial à formação profissional e pessoal, apesar do conflito existir constantemente, o mesmo faz parte da dinâmica do movimento estudantil e para conseguir não só a política estudantil local é preciso às vezes trancar o curso, fazer menos matéria no semestre, faltar às aulas, perder matérias por falta ou por nota.

⁸⁹ A imagem a qual ele se refere é a Imagem 1 (capítulo 3).

⁹⁰ Um desses professores foi o juiz Carlos Brito, que falou o seguinte para ela: “Nunca se esqueça que você foi eleita por alunas e que você é uma aluna, eu não lhe dou aval pra você faltar, antes de qualquer coisa, você tem que ser exemplo, então, se você faltar eu vou lhe dá falta, porque eu quero que você seja uma boa aluna”.

Agora, por outro lado, quem vê a militância estudantil apenas como uma forma de participação política momentânea que se encerra junto com o curso, esses conflitos entre as diferentes esferas de socialização implicará em uma atuação menos engajada e menos preocupada em construir redes de contato que reproduza a sua política ou a política do seu grupo dentro da universidade. Alguns eventos como corrupção, fraudes, irregularidades administrativas ou mesmo manifestações que foram altamente publicizadas podem proporcionar esses conflitos entre as esferas da vida, como a esfera familiar e militante. Portanto, algo que, de fato, observamos, e que foi importante para a permanência ou desengajamento político dos(as) presidentes(as) do DCE, é a densidade das redes que eles contraíram durante o movimento estudantil universitário; os espaços de formação e socialização política que eles tiveram antes e durante sua gestão; as redes de amizade e de militância construídas em movimentos sociais, partidos políticos, coletivos e na UNE; as motivações e o que eles esperavam da sua militância no movimento estudantil; por fim, os recursos mobilizados e as oportunidades políticas obtidas a partir do “acesso à política estudantil”.

Como dito no início do presente capítulo, o objetivo foi analisar as carreiras militantes dos ex-presidentes do DCE a partir dos espaços de socialização, das relações interpessoais e das condições sociais de origem. Neste sentido, vimos que os ex-dirigentes do DCE investiram e interpretaram sua participação no movimento estudantil universitário de diferentes formas. Para alguns, a participação e o engajamento em tal movimento contribuiu para ampliar as redes sociais e proporcionar oportunidades profissionais e políticas durante e depois do seu engajamento no movimento; para outros, a participação contribuiu para uma formação profissional engajada, mas não para uma continuidade efetiva no militantismo; já em outros casos, a participação no movimento estudantil universitário promoveu o desengajamento militante em movimentos sociais, partidos políticos, bem como em outras organizações.

Analisamos neste capítulo, também, como as redes sociais, principalmente as de amizade, construídas antes e/ou durante a participação no movimento estudantil universitário “têm um papel de destaque na adesão e na continuidade” do militantismo. Concordando com Oliveira (2005) quando ele ressalta a importância das redes para adesão e continuidade dos atores no militantismo. Percebemos que as redes de amizades também são importantes no processo de desengajamento dos militantes, principalmente no caso do movimento estudantil

universitário que é cíclico e as estruturas de interações são modificadas periodicamente. Foi de suma importância observar diferentes espaços de socialização dos dirigentes para entender como a sua atuação, as reivindicações e os repertórios organizacionais escolhidos durante o período que eles atuaram como presidentes do DCE se relacionavam com outras esferas de vida, como a familiar, a afetiva, acadêmica e profissional.

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objeto de estudo os modelos de organização dos movimentos estudantis da UFS durante o período de 2000 a 2015. Um dos desafios metodológicos encontrados e que também se coloca como um limite desta investigação foi a delimitação dos movimentos estudantis que se organizaram dentro da Universidade Federal de Sergipe entre os anos de 2000 a 2015, sem que houvesse a exclusão de determinados grupos estudantis durante esse período e/ou sem que houvesse uma dedicação maior a alguns movimentos em detrimento de outros. Tanto esse desafio metodológico quanto o desafio de lançar mão da análise das redes sociais, dos repertórios organizacionais e das carreiras militantes conduziram a elaboração do objeto de estudo e do problema de pesquisa.

O problema de pesquisa se constituiu em examinar os modelos e repertórios organizacionais utilizados por um conjunto de movimentos estudantis, e como eles estão relacionados com o contexto político, com as redes sociais e com as lógicas de engajamento individual. Tendo como recorte espacial o campus de São Cristóvão, partimos da concepção de que não existia um único movimento estudantil na referida universidade. Deste modo, é sabido que foi preciso fazer um mapeamento dos grupos que se organizaram durante o período investigado e encontrar diante da dimensão do campo empírico um recorte em que permitisse analisar as diferentes formas de organização estudantil que constroem o movimento estudantil universitário de Sergipe. Com base nas observações participantes e na análise documental delimitamos que a análise da relação seria compreendida com base na investigação dos modelos de organização das gestões do DCE, das carreiras militantes dos(as) ex-presidentes(as) da entidade, da participação em eventos como assembleias estudantis, CEBs, mesas redondas, cursos de formação política e da aplicação de questionário com militantes de diferentes movimentos estudantis.

Ter abordado as gestões e as carreiras militantes dos presidentes do DCE foi uma escolha que permitiu evidenciar de forma mais linear as transformações e continuidades dos modelos de organização e dos repertórios organizacionais do movimento estudantil universitário ao longo de 15 anos, pois as disputas e os conflitos pela representação dos estudantes por meio da entidade estudantil ainda mobilizam e estruturam as redes de relações entre os movimentos estudantis – entre esses, partidos políticos, sindicatos, coletivos e movimentos sociais. Como também, este trabalho mostrou que as diferentes lógicas de

engajamento individual estão ligadas diretamente a uma compreensão das redes sociais prévias e dos diferentes espaços e experiências de socialização no associativismo e na política que forma e constrói redes de interações que influenciam a entrada dos estudantes no movimento estudantil, no seu engajamento, na permanência e também no desengajamento.

No primeiro capítulo foram analisadas as condições sociais de emergência do movimento estudantil universitário em Sergipe, com foco nas décadas de 1980 e 1990. Percebeu-se que, por um lado, há uma ampla produção na área das Ciências Sociais sobre o movimento estudantil brasileiro entre o período de 1937 a 1999; a produção científica nessa área em Sergipe também segue esse recorte temporal, se debruçando principalmente entre o período de 1950 a 1999; por outro lado, há uma ausência de trabalhos acadêmicos nas Ciências Sociais do Brasil sobre os movimentos estudantis de direita, no caso de Sergipe não foi encontrado nenhum trabalho científico que focasse a ação de movimentos estudantis de direita e/ou de movimentos de juventudes com posicionamentos conservadores. Isso porque até 2014 não havia na trajetória do movimento estudantil universitário juventudes de direita disputando a representação estudantil de forma organizada, ou seja, disputando eleições para CAs, DAs e/ou DCE. Contudo, os dados demonstraram que partidos políticos de direita e setores da Igreja Católica foram fundamentais para a emergência do movimento estudantil da UFS, porém, até os anos de 2014 não foram encontrados registros e nem relatos de militantes sobre movimentos de direita organizados disputando espaços de representação estudantil na Universidade, isso ocorre no referido ano com o surgimento do movimento Liberte-se.

Destarte, concluiu-se que desde o início dos movimentos investigados (1950) houve a participação de juventudes de direita se organizando na UFS, porém, os repertórios de organização utilizados e os interesses em disputar os espaços de representação estudantil eram diferentes daqueles utilizados pelos movimentos estudantis de esquerda. Deste modo, acredita-se que entre 1950 e 1964 os partidos políticos de direita e setores e movimentos sociais ligados à Igreja Católica dominavam os espaços de representação estudantil. Um fator que está ligado a isso tem a ver com o perfil dos estudantes que tinha acesso ao ensino superior nesse período, outro fator é que ainda não havia a integralização das faculdades, o que também dificultava a formação de redes sociais mais densas entre os estudantes de diferentes cursos; de 1964 até o período de abertura política o movimento estudantil universitário de Sergipe já está mais fortalecido, articulado com a União Nacional dos Estudantes, e em 1967 a UFS é criada – 20 anos depois as faculdades são transferidas para as

instalações do campus UFS/São Cristóvão. Como foi referenciado no decorrer da dissertação, alguns autores questionam o esquecimento das ações das juventudes de direita justamente durante esse período em detrimento da “memória aguerrida” das juventudes de esquerda, dos grupos anarquistas, entre outros.

Do período da abertura política até a década de 1990 várias transformações ocorreram na participação política dos jovens estudantes. Uma das características principais que muitos autores colocam é de que esses atores passam a atuar por meio das suas redes interpessoais e estabelecer uma nova sociabilidade com os partidos políticos e com as entidades clássicas de representação estudantil. Deste modo, o que observamos com relação ao objeto de estudo desta dissertação é que se antes desse período a participação efetiva de partidos de direita e de setores da Igreja Católica, atuando por meio de suas juventudes na representação dos estudantes universitários, com a abertura política o movimento estudantil da UFS vai ser dominado por partidos políticos de esquerda como PCdoB, correntes de esquerda do PT, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, movimentos sociais ligados a questões de gênero, entre outros. Apesar dos partidos políticos não constituírem mais o principal canal de participação política dos jovens, como alguns estudos mostraram, essas organizações, no caso do movimento estudantil universitário, ainda se constituem como estruturante das relações dos movimentos estudantis e outros grupos políticos, e dos modelos de organização que eles utilizam para a representação dos estudantes.

O primeiro capítulo foi esclarecedor e revelador quando mostra que a relação entre movimento estudantil universitário, movimentos sociais e partidos políticos é histórica, uma vez em que a organização e as disputas pela representação dos estudantes envolvem desde a sua emergência essas três organizações políticas, principalmente. Este trabalho evidencia ainda que com o processo de abertura política houve uma diversificação nas relações estabelecidas entre os movimentos estudantis e os partidos políticos na UFS, mas que ainda os partidos se constituem como uma instituição estruturante para o movimento, assim, este trabalho afirma que a compreensão das relações entre partidos políticos e movimento estudantil, bem como a inserção de militantes nos partidos políticos, não devem ser analisadas como um processo meramente de cooptação e de aparelhamento político. O que observamos é que, por um lado, como dito anteriormente, os partidos políticos historicamente se constituem como uma base que estrutura relações e modelos de organização dos movimentos estudantis, além de se constituírem como uma base financeira e como espaços de formação político-

ideológica. Por outro lado, a penetração e dominação dos partidos políticos historicamente nos espaços de representação estudantil, como CAs e DCE, inibe a participação de novos estudantes nesses espaços, limita a autonomia dos militantes, bem como promove a emergência de novos atores e de modelos de organização que confrontam essa dominação e a sua influência nos modelos de organização.

O segundo capítulo teve como objetivo conhecer quem eram os estudantes que militavam, quais os espaços de militância que eles estavam inseridos e quais as causas defendidas por eles, bem como os conflitos que envolveram as assembleias estudantis, os CEBs e os Centros Acadêmicos entre o período de 2000 a 2015. Dentro dos limites do questionário elaborado obtiveram-se alguns resultados sobre os múltiplos engajamentos dos militantes, sendo que os principais canais de participação política deles foram: em primeiro lugar, com 70,3%, os movimentos sociais – esses têm causas variadas como transporte, moradia, cultura, gênero, violência contra mulher. Em segundo lugar, representando 59,4 %, estão os CAs – os CAs e/ou DAs, por um lado, se constituem como a porta de entrada dos estudantes no movimento estudantil de base e posteriormente no movimento estudantil geral, como também, para outros espaços de militância; já por outro lado, quando analisou-se esse espaço de representação estudantil percebeu-se que quanto mais for disputado por forças políticas externas e ativas, mais os CAs ou DAs serão excludentes com relação à participação e representação de estudantes que propõem novas ideias, novos projetos e formas de atuação.

Com uma diferença mínima, o terceiro e último lugares são os coletivos, que representam 35,9%, e os partidos políticos, com 34,4%. Com relação aos coletivos observou-se que essa forma de organização em Sergipe cresce principalmente a partir dos anos 2000, reivindicando causas principalmente ligadas a gênero, a juventudes e contra a violência contra a mulher; algo importante, também, é com relação a sua forma de organização, que é mais prática e pontual. Os dados confirmaram que os partidos políticos ainda constituem um canal de participação política importante para os jovens. Um aspecto interessante com relação a isso é que esse resultado corresponde aos jovens que são filiados a partidos políticos, porém, vários militantes relataram que participavam de espaços de formação política, da juventude partidária, mas não eram filiados ao partido.

Outro resultado obtido a partir dos questionários e confirmados com as entrevistas semiestruturadas com os ex-presidentes do DCE e os militantes de movimentos estudantis é o desafio de romper com a estrutura de hierarquia que existe entre homens e mulheres dentro do

movimento. Este trabalho comprova a importância de entender as relações de gênero no movimento estudantil e no militância de forma geral, pois esta dissertação mostrou que o movimento estudantil ainda é composto principalmente por militantes do sexo masculino e que as divisões de tarefas ainda levam em consideração o sexo, ou seja, esse fator influencia na organização do movimento. Mas apesar desse resultado e do machismo relatado pelos(as) dirigentes e os(as) militantes, a pesquisa evidenciou também que houve uma transformação na participação política da mulher no movimento estudantil universitário. Se comparada a décadas anteriores, as mulheres passaram a ocupar mais cargos de dirigente no DCE e a construir e ter posições de liderança em movimentos estudantis de diferentes modelos de organização. Entre 2000 e 2015, quatro mulheres ocuparam o cargo de presidente do DCE, e a maioria das gestões tinha em sua diretoria executiva a participação de mulheres. Esse aumento da participação política delas também contribuiu para transformação dos modelos de organização do movimento estudado, uma vez que determinadas reivindicações e repertórios organizacionais começam a ser utilizados a partir do aumento da sua participação; como ainda, uma rede de movimentos, majoritariamente composta por mulheres, passa a atuar fora e dentro da universidade, como por exemplo, o Coletivo de Mulheres de Aracaju, a Marcha das Vadias, o Coletivo Ana Montenegro, entre outros.

O terceiro capítulo teve como objetivo, portanto, examinar as dinâmicas organizacionais da militância dos movimentos estudantis da UFS entre o período de 2000 a 2015 com foco no processo de construção e atuação das gestões do DCE, problematizando o que significa ter “acesso à política estudantil”. Entrar no “mundo das gestões” e compreender a partir dos atores os significados do apartidarismo no movimento estudantil permitiu compreender o múltiplo engajamento e a escolha de modelos de organização a partir de uma análise processual e relacional. Levamos em consideração as experiências de vida dos atores, as redes sociais das lideranças, os eventos políticos e sociais, os processos de socialização das lideranças em diferentes espaços e o que os atores achavam da participação dos partidos políticos no movimento estudantil, afirmamos que esses aspectos influenciaram os diferentes processos de engajamento individual e a construção da identidade do movimento estudantil que foi expressa a partir das gestões do DCE.

Classificamos três formas de modelo de organização a partir dos próprios relatos dos ex-dirigentes do DCE: o primeiro modelo de organização corresponde ao (i) movimento estudantil como movimento social, quando as causas sociais estão acima das causas

vinculadas à educação e/ou ao cotidiano dos estudantes no campus universitário. Os atores que expressam essa política partem do princípio de que os problemas sociais como a falta de moradia, o transporte público, a violência nas periferias, a precariedade na Saúde, entre outros, atingem indiretamente ou diretamente o estudante na universidade, bem como o seu futuro como profissional, como pai ou mãe, por isso a defesa dessas causas se tornam mais importantes em determinadas circunstâncias. Outro modelo foi o (ii) movimento estudantil como agremiação; ao contrário do modelo anterior, esse modelo tem como defesa principal as causas vinculadas ao cotidiano do estudante na universidade e as causas vinculadas diretamente com a educação. Esse modelo parte do princípio de que o movimento estudantil deve representar a categoria dos estudantes e solucionar os problemas cotidianos, lutando por problemas vinculados à educação, para promover a manutenção e permanência do estudante na universidade. Já o último modelo é constituído pelas duas formas, (iii) o movimento estudantil como movimento social e como agremiação; esse modelo parte do princípio de que é preciso defender pautas do cotidiano do movimento estudantil universitário e da educação como um todo. Contudo, inserir e problematizar os problemas sociais, como os citados anteriormente, que abalam e demarcam um perfil de estudantes que entra na universidade a partir do REUNI e das políticas de cotas, por exemplo, é imprescindível.

Além das causas defendidas terem sido uma das características que permitiu essa classificação, verificamos que há diferenças nos repertórios organizacionais e na diversidade das redes sociais de apoio que compõem cada modelo, configuram formas de organização diferenciadas no campus universitário. As gestões que expressavam a política do primeiro modelo têm redes sociais mais diversificadas formadas principalmente por movimentos sociais ligados às causas populares, movimentos de juventudes, partidos políticos, sindicatos e coletivos. Percebemos que isso implicou em uma organização que demarcava de forma bastante clara quais eram o perfis de estudantes que eles representavam e mobilizavam na universidade; a saber, estudantes oriundos de escola pública e da periferia, negros, homossexuais, travestis e transexuais. Já o segundo modelo tem redes mais restritas a partidos políticos, movimento estudantil secundarista e a juventudes partidárias; esse tipo de organização deixou mais evidentes as relações com partidos políticos e como isso implica em uma organização “governista”, isso na lógica do movimento significa dizer que está de acordo com a política do governo, defende e limita a contestação dos militantes. O último modelo tem redes sociais formadas principalmente por movimentos sociais, sindicatos e redes sociais menos influentes de partidos políticos; nessa composição notamos principalmente a ação de

milитantes independentes com uma ação contestatória maior em relação à penetração e influência dos partidos políticos no movimento estudantil, assim, diferente do modelo anterior, eles tinham mais autonomia para reivindicar demandas cotidianas dos estudantes.

Outro resultado evidenciado é que o engajamento dos militantes do movimento estudantil nos partidos políticos não resulta de um processo racionalizado de cooptação e de aparelhamento político, pelo contrário, é um processo que envolve as experiências pessoais desses atores, uma reflexão individual dos custos e benefícios da entrada no partido político e de um processo de socialização em espaços em que as estruturas de interação são formadas por lideranças partidárias, juventudes partidárias e juventudes independentes. Se por um lado a penetração dos partidos políticos no movimento estudantil de base e geral é criticada tanto por militantes dos movimentos estudantis quanto pelos estudantes sem militância, por outro, os dirigentes e militantes reconhecem que os partidos políticos e movimentos sociais, além de outros apoiadores, são importantes para a construção do movimento estudantil universitário e para continuidade da militância e da participação política.

Organizar-se demanda custos financeiros e tempo, e os partidos políticos e movimentos sociais custeiam os gastos ou parte dos gastos dos movimentos que apoiam, e como troca têm sua política sendo expressa e militantes construindo redes dentro da universidade que podem ser mobilizadas como capital humano em manifestações dos movimentos sociais apoiadores, ou podem ser mobilizadas também como capital humano e eleitores em campanhas dos candidatos políticos que apoiam e financiam os movimentos. O outro lado da relação entre movimento estudantil e partido político é este que ele oferece aos militantes formação política e um espaço para continuar a militância, algo que muitos dirigentes reconheceram como importante, inclusive para adquirir um conhecimento político e prático para agir na representação dos estudantes.

Concluimos que “acessar a política estudantil” significa expressar a política, a ideologia e o modelo de organização do movimento estudantil ou de uma rede de movimentos e partidos políticos que o militante faz parte ou se articula politicamente. Ter acesso à política também possibilita reforçar alianças e ter notoriedade na política estudantil e na política partidária, que geram oportunidades políticas e profissionais nas duas esferas. Também, “acessar a política estudantil” é ter acesso aos bastidores das fraudes nas eleições do DCE, aos atos de corrupção financeira no DCE, CAs e DAs, à política da “falsa representação nos espaços de deliberação estudantil”.

O quarto capítulo teve como objetivo analisar a relação entre as carreiras militantes dos ex-dirigentes do DCE e os modelos de organização utilizados por eles, focando o olhar nas experiências de militância, nos espaços de socialização e na origem social como elementos que fazem parte do processo de engajamento individual daquelas lideranças estudantis e da construção da identidade do movimento estudantil de que fizeram parte. Com base nos relatos dos dirigentes sobre suas experiências de vida, suas condições sociais de origem e as trajetórias militantes, classificamos três tipos de dirigentes: os “dirigentes militantes” foram classificados como aqueles que tiveram uma trajetória de militância estudantil completa, ou seja, participaram do movimento estudantil secundarista e universitário, e construíram redes de contatos, acumularam experiência prática, política e teórica que pôde ser mobilizada dentro do movimento estudantil universitário, e em alguns casos na atuação profissional, como projeto de vida; os “dirigentes partidários” foram aqueles que não tiveram uma participação no movimento secundarista, mas que construíram redes de contatos, principalmente com partidos políticos e movimentos sociais, durante o ensino básico ou durante o ensino superior, que foram mobilizadas tanto para o movimento estudantil universitário quanto para um projeto profissional e/ou partidário; os “dirigentes estudantes” constituem aqueles dirigentes que não participaram do movimento secundarista, que durante suas carreiras militantes não construíram redes densas de contatos e de pertencimento com a militância, e especificamente com militância no movimento estudantil universitário, que pudessem ser reconvertidas para um projeto militante, profissional ou político.

Concluimos que as condições de origem, os interesses e motivações individualizações dos militantes com relação a sua participação política no movimento estudantil e na militância geral são construídos tanto a partir das redes de relações prévias, principalmente as de amizade, como durante e depois da participação no movimento estudantil universitário. Outro resultado observado é que a permanência e continuidade na militância estudantil universitária ou em outro espaço político estão diretamente ligadas à construção de redes sociais de militância densas constituídas em espaços de formação política, congressos, manifestações, em espaços que promovam uma identidade de pertencimento àquele universo da militância. Desta feita, quando o militante não é socializado nesses espaços, não estabelece uma rede de contato com outros militantes, organizações políticas, e têm outras atividades que ocupam mais tempo que a militância, além de outros projetos que envolvem família, vida afetiva, academia e trabalho, ocorre o desengajamento militante e político.

Este trabalho é importante para Sociologia na medida em que forneceu um questionamento sobre as condições de organização do militantismo estudantil universitário, a partir de uma discussão sociológica que analisa como os modelos de organização mobilizados e utilizados pelos militantes estão relacionados com o contexto político, com os espaços de socialização associativos e políticos, com as condições sociais de origem e com as carreiras militantes. Neste sentido, este trabalho analisa de forma original o movimento estudantil universitário de Sergipe e possibilita uma análise sobre as transformações nos processos de organização dos movimentos estudantis no Brasil a partir dos anos 2000.

A presente dissertação deixa algumas questões e problemas de pesquisas que se mostraram importantes no decorrer da investigação e que podem ser aprofundados a partir da produção de outros trabalhos acadêmicos; um deles seria uma investigação sobre a participação política e os modelos de organização das juventudes de direita nos movimentos estudantis. Outra questão a ser aprofundada é a relação entre as manifestações de junho de 2013 e a emergência não só das juventudes de direita e da apropriação de repertórios de ação tradicionalmente utilizados por movimentos de juventude de esquerda, como também a emergência de novas pautas e formas de organização dos movimentos sociais de esquerda. Um problema de pesquisa que permitiria mais aprofundamento é a relação entre os movimentos estudantis da UFS e as eleições municipais de Aracaju/SE, problematizando as relações entre militantes contestadores e atores institucionais a partir da participação dos militantes em campanhas eleitorais de determinados candidatos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasil de Educação**, nº 07, 1997.

ABERS, Rebecca Neaera; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Revista Sociologias**, vol. 13, 2011. pp. 52-84.

ALONSO, Angêla. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, 2009. p. 49-86.

_____. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Revista Sociologia & Antropologia**, vol. 2, n.3, 2012. pp. 21-41.

_____; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos estudos**. Cebrap, 79, nov. 2007. pp.151-167.

ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade civil e Teoria Social. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. pp.47-192.

AZEVEDO, Lúcia Rangel. O papel da UNE no Movimento Estudantil na segunda metade do século XX. **ECCOM**, v.1; n.2; jul/dez 2010. pp.7-22.

BEZERRA, Marcos Otávio. Mobilizações de bairro, repertórios de ação coletiva e trajetórias pessoais. **Revista Antropolítica**, Niterói, n.23; 2. sem. 2007. pp.43-65.

BECKER, Howard. S. **Métodos e técnicas pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hecite, 1999.

_____. Outsiders. **Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 232pp.

BRENNER, Ana Karina. **Militância de jovens em partidos políticos**: um estudo de caso com universitários. 2011. Tese (doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10082011-144625/>>. Acesso em: 12 out. 2015.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas : sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996

_____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 5, 2011. p. 193.

_____. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**: revista de estudos de conflito e controle social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, abr/maio/jun 2009.

CLEMENS, Elisabeth S. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1890-1920. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, jan/jul 2010, pp. 161-218.

COMBES, Hélène. Pour une sociologie du multi-engagement: réflexion sur les relations partis-mouvements sociaux à partir du cas mexicain. **Sociologie et Sociétés**, vol. 41, n. 2, 2009. pp.161-188.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5). 154, pp.1999.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento**. A campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

COSTA, Joana D'Arc. **Dos movimentos sociais às funções institucionais**: a consolidação de uma geração política em Sergipe. 2009. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2009.

CRUZ, José de Souza. Memórias efervescentes: estudantes, artistas e os movimentos culturais em Sergipe em tempos de sombras. In: **XXV Simpósio nacional de História**, Fortaleza, 2009.

_____. **Da autonomia à resistência democrática**: Movimento Estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985. Tese (doutorado em História), UFBA, 2012.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos políticos em Sergipe** (1889-1964). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **A tutela militar em Sergipe**, 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Eleições em Sergipe**: 1985-2000. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

_____. **de Sergipe República** (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FILLIEULE, O. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. **Revue Française de Science Politique**. Paris, v. 51, n. 1-2, p. 199-215, 2001.

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo, Livraria Pioneira, 1972.

FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. ed, 17. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2007a.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. Loyola: São Paulo, 6º ed., 2007b.

_____. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, maio/ago 2014.

GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina - elementos para uma abordagem comparada. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.22, no. 44, dez. 2009. pp.323-354.

GOLDSTONE, Jack A. More social movements or fewer? Beyond political opportunity structure to relational fields. **Theory and society**, v. 33, p. 333-365, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Tempo Brasileiro, 2003.

IANNI, Otávio. O jovem radical. In: BRITO, Sulamita. **Sociologia da juventude I**: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. pp.225-242.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LISBOA, Álefy Emílio dos Santos. **Movimento estudantil secundarista**: juventude, militância, engajamento e a luta da USES em Sergipe. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015.

MARTINS FILHO, João Roberto. **1968 faz 30 anos**. Campinas/SP: Mercado das Letras: São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

_____. **A guerra da memória**: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. Varia História, UFMG, n. 28, dez. 2002.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. [tradução: Cláudio Marcondes]. In: Marialice M. Foracchi (org), **Karl Mannheim**: Sociologia, São Paulo: Ática, 1982. pp. 67-95.

MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na Sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, v.1, n.2, 2013. pp.14-48.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n.28, set/dez. 2011. pp.18-51.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, jun.89, n.17,1989. p. 49-66.

MESQUITA, MR. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 66, out. 2003. pp.117-149.

_____. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 81, jun.2008. pp.179-207.
MISCHE, Ann. **Rede de Jovens**. Teoria e Debate. v.31, 1996.

_____. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 6, 1997. pp.134-150.

_____. Activist cohorts and trajectories, 1977 to 1996. In: **Partisan Publics: Communication and Contention across Brazilian Youth Activist Networks**. New Jersey: Princenton University Press, 2008.

MORENO, Rosangela Carrilo; ALMEIDA, Ana Maria F. Isso é política, meu! Socialização militante e institucionalização dos movimentos sociais. **Pró-Posições**, Campinas, v.20.n2 (59). Maio/ago.2009. p.59-76.

OLIVEIRA, Wilson José F. de. **Paixão pela natureza**: atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000. Tese (doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2005.

_____. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.3. Brasília, jan/jul. 2010. pp. 49-77.

_____. A arte de resistir às palavras: inserção social, engajamento político e militância múltipla. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal. (Org.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013, v. 1, p. 141-178.

_____. Dinâmicas organizacionais, relações pessoais e carreiras profissionais em organizações partidárias. In: Encontro anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais, 38. 2014, Caxambu (MG). **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2014a. v.1. pp.1-31.

_____. Gênese e diferenciação do ambientalismo. In: _____ (org.). **Engajamento e militância política em Sergipe**: contexto político, engajamento individual e atuação profissional. São Cristóvão (SE): EDUFS, 2014b, v.1, p. 27-64.

_____. SANTOS, A.S. Eventos de protestos e dinâmicas de construção de causas públicas: a campanha do transporte coletivo como um problema público. Congresso Brasileiro de Sociologia, XVII. **Anais...** UFRGS, Porto Alegre (RS), 2015.

POERNER, A. J. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 1996. 240 pp.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 2.ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

REIS, Eliane Tavares. Juventude, intelectualidade e política: a ativação do legado de André Foster e a consagração de uma geração. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10,

2003. pp. 380- 411. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18725.pdf>>. Acesso em: 20.nov.2015.

_____. Militâncias, alianças e ocupação de cargos políticos não-eletivos. **Cadernos CERU** (USP), v. 20, 2009. pp. 171-187.

_____; GRILL, Igor. Gastal. A universidade como um “viveiro” de vocações políticas: carreira profissional, notabilização intelectual e afirmação política. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 12(23), 2015. pp. 61-90.

ROCHA, Daniella de Castro. Militantismo partidário e experiência de poder. **Revista Antropolítica**. Niterói, n.23, 2. sem. 2007. pp.67-95.

SANTOS, Adrielma Silveira dos. **Movimento Não Pago**: emergência e condições de representação no cenário público de Aracaju/Se, 2014. Monografia (Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão (SE), 2014.

_____.Repertórios organizacionais e engajamento individual: eventos de protesto em defesa da causa do transporte público. 2015. In: Seminário de Sociologia & Política, 6º. 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba (PR), 2015, v. 1. pp.1-17.

_____;OLIVEIRA, Wilson José F. de. Etnografia política das gramáticas de construção do transporte público e gratuito como uma causa pública. In: 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015, Caxambu. **Anais...** Caxambu/MG, 2015.

_____;OLIVEIRA, Wilson José F. de. Jovens e militantes: movimento estudantil universitário, juventudes partidárias e “improvisação” como forma de ação coletiva. In: 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015, Caxambu. **Anais...** Caxambu/MG, 2015.

_____;SANTOS, Jonatha Vasconcelos. Movimentos estudantis na Universidade Federal de Sergipe: um reflexo do novo e do tradicional nas formas de socialização política dos jovens. In: IX Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade, 2015. São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão (SE). 2015a.

_____;SANTOS, Jonatha Vasconcelos, S. O espaço universitário, movimentos sociais e partidos políticos: por uma perspectiva relacional do campo político. In: IX Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. 2015. **Anais...** São Cristóvão, 2015b.

SANTOS, Jonatha Vasconcelos. Juventudes partidárias em Sergipe: organização, formas de atuação e engajamento militante. Aracaju. Monografia (graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão (SE), 2015.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da Sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n.28, set/dez 2011. p. 200-255.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996, 2. ed. 143 p.

SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Revista Sociologias**, v. 8, Porto Alegre, 2006. pp.156-79.

_____; OLIVEIRA, Bianca de. **Levante juventude, juventude é pra lutar**: a relação entre esferas de vida e identidade na constituição do engajamento juvenil. Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6558>>. Acesso em: 28 maio 2015.

_____. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, vol. 46, n.1, jan/abr 2010. pp.2-9.

_____; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A face oculta dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. **Revista Sociologias** (UFRGS. Impresso), v. 13, 2011. P.86-124,

SOFIATI, Flávio M. A juventude no Brasil: história e organização. **Passages de Paris** (APEBFR), p. 1-14, v. 2008.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da utopia**: a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker/Fapesp, 1999.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis - vol. 13, n. 28, set./dez. 2014.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. CorruPTos: um ensaio sobre protestos à direita no Brasil (2007-2015). **Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva** (Nepac- Unicamp), Campinas (SP): Unicamp, 2015.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious politics**. Boulder, Paradigm Publishers, 2007. 224p.

_____. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.3, 2010.

Jornais impressos

ACADÊMICOS de Direito lutam pela fundação do Diretório. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju/SE, 30 out.1983, p.2.

BISPO defende a reabertura da a UNE. **Jornal da Cidade**, p.3, Aracaju /SE, 26 maio 1979.

DUARTE, José Taurino. Proposta FASC 87. **DCE**, Aracaju, 1 ago.1987.

ESTUDANTES afirmam que o 477 foi apenas substituído. **Jornal de Sergipe**, p.3 Aracaju/SE, 24 maio 1979.

ESTUDANTES debateram problemas de Educação. **Jornal de Sergipe**, p.3 Aracaju/SE, 21 maio 1983.

ESTUDANTES também discutem diretas. Caderno Política 3, **Jornal de Sergipe**, Aracaju/SE, 11 e 12 dez.1983.

ESTUDANTES. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju/SE, 30 ago. 1981.

LUTAR não é crime! A juventude tem direito ao futuro!. **ANEL**, maio 2014.

O 477 e a UNE. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju/SE, 24 maio 1979.

PROTESTO dos estudantes é vigiado pela polícia. **Jornal da Cidade**, p.3, Aracaju /SE, 25 maio 1983.

REORGANIZAÇÃO da UNE é legal, diz o reitor. **Jornal da Cidade**, ano VII, nº 1996, p.5, Aracaju/SE, 22 maio 1979.

SEIS anos de UFS. **Jornal Visconde de Cairú**, ano I, nº1, maio de 1974.

SEJA um estudante livre. Venha construir a ANEL!. **ANEL**, Sergipe, 2013.

TRÊS chapas disputam DCE/UFS. Caderno Política 3, **Jornal de Sergipe**, Aracaju/SE, 20 nov. 1984.

UNIDADE na UNE. **UNE**, 1988.

APÊNDICES

APÊNDICE 1:

Entrevistas Com Dirigentes e Militantes do DCE-Data/Local

ENTREVISTAS COM DIRIGENTES DO DCE		
Nomes e Cargo	Local da Entrevista	Data De Realização Da Entrevista
Pedro (Presidente-2000)	Escariz do Shopping Jardins	14 de agosto de 2015
Verônica (Presidenta-2001)	Tribunal de Contas de Sergipe (Local de trabalho)	17 de agosto de 2015
Marta (Presidenta-2002)	Restaurante na Orla de Atalaia	20 de setembro de 2015
Miguel (Presidente-2004)	Sede do PT Sergipe	04 de agosto de 2015
Paulo (Presidente-2006)	Secretária da Saúde de Sergipe	28 de julho de 2015
Bianca (Presidente-2007)	UFS	05 de agosto de 2015
Cristiano (Presidente -2008)	UFS	16 de julho de 2015
Carlos (Presidente-2009 e 2010)	Sede do PT Sergipe	04 de agosto de 2015
Lucas (Presidente-2011)	UFS	05 de agosto de 2015
Felipe (Presidente-2012)	Via E-mail	30 de Agosto de 2015
Vitória (Presidenta-2014)	Shopping Jardins	08 de Julho de 2015
Luciana (Vice-presidenta-2015)	Via E-mail	17 de Agosto de 2015

Entrevista Com Militantes

ENTREVISTA COM MILITANTES			
Nome	Movimento Estudantil Que Faz Parte	Local da Entrevista	Data de Realização da Entrevista
Carla	Fórum de Mobilização Estudantil (Inexistente/2009)	Em sua residência	14 de Agosto de 2014
Alisson	Liberte-Se	UFS	09 de Julho de 2015
Marcos	Liberte-Se	Rua do Turista, Centro.	10 de Julho de 2015
Luana	Rua: Juventude Anticapitalista	UFS	15 de julho de 2015
Thiago	ANEL	UFS	15 de Julho de 2015
Toni	Liberte-Se	Em sua residência	15 de Julho de 2015
Ricardo	Liberte-Se	Shopping Jardins	05 de Agosto de 2015

APÊNDICE 2:

Observações Participantes – Evento/Local/Organizadores/Data

OBSERVAÇÕES PARTICIPANTES		
Nome do Evento e Local	Organizadores dos Eventos	Datas
Diretório Central dos Estudantes (DCE) ⁹¹ – UFS	Gestão 2014 e 2015	Entre Maio de 2014 e Agosto de 2015
Assembleia Estudantil - Resun/UFS	Gestão “É Preciso Acordar” 2014	20 de Maio de 2014
Curso de Movimento Estudantil "Helenira Rezende" - Sede da CUT/Aracaju	LPJ	01 de Novembro de 2014
Curso de formação do Levante Popular da Juventude “Tema: Como funciona a sociedade?” Módulo 1- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais/São Cristóvão	LPJ	10 e 11 de Janeiro de 2015 (Dormi no evento)
Conselho de Entidade de Base (Eleições 2014/2015)- Didática V/UFS	Gestão: “É Preciso Acordar” 2014 e Comissão Eleitoral	13 de Janeiro de 2015
Eleições DCE 2014/2015-Debates entre Chapas: Chapa 1 “ É preciso avançar” e chapa 2 “Liberte-se”- RESUN/UFS	Gestão: “É Preciso Acordar” 2014	27 de Janeiro de 2015
Mesa Redonda: BRASIL: AS VÁRIAS FACES DA CRISE - Auditório CECH/UFS	Liberte-se UFS	10 de Abril de 2015
Mesa Redonda: Segurança Pública e Direitos Humanos: o que é que esconde de você? - Auditório CECH/UFS	Liberte-se UFS	15 de Julho de 2015
Assembleia Estudantil – RESUN/UFS	Comando de Mobilização Estudantil	15 de Julho 2015
Eleições 2015: Passada em salas de Aulas com a Chapa 1- UFS	Chapa 1: “É Preciso Avançar”	22 de Janeiro de 2015
Marcha das Vadias – Praça da Catedral/Aracaju	Coletivo de Mulheres de	08 de Agosto de 2015

⁹¹ Além das visitas que foram feitas exclusivamente para coleta de dados e aplicação de questionários, foram feitas observações participantes por isso que o DCE aparece nas duas tabelas.

	Aracaju, PSOL, PSTU e Outros Movimentos Sociais	
#BASTA – Bairro 13 de Julho/Aracaju	Muda Brasil, Movimento Brasil, #VemPraRua e Liberte-SE Geral	16 de Agosto de 2015
Ato Pela Democracia – Passeata Centro de Aracaju	PT, PCdoB e Vários Movimentos Sociais e Sindicatos	20 de Agosto de 2015

APÊNDICE 3:
Fotografias



Reunião do CEB realizado em 13/01/de 2015, no auditório da didática 5 na UFS, coordenado pela gestão “É Preciso Acordar”.





Curso de Formação Política do Levante Popular da Juventude, realizado entre o dia 10 e 11 /01/2015, na sede do Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Eduardo Gomens, São Cristóvão/SE.



Debate entre as chapas “É Preciso Avançar” e “Liberte-se” realizado no dia 26/01/2015 no restaurante universitário na UFS.

APÊNDICE 4:

Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Questionário

Identificação

Idade _____ Sexo _____ Trabalha: Sim () Não () Em quê _____

1º Quando e em que curso você entrou na UFS?

2º Quando começou a atuar no Movimento Estudantil?

3º De que forma você atua no movimento estudantil?

4º Quanto tempo você dedica durante seu dia e sua semana ao movimento estudantil?

5º Você já mudou de curso alguma vez?

Sim () Não ()

6º Se sim, quantas vezes? E para qual/quais curso (s)? E quando?

7º (Válida para quem respondeu sim, na resposta anterior) O que te fez mudar de curso?

8º Você já participou ou participa de: (Obs. Pode marcar mais de uma opção).

() Partido Político.

Qual (is) _____

Quanto tempo/data: _____

() Movimento Sociais.

Qual (is) _____

Quanto tempo/data: _____

() Coletivos.

Qual (is) _____

Quanto tempo/data: _____

() Sindicato

Qual (is) _____

Quanto tempo/data: _____

() ONG

Qual (is) _____

Quanto tempo/data: _____

() Centro Acadêmico

Qual (is) _____

Quanto tempo/data: _____

() Executiva de Curso

Qual (is) _____

Quanto tempo/data: _____

() Outros.

Qual (is) _____

Quanto tempo/data: _____

9ª Quando seu curso na UFS terminar você pensa em continuar na militância?

Sim () Não ()

10ª (Válida para quem respondeu SIM na resposta anterior). Como e onde você deseja continuar sua militância?

APÊNDICE 5:

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

•PERFIL

Nome:

Sexo:

Quando Nasceu:

Onde e com quem mora:

Cor Raça:

Faixa de Renda:

Movimento Estudantil no qual milita ou já militou:

Religião:

Gosto Cultural: (filmes, músicas, livros, teatro, etc.)

Lugares que gosta de frequentar em Aracaju:

Trabalha: () sim () não Em quê? _____

• FALE SOBRE SUA VIDA ATÉ O MOMENTO DA SUA MILITÂNCIA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO.

- Onde começou a sua militância? Houve outra militância anterior ou concomitante?
- Houve algum evento, algo que te motivou a se engajar no movimento estudantil?
- Alguma pessoa ou grupo teve influência no seu engajamento?
- Poderia destacar alguma situação, experiência, evento durante o seu engajamento que te marcou?

• FAMÍLIA

- Os seus são militantes? Já militaram em movimento estudantil ou em outra organização política? Com é a militância deles? A militância dos seus pais teve alguma influência sobre sua militância?
- Algum outro parente próximo teve influência sobre sua militância? Qual? Como?
- Qual a formação e atuação profissional dos pais? Mora com eles? Com quem mora? Renda Familiar e individual (diferenças entre aqueles que moram com os pais e os moram sozinhos – com companheiros ou repúblicas)?
- Como seus pais e outros membros da família veem sua militância, estimulam, encorajam ou desaprovam ?
- Algo mudou na relação com pais ou familiares depois do início da militância/engajamento político? O que você acha que mudou?

• ESCOLA-ENSINO BÁSICO

- Durante o ensino básico algum tipo de experiência significativa contribuiu para o seu engajamento no movimento estudantil universitário?
- Você tem amigos do ensino fundamental ou médio que permanece até hoje no seu ciclo de amizade? Eles militam com você?

•Durante o período que estava se preparando para o vestibular, teve alguma experiência que estimulasse sua participação em movimentos sociais, mais precisamente no movimento estudantil universitário?

• UNIVERSIDADE- ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

•Em que ano você entrou na universidade? Qual o seu curso? Qual/quais os motivos que fizeram você escolher este curso? O seu curso contribui para sua militância no movimento estudantil? De que forma?

•Você faz outro curso em outra instituição além da UFS? Você milita lá também?

• Quando você se engajou no movimento estudantil universitário? Alguém ou grupo te convidou?

•Você participa/participou do centro acadêmico do seu curso ou de executiva de curso, caso exista?

•Quais são os espaços da UFS que você mais gosta de ficar? O que você mais gosta na UFS? Você costuma ir pras festas/calouradas que tem na UFS? Seus amigos também vão? Eles também militam no movimento estudantil?

•Você amigos estudantes que não militam? O que eles falam sobre sua militância?

•Você participa de outros movimentos sociais ou organização política? Eles se manifestam no espaço universitário? Como isso ocorre?

•O que o espaço universitário representa na sua vida?

• MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO

•Quem são as pessoas com as quais você milita?

•Você milita em outro movimento além do estudantil? Quais? Eles contribuem para a sua militância no ME? De que forma?

•Você já participou de cursos de formação política ou algo semelhante a isso? Onde? Quantas vezes? Quem ministrou o curso? Congressos? Seminários? Encontros? Quantas horas ou dia era o curso? Como o curso contribuiu para a sua atuação no movimento estudantil universitário?

•Como foi sua entrada no movimento estudantil? Como se aproximou, como foi recebida pelos outros integrantes, houve algum tipo de ritual de apresentação?

•Do que você gosta e não gosta na militância estudantil?

•Quais são as atividades do movimento, como ele se organiza? De que atividades participa? Há diferentes integrantes em diferentes tipos de atividades no movimento estudantil?

•Como você descreve a relação entre a reitoria e o movimento estudantil universitário?

• O que você acha da União Nacional dos Estudantes?

•Você acha importante a relação/apoio entre o movimento estudantil e outras organizações políticas, como coletivos de gênero, ONGs, partidos políticos, sindicatos, etc.? Como essa relação se mostra importante?

•Como você administra o tempo de estudo e o tempo de militância?

•Como é ser militante fora do espaço universitário?

•Como as reivindicações/pautas são escolhidas? Como você reivindica essas pautas? (recursos, mobilizações, meios de comunicação)?

•Quais são os critérios, atributos ou características que um militante precisa ter para se inscrever como presidente de uma chapa para disputar a direção do DCE?

•Na sua visão quais são os atributos principais que um militante de movimento estudantil universitário precisa ter?

- Como jovem e estudante o que você espera da sua militância?

- **MUDANÇAS E CONTINUIDADES NOS MODOS DE SER APÓS A MILITÂNCIA.**

- O que mudou na sua vida depois da militância?
- O que permanece inalterado (amizades, valores, comportamentos, dinâmicas de vida)?
- Há diferenças relativas a ser homem ou mulher no movimento estudantil universitário?
- O que o movimento estudantil universitário significa pra você?

- **SOBRE O GRUPO ESPECÍFICO QUE FAZ PARTE**

- Como esse movimento surgiu?
- Com foi a escolha do nome e do símbolo do movimento?
- Quando começou a militar nele?
- Como ele se organiza e atua?
- Quantas pessoas fazem parte dele?
- O movimento apoia ou é apoiado por outros movimentos estudantis ou outras organizações políticas? Quais?
- Quais são suas atividades nesse movimento?
- Onde o movimento se reúne?

APÊNDICE 6:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Concordo em participar, como voluntário (a), do projeto de pesquisa intitulado Movimento Estudantil Universitário De Sergipe: modelos de organização, redes sociais e engajamento individual (2000-2015) que tem como pesquisadora responsável **Adrielma Silveira dos Santos** da Universidade Federal de Sergipe orientada por **Wilson José Ferreira de Oliveira** que podem ser contatados nos e-mails: adrielmac.s@gmail.com e wjfo2001@ig.com.br. O presente trabalho tem por objetivo: investigar como se organizam os movimentos estudantis da Universidade Federal de Sergipe, bem como os espaços de socialização política e militante dos jovens que compõe tais movimentos. Pretende-se compreender como os diferentes modelos de organização dos movimentos resultam de mudanças no contexto político, bem como dos múltiplos engajamentos e das experiências de vida dos jovens.

Minha participação consistirá em fornecer dados sobre minha vida militante, aspectos relativos às vivências familiares, religiosas, escolares e profissionais bem como sobre minha vida acadêmica e política. Fornecerei informações também sobre o movimento estudantil que faço parte, nos seguintes aspectos: origem do movimento, formas de organização e atuação, interação entre os membros do movimento e entre estes e outras organizações políticas. Compreendo que este estudo possui finalidade de pesquisa, que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, com a preservação do anonimato dos participantes, assegurando, assim minha privacidade. Sei que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Nome

Assinatura

_____ de _____ de 2015

ANEXOS

ANEXO 1:

DECRETO-LEI Nº 228, 28 de fevereiro de 1967

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO-LEI Nº 228, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967.

Revogado pela Lei nº 6.680, de 1979
Texto para impressão

Reformula a organização da representação
estudantil e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º do Ato Institucional nº 4,

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos de representação dos estudantes do âmbito do ensino superior, que se regerão por este decreto-lei, têm por finalidade:

- a) defender os interesses dos estudantes, nos limites de suas atribuições;
- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;
- c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
- e) assistir os estudantes carentes de recursos;
- f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres;
- g) concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas.

Art. 2º São órgãos de representação dos estudantes de estabelecimentos de nível superior:

- a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;

b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), cada Universidade.

Art. 3º Compete ao Diretório Acadêmico e ao Diretório Central de Estudantes, perante as respectivas autoridades do estabelecimento de ensino ou da Universidade:

a) patrocinar os interesses do corpo discente;

b) designar a representação prevista em lei, junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada Departamento constitutivo de Faculdade, Escola ou Instituto;

c) exercer o direito de representação previsto no art. 73 § 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 1º A representação a que se refere a alínea *b* deste artigo será exercida, junto a cada órgão, por estudante ou estudantes, regularmente matriculados em série que não a primeira, sendo que, no caso de representação junto a Departamento, deverá recair em aluno ou alunos de cursos ou disciplinas que o integram, tudo de acordo com os Regimentos dos estabelecimentos de ensino ou Estatutos das Universidades.

§ 2º A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho Departamental poderá fazer-se acompanhar de um aluno, sempre que se tratar de assunto do interesse de determinado curso ou seção.

§ 3º No caso da representação, a que se refere o item *c*, a Congregação decidirá:

1) no prazo de dez (10) dias, em se tratando de não comparecimento do professor, sem justificção, a 25% das aulas e exercícios;

2) antes do início do ano letivo seguinte, no caso do não cumprimento de, pelo menos, três quartos do programa da respectiva cadeira.

Art. 4º O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes do estabelecimento de ensino superior, eleitos pelo corpo discente.

Art. 5º É obrigatório o exercício do voto por todo estudante regularmente matriculado, para a eleição do D.A.

Parágrafo único. Salvo se comprovar devidamente motivo de força maior ou de doença, o estudante que deixar de votar será suspenso por trinta (30) dias.

Art. 6º A eleição do D.A. será regulada em seu Regimento, atendidas as seguintes normas:

a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo apenas elegível o estudante regularmente matriculado em série ou em disciplinas pelo regime de créditos, não repetente ou dependente;

b) realização, dentro do recinto do estabelecimento de ensino, em um só dia,

durante a totalidade do horário de atividades escolares;

c) identificação do votante, mediante confronto dos votantes com a lista nominal fornecida pelo estabelecimento de ensino;

d) garantia e sigilo do voto e a inviolabilidade da urna;

e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados e a possibilidade de apresentação de recurso;

f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamental, na forma do Regimento de cada estabelecimento de ensino.

Parágrafo único. Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.

Art. 7º O D.C.E. será eleito por voto indireto através do colegiado formado por delegados dos D.A., na forma por que dispuser o Estatuto da Universidade.

Art. 8º Atendendo ao disposto no presente decreto-lei, a composição, organização e atribuições dos órgãos de representação estudantil serão fixadas em seus Regimentos, que deverão ser aprovados pelos órgãos a que se refere o artigo 10.

§ 1º O mandato dos membros do Diretório Acadêmico será de um (1) ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo.

§ 2º o exercício de quaisquer funções de representação, ou delas decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive da exigência da frequência.

Art. 9º Os D.A. e os D.C.E. serão mantidos por contribuição dos estudantes, fixadas em seus Regimentos, podendo receber auxílios do estabelecimento e da Universidade.

§ 1º Os D.A. e os D.C.E. poderão receber auxílios dos poderes públicos e donativos de particulares, mediante prévia autorização das Congregações e dos Conselhos Universitários, respectivamente.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino e as Universidades assegurarão os processos de recolhimento das contribuições dos Estudantes.

§ 3º Cabe aos D.A. transferir parte das contribuições para os D.C.E. da mesma Universidade, na forma do Regimento destes.

Art. 10. Os auxílios ou donativos, provenientes dos Podêres Públicos ou de particulares, serão entregues aos estabelecimentos de ensino ou às Universidades, que os encaminharão aos órgãos estudantis a que forem destinadas, mediante plano de aplicação a ser previamente aprovado pela Congregação ou Conselho Universitário, respectivamente.

§ 1º As prestações de contas relativas à gestão financeira dos D.A. e dos D.C.E. serão encaminhadas, com o parecer dos Diretores ou Reitores, às Congregações ou aos Conselhos Universitários, respectivamente.

§ 2º A não aprovação das contas impedirá o recebimento de quaisquer novos auxílios e, se comprovado o uso indevido dos bens e recursos entregues à entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.

Art. 11. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Parágrafo único. A inobservância deste artigo acarretará a suspensão ou a dissolução do D.A. ou D.C.E.

Art. 12. A fiscalização do cumprimento deste decreto-lei caberá ao Diretor do estabelecimento ou ao Reitor da Universidade, respectivamente, conforme se tratar de D.A. ou D.C.E.

§ 1º O Diretor do estabelecimento de ensino ou Reitor da Universidade incorrerá em falta grave se, por ação, tolerância ou omissão, não tornar efetivo o cumprimento deste decreto-lei.

§ 2º Caberá às Congregações e aos Conselhos Universitários a apuração da responsabilidade, nos termos deste artigo, aplicando, em decorrência, as penalidades que couberem.

§ 3º Em caso de omissão das autoridades, caberá ao Ministro da Educação e Cultura impor as penalidades.

Art. 13. As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior adaptarão seus Estatutos e Regimentos, respectivamente, aos termos do presente decreto-lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 14. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os ao presente decreto-lei e os submetendo, através do Diretor do estabelecimento ou do Reitor da Universidade, à Congregação ou ao Conselho Universitário, dentro de trinta (30) dias da aprovação da reforma dos Regimentos e Estatutos, a que se refere o artigo anterior.

Art. 15. Serão suspensos ou dissolvidos pelas Congregações ou pelos Conselhos Universitários, conforme se trate de Diretório Acadêmico ou de Diretório Central de Estudantes, os órgãos de representação estudantil que não se organizarem ou não funcionarem em obediência ao prescrito neste decreto-lei e nos respectivos Regimentos ou Estatutos.

§ 1º A suspensão não poderá ultrapassar noventa (90) dias, findos os quais serão dissolvidos os órgãos se não provarem adaptação às normas legais e regimentais.

§ 2º No caso de dissolução, será promovida, pelas autoridades escolares, a

imediate desocupação da sede do D.A. ou D.C.E., porventura situada no recinto da Faculdade ou Universidade, devolvendo-se os bens e recursos colocados à disposição dos órgãos.

§ 3º Os bens e recursos, a que se refere o item anterior, ficarão sob a guarda da Congregação ou do Conselho Universitário, até que se reorganize o órgão.

Art. 16. Nos estabelecimentos de ensino e Universidades em que não foram constituídas representações estudantis em conformidade com a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, serão convocadas eleições.

§ 1º A convocação dessas eleições será promovida pelos Diretores ou Reitores, respectivamente dentro de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto-Lei.

§ 2º O Ministro da Educação e Cultura, em caso de omissão das autoridades, poderá avocar a si tal providência.

§ 3º Aplicam-se aos D.A. referidos neste Artigo, as disposições do art. 14.

Art. 17. Nos estabelecimentos de ensino de grau médio somente poderão ser constituídos grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no Regimento, devendo ser sempre assistidos por um professor.

Art. 18. Fica instituída a "Conferência Nacional do Estudante Universitário", cuja finalidade é o exame e o debate objetivo de problemas universitários, para a elaboração de teses, sugestões e reivindicações a serem apresentadas às autoridades e órgãos competentes, sendo vedados os temas de cunho religioso, político-partidário ou racial.

§ 1º A Conferência, cuja duração não deverá ultrapassar uma semana reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, e, extraordinariamente quando convocada pelo Ministro da Educação e Cultura.

§ 2º As reuniões ordinárias serão realizadas obrigatoriamente, na capital da República e as extraordinárias no local indicado pela autoridade que a convocar.

§ 3º A Conferência será constituída por um representante de cada D.C.E e por um representante de cada grupo de dez (10) escolas superiores isoladas de cada Estado, onde houver número igual ou superior, ou, onde não houver, um representante para o total inferior a esse número.

Art. 19. A 1ª Conferência será convocada e instalada pelo Ministro da Educação e Cultura, e as demais serão convocadas pelo Presidente da anterior.

Parágrafo único. Ao instalar-se, a Conferência procederá à eleição de cinco (5) de seus membros que dirigirão os trabalhos, os quais indicarão o Presidente.

Art. 20. Ficam extintos os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado.

Parágrafo único. O Ministério Público Federal promoverá a dissolução das entidades e o patrimônio dos referidos órgãos será incorporado à Universidade federal do Estado respectivo, para utilização pelo D.C.E.

Art. 21. O Ministro da Educação e Cultura baixará as instruções necessárias para a execução deste decreto-lei.

Art. 22. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raymundo Moniz de Aragão

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 28.2.1967 e Retificado no DOU de 9.3.1967

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0228.htm

ANEXO 2:

DECRETO-LEI Nº 477, de 26 de fevereiro de 1969

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO-LEI Nº 477, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1969.

Revogado pela Lei nº 6.680, de 1979
Texto para impressão

Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator fôr beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional.

Art. 2º A apuração das infrações a que se refere êste Decreto-lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável, de vinte dias.

Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instauração de inquérito Policial.

Art. 3º O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.

§ 1º O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprego, ou, se fôr estudante proibido de freqüentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.

§ 2º Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender, ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa.

§ 3º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificado a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.

§ 4º Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas, sob pena do crime definido no Art. 319 do Código Penal, além da sanção cominada no Item I do § 1º do Art. 1º dêste Decreto-lei.

§ 5º Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente.

Art. 4º Comprovada a existência de dado patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcir-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.

Art. 5º O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução dêste Decreto-lei.

Art. 6º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

Tarso Dutra

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 26.2.1969

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm